Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8

3.2 - Medições Não Contábeis 9

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 15

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 18

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 23

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 24

3.7 - Nível de Endividamento 25

3.8 - Obrigações 26

3.9 - Outras Informações Relevantes 27

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 28

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 42

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 46

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 75

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 76

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 77

4.7 - Outras Contingências Relevantes 80

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 81

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 82

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 86

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 89

5.4 - Programa de Integridade 100

5.5 - Alterações significativas 105

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 106

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 107

6.3 - Breve Histórico 108

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 110

6.6 - Outras Informações Relevantes 111

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 112

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 120

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 121

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 129

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 134

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 135

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 137

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 138

7.8 - Políticas Socioambientais 139

7.9 - Outras Informações Relevantes 140

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 141

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 142

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 143

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 144

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 145

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 146

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 147

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 151

9.2 - Outras Informações Relevantes 153

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 155

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 188

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 191

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 192

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 194

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 203

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 204

10.8 - Plano de Negócios 205

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 207

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 208

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 209

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 210

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 217

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 222

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 227

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 228

12.7/8 - Composição Dos Comitês 232

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 234

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 235

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 237

12.12 - Outras informações relevantes 239

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 240

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 248

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 252

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 255

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 265

13.6 - Opções em Aberto 272

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 274

13.8 - Precificação Das Ações/opções 275

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 280

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 281

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 282

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 283

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 284

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 285

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 286

13.16 - Outras Informações Relevantes 287

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 288

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 289

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 290

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 291

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 292

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 293

15.3 - Distribuição de Capital 295

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 296

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 297

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 298

15.7 - Principais Operações Societárias 299

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 301

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 302

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 304

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 316

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 317

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 318

17.2 - Aumentos do Capital Social 319

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 320

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 321

17.5 - Outras Informações Relevantes 322

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 323

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 324

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 325

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 326

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 327

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 329

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 330

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 331

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 332

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 333

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 334

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 335

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 336

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 339

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 340

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 341

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 342

20.2 - Outras Informações Relevantes 344

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 345

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 348

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 350

21.4 - Outras Informações Relevantes 351

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Túlio Cintra**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcelo Gonçalves Costa**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

TÚLIO CINTRA, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade n.º 5060048884D, expedida pelo CREA-SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n.º 120.423.248-25, na qualidade de Diretor Presidente da **PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Geremário Dantas, nº 1400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o n.º 18.593.815/0001-97 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução da CVM n.º 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

TÚLIO CINTRA

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

MARCELO GONÇALVES COSTA, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade n.º 20266555-7, expedida pelo CRA/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da economia sob o n.º 961.422.437-15, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. Estado do Rio de janeiro, na Avenida Geremário Dantas 1400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídicas do Ministério da Economia sob o n.º 18.593.815/0001-97 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução da CVM n.º 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

MARCELO GONÇALVES COSTA

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0002-00
Data Início	30/11/2013
Descrição do serviço contratado	O contrato assinado com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes teve por objeto a prestação, pelos auditores independentes, dos serviços de auditoria contábil para (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, com a emissão de relatório sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia") referentes aos exercícios sociais findos em 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017; (ii) revisão de das informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, com a emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016 e 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, informação requerida apenas para o exercício social mais recente.
Justificativa da substituição	Apesar de a Companhia ter obtido o registro de companhia aberta no exercício de 2017, a Companhia decidiu pela substituição dos auditores independentes, em função de ter sido completado um período de cinco anos de prestação de serviços.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Antônio Carlos Brandão de Souza	01/01/2016	892.965.757-53	Rua São Bento, nº 18, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-010, Telefone (21) 39810665, e-mail: antonio.brandao@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES
CPF/CNPJ	54.276.936/0005-00
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	O contrato assinado com a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples teve por objeto a prestação, pelos auditores independentes, dos serviços de auditoria contábil para (i) emissão de relatório sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia") referente aos exercícios sociais findos em 2018 e 2019, (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 e 2019, conforme a seguir: (a) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia; e (b) revisão de das informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia; (c) emissão de carta conforto sobre determinadas informações históricas a serem incluídas em documento de oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações, nos termos da Instrução CVM n°400, de 29 de dezembro de 2003, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Total da remuneração bruta auferida pelo auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018: R$ 222.507,26. Total da remuneração auferida pelo auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019: R$ 195.918,36. Total da remuneração auferida pelo auditor independente referente à emissão de carta conforto sobre determinadas informações históricas a serem incluídas em documento de oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações, nos termos da Instrução CVM n°400, de 29 de dezembro de 2003, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis: R$ 688.046,64.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Julian Clemente	01/01/2018	085.922.988-22	Rua Buenos Aires, 48 – 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20010-020, Telefone (021) 22105166, e-mail: julian.clemente@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras Informações Relevantes

Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição de nossos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Nos termos de nosso Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, conforme alterada, informamos que adotamos como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurarmo-nos de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Na contratação de serviços de auditores independentes, nossa administração busca assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, cabendo ao nosso Conselho de Administração a decisão final sobre a substituição e contratação dos nossos auditores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/01/2018)	Exercício social (31/01/2017)
Patrimônio Líquido	74.328.000,00	66.129.000,00	54.774.000,00
Ativo Total	239.541.000,00	207.986.000,00	182.406.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	348.612.000,00	327.237.000,00	236.502.000,00
Resultado Bruto	49.027.000,00	45.023.000,00	33.403.000,00
Resultado Líquido	-10.798.000,00	5.140.000,00	-7.388.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	123.921.000	104.873.000	93.708.314
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,599802	0,630600	0,584500
Resultado Básico por Ação	-0,302900	0,072320	-0,062500
Resultado Diluído por Ação	-0,29	0,06	0,00

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019. A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas por nossa administração:

(i) EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil calculada por nós e conciliada com nossas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"). O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos, nem possui um significado padrão e pode não ser comparável com as medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simplificado, com efeito cumulativo na data de adoção. Consequentemente, as demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018 e 2017, base para o EBITDA, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso, juros pela atualização do passivo de obrigações e por arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis.

a. valor

Vide item 3.2 (i) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O EBITDA é a sigla em inglês de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que é uma medição não contábil que pode ser utilizada como métrica para avaliar a geração de caixa proveniente das operações de uma companhia. Calculamos o EBITDA da seguinte forma: resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, despesas de imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação entre o EBITDA e o resultado líquido divulgado em nossas informações trimestrais e demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	**2018**	**2017**
(em R$ mil)			

3.2 - Medições Não Contábeis

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício/período	(10.798)	5.140	(7.388)
(+) Resultado financeiro, líquido	13.585	9.131	6.135
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	4.973	825	(6.274)
(+) Depreciação e amortização			
EBITDA	19.704	14.682	12.204
	27.464	29.778	4.677

c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração pois acreditamos que é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional e nosso fluxo de caixa.

O EBITDA é uma medição não contábil não reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), por nós apurada e conciliada com nossas demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida, mas funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, não sendo afetado pelo impacto de flutuações de taxas de juros em nossas dívidas e aplicações e alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos, nem possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Adicionalmente, essa medição não-contábil apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de desempenho, em razão de desconsiderarem certos custos ou despesas da Companhia que podem impactar significativamente os resultados operacionais e de liquidez, tais como nosso resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social e depreciação e amortização.

(ii) DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste no valor da dívida bruta (empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição societária, instrumento derivativo (*swap*) líquido, debêntures e mútuo com pessoas físicas a pagar), descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados, e (ii) títulos e valores mobiliários e mútuo com pessoas físicas a receber. A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima).

(a) valor

Vide item 3.2 (ii) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a apuração da Dívida Líquida, a partir de contas patrimoniais extraídas de nossas demonstrações financeiras auditadas.

3.2 - Medições Não Contábeis

Indicadores financeiros	Valores expressos em R$ Mil Em 31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos Circulante	14.201	53.735	43.774
Empréstimos e financiamentos Não Circulante	3.226	13.902	21.702
Instrumentos financeiros derivativos (swap) – ativo circulante	132	(2.163)	336
Debêntures - circulante	11.513	-	-
Debêntures – não circulante	54.218	-	-
Contas a pagar por aquisição societária - circulante	7.864	6.525	5.904
Contas a pagar por aquisição societária - não circulante	-	2.193	4.612
Mútuo a pagar – circulante	1.785	2.676	-
Mútuo a pagar – não circulante	-	4.303	-
Dívida Bruta.....	92.939	81.171	76.328
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(34.157)	(3.400)	(644)
(-) Depósitos bancários vinculados		-	-
(-) Títulos e valores mobiliários - circulante	(3.616)	(28)	(1.864)
(-) Títulos e valores mobiliários - não circulante	-	(46)	-
(-) Mútuo a receber - circulante		-	-
(-) Mútuo a receber – não circulante	-	(245)	-
Dívida Líquida.....	55.166	77.452	73.820

(c) motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A dívida líquida da Companhia não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Ela é por nós apurada e conciliada com nossas demonstrações financeiras. A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e a

3.2 - Medições Não Contábeis

capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima). A Companhia não exclui os valores de mútuos, debentures e *seller's loan* (dívida de aquisição) do seu endividamento líquido por julgar importante que todo compromisso financeiro assumido pela Companhia seja facilmente identificável e acompanhado pelos acionistas.

(iii) MARGEM BRUTA

A margem bruta é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro bruto pela receita líquida. A margem bruta é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade direta dos contratos firmados entre a Companhia e seus clientes. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

(a) valor

Vide item 3.2 (iii) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a apuração da Margem Bruta, a partir de contas patrimoniais extraídas de nossas demonstrações financeiras auditadas.

Indicadores Operacionais e Financeiros **(em milhões de R$, exceto quando indicado de maneira diversa)**	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2019	**2018**	**2017**
Receita Líquida	**348,6**	**327,2**	**236,5**
Lucro Bruto	**49,0**	**45,0**	**33,4**
Margem Bruta	**14,1%**	**13,8%**	**14,1%**

(c) motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Companhia entende que o monitoramento da margem bruta, em todas as suas dimensões (por contrato, por filial e por segmento) é essencial para a gestão de suas atividades, especialmente considerando-se que ela representa a rentabilidade direta e incremental dos contratos firmados entre a Companhia e seus clientes.

A administração da Companhia entende que a margem bruta não deva ser utilizada de forma isolada e não deve substituir outros indicadores, tais como margem EBITDA, margem líquida e outras

(iv) MARGEM EBITDA

A margem EBITDA é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do EBITDA, anteriormente descrito, pela receita líquida. A margem EBITDA é expressa em formato percentual e pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) valor

Vide item 3.2 (iv) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a apuração da Margem EBITDA, a partir de contas patrimoniais extraídas de nossas demonstrações financeiras auditadas.

Indicadores Operacionais e Financeiros de	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
	(em milhões de R$, exceto quando indicado de maneira diversa)		
Receita Líquida	348,6	327,2	236,5
EBITDA	27,4	29,8	4,7
Margem EBITDA	7,9%	9,1%	2,0%

(c) motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A margem EBITDA é utilizada como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração por entendermos que a mesma seja útil para aferir nosso desempenho operacional e geração de caixa operacional potencial, ou seja, desconsiderando-se variações de capital de giro.

A administração da Companhia entende que a margem EBITDA não deva ser utilizada de forma isolada e não deve substituir outros indicadores, tais como margem bruta, margem líquida e outras.

(v) MARGEM LIQUIDA

A margem líquida é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro líquido pela receita líquida. A margem líquida é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade final da Companhia. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

(a) valor

Vide item 3.2 (v) (b) deste Formulário de Referência, abaixo.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a apuração da Margem Líquida, a partir de contas patrimoniais extraídas de nossas demonstrações financeiras auditadas.

3.2 - Medições Não Contábeis

Indicadores Operacionais e Financeiros de	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
	(em milhões de R$, exceto quando indicado de maneira diversa)		
Receita Líquida	348,6	327,2	236,5
Lucro Líquido	-10,8	5,1	-7,4
Margem Líquida	-3,1%	1,6%	-3,1%

(c) motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Companhia entende que o monitoramento da margem líquida é essencial para a gestão de suas atividades, especialmente considerando-se que ela representa a rentabilidade final de suas operações.

A administração da Companhia entende que a margem líquida não deva ser utilizada de forma isolada e não deve substituir outros indicadores, tais como margem bruta, margem EBITDA e outras.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Seguem os eventos subsequentes às nossas informações trimestrais relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

a) Início de oferta pública de distribuição primária de ações

Em 4 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado. Essa alteração faz parte do plano estratégico da Priner, o qual considera, entre outros assuntos, o constante aprimoramento de nossas práticas de governança corporativa, valorizando a transparência e proteção dos acionistas em geral.

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia e o Acionista vendedor Leblon Equities Partners V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em conjunto com a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Coordenador Lider) comunicou ao mercado o início da oferta pública de distribuição primária, de 17.391.304 (dezessete milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, ao preço de R$ 10,00 (dez reais) por ação e a distribuição secundária, de até 2.608.695 (dois milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, as quais poderiam ser vendidas, em caso de exercício da opção das Ações Suplementares.

A Oferta foi registrada no Brasil, junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não foi realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil. Não foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior.

A realização da Oferta, bem como seus termos e condições, foram aprovados em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de dezembro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), em 28 de janeiro de 2020, e publicada no jornal "Monitor Mercantil" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ"), nas edições de 25, 26 e 27 de janeiro de 2020 e 27 de janeiro de 2020, respectivamente.

No âmbito da Oferta, a emissão das Ações da Oferta Base foi feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), sendo que tal emissão foi realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social.

A fixação do Preço por Ação, bem como a ratificação do aumento de capital da Companhia foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de fevereiro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Monitor Mercantil" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERJ no dia útil subsequente.

O início de negociações das ações no segmento Novo Mercado da B3 ocorreu em 17 de fevereiro de 2020, com data de liquidação em 18 de fevereiro de 2020, onde a Companhia recebeu o aporte de R$ 161 milhões, líquido das taxas e comissões das corretoras.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Adicionalmente, segue abaixo um cronograma indicativo das etapas da Oferta posteriores ao seu registro pela CVM, informando seus principais eventos a partir da data desse registro:

#	Eventos	Data
1	Início de negociação das Ações no segmento Novo Mercado da B3	17 de fevereiro de 2020
2	Data de Liquidação	18 de fevereiro de 2020
3	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	14 de março de 2020
4	Data limite para a liquidação das Ações Suplementares	18 de março de 2020
5	Data limite para o fim do *Lock-up* Varejo 2	4 de abril de 2020
6	Data limite para o fim do *Lock-up* Varejo 1	24 de abril de 2020
7	Data limite para o fim do *Lock-up* Segmento Private	14 de maio de 2020
8	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento.	14 de agosto de 2020

b) Operações financeiras

- Em 08 de janeiro de 2020, a controladora Priner Serviços quitou a parcela de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2017, no montante de R$ 1,1 milhões com os acionistas;

- Em 28 de janeiro de 2020 e 19 de fevereiro de 2020, a controladora Priner Serviços efetuou o pagamento referente a parcela anual de R$ 3,7 milhões acrescido de correção, referente a dívida de aquisição da Controlada Smartcoat;

- Em fevereiro de 2020, a controlada Smartcoat contraiu novos empréstimos (mútuos) junto à controladora Priner Serviços nos montantes a seguir: R$ 510 mil no dia 17; R$ 4,4 milhões no dia 19; R$ 4,2 milhões no dia 20; R$ 400 mil no dia 28;

- Em fevereiro de 2020, nos dias 19 e 20, a controlada Smartcoat mediante empréstimos de mútuo recebido pela Priner Serviços, efetuou a liquidação total de todos os empréstimos de mútuos com acionistas minoritários, no montante de R$ 6,5 milhões;

- Em 19 de fevereiro de 2020, a controladora Priner Serviços liquidou todos os empréstimos de mútuos com os acionistas e membros do conselho de administração, no montante de R$ 2,7 milhões;

- Em 19 de fevereiro de 2020, a controlada Priner Locação distribuiu dividendos referentes ao exercício de 2019 e anos anteriores, no montante de R$ 22 milhões;

- Em março de 2020, a controlada Smartcoat contraiu novos empréstimos (mútuos) junto à controladora Priner Serviços nos montantes a seguir: R$ 300 mil no dia 03; R$ 230 mil no dia 04; R$ 1,1 milhão no dia 06; R$ 1,1 milhão no dia 09;

- Em 06 de março de 2020, a controladora Priner Serviços efetuou o pré-pagamento das linhas de empréstimos pendentes com o banco BBM, no montante de R$ 4,1 milhões;

- Em 16 de março de 2020, a Priner Serviços efetuou o pré-pagamento das linhas de Finame (BNDES) junto ao banco Santander, no montante de R$ 34 mil.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

c) Efeitos do Covid-19

Em consonância com o Ofício Circular nº 02/2020 emitido em 10 de março de 2020 pela CVM, a Companhia informa que os efeitos causados pelo COVID-19 não afetarão a continuidade do negócio, e está constantemente monitorando os potenciais impactos do COVID-19 nas áreas administrativas e de operações, tomando algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números relativos a 31 de dezembro de 2019.

O grupo Priner está monitorando diariamente os desdobramentos do CORONAVÍRUS (COVID-19) em seus negócios e implementando ações a fim de preservar seus colaboradores, sua liquidez e o atendimento a seus clientes. No momento, para médio e longo prazos, permanecemos com objetivo de utilizar os recursos do IPO (Initial Public Offering) para realização de operações de M&As, modernização de equipamentos e reforço de capital de giro, sabedores que a retomada dessas ações dependerá dos desdobramentos do CORONAVIRUS (COVID-19) e do completo entendimento de seus impactos em nossa sociedade.

A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2018	2019
a. Regras sobre a retenção de lucros	Reserva Legal: De acordo com o artigo 26, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.	Reserva Legal: De acordo com o artigo 26, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.	Reserva Legal: De acordo com o artigo 26, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.
	Reserva Estatutária: De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução do montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante será destinado à constituição de reserva de investimento par a assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.	Reserva Estatutária: De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução do montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante será destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações	Reserva Estatutária: De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução do montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante será destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a.i Valores das retenções de lucros	Houve redução na reserva estatutária em R$ 7.810.322,75 em função da absorção do Prejuízo apurado no exercício	Reserva Legal: R$152.051,71. Reserva Estatutária: R$2.166.736,90.	Em 2019 o saldo constituído em anos anteriores da reserva legal e de expansão/investimento foram absorvidos pelo prejuízo do exercício
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.	45%	Não aplicável
b. Regras sobre distribuições de dividendos	De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o artigo 26, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.
	De acordo com o artigo 26, parágrafo único do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017, o saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.	De acordo com o artigo 26, parágrafo único do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018, o saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.	De acordo com o artigo 26, parágrafo único do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019, o saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da Assembleia geral ordinária da Companhia que deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 13, inciso (x) do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do conselho de administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório.	Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 13, inciso (x) do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do conselho de administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório.	Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da Assembleia geral ordinária da Companhia que deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 13, inciso (x) do estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do conselho de administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

d. Eventuais restrições a distribuição de dividendos impostas pela legislação ou regulamentação aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Sem restrições.	Sem restrições.	Sem restrições.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/01/2018	Exercício social 31/01/2017
Lucro líquido ajustado	-6.109.000,00	2.889.000,00	-5.857.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,240000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	-8,220000	12,150000	-12,560000
Dividendo distribuído total	0,00	722.000,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	722.000,00	0,00
Data da aprovação da retenção	30/04/2020	17/04/2019	26/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00					
					0,00	
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			722.000,00			

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores

Dividendos declarados à Conta de Reserva de Lucros Constituídas em Exercícios Anteriores (milhares de reais)

31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
-	-	4.000

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	164.932.000,00	Índice de Endividamento	2,21000000	
	0,00	Outros índices	1,84000000	Relação dívida líquida/EBITDA (acumulado em doze meses) A Companhia também acompanha, mensalmente, a relação dívida líquida/EBITDA (acumulado em doze meses). A Companhia entende que o referido índice é uma boa medição de seu nível de endividamento por combinar a dívida líquida com a capacidade de geração de caixa operacional dos últimos doze meses. Adicionalmente, o referido índice é bastante utilizado pelo mercado financeiro em momentos de decisão a respeito da concessão de crédito.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		589.574,42	1.092.056,19	411.812,45	0,00	2.093.443,06
Empréstimo	Garantia Real		8.125.684,37	1.720.721,45	0,00	0,00	9.846.405,82
Títulos de dívida	Garantia Real		19.377.123,76	54.218.016,38	0,00	0,00	73.595.140,14
Empréstimo	Quirografárias		9.613.227,38	0,00	0,00	0,00	9.613.227,38
Total			37.705.609,93	57.030.794,02	411.812,45	0,00	95.148.216,40
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, mediante a celebração do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, celebrado em 3 de maio de 2019, pela Companhia, pela Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., pela Priner Locação de Equipamentos S.A. e pela Smartcoat –Serviços em Revestimentos S.A. ("Escritura de Emissão").

A Escritura de Emissão prevê a manutenção de índices de endividamento, os quais serão acionados a partir do 1º trimestre de 2020, como segue:

- Trimestral: Dívida Bruta + Sellers Finance – Escrow ≤ R$ 80 milhões;

Nota: "Dívida Bruta", para fins da Escritura de Emissão, significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa; "Sellers Finance" significa contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas concedidos pelos vendedores.

- Anual: Dívida Liquida/EBITDA ≤ 2,5 em 2019 e ≤ 2,0 de 2020 em diante.

Nota: "Dívida Líquida", para fins da Escritura de Emissão, significa valor da Dívida Bruta, menos a conta reserva ou escrow account. Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa), menos as disponibilidades em caixa e aplicações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

a) à Companhia.

As atividades da Companhia consistem em prover soluções e atender às demandas de diversos setores da economia, especialmente óleo e gás, petroquímica, siderurgia, papel e celulose e química. Consequentemente, suas operações estão sujeitas a riscos semelhantes aos enfrentados pelas empresas que atuam nesses e em outros setores.

As atividades da Companhia consistem em prover soluções customizadas de acesso, pintura industrial, tratamento de superfície, isolamento térmico e habitáculos pressurizados para plantas de diversos segmentos industriais, especialmente óleo e gás, petroquímica, siderurgia, papel e celulose e química. Consequentemente, suas operações e resultados estão atreladas ao desenvolvimento de tais segmentos industriais, o que torna a Companhia exposta aos riscos enfrentados pelas empresas atuantes nestes segmentos.

Eventos que afetem negativamente os negócios desenvolvidos em tais setores, incluindo fatores macroeconômicos, adversidades climáticas, degradação das condições sociais brasileiras, redução dos investimentos, alterações adversas introduzidas na regulamentação específica a cada um dos referidos setores, restrição de crédito, problemas com fornecedores, redução do poder de consumo dos clientes e dificuldades dos clientes em gerenciarem seus próprios negócios, entre outros, fogem ao controle da administração da Companhia e poderão causar efeito material adverso nas operações e resultados da Companhia.

Adicionalmente, parte relevante das receitas da Companhia decorrem da prestação de serviços a empresas que estão sendo investigadas em operações conduzidas por autoridades públicas, dentre elas a chamada "Operação Lava Jato". Desdobramentos das investigações podem causar a diminuição das atividades de referidas empresas ou mesmo a extinção das mesmas, o que poderá resultar em atrasos no recebimento das receitas esperadas de tais clientes e/ou comprometimento da demanda futura aos serviços prestados pela Companhia.

A Companhia pode não conseguir executar sua estratégia de negócios.

O crescimento da Companhia depende de diversos fatores, muitos deles fora do controle da Companhia. Em particular, a estratégia para o seu crescimento depende, principalmente, do desempenho do setor industrial no Brasil nos próximos anos, sujeito a investimentos públicos e privados para fomentar o setor de infraestrutura brasileira em diversas áreas, tais como energia, saneamento, agronegócio, transportes, dentre outros. Caso tais investimentos não sejam realizados ou sejam realizados em volume inferior ou em prazos superiores aos esperados pela Companhia, de forma a comprometer negativamente a demanda esperada para seus produtos e serviços , a Companhia poderá não ser capaz de implementar satisfatoriamente sua estratégia de expansão.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de estabelecer com sucesso sua estratégia de crescimento regional, em razão da ocorrência de diversos fatores, dentre eles a escassez de mão de obra especializada, ausência de fornecedores confiáveis, concorrência de empresas locais, dificuldade e custo de locação de terrenos, prazo para obtenção de licenças e dificuldades de aceitação das marcas. Ainda que a Companhia consiga expandir seus negócios para outras cidades e regiões, a Companhia estará sujeita aos riscos da economia local das novas regiões em que vier a atuar, os quais poderão, em razão de suas particularidades, não serem contornados satisfatoriamente pela Companhia.

Neste sentido, o desempenho futuro da Companhia dependerá de sua capacidade de gerenciar o crescimento de suas operações e negócios. Não é possível assegurar que a capacidade de gerenciamento de crescimento será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não seja capaz de gerenciar o crescimento de forma satisfatória, a Companhia poderá perder sua posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre sua

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

condição financeira, resultados operacionais e, consequentemente, influenciar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia.

Ainda, o crescimento das operações pode tornar o espaço das atuais instalações insuficientes para armazenar, manter e movimentar os equipamentos da Companhia de forma eficiente, o que pode acarretar em aumento dos custos operacionais e/ou a necessidade de mudança para novas instalações, o que poderá resultar, inclusive, na sujeição da Companhia ao pagamento de multas rescisórias e necessidade de realização de investimentos em benfeitoras nas novas instalações, o que poderá causar um impacto negativo e adverso em nossa condição financeira.

Condições adversas nos mercados financeiro e de crédito ou a incapacidade da Companhia de obter financiamento adequado poderão prejudicar sua capacidade de operar os negócios ou implementar sua estratégia.

A implementação da estratégia da Companhia, bem como a manutenção de sua capacidade operacional, poderá demandar investimentos adicionais e acarretar um aumento das necessidades de capital, o qual poderá não ser acompanhado por um crescimento equivalente das receitas operacionais. Adicionalmente, poderá ocorrer um aumento dos custos operacionais em decorrência, entre outros fatores, da escassez de matérias-primas, insumos e mão de obra, do aumento do custo de equipamentos e do crescimento da competição nas unidades de negócio. Dessa forma, a Companhia poderá ser obrigada a recorrer a fontes adicionais de recursos, sob a forma de capital ou dívida, para atender às futuras necessidades de capital, os quais poderão não estar disponíveis ou, ainda que disponíveis, não sejam em condições favoráveis.

As futuras necessidades de capital dependerão de diversos eventos, incluindo a taxa de crescimento de suas receitas, o prazo médio de pagamento praticado pelo mercado, a taxa e a relevância de futuras aquisições e a necessidade de expansão de suas unidades de negócio. Dependendo do volume de investimentos a serem efetuados ou dos custos que deverão ser suportados, a Companhia poderá ser obrigada a incrementar o fluxo de caixa e/ou buscar fontes alternativas de recursos, incluindo por meio da celebração de parcerias estratégicas. Qualquer esforço para aumentar o fluxo de caixa, por meio do crescimento das vendas, redução dos custos operacionais, cobrança dos recebíveis de forma mais eficiente e/ou redução de estoques pode não ser bem- sucedido. Adicionalmente, a Companhia poderá não conseguir obter crédito no mercado para financiar suas atividades em condições favoráveis. Nesse caso, poderá se tornar incapaz de aproveitar futuras oportunidades, responder a pressões competitivas ou alongar o prazo de pagamento dos financiamentos já contratados. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderá acarretar um efeito adverso relevante nas operações, nos resultados e, consequentemente, no preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, alguns dos clientes da Companhia dependem da disponibilidade de crédito para financiar seus investimentos. Um cenário de escassez de crédito ou de altas taxas de juros poderá afetar negativamente a capacidade de tais clientes custearem seus projetos, gerando redução na demanda pelos serviços da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre as operações e sobre a situação financeira e/ou aumento no prazo de pagamento requerido, fato que poderá aumentar a necessidade de contratação de financiamento para capital de giro da Companhia.

A dificuldade no acesso ao crédito também pode afetar seus fornecedores, os quais, caso não sejam capazes de cumprir satisfatória e pontualmente as obrigações assumidas nos contratos celebrados com a Companhia, poderão levar a Companhia a buscar novos fornecedores. O atraso no recebimento dos produtos ou a dificuldade em encontrar novos fornecedores poderão impactar a qualidade e a pontualidade da prestação dos serviços pela Companhia a seus clientes, bem como resultar em litígios com os seus parceiros ou clientes, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a reputação, operações e condição financeira da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O ciclo de prestação de serviços leva a Companhia a aplicar significativos recursos financeiros e técnicos antes mesmo de sua contratação.

Os serviços prestados pela Companhia requerem um alto investimento inicial, direcionado ao desenvolvimento de novos processos e principalmente à aquisição das máquinas e equipamentos que serão empregados na prestação de serviços ou na locação aos seus clientes, além dos custos com treinamentos e reciclagem constante de seus funcionários. Alguns desses investimentos são realizados sem que haja a prévia contratação da Companhia por clientes em bases contínuas para a prestação do serviço para o qual os custos foram empregados. Nestes casos, a Companhia poderá não ser capaz de recuperar os recursos despendidos ou recuperá-los em prazo superior ao esperado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre as operações e condição financeira da Companhia.

A perda de membros da administração pode ter um efeito substancialmente adverso sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia em manter a posição competitiva depende, em grande escala, da experiência dos membros da administração nos setores em que atua. Nenhum dos membros da administração está sujeito a contratos de trabalho de longo prazo ou a acordos de não concorrência. Não há qualquer garantia de que a Companhia conseguirá reter os membros da atual administração ou contratar novos membros qualificados. A perda de alguns dos membros da alta administração ou a incapacidade de atrair e reter executivos experientes para administrar e expandir suas operações poderá impactar negativamente a capacidade de conduzir seus negócios com sucesso e implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia.

Falhas na gestão de ativos poderão afetar a credibilidade e rentabilidade da Companhia.

Grande parte do sucesso da Companhia depende da gestão eficiente de sua mão de obra e equipamentos, bem como de sua capacidade de identificação da necessidade de investimentos e desinvestimentos serem realizados em ativos e equipamentos que devam ser utilizados pela Companhia na prestação de serviços a seus clientes.

A Companhia realiza seus investimentos e desinvestimentos em ativos e equipamentos baseados numa projeção de demanda por seus produtos ou serviços. Caso tal projeção não se confirme ou se altere, a rentabilidade da Companhia poderá ser afetada em termos de retorno sobre o capital investido.

Adicionalmente, para a precificação dos valores a serem cobrados pela prestação de serviços a seus clientes, a Companhia contabiliza os equipamentos, mão de obra e demais materiais necessários para a execução dos trabalhos. Caso a Companhia não seja eficiente nesta contabilização, poderá ter sua rentabilidade afetada negativamente, que poderá resultar em um efeito adverso relevante sobre a condição financeira da Companhia.

A Companhia enfrenta competição significativa em todas as suas áreas de atuação.

A Companhia possui fortes concorrentes em todas as áreas de atuação, e está sujeita à competição adicional no caso de surgimento de novos competidores ou da entrada no mercado brasileiro de competidores estrangeiros. Diversos fatores influenciam a decisão dos clientes no momento de contratar um prestador de serviços, incluindo a qualidade e confiabilidade dos serviços, o grau de inovação agregado pelo contratado e o preço cobrado. Os concorrentes da Companhia dedicam esforços substanciais para ampliar sua posição no mercado, estando a Companhia sujeita ao risco de perder clientes.

Adicionalmente, a Companhia integra um mercado fragmentado, com um considerável potencial de crescimento de seus concorrentes, em razão da presença de empresas que oferecem serviços menos sofisticados e, portanto, de menor custo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, as indústrias podem desenvolver internamente áreas complementares às suas atividades principais, de forma a não mais demandar os serviços da Companhia ou mesmo a concorrer com ela. Todos os eventos acima podem levar a uma redução no nível de demanda por serviços da Companhia ou um eventual aumento na competição, o que pode afetar seus resultados operacionais e, consequentemente, o preço de mercado das ações.

A concepção de soluções de engenharia e inovações tecnológicas, que agreguem valor aos serviços é fundamental na manutenção da posição de liderança e na expansão dos negócios da Companhia.

O negócio da Companhia demanda que esteja constantemente em linha com as mais recentes soluções de engenharia e inovações tecnológicas da indústria. Para tanto, é fundamental que a Companhia conte com pessoal qualificado e infraestrutura adequada, além de manter e ampliar seu relacionamento com fornecedores com histórico de inovação. Caso a Companhia não tenha sucesso em prover soluções de engenharia diferenciadas ou não seja capaz de adquirir ou licenciar novas tecnologias de terceiros em condições aceitáveis, os serviços poderão ficar defasados em relação aos serviços dos concorrentes, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e, consequentemente, resultando em um impacto adverso em suas operações, resultados operacionais e, consequentemente, o preço de mercado das ações da Companhia.

Caso a Companhia seja incapaz de contratar e reter mão de obra qualificada e treinar seus profissionais, o potencial de expansão dos negócios poderá ser afetado.

Parte do sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar e reter profissionais capacitados para a condução de seus negócios. Há competição na atração de profissionais qualificados no setor de engenharia e prestação de serviços industriais com diversas outras empresas e não se pode assegurar que a Companhia será capaz de reter os profissionais em seus quadros, caso não seja capaz de manter sua cultura corporativa e um patamar de remuneração atrativo ou, em caso de expansão de suas atividades, atrair pessoal qualificado em número suficiente para acompanhar seus crescimento. A Companhia acredita que a contratação e retenção de mão de obra qualificada seja um fator fundamental para o sucesso dos negócios e da estratégia de crescimento. A não consecução de tal estratégia, ou sua execução em termos insatisfatórios, poderá resultar em um impacto adverso em suas operações, resultados operacionais e, consequentemente, o preço de mercado das ações da Companhia.

Questões trabalhistas podem vir a interromper as operações da Companhia.

A Companhia possui convenções com sindicatos, que são renegociadas anualmente. A renegociação pode tornar-se mais difícil à medida que os sindicatos busquem aumentos salariais. Caso não seja possível alcançar acordos nessas renegociações, as atividades e serviços prestados pela Companhia podem vir a ser interrompidos, com risco de descumprimento contratual junto aos clientes capazes de gerar obrigações indenizatórias em desfavor da Companhia, resultando em um impacto adverso em suas operações, resultados operacionais e, consequentemente, o preço de mercado das ações da Companhia.

O sucesso da Companhia depende, em grande parte, da qualidade e segurança dos serviços e produtos.

O sucesso da Companhia depende, em grande parte, da qualidade, treinamento de pessoal e segurança das máquinas e equipamentos que são utilizados na prestação dos serviços aos clientes. Caso ocorram falhas de segurança que provoquem algum tipo de acidente, causem atrasos nas operações dos clientes, ou ainda não atinjam o padrão de qualidade e segurança esperado, o relacionamento com os clientes e parceiros poderá ser abalado, afetando a reputação e a força da marca, e a Companhia poderá perder participação no mercado, além de estar sujeita ao pagamento de multas e indenizações e, ainda, a ser ré em processos administrativos ou judiciais, bem como a desembolsos financeiros. A ocorrência de qualquer

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desses fatores poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e impactar negativamente seus resultados e sua reputação.

As apólices de seguros mantidas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

Não é possível garantir que as apólices de seguro contratadas pela Companhia serão suficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro. Da mesma forma, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra, caso fortuito, atos de terrorismo, força maior ou interrupção de certas atividades). Na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais para recomposição ou reforma de instalações e equipamentos.

Adicionalmente, não é possível garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, incluindo acidentes de trabalho e erros de projeto, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Ainda, não é possível assegurar que a Companhia será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis e em termos aceitáveis no futuro ou contratá-las com as mesmas companhias de seguro nas bases atuais, aumentando significativamente seus custos, o que poderia resultar em um impacto adverso em suas operações e resultados operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos administrativos ou judiciais nos quais a Companhia é parte podem afetar de maneira adversa os resultados.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total dos processos envolvendo contingências passivas possíveis e prováveis relevantes da Companhia (posição consolidada) era de R$ 12,1 milhões, para os quais haviam sido constituídas provisões no montante de R$ 3,3 milhões, referentes às contingências classificadas como prováveis. Para maiores informações, ver item 4.3 e 4.3.1 deste Formulário de Referência.

Decisões desfavoráveis aos interesses da Companhia que envolvam ou alcancem valores substanciais, poderão acarretar o desembolso de valores significativos, causando um efeito adverso relevante sobre as operações e resultados da Companhia. Adicionalmente, caso tais processos tenham por objeto a apuração de ato de negligência, imperícia ou imprudência supostamente praticado pela Companhia, o envolvimento em referidas ações, independentemente de qual seja o resultado, poderá afetar sua imagem e reputação no mercado e prejudicar seus resultados operacionais e financeiros.

Caso a Companhia não seja capaz de identificar e concluir aquisições estratégicas, seu crescimento pode ser prejudicado. Dificuldades na integração de empresas adquiridas pela Companhia podem afetar seus resultados operacionais.

A Companhia integra um mercado consideravelmente fragmentado, com acesso restrito ao crédito. Acredita-se, portanto, que o setor atravessará nos próximos anos um processo de consolidação, cujo resultado poderá alterar de forma substancial a posição de mercado das empresas atualmente envolvidas nesse setor. Especificamente com relação à estratégia de crescimento da Companhia, considera-se que fusões e aquisições constituem-se uma das maneiras de expandir os negócios, inclusive geograficamente, de forma rápida e eficiente. Todavia, caso a Companhia não seja capaz de identificar fusões e aquisições estratégicas e/ou de concluir tais aquisições em termos favoráveis, essa estratégia de expansão poderá ser prejudicada. Adicionalmente, a Companhia poderá não conseguir promover, nos prazos e nas condições determinados pela administração, a integração às operações de novos negócios que vier a adquirir, o que pode comprometer o retorno de tais operações para os negócios e o aproveitamento de sinergias e, consequentemente, afetando de forma adversa suas operações e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de integrar adequadamente as operações de outras companhias que venham a ser adquiridas por ela ou de alcançar os benefícios esperados decorrentes de tais aquisições.

Aquisições, especialmente aquelas que envolvam empreendimentos de grande porte, podem apresentar desafios, tanto de gestão, quanto operacionais, como o desvio da atenção da administração do negócio existente e dificuldades na integração de operações e pessoal. Qualquer falha em novos negócios ou na administração de quaisquer alianças novas pode afetar negativamente o negócio e o desempenho financeiro da Companhia. Adicionalmente, alguns dos maiores concorrentes da Companhia podem buscar crescimento por meio de aquisições e alianças, o que pode diminuir a probabilidade de a Companhia obter sucesso na conclusão de aquisições e alianças. Aquisições também podem expor a Companhia ao risco de responsabilidade de sucessor em relação a ações ajuizadas anteriormente envolvendo uma empresa adquirida, ou obrigações contingentes incorridas antes da aquisição. O processo de auditoria conduzido em associação à aquisição e quaisquer garantias contratuais ou eventuais indenizações que a Companhia receber dos vendedores das empresas adquiridas podem não ser suficientes para proteger a Companhia ou compensá-la por obrigações efetivas. Obrigações decorrentes da aquisição de outra companhia, como obrigações trabalhistas ou ambientais, podem afetar negativamente a reputação e o desempenho operacional e financeiro da Companhia, reduzindo, assim, os benefícios da aquisição.

Caso não seja capaz de cumprir com as leis e normas destinadas a impedir a corrupção governamental em países em que opera (exclusivamente, o Brasil), a Companhia pode ficar sujeita a multas, penalidades ou outras sanções regulatórias, e suas vendas e lucratividade podem sofrer quedas significativas.

As políticas e procedimentos anticorrupção da Companhia podem não impedir que a administração da Companhia, funcionários ou terceiros atuem em seu nome de forma que viole legislações e regulamentos, por exemplo, no âmbito de pagamentos indevidos a funcionários do governo para obter ou manter vantagens comerciais ou empresariais. As leis que proíbem tais comportamentos incluem, mas não se limitam, a leis relativas à Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 1997 sobre Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, como a Lei de Práticas de Corrupção Externa dos EUA e a Lei Federal nº 12.846, de 29 de janeiro de 2014 ("Lei Anticorrupção"). Qualquer violação a estas legislações pode ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, incluindo na captação de empréstimos e financiamentos. A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou inspeções pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R$ 6.000,00 e R$ 60.000.000,00. Entre outras sanções, a Lei Anticorrupção também prevê a apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente, a suspensão ou a proibição parcial das operações, a dissolução da entidade e/ou a proibição de receber incentivos, subsídios, doações ou financiamentos do governo ou de entidades controladas pelo governo por um período de até cinco anos. Ao avaliar as penalidades no âmbito da Lei Anticorrupção, as autoridades brasileiras podem considerar a adoção de um programa efetivo de compliance. Outras leis aplicáveis a violações relacionadas à corrupção, como a Lei Federal nº 8.492, de 2 de junho de 1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), também preveem penalidades que incluem a proibição de celebrar contratos com o governo por um período de até 10 (dez) anos. Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, consequentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas. Consequentemente, se a administração da Companhia, funcionários ou terceiros, agindo em seu nome envolverem-se em qualquer investigação ou processo anticorrupção ou criminal em conexão com seus negócios,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente de forma relevante tanto em relação ao seu aspecto financeiro, quanto em relação à sua imagem.

A Companhia pode ser alvo de tentativas de ameaças cibernéticas no futuro, as quais podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a fraudes e roubos em potencial por criminosos virtuais, que estão se tornando cada vez mais sofisticados, buscando obter acesso não autorizado ou explorar pontos fracos que possam existir nos sistemas da Companhia. O monitoramento e desenvolvimento das redes e infraestrutura de tecnologia da informação para prevenir, detectar, tratar e mitigar riscos de acesso não autorizado, uso indevido, vírus de computador e outros eventos que podem ter um impacto de segurança podem não ser eficazes para proteger a Companhia contra ataques cibernéticos e outras violações relacionadas nos seus sistemas de tecnologia da informação. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação, dos quais dependem as operações da Companhia, podem ter um efeito adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia. A Companhia armazena informações altamente confidenciais em seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo informações relacionadas aos seus produtos. Se os servidores da Companhia ou de terceiros nos quais os dados da Companhia são armazenados forem objeto de invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outros ataques cibernéticos, as informações confidenciais da Companhia poderão ser roubadas ou destruídas. Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores ou clientes da Companhia, seja por si ou por terceiros, pode (i) sujeitar a Companhia à aplicação de penalidades civis e criminais; (ii) ter um impacto negativo na reputação da Companhia; e/ou (iii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, terceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um impacto adverso nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

***Rescisão do contrato com a empresa escocesa Safehouse Habitats (Scotland) Ltd*.**

Possuímos contrato de operações conjuntas com a empresa escocesa Safehouse Habitats (Scotland) Ltd ("SHS"), iniciado em 2013 e renovado até 31 de dezembro de 2021, por meio do qual nos é concedida licença exclusiva e intransferível, em todo território nacional, do know-how de sistemas e métodos de trabalho relativos ao fornecimento e instalação de habitáculos pressurizados para a comercialização e locação a terceiros de produtos (Kits de habitáculo e totalidade de equipamentos e materiais complementares para uso em plataformas offshore, refinariais onshore e plantas petroquímicas, dentre outras unidades industriais), além do fornecimento de serviços (pacotes de transporte mobilizados, instalações, engenharia e manutenção dos produtos ora mencionados).

Caso este contrato seja descontinuado, a Companhia poderá ter o seu portfólio de produtos reduzido e sua rentabilidade afetada.

Rescisão do contrato com a empresa escocesa WEB Rigging Ltd

Possuímos contrato de fabricação de pisos para o sistema WEB Deck™ (renomeado no Brasil para PrinerDeck para fins de comercialização) de tecnologia da empresa escocesa WEB Rigging Ltd, iniciado em 2016 e com validade até 2 de junho de 2021, por meio do qual nos é concedida licença exclusiva e intransferível, em todo território nacional, do know- how de sistemas e métodos de trabalho relativos à fabricação, fornecimento e instalação do sistema de acesso WEB Deck™ para a comercialização e locação a terceiros de produtos (conjuntos completos de materiais e engenharia para montagem de acesso para uso em pontes, viadutos, píeres, plataformas offshore, refinarias e plantas petroquímicas, dentre outras unidades comerciais e industriais), além do fornecimento de serviços (logística de mobilização, instalação, engenharia e manutenção dos produtos ora mencionados).

Caso referido contrato seja descontinuado, a Companhia poderá ter o seu portfólio de produtos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reduzido e sua rentabilidade afetada.

A Companhia pode não ser capaz de atender toda a demanda pelos serviços em prazos satisfatórios para seus clientes.

A Companhia tem um número limitado de equipamentos para alocar em cada projeto em que atua. Atrasos e interrupções na fabricação e manutenção de tais equipamentos e de seus respectivos componentes, assim como aumentos repentinos na demanda pelos serviços, podem impedir a Companhia de prestar seus serviços pontualmente e de atender a todos os clientes de forma satisfatória e eficiente, por conta da ocorrência dos seguintes fatores, dentre outros: (a) incapacidade de atender satisfatoriamente as necessidades dos clientes; (b) atrasos causados pelos fornecedores;
(c) insuficiência de capacidade instalada; (d) falhas nos equipamentos; (e) carência de mão de obra, greves e disputas trabalhistas; (f) falhas na prestação de serviços públicos, especialmente de energia elétrica; (g) interrupção ou atraso no sistema de transporte dos equipamentos; (h) alterações nas regulamentações de importação; (i) fatores macroeconômicos; e (j) catástrofes naturais.

Além de eventuais penalidades pelo descumprimento de contratos vigentes, conforme aplicável, caso a Companhia não seja capaz de cumprir seus prazos, seja por problemas de sua responsabilidade, seja por motivos que fogem ao controle da administração, poderá perder a confiança dos seus clientes e, consequentemente, sofrer diminuições nas demandas por seus serviços, o que poderá afetar adversamente as operações, resultados operacionais e preço de mercado das ações da Companhia.

Os controles internos da Companhia podem não detectar falhas.

Os controles internos da Companhia poderão não ser bem-sucedidos em sua função de prevenir ou detectar todas as práticas inadequadas, fraudes ou violações às leis ou às políticas internas da Companhia, incluindo leis anticorrupção e normas de *compliance*, por parte de seus colaboradores, administradores, parceiros, agentes e fornecedores ou evitar que tais pessoas pratiquem ações violando as políticas e procedimentos da Companhia. A Companhia está exposta a comportamentos incompatíveis com a sua ética e padrões de conformidade. A Companhia também está sujeita a violações de seu código de conduta em decorrência de conduta ilícita nos negócios bem como à ocorrência de comportamento fraudulento e desonesto por parte das pessoas acima mencionadas. Tal descumprimento pode resultar em penalidades, contingências, multas, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia, perda de licenças e impossibilidade de contratação com poder público, bem como prejuízos à reputação da Companhia. Todas as circunstâncias descritas acima podem ter um efeito material adverso sobre seu negócio, seus resultados operacionais, sua situação financeira e imagem.

A Companhia pode não ser capaz de captar clientes e estabelecer novos negócios no ritmo necessário para o desenvolvimento de seu segmento de locação.

Os serviços prestados pela Companhia no âmbito de seu segmento de locação são desenvolvidos segundo termos e condições definidos em contratos de prazo geralmente menor do que os prazos praticados no segmento de serviços industriais, demandando, consequentemente, constante geração de novos negócios para que o nível de receita se mantenha constante. Para tanto, considerando a forte concorrência que a Companhia enfrenta nessa unidade de negócio, devem ser realizados significativos investimentos na captação e retenção de clientes e no oferecimento dos serviços a preços cada vez mais competitivos. Caso a Companhia não seja capaz de desenvolver novos negócios para o segmento de locação no ritmo adequado, as operações e o crescimento das atividades desenvolvidas por tal segmento poderão ser adversamente afetados.

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições à reserva legal e outras deduções que reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos acumulados ou ser retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, assim também ficando indisponível para a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, a Companhia poderá não pagar dividendos acima da distribuição mínima obrigatória prevista em seu estatuto social, ou mesmo não distribuir quaisquer dividendos aos seus acionistas, em qualquer exercício fiscal, caso o Conselho de Administração da Companhia informe que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia.

Algumas unidades da Companhia podem ter dificuldades temporárias para realização de suas atividades ou podem sofrer incremento indesejado em seus custos operacionais em função de funcionarem em imóveis locados de terceiros.

Algumas unidades da Companhia operam em imóveis locados de terceiros. Caso os respectivos contratos de locação não sejam renovados ou sejam rescindidos, ou, por qualquer motivo, os proprietários solicitem a desocupação dos imóveis, a Companhia pode ter suas atividades temporariamente prejudicadas ou pode ser obrigada a locar outro imóvel, com preço de aluguel superior àqueles pagos em relação aos imóveis anteriores, ou mesmo mudar para endereço que onere seus custos operacionais, o que pode afetar de forma adversa suas operações e resultados operacionais.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das unidades da Companhia

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização das nossas unidades e devemos obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Na hipótese de não conseguirmos obter, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários ou renová-los, podemos vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou a interdição de nossas unidades, o que pode afetar de forma adversa as operações e resultados da Companhia.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

b) ao seu Controlador

Em fevereiro de 2020, a Companhia realizou seu IPO (Initial Public Offering), através da distribuição primária de 17.391.304 (dezessete milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias e da distribuição secundária de 2.608.695 (dois milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias. O valor total foi de R$ 200 milhões, sendo R$ 174 milhões referentes a distribuição primária e R$ 26 milhões referentes a secundária. O início de negociações das ações no segmento Novo Mercado da B3 ocorreu em 17 de fevereiro de 2020.

Após o IPO, através da oferta primária e da oferta secundária do Controlador para o mercado, resultou na diluição do Controlador, sendo assim, a Priner passa a não ter um controlador e nem grupo de controle.

Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

c) a seus Acionistas.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais. O mercado brasileiro de valores mobiliários experimenta flutuações de liquidez e volatilidade que acompanham tendências, fatos e eventos nacionais e internacionais. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de emissão da Companhia.

d) a suas Controladas e Coligadas.

A Companhia entende que os riscos aplicáveis às suas controladas e coligadas são os mesmos riscos aplicáveis à Companhia, apresentados no item (a) acima.

e) a seus Fornecedores.

A variação dos preços de matérias primas, componentes e equipamentos utilizados nas operações ou de commodities podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Determinadas matérias-primas e componentes utilizados nas operações da Companhia estão sujeitas a variações repentinas e significativas de preços, sobre as quais ela não possui controle. Uma parcela relevante dos custos que formam o preço dos componentes, máquinas e equipamentos que a Companhia adquire ou loca de terceiros é representada por *commodities*, tais como aço e alumínio, entre outros. Um aumento dos preços de tais *commodities* tende a causar um crescimento equivalente nos custos operacionais dos fornecedores e, consequentemente, reajustes nos preços dos produtos por eles produzidos. Caso tais reajustes venham a ocorrer, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos a seus clientes e estará sujeita a um impacto adverso nos seus custos e resultados operacionais.

Adicionalmente, alguns equipamentos utilizados pela Companhia são importados, inexistindo substitutos nacionais com as mesmas características e de qualidade equivalente, e seus preços são definidos em moeda estrangeira. A depreciação do Real em relação à moeda estrangeira utilizada em tais contratos poderá tornar difícil o repasse de diferença cambial para seus clientes, o que poderá aumentar significativamente seus custos, o que poderia resultar em um impacto adverso em suas operações e resultados operacionais.

A Companhia é dependente de terceiros para fabricar os componentes ou fornecer as máquinas e equipamentos que utiliza.

A Companhia deixa a cargo de terceiros a fabricação dos componentes, das máquinas e dos equipamentos que utiliza, além de adquirir de terceiros, os insumos que utiliza na prestação dos serviços. A Companhia não possui por prática manter estoques significativos dos equipamentos utilizados além do nível de ociosidade mínimo que as operações exigem, a não ser em épocas em que os segmentos por ela atendidos apresentem níveis de atividade atipicamente baixos. Dessa forma, a Companhia está sujeita a ter de lidar com atrasos ou aumento de prazos ou preços por parte dos fornecedores, o que pode prejudicar a pontualidade na prestação dos seus serviços e fornecimento dos seus equipamentos a seus clientes. Adicionalmente, caso os fornecedores

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

não sejam capazes de atender a um eventual aumento da demanda por seus produtos, a Companhia poderá não conseguir adquirir a quantidade de equipamentos, matérias primas ou insumos necessários ao desenvolvimento de suas operações.

O mesmo cenário pode se configurar caso a Companhia interrompa suas compras com um fornecedor e, por conta de tal interrupção, este fornecedor não a atenda posteriormente, seja por ter reduzido ou alterado sua produção, por ter comprometido sua capacidade com terceiros ou por quaisquer outros motivos. Caso tais atrasos ou falta de produtos sejam recorrentes, a Companhia poderá não conseguir substituir seus fornecedores com a agilidade necessária para atender à demanda de seus clientes. Ademais, restrições à importação ou um aumento de impostos sobre a importação de equipamentos também poderão prejudicar suas atividades.

Caso qualquer dos eventos descritos acima ocorra, a Companhia poderá sofrer uma redução da demanda pelos serviços o que, consequentemente, poderá prejudicar seus resultados e situação financeira de forma adversa relevante.

f) a seus Clientes.

A Companhia possui uma concentração de principais clientes responsáveis por uma parcela significativa de suas receitas.

A Companhia dispõe de um alto nível de concentração de suas receitas em alguns principais clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019, 10 clientes representaram, aproximadamente, 80% e 85%, respectivamente, das receitas líquidas totais da Companhia. Para mais informações, vide item 7.4 deste Formulário de Referência.

Considerando tal cenário, a migração de um ou mais dos principais clientes da Companhia para seus concorrentes pode afetar de modo adverso os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de crédito e inadimplência de clientes.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito dos clientes. Alguns clientes da Companhia podem apresentar restrições financeiras ou problemas de liquidez que podem ter um efeito negativo significativo na sua capacidade de solvência. Problemas financeiros graves enfrentados pelos clientes da Companhia podem resultar em uma diminuição no fluxo de caixa operacional da Companhia e, ao mesmo tempo, reduzir ou limitar a demanda futura por esses clientes pelos produtos e serviços da Companhia, o que pode ter um efeito adverso sobre os negócios, resultado das operações e condição financeira da Companhia.

Adicionalmente, as provisões para créditos de liquidação duvidosa que a Companhia constitui mensalmente podem não ser suficientes para fazer frente a eventuais inadimplementos de clientes. Perdas acima das expectativas da Companhia (e, portanto, não refletidas nas provisões) podem impactar adversamente os resultados da Companhia.

Além disso, a Companhia está sujeita a outros riscos relacionados a conduta de seus clientes, incluindo riscos relacionados à reputação de seus clientes, como, por exemplo, descumprimento por parte de seus clientes de leis de combate à corrupção ou lavagem de dinheiro, embargos, violações trabalhistas, dentre outros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia tem exposição a clientes que estão relacionados em investigações policiais ligadas a sociedade de economia mista e/ou empresas públicas.

Em 31 de dezembro de 2019, aproximadamente 16% da receita líquida total da Companhia era proveniente de empresas e seus respectivos consórcios que estão sendo relacionadas, de alguma forma, com as investigações para apuração do crime de corrupção na Petrobras ("Operação Lava Jato"). Em referida data, a Companhia possuía saldo a receber líquido de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa de referidos clientes envolvidos na Operação Lava Jato no montante de aproximadamente R$3,5 milhões, considerando sua posição consolidada. Desdobramentos das investigações podem causar a diminuição das atividades de referidas empresas ou mesmo a extinção das mesmas, o que poderá resultar em atrasos no recebimento das receitas esperadas de tais clientes, comprometimento da demanda futura aos serviços prestados pela Companhia e/ou o inadimplemento por clientes de contratos já celebrados com a Companhia, resultando em um impacto adverso relevante nos resultados da Companhia

Flutuações nos preços de commodities podem afetar as decisões de investimento dos clientes diretos ou finais (e indiretos) da Companhia, bem como os custos dos equipamentos e, consequentemente, sujeitá-la a riscos de cancelamento e atrasos nos projetos, mudanças nas datas e financiamento de novos pedidos ou perda de receita.

Preços de *commodities* podem afetar os clientes diretos ou finais (e indiretos) da Companhia em diversos aspectos. Por exemplo, para clientes que produzem petróleo, gás natural, aço, cobre ou fertilizantes, flutuações nos preços de seus produtos podem ter um impacto direto em suas margens de lucro e fluxo de caixa e, consequentemente, na decisão de manter seus investimentos ou de realizar novos desembolsos de capital. Caso os clientes adiem novos investimentos e/ou cancelem ou atrasem projetos em andamento, a demanda pelos serviços da Companhia sofrerá uma redução, o que poderá ter um efeito adverso relevante nas suas operações e situação financeira.

g) aos setores da economia nos quais o Emissor atue.

A demanda por serviços da Companhia está relacionada ao crescimento dos setores de engenharia, construção e infraestrutura.

A demanda por serviços da Companhia está relacionada ao volume de investimentos públicos e privados realizados nos setores de engenharia, construção e infraestrutura. De forma geral, grandes projetos de engenharia e infraestrutura conduzidos no Brasil contam, em maior ou menor grau, com a participação do setor público, seja através de investimentos ou de financiamentos.

Historicamente, a realização de investimentos públicos no Brasil é influenciada por fatores macroeconômicos, políticos e legais, os quais fogem inteiramente ao controle da administração da Companhia. Tais fatores podem, inclusive, determinar a suspensão ou o cancelamento de projetos que dependam do setor público, o que poderá afetar de forma relevante as operações dos clientes e, consequentemente, a demanda pelos serviços da Companhia. Caso não sejam confirmadas as expectativas acerca dos investimentos públicos a serem realizados nos próximos anos, especialmente nos setores de construção e infraestrutura, as operações dos clientes (e, consequentemente, as operações e resultados da Companhia) poderão ser afetadas adversamente.

h) à regulação dos setores nos quais o Emissor atue.

A Companhia atua em um segmento que envolve riscos para seus empregados e para os empregados de terceiros, inclusive risco de vida.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nos termos da legislação vigente, a Companhia é obrigada a oferecer equipamentos de proteção individual aos empregados diretos e terceirizados alocados nas suas instalações e a fiscalizar a utilização dos equipamentos de proteção individual por todos empregados, sob pena de ser responsabilizada por eventuais acidentes de trabalho.

Caso haja falhas no fornecimento de equipamentos de proteção individual ou na fiscalização da utilização desses equipamentos por todos os empregados ou, ainda, caso as empresas terceirizadas não tenham o mesmo nível de preocupação que a Companhia com a segurança dos empregados, a Companhia pode ser considerada responsável pela ocorrência de acidentes de trabalho nas suas instalações, o que, além de diminuir a força de trabalho disponível, pode sujeitar a Companhia ao pagamento de pensões e altas multas e indenizações aos colaboradores afetados.

Mudanças introduzidas na regulamentação acerca de procedimentos de segurança no trabalho podem impor obrigações adicionais e representar um aumento dos custos decorrentes de investimentos em equipamentos e práticas de segurança do trabalho. A Companhia não tem como garantir que as mudanças introduzidas na legislação aplicável não serão relevantes. Por exemplo, alterações que imponham a redução da jornada de trabalho por motivos de segurança de trabalho podem acarretar uma redução na produtividade dos seus colaboradores diretos e terceirizados e podem obrigar a Companhia a contratar mais colaboradores e a adotar regras exigindo componentes adicionais de segurança, o que pode aumentar os custos com mão de obra e equipamentos, afetando negativamente os custos operacionais e os resultados financeiros da Companhia.

A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar a assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia pode ter que recorrer a profissionais e empresas terceirizados em períodos de rápido crescimento da demanda pelos serviços. De acordo com a legislação trabalhista, a Companhia pode ser considerada como responsável subsidiária pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes aos colaboradores terceirizados, pelo período da prestação de serviços do colaborador terceirizado para a Companhia.

Adicionalmente, caso seja verificada a existência de elementos da relação de emprego, sobretudo de pessoalidade e subordinação, entre os colaboradores terceirizados e a Companhia, a justiça do trabalho pode declarar a Companhia como empregadora direta dos colaboradores terceirizados e reconhecer a responsabilidade solidária entre a Companhia e a empresa prestadora de serviços pelo pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes ao período no qual o colaborador trabalhou para a Companhia.

A ocorrência de eventuais contingências relacionadas aos colaboradores terceirizados é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a ocorrer, poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia. Além disso, a edição de regras mais rígidas relativas à terceirização ou que imponham mais responsabilidades ao beneficiário dos serviços poderá acarretar um aumento nos custos com mão de obra, impactando negativamente a situação financeira da Companhia.

i) aos países estrangeiros nos quais o Emissor atue.

Não aplicável. A Companhia não possui atividades em países estrangeiros.

j) a questões socioambientais

As atividades exercidas pela Companhia são sensíveis a mudanças relevantes no clima.

A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar a modificação das especificações técnicas dos projetos e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

equipamentos, a utilização de insumos adicionais e a introdução de novas práticas na prestação dos serviços. Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos de clientes em geral, o que pode levar ao adiamento de projetos e impactar negativamente os níveis de demanda. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade dos equipamentos e serviços face a condições naturais diferentes das existentes quando da elaboração de cada projeto ou da contratação, é possível que ocorra a perda de participação de mercado para os concorrentes e o resultado operacional e condição financeira restem adversamente afetados.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, que abrange, inclusive, os normativos introduzidos no sistema legal em função de acordos e tratados internacionais de que o Brasil é ou venha a ser signatário.

A ocorrência ou a percepção quanto a mudanças climáticas em âmbito nacional e internacional pode levar à edição de normas ambientais mais rigorosas. O cumprimento da legislação ambiental no Brasil é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor, entre outras penalidades, sanções administrativas por eventual inobservância dessas normas. As sanções administrativas podem implicar em multas que podem alcançar o valor de até R$ 50 milhões, cancelamento de autorizações ou a revogação de licenças ambientais e suspensão das atividades da Companhia. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e sobre os resultados. Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para os empreendimentos e atividades, e a disposição irregular dos resíduos das atividades de pintura e reparação de equipamentos, podem implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados.

As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas ou, ainda, inviabilizar as captações de recursos junto ao mercado financeiro. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental das atividades da Companhia, assim como a incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, podem exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos e podem acarretar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e valor de mercado das ações da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

As condições políticas e econômicas do Brasil e a percepção do mercado internacional das referidas condições podem afetar de forma adversa os nossos negócios e o acesso aos mercados de capitais bem como os resultados das nossas operações e a nossa condição financeira.

A nossa condição financeira e os resultados das nossas operações dependem da economia brasileira, uma vez que nossas atividades ocorrem exclusivamente no Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,0% e 1,1% em 2017 e 2018, respectivamente, após duas quedas consecutivas de 3,8% e 3,6% em 2015 e 2016.

Em 2020, a epidemia do novo COVID-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global.Caso o contágio não seja controlado, as restrições devem continuar afetando a atividade econômica. A materialização desses riscos tem afetado o crescimento global e pode reduzir as expectativas de taxas de crescimento do país e, por conseguinte, impactar negativamente as estratégias de negócios da Companhia, os resultados das suas operações e a sua condição financeira.

O grupo Priner está monitorando diariamente os desdobramentos do CORONAVÍRUS (COVID-19) em seus negócios e implementando ações a fim de preservar seus colaboradores, sua liquidez e o atendimento a seus clientes. No momento, para médio e longo prazos, permanecemos com objetivo de utilizar os recursos do IPO (Initial Public Offering) para realização de operações de M&As, modernização de equipamentos e reforço de capital de giro, sabedores que a retomada dessas ações dependerá dos desdobramentos do CORONAVIRUS (COVID-19) e do completo entendimento de seus impactos em nossa sociedade.

A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

O governo brasileiro exerce influência significativa sobre a economia do País. Essa influência e ações governamentais decorrentes das condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os nossos negócios.

O governo brasileiro administra a economia por meio de políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial, dentre outras. Nesse contexto, descontrole inflacionário, grandes oscilações cambiais, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos e diplomáticos, assim como a resposta do Governo Federal para tais acontecimentos, podem afetar os negócios e estratégias da Companhia.

Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais e monetárias;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- taxas de juros;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente os negócios da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

A volatilidade cambial pode influenciar adversamente a economia do país e os nossos resultados operacionais.

Tendo como pano de fundo a fomentação das exportações e, por consequência, a melhora dos índices

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

da taxa de emprego, o incremento do saldo da balança comercial e a ampliação das reservas internacionais, o Governo Federal tem adotado uma política cambial flutuante, mas com intervenções quando julga necessário. Este controle visa também evitar grandes variações no câmbio em períodos curtos, o que é indesejável para o planejamento das companhias. Como qualquer outro país, a moeda brasileira é sensível a mudanças na política monetária e cambial das demais nações, em especial dos Estados Unidos. Não se pode garantir que o Real irá valorizar ou desvalorizar no futuro, estando a nossa Companhia exposta as consequências destas flutuações na rentabilidade do negócio.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises ou políticas econômicas de outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos emitidos por nós, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações, além de afetar adversamente nossa capacidade de financiamento. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significante retirada de recursos do País e queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão.

Risco de Inflação

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do País. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (META SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a taxa básica de juros encerrou em 7%, 6,50% e 4,50%, respectivamente. Não há qualquer garantia de que eventuais aumentos em nossos custos em razão da inflação serão repassados aos consumidores finais de nossos produtos. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do País e sobre nossas atividades. Uma maior rigidez das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, consequentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem afetar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a mensuração das dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais deverão ser liquidados com pagamentos à vista e/ou com outros ativos financeiros.

A abordagem da Administração na administração de liquidez é de garantir, no máximo grau possível, que a Companhia possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nas datas dos vencimentos, em condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um total de R$ 2.700 de limite de cheque especial aprovados, nos bancos Santander, ABC, Bradesco, Fibra e Daycoval, sendo R$ 1.900 na Priner Serviços e R$ 800 na Smartcoat.

A tabela a seguir analisa os principais ativos e passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

					Controladora
	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Outros créditos a receber – partes relacionadas	589	30	-	24.788	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(392)	(886)	(3.334)	(2.003)	-
Instrumentos financeiros (swap)	138	280	-	-	-
Debêntures	(8)	(17)	(12.680)	(28.263)	(40.123)
Contas a pagar por aquisição societária	(4.343)	(400)	(4.064)	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	(5.885)	(2.023)	(545)	-	-
Operação de risco sacado	(767)	(1.243)	-	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas	-	(1.257)	(1.611)	-	-
Total por período	**(10.668)**	**(5.516)**	**(22.234)**	**(5.478)**	**(40.123)**
Em 31 de dezembro de 2018					
Outros créditos a receber - partes relacionadas	-	1.456	-	779	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(7.124)	(6.994)	(23.849)	(9.367)	(2.308)
Instrumentos financeiros (swap)	173	352	1.659	258	-
Contas a Pagar por Aquisição Societária	(126)	(128)	(6.952)	(2.641)	-
Mútuo – partes relacionadas	-	-	-	(5.667)	-
Fornecedores e partes relacionadas	-	(6.634)	(6.449)	-	-
Total por período	**(7.077)**	**(11.948)**	**(35.591)**	**(16.638)**	**(2.308)**

					Consolidado
	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos bancários	(726)	(1.565)	(6.498)	(2.617)	(1.345)
Instrumentos financeiros (swap)	114	232	(224)	-	-
Debêntures	(8)	(17)	(12.680)	(28.263)	(40.123)
Contas a pagar por aquisição societária	(4.343)	(400)	(4.064)	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	(6.042)	(2.885)	(834)	-	(144)
Operação de risco sacado	(2.314)	(3.032)	-	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas	(3.001)	(4.925)	(1.785)	-	-
Total por período	**(16.320)**	**(12.592)**	**(26.085)**	**(30.880)**	**(41.612)**
Em 31 de dezembro de 2018					
Outros créditos a receber - partes relacionadas	-	-	-	245	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(8.121)	(9.161)	(32.542)	(13.060)	(3.631)
Instrumentos financeiros (swap)	160	347	1.589	203	-
Contas a Pagar por Aquisição Societária	(126)	(128)	(6.952)	(2.641)	-

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Mútuo – partes relacionadas	-	-	(2.676)	(4.303)	-
Fornecedores e partes relacionadas	-	(13.246)	-	-	-
Total por período	**(8.087)**	**(22.188)**	**(40.581)**	**(19.556)**	**(3.631)**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é: i. provável; ii. possível; iii. remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo.

A Companhia e/ou suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para fins desta seção 4.3., foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e/ou suas controladas figuram como parte e que possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia e/ou de suas controladas ou individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia e/ou de suas controladas, dentre outros processos cujos aspectos teriam capacidade de influenciar a decisão de investimento dos investidores.

De acordo com as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019, R$ 3,3 milhões estavam provisionados (classificados como processos com chance de perda provável).

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R$ 1,9 milhões (R$ 2,6 milhões em 2018).

Nesse sentido, o saldo de provisões consolidado para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 5,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas figuravam como parte nos seguintes processos judiciais ou administrativos considerados individualmente relevantes.

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas figuravam como parte nos processos trabalhistas individualmente relevantes abaixo descritos. Para informações sobre os processos trabalhistas, dos quais a Companhia e/ou suas controladas figuravam como em tal data, e que possam ser considerados relevantes em conjunto, ver o item 4.6 abaixo.

Processo nº 0101413-86.2018.5.01.0482	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Macaé.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	12/11/2018.
d. partes no processo	Smartcoat (reclamada) X ISS.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Envolvido: 137.280,00. Valor Envolvido Atualizado: R$ 154.323,48.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Quanto aos pedidos: *ex positis*, tem o objetivo de vindicar a tutela jurisdicional do Estado, no sentido de condenar a suplicada a indenizar os danos materiais, e morais, o que para tanto, com base na Instrução Normativa nº. 27, de 16 de fevereiro de 2005, do E TST, requer: 1 – A citação da suplicada, para comparecer à audiência a ser designada, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato; 2 – Seja mormente julgado procedente os pedidos, condenando a suplicada a pagar à autora: 2.1) A indenização destinada a compensação da redução da capacidade laborativa do autor, calculados a partir da redução média mensal dos rendimentos do trabalhador, calculado na proporção de uma remuneração mensal, multiplicado pela longevidade média do trabalhador brasileiro (70 anos) e subtraída da idade atual da trabalhadora na época do acidente no trabalho, ou como pedido sucessivo, caso não seja acolhida a pretensão retro, a condenação da suplicada na pensão mensal, desde o evento, de um salário recebido, acrescido de todas as verbas trabalhistas de direito, inclusive gratificação natalina, conforme ficar apurado em liquidação de sentença, o que para tanto deverá a suplicada também ser condenada a constituição de capital na forma do artigo 475 – Q, do CPC, introduzido pela lei 11.232, de 22/12/2005 = R$ 98.280,00; 2.2) A indenização por danos morais, no valor de 50 (cinquenta) vezes a última remuneração do autor = R$ 19.500,00; 2.3) A indenização relativo ao dano estético, no valor de 50 (cinquenta) vezes a última remuneração do autor = R$ 19.500,00; 2.4) A condenação da ré a indenizar ao autor todos os prejuízos que lhe foram causados com medicamentos, hospital, médico, reabilitação e similares, a serem apurados em liquidação de sentença, a título de indenização material; 2.5) A condenação da ré para que os valores das aludidas indenizações, acima mencionadas, sejam corrigidas monetariamente desde o evento, acrescidos de juros de mora a partir da citação 2.6) A condenação da ré no pagamento das custas processuais, despesas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 85 do NCPC. 2.6) Honorários de sucumbência no percentual de 15% (quinze por cento) = R$ 20.592,00; protesta provar o alegado, por todos os meios de prova sem direito permitidas,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	mormente documentos, testemunhas e depoimento pessoal do representante legal da ré, sob pena de confissão
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante: (i) pelo potencial valor da condenação; e (ii) pela natureza da causa de pedir (acidente de trabalho).

Reclamação Trabalhista nº 0100576-94.2019.5.01.0482	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Macaé.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	27/05/2019.
d. partes no processo	Smartcoat (reclamada) X LSJ.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R$ 1.815.992,50. Valor envolvido atualizado: R$ 1.947.805,50.
f. principais fatos	A autora ajuizou ação em face das Reclamadas Smartcoat e L. representando a si e seus dois filhos V. V. J. e F. B. R. A autora ajuizou ação com base na responsabilidade civil objetiva do empregador alegando negligência e imprudência das Reclamadas na condução dos serviços de hidrojateamento realizados pelo seu marido, ora falecido em decorrência de um acidente com pistola de hidrojato. A autora requereu tutela de urgência para manutenção do plano de saúde/dentário e ticket de alimentação de R$ 380,00 mensal até o trânsito em julgado, que foi indeferida pelo juízo, decidindo pela realização da audiência a ocorrer em 11/11/2019 primeiramente. Requereu inversão do ônus da prova, bem como pagamento de pensão mensal vitalícia para todos os herdeiros, a tomar-se como base a remuneração mensal do Trabalhador auferida quando do seu desligamento pela a morte, devendo a indenização corresponder ao valor integral da remuneração, reajustável com os índices fixados nas normas coletivas da categoria da mesma, sem limite do termo final, tendo como termo inicial para pagamento da pensão, requer-se seja fixado como sendo a data do óbito do trabalhador, ou seja, dia 07 de novembro de 2017, correspondente a R$ 964.660,027. Requereu que as Reclamadas sejam responsáveis solidárias e sejam condenadas a indenizar por dano moral na importância de 50 (cinquenta) vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	de Previdência Social referente a R$ 291.972,508. Requereu, ainda, a constituição de capital para assegurar o pagamento de verba alimentar em vertente, na forma do que reza o art. 533 do CPC. Bem como, a condenação das Reclamadas ao pagamento indenizatório do plano de saúde plano odontológico, levando em consideração a expectativa de vida do de cujus em 75,8 anos, a contar de 11/04/2019 a 08/08/2048, totalizando R$ 393.300,0010, cumulativamente pleiteia a condenação das Reclamadas ao pagamento indenizatório do ticket alimentação no valor de R$ 380,00 mensal, levando em consideração a expectativa de vida do de cujus em 75,8 anos, a contar de 11/04/2019 a 08/08/2048 (437 meses) na quantia de R$ 166.060,00. Por fim, requereu a condenação das Reclamadas ao pagamento de honorários sucumbenciais no importe de 15% sobre o valor total dos pedidos. Valor da causa: R$ 1.815,992,50 (um milhão oitocentos e quinze mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos). Processo aguardando audiência. Expectativa de término: 5 anos.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante: (i) pelo potencial valor condenação; e (ii) pela natureza da causa de pedir (acidente de trabalho com óbito).

Processo nº 0100330-95.2019.5.01.0483	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Macaé.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	04/04/2019.
d. partes no processo	Smartcoat (reclamada) X MCM.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: 360.152,07. Valor envolvido atualizado: R$ 390.007,90.
f. principais fatos	A Autora ajuizou ação com base na responsabilidade civil objetiva do empregador alegando negligência e imprudência das Reclamadas na condução dos serviços de hidrojateamento realizados pelo seu pai, ora falecido em decorrência de um acidente com pistola de hidrojato. A autora requereu a condenação das Reclamadas, Smartcoat e L. ao pagamento do plano de saúde, levando em consideração a expectativa de vida do de cujus (438) meses, utilizando como média o preço dos planos de saúde, na importância de R$ 270,40 -

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	valor para fins de liquidação do pedido arbitrado em R$ 118.435,20; Bem como, a condenação das Reclamadas solidariamente, em danos morais em valor não menor que 66 (sessenta e seis) salários multiplicado por sua expectativa de vida (438) meses, com fulcro no art. 223-G, §1º, IV da CLT – valor para fins de liquidação do pedido arbitrado em R$ 241.716,87. Requereu, a constituição de capital para assegurar o pagamento de verba alimentar em vertente, na forma do art. 533 do CPC, bem como a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais, na forma do art. 791-A da Lei 13.467/2017. Valor da causa de R$ 360.152,07 (trezentos e sessenta mil, cento e cinquenta e dois reais e sete centavos). Audiência realizada em 30/07/2009, determinada a conexão com novo processo da L. S. de J. de n.º 0100576-94.2019.5.01.0482. Expectativa de término: 5 anos.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante: (i) pelo potencial valor da condenação; e (ii) pela natureza da causa de pedir (acidente de trabalho com óbito).

Processo nº 0100935-52.2016.5.01.0481	
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Macaé.
b. instância	2ª Instância.
c. data de instauração	20/07/2016.
d. partes no processo	Smartcoat (reclamada) X MSM.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R$ 50.000,00. Valor envolvido atualizado: R$ 74.730,07.
f. principais fatos	Ação decorrente de acidente de trabalho com pedido de indenizar o mesmo pelo acidente de trabalho com pedido de: (i) pagamento da indenização, a título de pensão valor R$ 967.388,16 (novecentos e sessenta e sete mil trezentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos); e (ii) despesas do tratamento até o final da convalescença; e (iii) dano moral de R$ 50.000,00. Valor da causa: R$ 50.000 (o valor do risco foi dimensionado a partir da natureza dos pedidos do Reclamante, pois além de pedido indenização de R$ 50.000 pelo dano moral, o mesmo deduz pedido de pensionamento e o quantifica em R$ 967.388,16, entretanto, o fundamento do pedido não importa em desembolso imediato do valor em caso de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	procedência, tal fato está condicionado a hipótese de determinação de constituição de capital na fase de execução conforme artigo 533 do CPC. O pedido de despesas médicas não é possível conhecer pois o Reclamante é beneficiário do plano de saúde da empresa.)
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante: (i) pelo potencial valor da condenação; e (ii) pela natureza da causa de pedir (acidente de trabalho).

Processo nº 0000604-86.2015.5.09.0671	
a. juízo	Vara do Trabalho de Telêmaco Borba - PR
b. instância	
c. data de instauração	01/06/2015
d. partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Telêmaco Borba (autor) X Priner Serviços Industriais S.A. (réu) e K. (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.716.754,23 (valor original do litígio). R$ 1.300.441,33 (valor estimado).
f. principais fatos	Objeto: Piso salarial; reajuste salarial; cesta básica; kit natalino; café-da-manhã e refeição; multas por descumprimento da norma coletiva; homologação das rescisões junto ao sindicado; honorários advocatícios. Resumo do Processo: 20/07/2016 – Apresentado laudo pericial pelo perito. 28/10/2016 – Sentença julgou improcedentes os pedidos em relação à K. e procedentes em parte os pedidos em relação à Priner, deferindo as diferenças salariais decorrentes da não observância do piso e do reajuste salariais previstos nas normas coletivas; o pagamento do valor mensal equivalente a cesta básica; homologação das rescisões dos seus empregados perante o sindicato; pagamento da multa convencional. 06/02/2017 – Sentença julgou procedentes em parte os embargos declaratórios opostos pelas partes. 28/09/2017 – Acórdão julgou procedente em parte o recurso da Priner, para excluir da condenação os reflexos em DSR e determinar a incidência dos honorários assistenciais sobre o valor líquido da condenação; e procedente em parte o recurso do autor para reconhecer a responsabilidade subsidiária da K. 20/11/2017 – Acórdão negou provimento aos embargos declaratórios da K. e deu provimento parcial aos

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	embargos declaratórios da Priner, para prestar esclarecimentos. 13/03/2018 – Acórdão negou provimento aos embargos declaratórios da Priner. 23/03/2018 – Interposto recurso de revista pela Priner. 27/07/2018 – Despacho negou seguimento aos recursos de revista das rés. 13/06/2019 – Acórdão (TST) negou provimento ao agravo de instrumento da Priner e deu provimento ao agravo de instrumento da K. Deu provimento ao recurso de revista da K. para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Origem a fim de que se manifeste sobre o fato de instalação de andaimes pela primeira reclamada e o respectivo pagamento ocorrer por demanda. 19/09/2019 - Acórdão (TST) negou provimento aos embargos declaratórios opostos pela Priner. 02/12/2019 – Acórdão deu provimento parcial aos embargos declaratórios da K., para prestar esclarecimentos, sem efeito modificativo. Situação atual: Aguardando decurso do prazo recursal.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante por se tratar de uma ação civil pública, além do valor pecuniário envolvido.

Processo nº 0020691-64.2013.5.04.0124	
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Rio Grande – RS.
b. instância	2ª instância.
c. data de instauração	21/11/2013.
d. partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos, Eletrônicos, Siderúrgica, Construção e Reparos Navais, Construção e Reparos Off-Shore, Manutenção e Conservação de Elevadores e Refrigeração dos Municípios De Rio Grande e São José do Norte – STIMMMERG (autor) X Priner Serviços Industriais S.A. (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.262.319,29 (valor original do litígio). R$ 0,00 (valor estimado).
f. principais fatos	Objeto: Adicional de periculosidade; adicional de insalubridade e reflexos para os montadores de andaimes. Resumo do Processo: 18/06/2014 – Sentença extinguiu o feito sem resolução do mérito. 03/09/2014 – Acórdão negou provimento ao recurso ordinário do reclamante. 23/09/2014 – Acórdão rejeitou os embargos declaratórios do reclamante. 14/04/2015 – Os autos foram remetidos ao TST para

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	processamento do recurso de revista do reclamante. Situação atual: Aguardando julgamento do recurso de revista do reclamante.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de ação civil coletiva, razão pela qual é considerado processo de grande relevância.

Processo nº 0020716-86.2013.5.04.0121	
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Rio Grande – RS.
b. instância	1ª instância.
c. data de instauração	21/11/2013.
d. partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos, Eletrônicos, Siderúrgica, Construção e Reparos Navais, Construção e Reparos Off-Shore, Manutenção e Conservação de Elevadores e Refrigeração Dos Municípios De Rio Grande e São José do Norte – STIMMMERG (autor) X Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A. (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.040.141,09 (valor original do litígio). R$ 84.084,78 (valor estimado).
f. principais fatos	Objeto: Adicional de periculosidade; adicional de insalubridade e reflexos para trabalhadores do setor de pintura. Resumo do Processo: 20/05/2014 – Apresentado laudo pericial 06/12/2014 – Sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos, deferindo adicional de insalubridade em grau médio e reflexos em relação aos 47 funcionários listados na sentença. 23/02/2015 – Acolhidos os embargos declaratórios da Priner. 27/10/2015 – Acórdão negou provimento aos recursos ordinários das partes. 12/02/2016 – A Reclamada apresentou cálculos de liquidação, reconhecendo como o valor total da execução a quantia de R$ 84.065,39. 16/03/2017 – Apresentado laudo pericial contábil, indicando como valor total da execução a quantia de R$ 109.209,79. 28/04/2017 – Apresentado laudo pericial contábil complementar, indicando como valor total da execução a quantia de R$ 109.086,29. 08/06/2017 – Homologados os cálculos apresentados pelo perito contábil. 26/09/2018 – Sentença considerou extinta a execução e determinou o arquivamento do feito. Situação atual: Aguardando arquivamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante em razão dos valores envolvidos, bem como por se tratar de uma de ação civil coletiva.

Processo nº 0010611-82.2015.5.01.0341	
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Volta Redonda – RJ.
b. instância	1ª instância.
c. data de instauração	26/05/2015.
d. partes no processo	V. M. de B. (autor) X Priner Serviços Industriais S.A. (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 927.454,03 (valor original do litígio). R$ 242.515,31 (valor estimado).
f. principais fatos	Objeto: Reversão da justa causa com as verbas resilitórias (saldo de salário, aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais com um terço e FGTS com 40%); indenização por danos morais; adicional de periculosidade; acúmulo de funções; equiparação salarial; diferenças salariais; horas extras; intervalo intrajornada; feriados; sobreaviso; período embarcado; adicional de transferência; despesas com viagens, mudança e aluguel; prestações in natura; férias vencidas com um terço; folgas de campo; integração das horas extras nos repousos semanais remunerados; 13º proporcional e integral; multa pela mora no pagamento das verbas resilitórias; indenização substitutiva ao seguro-desemprego; FGTS com 40%. Resumo do Processo: Em audiência realizada no dia 17/05/2017, foi determinada a suspensão do processo até o término do procedimento criminal em que o reclamante é investigado. Em despacho datado de 04/12/2017, se determinou a reinclusão em pauta. Em 05/06/2018, fora remetido ofício à 90ª Delegacia de Polícia de Barra Mansa, solicitando que seja informado ao Juízo a atual fase de tramitação do inquérito policial, tendo sido informado, em resposta, que o inquérito foi remetido ao Ministério Público Estadual de Barra Mansa e que a unidade policial estaria aguardando o retorno para conclusão das investigações. Em 03/07/2019, fora remetido novo ofício à 90ª Delegacia de Polícia de Barra Mansa, solicitando que seja informado ao Juízo a atual fase de tramitação do inquérito policial, tendo sido informado, em resposta, que o inquérito foi remetido ao Ministério Público em 07/09/2017 e não mais retornou à delegacia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Situação atual: Aguardando realização de audiência de instrução.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de perda e pelo valor envolvido.

Processo nº 21.783.770-1	
a. juízo	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Rio de Janeiro.
b. instância	Administrativa (primeira).
c. data de instauração	07/07/2019.
d. partes no processo	MTE (autor) X Priner Serviços Industriais S.A. (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 20.606,02 (valor original do litígio). R$ 303.000,00 (valor estimado).
f. principais fatos	Objeto: Deixar de preencher, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas. Resumo do Processo: 18/09/2019 – Retorno de AR – AR recebido. 30/09/2019 - Apresentada defesa pela Priner. Situação atual: Aguardando análise da defesa.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela chance de perda e pelo valor envolvido.

Processo nº 46215.006043/2015-79	
a. juízo	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Rio de Janeiro.
b. instância	Administrativa.
c. data de instauração	10/03/2015.
d. partes no processo	MTE (autor) X Priner Serviços Industriais S.A. (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 247.334,20 (valor original do litígio). R$ 301.684,05 (valor estimado).
f. principais fatos	Objeto: Deixar de preencher, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas. Resumo do Processo: 20/03/2015 – Apresentada defesa pela Priner. 02/02/2016 – Decisão de procedência. 07/03/2016 – Apresentado recurso pela Priner. 24/07/2018 – Contra-razão propondo negativa de seguimento ao recurso 31/05/2019 – Enviado para PFN Realizado o parcelamento da dívida pela Priner em 60 vezes (valor da prestação: R$

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	5.624,61). Situação atual: Aguardando análise de recurso pela PFN.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela chance de perda e pelo valor envolvido.

(ii) Tributários

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas figuravam como parte nos processos tributários individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo Tributário nº 0049259-56.2015.4.01.3400	
a. juízo	Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF/Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1.
b. instância	2ª Instância (sobrestado por decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ por conta da existência de tema afetado à sistemática da Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal – STF).
c. data de instauração	21/08/2015.
d. partes no processo	União Federal X Priner.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.000,00 para fins meramente fiscais.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de antecipação de tutela, proposta pela Embargante objetivando provimento jurisdicional que declare a inexistência da relação jurídico-tributária capaz de lhe impor o dever de continuar a efetuar recolhimentos a título da contribuição adicional de 10% sobre os valores depositados no FGTS vinculados ao contrato de trabalho, devidas nas hipóteses de despedida sem justa causa, nos moldes do art. 1º da LC nº 110/01 (além da repetição do respectivo indébito relativo aos 5 anos anteriores à propositura da ação), ante i) a inconstitucionalidade superveniente da cobrança; ii) o exaurimento da finalidade para a qual foi instituída; bem como iii) pela destinação diversa atribuída aos valores arrecadados.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Manutenção da cobrança do adicional de 10% nas demissões sem justa causa a partir de 21/08/2010.

Processo nº 0145170-38.2017.4.02.5101 (Mandado de Segurança)	
a. juízo	04ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.
b. instância	

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

c. data de instauração	06/07/2017.
d. partes no processo	Priner Serviços (autor) X Delegado da Receita Federal do Brasil.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 1.500,00.
f. principais fatos	Objeto: Mandado de Segurança impetrado pela Priner com o objetivo de excluir o ISS e o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e da CPRB, antes ou após a entrada em vigor da Lei nº. 12.973/2014. Pedido da Inicial: 1) seja concedida a tutela de evidência, nos termos do artigo 311, II, do CPC/2015, para que, na forma do inciso IV do artigo 151 do CTN, seja determinada a suspensão da exigibilidade das parcelas vincendas do PIS, da COFINS e da CPRB calculadas sem a inclusão do ICMS e do ISS em suas bases de cálculo, compelindo-se a d. Autoridade Impetrada a se abster de proceder à eventual e precipitada inscrição dos débitos na Dívida Ativa da União e ao consequente ajuizamento de executivo fiscal; protestar a Certidão de Dívida Ativa da União, na forma do artigo 1º da Lei nº 9.492/97; inscrever a Impetrante no Cadastro de Inadimplentes (CADIN) e nos cadastros de órgãos de proteção ao crédito (SERASA), assim como impor qualquer outra penalidade, tal como a negativa de expedição de Certidões Positivas com Efeitos de Negativas, sempre que requeridas; 2) ainda por força da ordem liminar ora requerida, seja compelida a d. Autoridade Impetrada a proceder à alteração em seus sistemas de processamento de dados da “situação” dos débitos referidos no item anterior, em termos que reconheçam, expressamente, a suspensão da exigibilidade determinada por V.Exa.; 3) por fim, a concessão da segurança, em termos definitivos, para os mesmos fins acima colimados, a fim de assegurar o direito líquido e certo da Impetrante de não ser compelida a incluir a parcela relativa ao ICMS e ao ISS na base de cálculo do PIS, da COFINS e da CPRB, antes ou após a entrada em vigor da Lei nº. 12.973/2014; devendo a d. Autoridade Impetrada se abster de proceder à eventual e precipitada inscrição dos débitos na Dívida Ativa da União e ao consequente ajuizamento de executivo fiscal; protestar a Certidão de Dívida Ativa da União, na forma do artigo 1º da Lei nº 9.492/97; inscrever a Impetrante no Cadastro de Inadimplentes (CADIN) e nos cadastros de órgãos de proteção ao crédito (SERASA), assim como impor

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	qualquer outra penalidade, tal como a negativa de expedição de Certidões Positivas com Efeitos de Negativas, sempre que requeridas; 4) ainda por ocasião do julgamento do mérito, seja-lhe concedida a segurança para declarar o seu direito de crédito dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS, COFINS e CPRB, limitado ao período dos últimos 5 anos contados da data de ajuizamento da presente ação mandamental até a data da suspensão da inclusão dos ISS e do ICMS na base de cálculo das contribuições, 5) por fim, requer o reconhecimento do seu direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos àqueles títulos com outros tributos administrados pela RFB, devidamente atualizados pela taxa SELIC a partir de cada pagamento indevido (artigo 39, § 4º, da Lei nº. 9.250/95), na forma do artigo 74 da Lei nº 9.430/96 e do artigo 170-A do CTN. Andamento atual: Aguardando o julgamento do recurso de apelação interposto pela Priner.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante por sua natureza.

Processo nº 18470.0915053/2019-74	
a. juízo	União Federal/Fazenda Nacional.
b. instância	Administrativa.
c. data de instauração	
d. partes no processo	Priner Serviços Industriais S.A. X União Federal/Fazenda Nacional.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor despacho decisório: R$ 747.862,41. Valor atualizado: R$ 762.755,48.
f. principais fatos	Objeto: Manifestação de Inconformidade apresentada pela Priner em razão do Despacho Decisório que homologou parcialmente a sua Declaração de Compensação nº. 33154.62550.310516.1.3.02-4314. Teor da Decisão: A Compensação não foi homologada sob o seguinte fundamento: “O crédito reconhecido foi insuficiente para compensar integralmente os débitos informados pelo sujeito passivo, razão pela qual HOMOLOGO PARCIALMENTE a compensação declarada no PER/ DCOMP acima identificado.” Andamento atual: Aguarda-se apreciação da Manifestação de Inconformidade.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de perda e valor envolvido.

Processo nº 18470.916047/2019-34	
a. juízo	União Federal/Fazenda Nacional.
b. instância	Administrativa.
c. data de instauração	
d. partes no processo	Priner Serviços Industriais S.A. X União Federal/Fazenda Nacional.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor despacho decisório: R$ 319.276,02 Valor atualizado: R$ 324.589,47
f. principais fatos	Objeto: Manifestação de Inconformidade apresentada pela Priner em razão do Despacho Decisório que não homologou a sua Declaração de Compensação nº. 05677.73248.310516.1.3.033788. Teor da Decisão: A Compensação não foi homologada sob o seguinte fundamento: "Diante do exposto, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada no PER/DCOMP acima identificado." Andamento Atual: Aguarda-se apreciação da Manifestação de Inconformidade.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de perda e pelo valor envolvido.

Processo nº 18470-904.843/2015-09	
a. juízo	Receita Federal do Brasil.
b. instância	Administrativa.
c. data de instauração	
d. partes no processo	Priner Serviços Industriais S.A. (réu) X Delegado da Receita Federal do Brasil.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor despacho decisório: R$ 293.780,24. Valor atualizado: R$ 380.459,68.
f. principais fatos	Objeto: Manifestação de Inconformidade apresentada pela Priner em razão do Despacho Decisório que não homologou a sua Declaração de Compensação nº. 26465.53847.250515.1.3.04-3180 (Processo de Débito nº. 18470.905093/2015-84). Teor da decisão: A Compensação não foi homologada sob o seguinte fundamento: "A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	dos débitos informados no PER/DCOMP. Diante da inexistência do crédito, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada." Andamento Atual: Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Priner Serviços Industriais S.A.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de perda e pelo valor envolvido.

(iii) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas figuravam como parte nos processos cíveis individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 0007320-27.2014.8.19.0028	
a. juízo	3ª Vara Cível de Macaé/RJ.
b. instância	
c. data de instauração	06/06/2014.
d. partes no processo	Mills SI Serviços Industriais Ltda. (autor) X PCP Engenharia e Montagens Industriais Ltda. (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 182.490,56. Valor atualizado: R$ 422.773,73.
f. principais fatos	Distribuída a ação. Réu citado, apresentada Contestação. Apresentou-se Réplica. Apresentou-se as provas que se pretendeu produzir. Audiência de conciliação ocorrida em 29/01/2015 infrutífera. Despacho saneador em 07/04/2015, designando audiência de instrução e julgamento para 16/06/2015. Interposição de embargos de declaração. Decisão em 05/05/2015 rejeitou os embargos. Audiência ocorrida em 16.06.2015. Sentença proferida em 23.11.15, julgando procedente o pedido, para condenar a ré no pagamento de R$ 182.490,56, a ser corrigido pelo índice do TJRJ a partir do ajuizamento da ação, acrescido de juros a contar da citação. Opostos embargos de declaração pela Ré, que foram rejeitados. Interposto recurso de apelação. Apresentou-se contrarrazões, em 28/11/2016. Autos recebidos no TJ/RJ em 09/03/2017 e distribuídos equivocadamente à 26ª Câmara do Consumidor para julgamento. Declinada a competência, os autos foram redistribuídos para a 11ª Câmara Cível e encontram-se na conclusão com o Desembargador Relator, desde 15/03/2017. Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso da PCP. Foram opostos embargos de declaração, tendo em vista omissão existente. aberto prazo para manifestação da PCP, que não

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	se manifestou. Tendo em vista o decurso de prazo, requereu-se o imediato julgamento dos ED. Desembargador pediu dia de julgamento. Processo na secretaria, em 24/05/2018 para marcar a data. Aguardando. ED julgado. Processo retornou à origem. Iniciou-se o cumprimento de sentença. A ré foi intimada a pagar e deixou transcorrer o prazo sem pagamento. Assim, fez-se pedido de bloqueio online das contas. Aguardando resultado.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pelo valor envolvido.

Processo nº 0392571-55.2013.8.19.0001	
a. juízo	3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ.
b. instância	
c. data de instauração	12/11/2013.
d. partes no processo	Mills SI Serviços Industriais Ltda. (autor) X OSX BRASIL S/A e outro(s) (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 41.389,11. Valor atualizado: R$ 41.389,11.
f. principais fatos	Deferida a Recuperação Judicial da empresa OSX em 19/03/2014. Apresentou-se divergência quanto ao crédito relacionado, bem como requereu-se a segregação dos créditos. Valores segregados e crédito corrigido. Prorrogado o período de suspensão das ações e execuções em andamento por mais 180 dias. Prorrogado o prazo de suspensão das ações, por mais 180 dias. Apresentou-se objeção ao plano de recuperação judicial, principalmente para requerer a modificação da forma e prazo de pagamento. 1ª Assembleia Geral de Credores não teve quórum para aprovação. Na 2ª Assembleia, ocorrida em 17/12/2014, houve a aprovação do plano de recuperação judicial, com o acolhimento majoritário das ressalvas. O prazo de carência para início dos pagamentos foi reduzido de 3 para 1 ano após a homologação do PRJ, e o parcelamento foi fixado em 12 meses. Homologado o PRJ em 08/01/2015. O pagamento dos juros se dará junto com o principal. Pagas 5 parcelas, foi firmada renegociação de forma de pagamento do saldo devedor em 11/07/2016. Foram realizados outros pagamentos e, no momento, existe um saldo residual a ser pago pela OSX, no importe de R$ 665,85. Questionou-se a recuperanda e

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	não foi obtido retorno. A recuperanda, através de seus advogados, informou que foram devolvidos para a Mills SI o valor de R$ 1.543,73 referente a devolução de tributos, realizado em 08/04/2019.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pelo valor envolvido.

Processo nº 0379098-31.2015.8.19.0001 (anterior 0005906-41.2014.8.21.0156)	
a. juízo	2ª Vara Cível (1ª Vara Cível) de Jacarepaguá (Charqueadas)/RJ (RS).
b. instância	
c. data de instauração	08/06/2014.
d. partes no processo	Mills SI Serviços Industriais Ltda. (autor) X IESA Óleo e Gás S/A (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 650.847,98. Valor atualizado: R$ 650.847,98.
f. principais fatos	Distribuída ação inicial, foi indeferido o pedido de tutela antecipada para a devolução dos equipamentos. Foram opostos Embargos de Declaração, que foram recebidos e acolhidos, para o fim de deferir a tutela antecipada. A Ré foi citada e apresentou contestação e Exceção de Incompetência, em 14/08/2014. O incidente suspendeu o processo principal. A IESA entrou em recuperação judicial. Tendo em vista a exceção de incompetência arguida pela IESA, apresentou-se impugnação. Decidiu-se a exceção de Incompetência, determinando remessa dos autos para Comarca do Rio de Janeiro. Interpôs-se Agravo de Instrumento da decisão, em 12.06.2015. Negado provimento. Autos remetidos ao Foro Regional de Jacarepaguá/RJ. Audiência de conciliação, realizada no dia 03/02/16, infrutífera. Tendo em vista a devolução integral dos equipamentos locados e, considerando que as faturas desta ação estão sujeitas à recuperação judicial da Ré, requereu-se a extinção do feito e a condenação da IESA no pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios. A IESA se opôs à condenação, não obstante tenha concordado com a extinção do processo. Foi informado nos autos o acordo realizado na impugnação de crédito. Sentença de extinção do processo proferida em 27/02/2018. Sem custas remanescentes. Processo enviado ao arquivo em 07/05/2018.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pelo valor envolvido.

Processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037	
a. juízo	1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital/SP.
b. instância	
c. data de instauração	05/02/2015.
d. partes no processo	Mills SI Serviços Industriais Ltda. (autor) X IESA Óleo e Gás S/A (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 1.175.673,65. Valor atualizado: R$ 1.175.673,65.
f. principais fatos	Apresentou-se impugnação ao crédito relacionado (R$ 589.590,83) e objeção ao plano de recuperação judicial. Plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado judicialmente. Opostos Embargos de Declaração referente à cláusula que gera dúvida quanto aos créditos não sujeitos, em 16/04/2015. Embargos rejeitados. Recurso de Agravo de Instrumento interposto. Objeto atendido, vez que o Tribunal esclareceu a obscuridade da decisão. Homologação transitada em julgado. Peticionou-se para o fim de informar a existência de créditos extraconcursais, representados por títulos executivos extrajudiciais. Juiz determinou a cobrança através de ação própria. Protocolada petição informando que a Mills opta por receber seu crédito através de debêntures. Encaminhou-se e-mails ao administrador judicial em atendimento a solicitações de documentos e informações, referentes à análise de nossa impugnação de crédito. Apresentado cálculo pelo administrador, tomando como devida, a importância de R$1.100.539,72. Apresentado cálculo pela recuperanda, reconhecendo como devida a quantia de R$971.645,50. Entabulado acordo, para o reconhecimento do crédito devido no importe de R$1.317.562,05, em 04/05/2017. Informou-se no processo o acordo entabulado. Acordo homologado judicialmente, com trânsito em julgado em 13/11/2018. A emissão das debêntures ainda depende da realização de assembleia geral de credores na Recuperação Judicial.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pelo valor envolvido.

Processo nº 0010326-42.2014.8.19.0028	
a. juízo	1ª Vara Cível de Macaé/RJ.
b. instância	
c. data de instauração	08/08/2014.
d. partes no processo	Mills SI Serviços Industriais Ltda. (autor) X IESA Óleo e Gás S/A (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 399.559,95. Valor atualizado: R$ 399.559,95.
f. principais fatos	A IESA entrou em recuperação judicial. Apresentada contestação em 28/11/2014. Apresentou-se Réplica em 21.01.2015, requerendo inclusive o prosseguimento do feito para constituição do crédito. Despacho proferido, intimando as partes para especificação de provas. Deferida a tutela antecipada para a devolução dos equipamentos locados. Opostos embargos de declaração pela Ré. Apresentou-se manifestação aos embargos, e eles foram rejeitados, em 07/11/2016. A IESA interpôs agravo de instrumento contra a decisão do juiz de 1ª instância e foi, em sede de liminar, determinada a reunião do recurso ao agravo interposto pela Petrobras em processo em que litiga com a IESA e onde a última obteve tutela antecipada para a devolução de equipamentos mantidos pela Petrobras, dentre os quais se encontram os da Mills SI, atual Priner. Certificado pelo Sr. Oficial de Justiça que não localizou os equipamentos para apreensão. Requereu-se a aplicação da multa contida no despacho. O juiz saneou o processo e deferiu a produção de prova testemunhal. Designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/04/2018, às 14hs. Determinado o recolhimento de custas para intimação. Providenciado. Realizada a audiência de instrução e julgamento. Na audiência, foi proferido despacho determinando a IESA comprovar a emissão das debêntures. A Ré alega que em 18/08/2017 foi homologado acordo celebrado entre as partes, no valor de R$ 1.317.562,05, nos autos do processo nº 1010111-27.204.8.26.0037 – 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. Apresentou-se manifestação esclarecendo que embora no mencionado acordo abrange as faturas emitidas no bojo da presente relação

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	jurídica, as debêntures não são para quitação do débito que a IESA tem junto à Mills SI. A sentença extinguiu o processo em relação ao pedido de cobrança, e a fim de dar prosseguimento ao feito em relação à pretensão de rescisão contratual e de devolução dos equipamentos locados, a autora foi intimada para manifestar sobre o requerimento de suspensão e sobre a utilização da prova pericial emprestada. Foi protocolada manifestação no sentido de que é desnecessário o pedido de prova pericial emprestada, bem como a suspensão do processo, já que a rescisão do contrato e a devolução dos equipamentos são pedidos incontroversos. A IESA opôs embargos de declaração, o qual fora negado provimento. Interposto Recurso de Apelação pela IESA. Apresentou-se contra razões de Apelação, e o recurso não foi conhecido sob a alegação de tratar-se de provimento judicial recorrível por meio de agravo de instrumento, e não de apelação. O v. acórdão transitou em julgado.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pelo valor envolvido.

Processo nº 0018367-56.2018.8.19.0028	
a. juízo	1ª Vara Cível de Niterói/RJ.
b. instância	
c. data de instauração	13/11/2018.
d. partes no processo	Smartcoat (autor) X ELFE (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 976.567,29.
f. principais fatos	Ação distribuída em 13/11/2018 com pedido de Tutela Cautelar de Arresto. 15/01/19: Protocolo Emenda a inicial com inclusão de nova NF. Valor da causa retificado para R$ 976.567,29. 23/04/19: Protocolo Acordo: o acordo engloba os processos de n. 0018367-56.2018.8.19.0028 e 0018344-13.2018.8.19.0028. Valor total do Acordo: R$1.143.312,93 a ser pago em 10 parcelas fixas de R$ 114.331,29 com 1ª parcela para 26/04/19, 2ª parcela para 10/05/19 e demais na mesma data dos meses subsequentes. Obs.: honorários de 5% já inclusos neste valor total.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de recebimento a favor da empresa e pelo valor envolvido.

Processo nº 0001454-33.2017.8.19.0028	
a. juízo	2ª Vara Cível de Macaé/RJ.
b. instância	
c. data de instauração	10/02/2017.
d. partes no processo	Alphatec S.A. (réu) X Priner Locação (autor).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 2.857.589,40.
f. principais fatos	Obs.: A Priner Serviços também é parte na ação. -> Sendo que o valor discutido de interesse da Priner Locação é no importe de R$ R$2.857.589,40, em caso de não devolução dos equipamentos. E a título de lucros cessantes requer o mensal de R$ 101.850,67. Ação distribuída em 10/02/2017 com pedido de Tutela Antecedente. Notas não pagas. Em 26/04/2017 foi concedida a antecipação de tutela para reintegrar os equipamentos na posse da Priner. Assim, foi expedido mandado de reintegração, cumprido em 25/05/2017, no qual foi reintegrado pisos de alumínio em bom estado, e outros materiais foram recebidos com ressalvas tendo em vista o estado de deterioração, que foi devidamente certificado pela Oficial. Ademais, foi informado pela Alphatec à Oficial de Justiça, os locais onde se encontram os demais equipamentos. A Alphatec foi devidamente citada na oportunidade. Audiência de Conciliação agendada para 22/08/2017. Obs.: os materiais reintegrados, considerados em bom estado, perfazem a quantia de R$ 57.631,21. Audiência de Conciliação realizada em 22/08/17, sendo que as partes declaram que estão em tratativas de acordo, alguns equipamentos já estão sendo devolvidos e a questão financeira está sendo resolvida entre as diretorias, porém desejam o prosseguimento do feito. Assim, em 14/09/17 foi apresentada Contestação pela parte Ré. Em 16/02/18: foi realizado protocolo de petição Impugnação a Contestação. Em 05/04/18: Despacho determinando a especificação de provas. Assim, em 06/06/18 apresentou-se petição requerendo prova pericial técnica de engenharia bem como perícia contábil. Obs.: a parte ré não apresentou petição de especificação de provas. Em 03/08/18: Decisão deferindo as provas requeridas pela Priner,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	intimando peritos oficiais nomeados para apresentarem honorários. Em 08/10/18: O perito nomeado para engenharia apresentou honorários de R$ 47.200,00. Assim, em 19/10/18 foi apresentada petição requerendo redução dos honorários considerando o valor super elevado apresentado. Em 20/10/18: O perito nomeado para contabilidade apresentou honorários de R$18.920,00. 17/06/19: Despacho determinando vista sobre os honorários periciais contábeis apresentados a fls. 681. 25/06/19: Protocolo de petição: requer redução dos honorários indicados pelo Perito Contábil nomeado. 16.07.19: Protocolo de petição: indicação de quesitos e assistentes técnicos, engenharia e contábil. 28/10/19: Protocolo de petição: esclarece que a redução dos honorários de perícia de engenharia foi mínima. de R$ 47.1200 para R$45.500, motivo pelo qual requer Sua Exa. que em caso de homologação seja concedido parcelamento sugerido de 10 vezes.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de recebimento a favor da empresa e pelo valor envolvido.

Processo nº 0001454-33.2017.8.19.0028	
a. juízo	2ª Vara Cível de Macaé/RJ.
b. instância	
c. data de instauração	10/02/2017.
d. partes no processo	Alphatec S/A (réu) X Priner Serviços (autor).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 4.219.770,59.
f. principais fatos	OBS: A Priner Locação também é parte na ação. -> Sendo que o valor discutido de interesse da Priner Serviços é no importe de R$ 139.973,15 (notas fiscais vencidas antecipadamente) mais título de lucros cessantes requer o mensal de R$101.850,67, a ser calculado. Ação Distribuída em 10/02/2017 com pedido de Tutela Antecedente. Notas não pagas. Em 26/04/2017 foi concedida a antecipação de tutela para reintegrar os equipamentos na posse da Priner. Assim, foi expedido mandado de reintegração, cumprido em 25/05/2017, no qual foi reintegrado pisos de alumínio em bom estado, e outros materiais foram recebidos com ressalvas tendo em vista o estado de deterioração, que foi devidamente certificado pela Oficial. Ademais,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	foi informado pela Alphatec à Oficial de Justiça, os locais onde se encontram os demais equipamentos. A Alphatec foi devidamente citada na oportunidade. Audiência de Conciliação agendada para 22/08/2017. Obs.: os materiais reintegrados, considerados em bom estado, perfazem a quantia de R$57.631,21. Audiência de Conciliação realizada em 22/08/17, sendo que as partes declaram que estão em tratativas de acordo, alguns equipamentos já estão sendo devolvidos e a questão financeira está sendo resolvida entre as diretorias, porém desejam o prosseguimento do feito. Assim, em 14/09/17, foi apresentada Contestação pela parte Ré. Em 16/02/18: foi realizado protocolo de petição de impugnação a contestação. Em 05/04/18: Despacho determinando a especificação de provas. Assim, em 06/06/18, apresentou-se petição requerendo prova pericial técnica de engenharia bem como perícia contábil. Obs.: a parte ré não apresentou petição de especificação de provas. Em 03/08/18: Decisão deferindo as provas requeridas pela Priner, intimando peritos oficiais nomeados para apresentarem honorários. Em 08/10/18: O perito nomeado para engenharia apresentou honorários de R$47.200,00. Assim, em 19/10/18 apresentou-se petição requerendo redução dos honorários considerando o valor elevado apresentado. Em 20/10/18: O perito nomeado para contabilidade apresentou honorários de R$18.920,00. 17/06/19: Despacho determinando vista sobre os honorários periciais contábeis apresentados a fls. 681. 25/06/19: protocolo de petição: requer redução dos honorários indicados pelo Perito Contábil nomeado. 16.07.19: Protocolo Petição: indicação quesitos e assistentes técnicos, Engenharia e Contábil. 28/10/19: Protocolo de petição: esclarece que a redução dos honorários de perícia de engenharia foi mínima. de R$47.1200 para R$45.500, motivo pelo qual requer Sua Exa. que em caso de homologação seja concedido parcelamento sugerido de 10 vezes.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de recebimento a favor da empresa e pelo valor envolvido.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 1101429-23.2019.8.26.0100	
a. juízo	11ª Vara Cível da Comarca de São Paulo (Regional Santo Amaro)/SP.
b. instância	
c. data de instauração	10/10/2019.
d. partes no processo	Priner Locação (autor) X NIPLAN.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 248.858,94.
f. principais fatos	Ação Distribuída em 22/02/2019 – Obs.: Priner Serviços também é parte. 06.11.19: Determinada Citação. 02.12.19: Protocolo Acordo: NIPLAN confessa dever a Priner Serviços o valor de R$ 450.938,06, e à Priner Locação o valor de R$ 341.465,46. Que será pago da seguinte forma: À Priner Serviços: Entrada de R$ 91.875,35, vencimento 06/12/19 mais 4 vezes de R$ 89.765,68, vencimento inicial em 06/01/2020. À Priner Locação: Entrada de R$ 66.289,60, vencimento 06/12/19 + 4 vezes de R$ 68.793,96, vencimento inicial em 06/01/2020. Pagamento Entrada realizado em 11/12/2019 no importe de R$ 91.875,35 para Priner Serviços, e R$ 66.289,60 para Priner Locação.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de recebimento a favor da empresa e pelo valor envolvido.

Processo nº 1101429-23.2019.8.26.0100	
a. juízo	11ª Vara Cível da Comarca de São Paulo (Regional Santo Amaro)/SP.
b. instância	
c. data de instauração	10/10/2019.
d. partes no processo	Priner Serviços Industriais S.A. (exequente) X NIPLAN.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 276.277,32.
f. principais fatos	Ação Distribuída em 22/02/2019 – Obs.: Priner Locação também é parte. 06/11/19: Determinada Citação. 02/12/19: Protocolo Acordo: NIPLAN confessa dever a Priner Serviços o valor de R$ 450.938,06, e à Priner Locação o valor de R$ 341.465,46. Que será pago da seguinte forma: À Priner Serviços: Entrada de R$ 91.875,35, vencimento 06/12/19 mais 4 vezes de R$ 89.765,68, vencimento inicial em 06/01/2020. À Priner Locação: Entrada de R$ 66.289,60, vencimento 06/12/19 mais 4 vezes de R$ 68.793,96, vencimento inicial em 06/01/2020. 17/12/19: Decisão: Homologado o Acordo. Pagamento Entrada realizado em

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	11/12/2019 no importe de R$ 91.875,35 para Priner Serviços, e R$ 66.289,60 para Priner Locação.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de recebimento a favor da empresa e pelo valor envolvido.

Processo nº 0026613-12.2016.8.19.0028	
a. juízo	2ª Vara Cível de Macaé/RJ.
b. instância	
c. data de instauração	09/12/2016.
d. partes no processo	PCP Engenharia e Montagens Industriais Ltda. (réu) X Priner Serviços Industriais S.A. (autor).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 5.355.407,49.
f. principais fatos	Sentença em 04/09/19: Procedente em parte os pedidos: a) condenou o réu a pagar ao autor o valor de R$ 2.639.403,73 como compensação pela perda dos bens locados, valor a ser devidamente corrigido pela UFIR/RJ e sobre o qual deverão incidir juros legais de 1% a.m. a partir da citação; b) condenou o réu a pagar ao autor o valor de R$ 63.275,21 por mês desde abril/2014 até a data do pagamento da indenização acima fixada, valor a ser devidamente corrigido pela UFIR/RJ e sobre o qual deverão incidir juros legais de 1% a.m. a partir da citação. c) julgou improcedente o pedido de compensação por danos materiais correspondentes à indenização por perdas de embalagens. d) condenou o réu nas custas processuais e taxa judiciária, bem como em honorários advocatícios sucumbenciais, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Opostos Embargos de Declaração pela PCP. 14.10.19 Protocolo de petição de manifestação face aos embargos opostos, requerendo o não acolhimento. Em 15/12/19: Decisão: rejeitados os embargos opostos pela PCP. (Aguardando trânsito em julgado).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de recebimento a favor da empresa e pelo valor envolvido.

Processo nº 0804528-49.2015.8.12.0021	
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Três Lagoas/MS.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instância	
c. data de instauração	13/07/2015.
d. partes no processo	Consórcio UFNIII e Consorciadas (Sinopec e Galvão) (réu) X Priner Serviços Industriais (autor).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 5.415.146,70.
f. principais fatos	Em suma, ação de rescisão contratual c/c reintegração de posse de equipamentos distribuída em 13.07.2015, e concedida a medida liminar de reintegração em 24/07/2015. Reintegração efetivada parcialmente, Juntada de Mandado de Reintegração em 11/01/2016, cumprido parcialmente pelo Oficial de Justiça e Consórcio citado: (...proceder a reintegração parcial da Requerente nos bens indicados. Certifico mais que, deixei de reintegração a requerente nos demais itens indicados, por não localizar partes dos equipamentos e uma outra grande parte encontra-se montada servindo de escora, o preciso fazer levantamento minucioso para sua retirada e colocação de outras escoras.). Diante da inércia do judiciário, em 03/12/2018 foi apresentada Petição requerendo que em ato contínuo à tutela de reintegração de posse deferida, que seja expedido mandado de constatação para que o competente Oficial de Justiça designado ateste o estado em que se encontram os equipamentos, bem como que seja verificada a sua utilização pela Petrobras ou por terceiros. Após, foi determinada vista ao réu para manifestar, mas manteve-se inerte. Assim, em 11/03/2019, protocolo de petição requerendo que em ato contínuo à tutela de reintegração de posse deferida, requer a autora que seja expedido ofício à Petrobras, para que desmobilize os equipamentos montados de propriedade da Priner, que estão servido de escora no prazo de 30 (trinta) dias corridos, para que a parte autora possa retirá-los e reintegrar definitivamente à posse, que, no caso de descumprimento, que seja aplicada multa não inferior ao importe condizente ao aluguel dos equipamentos, conforme acima exposto, no valor de R$ 136.926,25 (cento e trinta e seis mil novecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) mensais, ou R$ 4.564,21 (quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos) correspondente a diária, com o fito de garantir a efetividade da tutela. 25/03/19: Decisão deferindo expedição de mandado de constatação e notificação da

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Petrobras, devendo no mandado de constatação o Oficial de Justiça certificar se os materiais não retirados por ocasião do cumprimento do mandado de reintegração de posse (fls. 241) ainda está servindo de escora para objetos da obra, bem como notificar o representante da Petrobras que se encontre no local da obra UFNIII, inclusive sobre o pedido de fls. 883/886. Em 22/04/19: Juntada cumprimento Mandado: "Certificado que as estruturas (escoras), estão sim servindo como Objeto da obra, e servem ainda para acesso das equipes transitar nos equipamentos; Não é possível diferenciar se os equipamentos são da Autora e os que não são, para tanto seria necessário desmontar todas as estruturas para fazer tal verificação; E ainda o funcionário da Petrobras, afirmou que não há manutenção nas referidas escoras." 10/07/19: Juntada Petição da Petrobras informando que os materiais podem ser desmontados desde que sem qualquer prejuízo ou custo à mesma. 06.08.2019 Protocolo de petição sobre manifestação Petrobras. 02/09/19: Decisão determinando que a Petrobras providencie a desmobilização dos equipamentos de propriedade da Requerente, com a respectiva entrega, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). 08/10/19: Petrobras manifesta no processo requerendo, em suma, o prazo de 200 dias para cumprimento da ordem judicial, bem como que a desmobilização seja feita pela Priner e não Petrobras. Audiência para tentativa de conciliação agendada e realizada em 31/10/19, sem êxito. Petição em 13/12 solicitando a reaplicação da Decisão, que até então estava suspensa, que determinou que a Petrobras providencie a desmobilização dos equipamentos de propriedade da Requerente, com a respectiva entrega, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pela possibilidade de recebimento a favor da empresa e pelo valor envolvido.

Processo nº 0226870-32.2019.8.19.0001	
a. juízo	23ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instância	
c. data de instauração	
d. partes no processo	Priner Serviços Industriais S.A. (autor) X Banco Santander S.A. (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 1.200.010,00. Valor envolvido: R$ 829.546,80.
f. principais fatos	Objeto: Indenização de danos materiais e morais referente à fraude bancária pelo internet banking. Posição: Audiência de conciliação realizada no dia 27/11/2019. Após apresentação da contestação aguarda-se manifestação do Juízo abrindo prazo em réplica.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pelo valor envolvido.

Processo nº 0021726-74.2017.4.02.5001	
a. juízo	03ª Vara Federal Cível de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo.
b. instância	
c. data de instauração	01/08/2017.
d. partes no processo	INSS (autor) X Priner Serviços Industriais S.A. (réu) e BW Offshore do Brasil Serviços Marítimos Ltda (réu).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.533.738,88 (valor original do litígio). R$ 760.583,62 (valor estimado).
f. principais fatos	Objeto: Condenação solidária dos Réus (Priner e BW) ao ressarcimento de todas as despesas com prestações e benefícios à vítima E. T. T. de M., decorrentes do acidente de trabalho da explosão de Plataforma de Produção de Gás. Resumo do Processo: 14/08/2019 - Sentença julgou improcedentes os pedidos em relação à Priner e procedentes em relação à BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. 23/08/2019 - O INSS opôs embargos declaratórios em face da sentença de piso. 16/09/2019 - A Priner apresentou manifestação aos Embargos Declaratórios do INSS. Situação Atual: Aguardando julgamento dos embargos declaratórios do INSS.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo considerado relevante pelo valor envolvido.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R$ 1,9 milhões (R$ 2,6 milhões em 2018), de acordo as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é: i. provável; ii. possível; iii. remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não eram parte em processos judiciais ou procedimentos administrativos cujas partes contrárias fossem seus administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não eram parte em processos judiciais ou procedimentos administrativos cujas partes contrárias fossem seus administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não eram parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando: a. valores envolvidos; b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência.

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas figuravam como rés em 217 ações trabalhistas com teses repetitivas ou conexas que podem ser relevantes em conjunto, as quais versavam principalmente sobre o montante de compensação pago nas demissões de empregados da Companhia e/ou suas controladas, responsabilidade subsidiária, reclamações de horas extras, desvio da função, equiparação salarial, acidente de trabalho, auxilio doença, dentre entre outros.

De acordo com as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019, R$ 3,3 milhões estavam provisionados (classificados como processos com chance de perda provável).

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R$ 1,9 milhões (R$ 2,6 milhões em 2018).

A seguir encontram-se descritos os processos judiciais e administrativos trabalhistas repetitivos ou conexos, que, em 31 de dezembro de 2019, eram relevantes em conjunto:

Processos trabalhistas (aproximadamente 143 processos)	
Fato e/ou causa jurídica	Disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões do curso normal dos nossos negócios.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 17.101.445,51 (aproximadamente)[1]
Valor provisionado se houver provisão	R$ 5.137.261,34 (aproximadamente)[2]
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Divergências de interpretação entre Companhia, empregados e sindicatos quanto a diversos fatos, dispositivos legais e instrumentos normativos relacionados aos objetos acima apontados.

[1] Considerada a soma dos valores originários dos processos.
[2] Considerada a soma dos valores atualizados dos processos com chance de perda provável.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Processos trabalhistas (aproximadamente 45 processos)	
Fato e/ou causa jurídica	Alegações de acidente de trabalho ou doença ocupacional
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 23.866.994,61 (aproximadamente)[3]
Valor provisionado se houver provisão	R$ 8.209.707,38 (aproximadamente)[4]
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Alegações dos autores das ações referentes à ocorrência de acidentes de trabalho ou desenvolvimento de doenças ocupacionais

Processos trabalhistas (aproximadamente 12 processos)	
Fato e/ou causa jurídica	Autos de infração por não cumprimento de cotas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Ministério da Economia
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 292.861,94 (aproximadamente)[5]
Valor provisionado se houver provisão	R$ 669.077,86 (aproximadamente)[6]
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Autos de infração por não cumprimento de cotas de aprendizes e preenchimento de 2% a 5% dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas

(ii) Tributários

A seguir encontram-se descritos os processos judiciais e administrativos tributários repetitivos ou conexos, que, em 31 de dezembro de 2019, eram relevantes em conjunto.

Processos administrativos tributários (aproximadamente 5 processos)	
Fato e/ou causa jurídica	Foram apresentadas manifestações de inconformidades em face de despachos decisórios que não homologaram o pedido de compensação de PIS e/ou COFINS realizado pela Companhia.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 441.968,72 (aproximadamente)[7]
Valor provisionado se houver provisão	-
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Priner solicitou, em sede administrativa, pedido de homologação de compensação de créditos tributários. Esse pedido está sendo discutido administrativamente.

[3] Considerada a soma dos valores originários dos processos.
[4] Considerada a soma dos valores atualizados dos processos com chance de perda provável.
[5] Considerada a soma dos valores originários dos processos.
[6] Considerada a soma dos valores atualizados dos processos com chance de perda provável.
[7] Considerada a soma dos valores originários dos processos.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

(iii) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e/ou suas controladas não eram parte em processos judiciais e administrativos cíveis repetitivos ou conexos, relevantes em conjunto.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

As contingências descritas no item 4.6 acima possuem provisão constituída no montante total de R$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R$ 1,9 milhões (R$ 2,6 milhões em 2018).

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não temos conhecimento de outras contingências relevantes atinentes a este item 4 na data base de 31 de dezembro de 2019.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos;

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação;

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável;

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

e. outras questões do interesse dos investidores.

Não aplicável, pois temos sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1- Política de gerenciamento de riscos e controles internos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Gestão de Riscos").

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo definir as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelos administradores da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações, quais sejam:

- Risco de Crédito: medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de título de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros junto à Companhia, nos termos pactuados originalmente, gerando perdas financeiras;

- Risco de Liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;

- Risco de Exposição Cambial: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento do câmbio, considerando a exposição da Companhia a compromissos assumidos em moeda estrangeira;

- Risco de Taxa de Juros: decorre da exposição da Companhia a variações de taxas de juros, com impacto sobre receitas de aplicações financeiras e custos de empréstimos bancários e que afetam, diretamente, as contas de resultados. A potencial elevação de taxa de juros poderá afetar negativamente as obrigações de curto e longo prazos da Companhia;

- Risco de Conformidade: risco de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem-se aqui, por exemplo, os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos;

- Risco Estratégico: riscos associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços, e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças e operações;

- Risco Operacional: decorre da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação do negócio (como marketing e área comercial); quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio (como contabilidade, controladoria, controles internos, suprimentos, tecnologia da informação, etc); e

- Risco Cibernético: possibilidade de determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações

ii. os instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia adota os instrumentos abaixo para proteção de riscos:

Após a identificação e classificação dos riscos, conforme descritos no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Esta etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e ter um impacto nos objetivos de organizações, projetos ou atividade da Companhia como um todo, sendo medido em termos de consequências e probabilidade.

O enfoque da nossa gestão de riscos é baseado no modelo do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 4 (quatro) etapas:

- Identificação dos riscos: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

- Avaliação: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;

- Tratamento: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e

- Monitoramento: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Ademais, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia pretende contratar empresa de auditoria externa para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gestão de Riscos, o conselho de administração, o comitê de auditoria, a diretoria e o auditor independente contratado pela Companhia para prestação dos serviços de auditoria interna na Companhia (em janeiro de 2020, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes foi contratada para a prestação destes serviços) ("Auditoria Interna"), os quais possuem atribuições

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

distintas e devem atuar de maneira integrada. Abaixo estão elencadas as principais responsabilidades de cada órgão neste processo:

Competirá ao Conselho de Administração:

- Definir o apetite a riscos da Companhia, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gestão de Risco;

- Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da Companhia nos limites estabelecidos;

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões;

- Apoiar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos;

- Monitorar o Comitê de Auditoria e definir casos de conflitos e impasses nas decisões a serem tomadas; e

- Definir os direcionamentos e decisões levados pelo Comitê de Auditoria para aprovação.

Competirá ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;

- Supervisionar as atividades da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos;

- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração, apontando as causas e responsabilidades;

- Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;

- Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e

- Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

São atribuições da Diretoria:

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;

- Analisar a efetividade da Política de Gestão de Risco, assim como quaisquer revisões desta, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;

- Manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos realizada pela Auditoria Interna, bem como do programa de *compliance* da Companhia, e encaminhar tal avaliação para apreciação do Conselho de Administração; e

- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de gerenciamento de riscos realizadas pela Auditoria Interna, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

São atribuições da Auditoria Interna:

- realizar a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia, bem como de seu controle e governança, atuando de forma independente e objetiva;

- adequação do compliance interno da Companhia aos normativos da CVM e B3, especialmente as regras relativas ao Novo Mercado); e

- realizar auditoria nas áreas internas da Companhia, com entrevistas, testes de controle, revisão de processos e normativos e validação de documentação de suporte, com a emissão de relatórios de auditoria interna para as seguintes áreas da Companhia: Gerenciamento de Riscos Operacionais, Controles Internos, Contabilidade Corporativa, Tesouraria, Crédito e Cobrança, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Comercial, Operações (RJ, SP, BA e ES) e Logística e Manutenção.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, de forma a mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, cuja atuação integrada, conforme atribuições descritas no item (b)(ii) acima, garantem a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia adota a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo definir as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelos administradores da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos de mercado que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos de mercado atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: exposição cambial, risco de taxa de juros e risco de liquidez.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota a seguinte estratégia para proteção patrimonial e mitigação de seus principais riscos:

- Risco de Exposição Cambial: A Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps, com instituições financeiras de primeira linha. As operações de swaps são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações, a Companhia minimiza o risco cambial igualando o valor do compromisso e o período de exposição. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado;

- Risco de Taxa de Juros: A Companhia sempre analisa o cenário econômico e as previsões de um mínimo de três instituições independentes para decidir o volume e taxas de empréstimos pré e pós-fixado; e

- Risco de Liquidez: A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia. Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil.

A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia contrata instrumentos derivativos, normalmente *swaps* e NDF (*Non Deliverable Forwards*), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para proteção patrimonial decorrente de eventuais flutuações na taxa de câmbio relacionadas ao pagamento por importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, bem como relacionadas ao fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos contratados em moeda estrangeira. Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia não são utilizados para fins especulativos.

As operações de *swaps* e NDF são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação dos derivativos está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (Certificado de Deposito Interbancário). Os *swaps* e NDF com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos para os quais se busca a proteção podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do *swap* e do NDF deverão compensar o impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa da Companhia.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), e, portanto, está exposta a flutuações nas taxas de juros. Os administradores da Companhia monitoram o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

Com relação aos riscos decorrentes da variação cambial relacionada a compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira, para a maior parte dos contratos de empréstimo, a Companhia realiza uma operação casada de *swap* cambial na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidada pelo seu valor líquido, substituindo os juros contratados e a variação cambial em da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros.

Ressalta-se que o cálculo da posição mensal dos derivativos contratados é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado. Entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo preciso do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial e o cálculo aproximado do referido valor é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial.

A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia opera instrumentos financeiros com exclusivamente para fins de proteção patrimonial (hedge) e não tem como prática participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento de riscos de mercado é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. As principais responsabilidades de cada órgão neste processo estão indicados no item (b)(iii) acima.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia monitora e avalia se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Comitê de Auditoria, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração e dispostas na Política de Gestão de Riscos.

A administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Não obstante, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 – Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples para a realização de uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras com base nos princípios contábeis geralmente aceitos, para garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria externa (na data deste Formulário de Referência, a UHY Bendoraytes & Cia. Auditores Independentes está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Além do disposto acima, a Companhia adota outros procedimentos e políticas internas das áreas de operações, engenharia, recursos humanos, segurança e comercial, tais como:

- Código de Conduta;
- Procedimentos de adiantamento, reembolso e prestação de contas;
- Procedimento de níveis de alçada;
- Procedimentos de Suprimentos;
- Política de Savings (Suprimentos);
- Política para uso de veículos e procedimentos para Ressarcimento de Multas por Infração de Trânsito;
- Política de Telefonia;
- Procedimento para importação de serviços;
- Procedimento de gerenciamento de documentos e registros;
- Política de gestão integrada;
- Procedimento contábeis para realização de lançamentos contábeis, divulgação e publicação das informações contábeis;
- Procedimento contábil para aquisição, venda e baixa de imobilizado;
- Procedimento para apuração e recolhimento dos impostos, incluindo as obrigações acessórias;
- Procedimentos para rateio de despesas Intercompany;
- Procedimentos de Inventário Geral – DISMAT;
- Procedimentos de manutenção de Equipamentos - DISMAT;
- Procedimentos do Financeiro – aplicação e resgates, tomada de empréstimos, contratação de seguros, gerenciamento do caixa diário;
- Procedimento para Faturamento de Mercadoria e Serviços.

Além dos procedimentos indicados acima, a Companhia possui cronograma com *checklist* de todas as atividades para o fechamento mensal.

A Companhia possui as seguintes políticas e procedimentos em processo de revisão, ainda não disponibilizado para todos os colaboradores através de sistema eletrônico.

- Política de acesso (TI);
- Política de segurança de informações (TI).

Adicionalmente, a Companhia possui um sistema de gestão integrada, o ERP da TOTVS,

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

garantindo assim a incorporação das melhores práticas aos processos internos da Companhia.

As deficiências de controles são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Os controles internos de divulgação das informações financeiras possuem limitações inerentes, podendo não prevenir ou detectar certos erros. Além disso, as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam tornar-se inadequados de acordo com mudanças de condições, ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos.

A Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos que são adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Além do Departamento de Contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, participam deste processo as demais áreas da divisão financeira, a saber: fiscal, faturamento, tesouraria e crédito e cobrança. A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela revisão final das demonstrações financeiras.

O gerenciamento de riscos a que está exposta é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos os fluxos operacionais, estabelecendo a atribuição, limite de competência e responsabilidade de cada membro. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (diretores ou gerentes), os quais reportam eventual falha identificada nos controles internos diretamente à Diretoria Executiva da Companhia.

A administração da Companhia supervisiona constantemente a eficiência dos controles internos, bem como revisa anualmente, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes.

Além disso a Auditoria Interna realiza a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia. A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva, reportando-se periodicamente ao Comitê de Auditoria e, no mínimo, semestralmente ao Conselho de Administração, ou quando julgar necessário.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desse estudo e avaliação foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(i) Normas e procedimentos operacionais (significativo)

Nossos auditores independentes entendem que a Companhia não possui uma política de normas e procedimentos operacionais previamente definida para ser seguida por cada departamento, identificando toda a rotina de controles internos.

Risco: A ausência de manuais de normas e procedimentos detalhados e adequadamente atualizados pode gerar informações erradas de como procedimentos-chave devam ser executados. Além da ausência de referência de informações para empregados atuais, novas contratações e contratados externos.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram à Companhia que os procedimentos sejam formalizados para as seguintes áreas:

- Compras – definição de procedimentos desde a emissão de requisição até a entrada de mercadorias;
- Prestação de serviços – definição dos procedimentos desde o contato do cliente até a emissão da nota fiscal;
- Folha de pagamento – definição de procedimentos quanto à admissão de funcionários, elaboração de folha e cálculo dos encargos sociais a serem recolhidos;
- Recebimentos – implementação de políticas e controle sobre valores e títulos negociáveis, cobrança e procedimentos quanto a recebimentos; e
- Pagamentos – evidenciando a conferência da documentação suporte, emissão de cheques e liquidação final.

O manual de procedimentos permite a uniformização das tarefas e deveres de cada colaborador sendo também um instrumento de treinamento de novos colaboradores.

Comentários da Administração: A Companhia não concorda, em parte, com a opinião dos auditores. Nossa discordância se baseia no fato de possuirmos políticas e procedimentos para as áreas de operações, engenharia, recursos humanos, segurança e comercial, referentes a controles internos administrativos e financeiros publicados e disponíveis para todos os colaboradores, através de sistema eletrônico, conforme mencionados a seguir:

- Código de conduta;
- Procedimentos de adiantamento, reembolso e prestação de contas;
- Procedimento de níveis de alçada;
- Procedimentos de Suprimentos;
- Política de Savings (Suprimentos);
- Política para uso de veículos e procedimentos para Ressarcimento de Multas por Infração de Trânsito;
- Política de Telefonia;
- Procedimento para importação de serviços;
- Procedimento de gerenciamento de documentos e registros;
- Política de gestão integrada;
- Procedimento contábeis para realização de lançamentos contábeis, divulgação e publicação das informações contábeis;
- Procedimento para apuração e recolhimento dos impostos, incluindo as obrigações acessórias;
- Procedimentos para rateio de despesas Intercompany;
- Procedimentos de Inventário Geral – DISMAT;
- Procedimentos de manutenção de Equipamentos - DISMAT;
- Procedimentos do Financeiro – aplicação e resgates, tomada de empréstimos, contratação de seguros, gerenciamento do caixa diário;
- Procedimento para Faturamento de Mercadoria e Serviços;
- Política de Remuneração;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria;
- Política de Gerenciamento de Riscos;
- Política de Transações com partes relacionadas;
- Política de Negociação de Valores Mobiliários;
- Política de Divulgação de Informações Relevantes.

Além das políticas e procedimentos elencados acima, a Companhia possui:

- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria;
- Canal exclusivo de ouvidoria, acessado pelos membros componentes do Comitê de Auditoria;
- Regimento interno do Conselho de Administração;
- Regimento interno do Comitê de Auditoria;
- Cronograma com checklist de todas as atividades necessárias para o fechamento mensal.

Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes políticas em processo de revisão:

- Política de acesso (TI);
- Política de segurança de informações (TI).

No último trimestre de 2017, a Companhia investiu na aquisição de um sistema de gestão integrada, o ERP da TOTVS, com início de operação em 01 de janeiro de 2018, garantindo assim, dentre as diversas vantagens que um sistema integrado oferece, a incorporação das melhores práticas aos processos internos da Companhia. Em 01 de janeiro de 2019, a Controlada Smartcoat passou a utilizar o mesmo ERP da Controladora, garantido uniformidade de procedimentos entre Controladora e Controlada.

Apesar de entender que as políticas acima e o ERP da TOTVS sejam suficientes para garantir níveis adequados de controles, a Companhia avalia frequentemente a necessidade do desenvolvimento de novas políticas e procedimentos internos, bem como o desenvolvimento de novos sistemas informatizados, a fim de aprimorar seus controles e melhorar sua eficiência. A fim de priorizar essas iniciativas, a Companhia criou departamento denominado Desenvolvimento de Novos Projetos (TI).

(ii) Redução no prazo de encerramento contábil (significativo)

O processo de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu em torno de 89 (oitenta e nove) dias após o término do exercício social. A Companhia necessita otimizar o processo de fechamento contábil, de modo que as informações contábeis estejam à disposição da Administração da Companhia em tempo hábil para a elaboração dos relatórios gerenciais, tais como comparativos orçamentários e fluxos de caixa.

A eficiência na elaboração dessas informações contábeis contribui de forma eficaz para a tomada de decisões por parte da alta Administração da Companhia, além da adequada elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante.

Risco: O curto prazo para análise e elaboração das informações contábeis pode gerar informações distorcidas, gerando possíveis divergências nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, além de incentivar um ambiente propício a prática de ajustes por meio de lançamentos manuais possibilitando uma maior influência humana e potenciais erros.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que sejam analisadas alternativas para reduzir o prazo de

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Esse processo de melhoria deve envolver todos os departamentos como: compras, prestação de serviços, folha de pagamento, recebimentos e pagamentos, por meio de uma integração entre esses ciclos operacionais.

Comentários da Administração: Apesar do encerramento das demonstrações contábeis de 2019 ter ocorrido 89 dias após o término do exercício social, a controladoria disponibilizou os balancetes no início de fevereiro de 2020.

O atraso no encerramento das demonstrações contábeis foi gerado pelo acúmulo de projetos, com destaque para o IPO, iniciado no 3º trimestre de 2019 e finalizado em fevereiro de 2020, além da pandemia Coronavírus (Covid-19). Durante o período em que ocorreu atraso na elaboração dos relatórios contábeis finais, a Administração contou com o apoio de informações preliminares.

A Companhia possui lista extensiva de desenvolvimento de novos sistemas informatizados, a fim de aprimorar seus controles e melhorar sua eficiência. A fim de priorizar essas iniciativas, a Companhia criou departamento denominado Desenvolvimento de Novos Projetos (TI).

(iii) Conciliar a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa contábil x controle de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (significativo)

A Companhia tem como procedimento constituir perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD – baseada em matriz de provisão, utilizando taxas de inadimplência histórica sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber, seguindo os critérios estipulados na NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros. Contudo, no decorrer dos nossos trabalhos identificamos uma divergência não material para a nossa auditoria no montante de R$ 461.440 a menor no saldo contábil a nível consolidado com relação ao controle gerencial de cada empresa.

A seguir demonstramos a divergência supracitada:

Saldo PECLD contábil consolidado	**34.221.724**
Diferença	461.440
Saldo PECLD relatório gerencial	**34.683.194**

Risco: Os auditores independentes entendem que o acompanhamento inadequado relacionado as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – PECLD –impossibilita a melhor utilização de esforços de cobrança e pode provocar superavaliação das contas a receber e, consequentemente, distorções na apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que seja efetuada uma análise periódica detalhada dos clientes inadimplentes, apurando-se o valor da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD de forma tempestiva, evitando assim potenciais distorções significativas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Comentários da Administração: A Companhia realiza acompanhamento tempestivo dos saldos vencidos de todos os clientes, por entender esse acompanhamento ser prioritário, em relação ao acompanhamento tempestivo dos créditos de liquidação duvidosa (PECLD), o qual é realizado mensalmente.

Entretanto, a Companhia avaliará a recomendação dos auditores.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(iv) Cálculo de depreciação dos bens do ativo imobilizado

Os auditores independentes no decorrer de seus trabalhos, constataram que o sistema de controle patrimonial do ativo imobilizado utilizado pela Companhia não apresenta informações detalhadas quanto a data de início da depreciação de cada item que compõem o ativo imobilizado. Realizamos o recalculo da depreciação baseado na data de aquisição de cada item e identificamos diferenças não materiais para a nossa auditoria no saldo contábil de depreciação com relação ao controle de depreciação dos bens do ativo imobilizado das Empresas do Grupo.

Risco: Os auditores independentes entendem que a ausência de parametrização nos controles sobre os bens do ativo imobilizado pode gerar registros contábeis por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que que a Companhia parametrize um melhor controle sobre a depreciação de seus ativos, principalmente no que tange a data de início da depreciação dos itens do ativo imobilizado. Uma vez que tal linha redutora do ativo é fundamental para a correta contabilização no Balanço Patrimonial e concomitantemente com o resultado, além de aprimorar e fortalecer os controles internos da Companhia.

Comentários da Administração: A Companhia já está atuando junto a área de TI e a TOTVs para aprimoramento dos relatórios existentes e no desenvolvimento de novos relatórios do controle patrimonial.

(v) Compensação das verbas Indenizatórias (Aplicável a Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.)

Em setembro/2018 a Smartcoat registrou em seu ativo um crédito previdenciário sobre verbas consideradas indenizatórias segundo parecer do escritório de advocacia Vieira Aguia advogados (1/3 de férias e aviso prévio indenizado), desde então a mesma vem realizando compensações mensais do valor levantado.

Somente em 06/2019 a Vieira Aguiar procolou na RFB um processo requerendo a restituição/ compensação dos valores levantados, esse processo foi encaminhado para análise na jurisdição correta em 01/07/2019 conforme despacho de encaminhamento da RFB, desde então, segundo controles fornecidos e consulta ao comprot não houve movimentação.

Risco: Os auditores independentes entendem que a empresa está amparada juridicamente pela consultoria contratada, no entanto, a mesma iniciou as compesações muito antes de dar entrada no processo junto a RFB, processo esse que ainda não teve decisão favorável, o que conforme nosso entendimento não é um problema para a utilização do crédito de aviso prévio indenizado, no entanto, com relação ao crédito de 1/3 de férias a Receita Federal ainda não reconheceu a não incidência previdenciária dessa verba em suas soluções de consultas ou em seus pareceres técnicos.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a empresa cesse as compensações quando o montante de aviso prévio indenizado se esgotar, deixando para compensar a parte referente a 1/3 de férias após decisão da Receita Federal sobre processo protocolado.

Comentários da Administração: A Companhia suspendeu as compensações preventivamente até uma definição final, podendo ocorrer a suspensão definitiva ou retornar com a compensação.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(vi) PIS e COFINS em aberto sem atualização (Aplicável à Priner Serviços Industriais S/A)

Os auditores independentes identificaram que a Companhia possui débitos relacionados a PIS e COFINS de períodos anteriores no montante de R$ 178.863, e que os mesmos não vêm sendo atualizados Selic e nem a multa de 20%.

Risco: Os auditores independentes entendem que os débitos em aberto serão atualizados juros Selic e multa de 0,33% ao dia limitada a 20%.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a Companhia atualize seus passivos conforme orientação da legislação vigentes dos débitos em aberto.

Comentários da Administração: A Companhia afirma que os valores apresentados estão sendo analisados, ensejando no pagamento com as devidas atualizações dentro do exercício de 2020, assim como as retificadoras das obrigações acessórias relativas aos períodos apresentados.

(vii) PIS e COFINS a compensar prescrito (Aplicável à Priner Serviços Industriais S/A)

Os auditores independentes identificaram que a Companhia possui no seu ativo duas contribuições federais a recuperar, PIS e COFINS, que se originaram de pagamento a maior no montante de R$ 152.223, e tais montantes se referem aos meses de outubro, novembro do exercício de 2014 e fevereiro do exercício de 2015. A Companhia nos esclareceu que está dependendo da autorização da gestão para realizar a baixa desses saldos, visto que não a pedido formalizado e nem mensuração confiável para estes saldos.

Risco: Os auditores independentes sugerem que a Companhia efetue a baixa do montante de modo que as informações apresentadas nas Demonstrações contábeis estejam em linha com as orientações do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a Companhia assim que obtiver a autorização da administração, realize a baixa dos saldos prescritos.

Comentários da Administração: A Companhia realizou a baixa dos saldos prescritos em junho/2020.

(viii) Saldo Negativo de IRPJ e Base de Cálculo Negativa CSLL (Aplicável a Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.)

Os auditores independentes identificaram por meio do controle da Companhia que a mesma começa atualizar os saldos negativos de IRPJ e CSLL a partir de janeiro do ano seguinte de sua competência. Porém de acordo com § 3º, inciso II, art. 57 da Instrução Normativa RFB Nº 1.700/17, o mesmo deve ser atualizado conforme taxa Selic a partir de 1º de fevereiro até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% (um por cento) referente ao mês em que a compensação ou restituição for efetuada. Nesse sentido o saldo contábil se encontra a maior no montante de R$ 183.778.

Adicionalmente, identificamos que o saldo original informado na ECF 2016, 2017 e 2018 não estão em conformidade com o controle enviado pela Companhia.

Risco: Os auditores independentes entendem que risco de questionamento por parte das autoridades fiscais pelo não cumprimento da prestação de informações de forma fidedigna à RFB, incorrendo em multa conforme prevê as Instruções Normativas RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, art 6º (ECF), Instrução Normativa RFB nº 1.774 de 22 de dezembro de 2017, art. 11 (ECD). Assim como, risco de apresentação das demonstrações de forma inexata

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

conforme estabelecido no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a Companhia atualize o controle dos saldos negativos de IRPJ e CSLL conforme as informações apresentadas nas obrigações acessórias demonstrando assim as informações com fidedignidade conforme orientam o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Comentários da Administração: A Companhia não concorda com a afirmação em questão, pois as atualizações são efetuadas de forma tal que os saldos confiram com a PERDCOMP na ocasião das respectivas compensações.

Em relação ao saldo original, informado na ECF 2016, 2017 e 2018, os quais não estão em conformidade com o controle enviado pela Companhia, esclarecemos: a diferença para o contábil refere-se às retenções registradas no contábil e a declaração na DIRF das fontes tomadoras de serviços. A Companhia verificará a situação para uma possível ação junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre o direito ao crédito, ainda que ausente ou inconsistência dos tomadores de serviços.

(ix) Gestão de acesso lógico aos sistemas / rede

Os auditores independentes identificaram que não existe um processo formal para concessão de acesso aos sistemas e à rede.

Risco:

Os auditores independentes entendem que a ausência de um controle adequado de concessão de acessos pode comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade de informações vitais ao negócio, uma vez que privilégios indevidos podem ser concedidos a pessoas que, por desconhecimento ou má intenção, podem acessar ou destruir os dados aos quais tenham acesso.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram a criação de procedimento formal de concessão de acesso lógico ao ambiente tecnológico.

Comentários da Administração: A Companhia possui rígidos procedimentos para concessão de acessos aos sistemas e a rede, os quais são seguidos por sua equipe técnica.

A Companhia finalizará a revisão das seguintes políticas, as quais serão publicadas para conhecimento de todos os usuários:

- Política de acesso (TI);
- Política de segurança de informações (TI).

(x) Política de senha no sistema / Rede

Os auditores independentes identificaram a inexistência de norma, manual, procedimento ou política para rotina de alteração de senha ou definição de complexidade de senha na rede e sistema ERP.

Risco: Os auditores entendem que a senha de acesso ao sistema escopo pode não ser adequadamente utilizada pelos usuários, prejudicando ou tornando não efetivo o controle-chave de identificação e autenticação, facilitando assim o acesso indevido a informações críticas do negócio.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que seja criada e aplicada uma norma, manual, procedimento ou política para rotina de alteração de senha e definição de complexidade de senha para a rede e sistemas.

Comentários da Administração: As senhas de rede são suficientemente complexas e devem ser atualizadas a cada quadro meses, de forma automática.

As senhas do ERP Totvs não são complexas. A equipe técnica da Companhia investigará possibilidade de implementação de complexidade mínima.

(xi) Trilhas e logs de auditoria sistêmicas

Os auditores independentes identificaram que a Companhia não possui uma rotina sistêmica para geração e revisão de trilha de auditoria para acessos de usuários à rede. As trilhas de log do Sistema RM encontram-se armazenadas no fornecedor TOTVS diretamente o qual fornece o ambiente em formato de serviço SaaS na nuvem.

Risco: Os auditores independentes entendem que a ausência de trilha de auditoria inviabiliza a identificação dos responsáveis por eventuais ações contrárias aos objetivos do negócio, favorecendo a ocorrência de tentativas de roubo ou destruição de informações por usuários maliciosos.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que a definição de estratégias de aquisição para espaço lógico na infraestrutura atual para armazenamento de trilhas de log para fins de auditoria dos usuários de rede. Recomendaram, também, que seja alinhado junto ao fornecedor de serviço SaaS – RM, a definição de disponibilidade, granularidade e periodicidade de backup das trilhas de log sistêmico.

Comentários da Administração: Atualmente, a Companhia já possui recursos para execução de trilha de auditoria, sob demanda, para atividades realizadas em sua rede. A área técnica da Companhia investigará a possiblidade para execução de trilha de auditoria do ERP Totvs.

(xii) Controles sobre alterações em sistemas e aplicativos

Os auditores independentes entenderam que a Companhia não possui uma política ou procedimento formal de gestão de mudanças ou alterações sistêmicas, que inclua análise de risco e de impacto no ambiente tecnológico, conforme melhores práticas de segurança da informação.

Risco: Os auditores independentes entendem que a falta de uma política forma de gestão de mudanças, pode fazer com que ocorram alterações não intencionais no software e nas informações, uma vez que estará sendo realizada uma alteração sem qualquer tipo de restrição. Pode causar ainda, problemas operacionais aos sistemas de informação da companhia, quando da implantação de mudanças no ambiente de produção sem uma análise prévia adequada.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram a criação de uma política de gestão de mudanças, que inclua avaliação de impacto, controle de versões e processos de melhoria de funcionalidades.

Comentários da Administração: A área técnica da Companhia investigará alternativas.

(xiii) Políticas e procedimentos de backup e restore

Os auditores independentes identificaram que a Companhia não possui como prática a realização de cópia de seus dados críticos locais e dos servidores virtuais. Foi observado que

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

toda a responsabilidade de procedimentos de backup são de responsabilidade dos fornecedores de ERP – TOTVS (RM) . Contudo, a empresa não possui uma documentação própria que trata do procedimento de backup e restore.

Risco: Os auditores independentes entendem que a ausência de uma política ou procedimento de backup inviabiliza a recuperação de informações vitais ao restabelecimento da operação após um evento de perda ou destruição de dados armazenados em produção.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que seja criado um manual de rotinas de backup, assim como testes de restore, avaliação de impacto, priorização de serviços core, mapa de backup.

Comentários da Administração: A Companhia discorda desta afirmação. Existem procedimentos de backup regulares de arquivos e diretórios dos servidores desde 2014. Existe documentação interna atualizada, com descrição da rotina e informações detalhadas de todos os equipamentos envolvidos na atividade de backup, a qual é automática.

A área técnica da Companhia elaborará manual que retratará as atividades que são realizadas automaticamente

(xiv) Plano de contingência dos ativos de TI

Os auditores independentes identificaram, após entendimento junto ao departamento de TI, com embasamento em algumas análises de evidências, que não existe um plano de contingência formal para restauração de serviços críticos da Priner.

Risco: Os auditores independentes entendem que a ausência de um plano de contingência inviabiliza o restabelecimento da operação após uma interrupção.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que seja implementado um plano de contingência de TI que compreenda todos os sistemas corporativos e datacenter externo.
Comentários da Administração: A Companhia concorda, parcialmente, apesar de não existir documento formal, a Companhia possui recursos de contingência, os quais estão encontram-se em produção. Os recursos alocados na Equinix possuem alta disponibilidade/tolerância a falhas (recursos redundantes).

Descrição:
- 02 switches-core Cisco;
- 02 firewalls;
- 02 controladores WI-FI Cisco;
- 02 Switches SAN Fibre Channel;
- 02 controladores do domínio separados em diferentes Hosts;
- Sistema de armazenamento contingenciado;
- Hot backup 30 dias e Cold Backup 360 dias;
- Ambiente protegido contra incêndios, quedas de energia e até pequenos tremores de terra;
- 02 Links de internet / 02 VPNs site-to-site por filial (exceto Serra - ES);
- VPN client-to-site para acesso home office;
- ERP TOTVS disponível sem VPN client;
- E-mail Microsoft Exchange 365 e Microsoft Teams disponíveis, sem VPN client.

A Companhia possui projeto para migração de todos os arquivos e sistemas para cloud privada, preferencialmente TIER 4.

(xv) Inventário de hardware e software

Os auditores independentes identificaram, após entendimento junto ao departamento de TI,

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

avaliaram que existe um inventário de hardware e software porém o mesmo não possui uma rotina de atualização dos itens de controle em uma base de gestão de configuração.

Risco: Os auditores independentes entendem que a ausência de um inventário de hardware e software que seja constantemente atualizado inviabiliza a identificação facilitada de incidentes de segurança, além de dificultar a implementação de um controle de licenças adequado.

Recomendação da empresa de auditoria independente especializada: Os auditores independentes recomendaram que seja criado um procedimento de criação e atualização de uma base de dados com aplicação das melhores práticas de ITIL e utilização de gestão de configuração com granularidades de itens de configuração bem definidos.

Comentários da Administração: A Companhia discorda, pois possui inventário devidamente atualizado, com apoio de ferramenta automatizada de inventário (Adoti).

A área técnica da Companhia atua atualmente através do gerenciamento de incidentes. Entretanto, avaliará procedimento de criação e atualização de base de dados com aplicação das melhores práticas de ITIL e utilização de gestão de configuração com granularidades de itens de configuração bem definidos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração está ciente dos pontos de controle interno reportados pelo auditor independente. Os mesmos foram endereçados aos responsáveis para o devido monitoramento e elaboração de ação para a sua correção, conforme o caso. A conclusão destes pontos será monitorada pela administração.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um sistema de controles internos para monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, as quais são atualizadas sempre que necessário, entre as quais destacam-se a Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno ("Política de Integridade") e o Código de Ética e Conduta ("Código de Ética"), nos quais foram aprovados os mecanismos e procedimentos de integridade a seguir indicados:

- Divulgação para seus funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores e parceiros comerciais das Políticas;

- Realização de prévia *due diligence* para avaliar a integridade dos terceiros contratados, parceiros comerciais e toda e qualquer sociedade (inclusive seus sócios) que seja alvo de uma operação de fusão e aquisição pela Companhia. Caso seja identificada alguma informação sensível relacionada à corrupção, o caso deve ser submetido à análise e aprovação da Diretoria Executiva;

- Vedação à qualquer contribuição para campanhas ou causas políticas;

- Aprovação prévia do Comitê de Ética para a realização de quaisquer doações e patrocínios em nome da Companhia;

- Manutenção de registro, contabilização e controles financeiros da Companhia de acordo com a regulamentação vigente, a Política de Integridade e o Código de Ética;

- Treinamento anual dos funcionários e administradores da Companhia;

- Implementação de um canal de denúncia no site da Companhia, o qual pode ser, inclusive, utilizado de forma anônima pelos funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e qualquer parceiro comercial;

- Adesão dos prestadores de serviço e fornecedores à Política de Integridade e ao Código de Ética;

- A inclusão obrigatória, em todos os contratos firmados com terceiros, de cláusulas anticorrupção para assegurar o cumprimento da Política de Integridade e do Código de Ética ou a assinatura de um termo de adesão à referida política e código;

- Realização de uma auditoria independente anual para verificar se todas as regras previstas na Política de Integridade e no Código de Ética estão sendo cumpridas. Concluída a auditoria, os auditores independentes encaminharão um relatório para o Diretor Financeiro e Relações com Investidores, que submeterá o relatório ao Comitê de Ética para que sejam propostas soluções para as eventuais falhas apontadas, bem como recomendações de medidas que possam reforçar a política anticorrupção da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

- Vedação à oferta ou recebimento de brindes e similares na forma de dinheiro e/ou presentes, viagens, cortesias de entretenimento e similares utilizado para satisfazer relacionamento pessoal ou proporcionar vantagem para Colaboradores ou para a Companhia;

- Obrigatoriedade de submissão de intenção de realizar doações filantrópicas ou patrocínios pela Companhia, ou em nome dela, ao Diretor Financeiro e Relações com Investidores;

A Companhia elaborou uma matriz de risco para avaliar seu nível de exposição de risco de corrupção e a eficiência dos controles utilizados. Essa matriz e a Política de Integridade e o Código de Ética serão revisados anualmente, se necessário, de acordo com o relatório circunstanciado anual preparado pelo auditor independente para verificação da efetividade dos controles internos da Companhia.

Além disso, a Companhia implementou Política de Transação com Partes Relacionadas. A Política tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos para assegurar que todas as decisões envolvendo pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha a possibilidade de contratar e que apresentem algum tipo de relação com a Companhia e/ou situações com potencial conflito de interesse sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, vide item 12.2.

A eficácia da Política de Integridade e do Código de Ética, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia instalou um Comitê de Ética, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2018 formado pelos membros da Diretoria e um membro do Conselho de Administração para:

- zelar pelo cumprimento da Política de Integridade e do Código de Conduta e esclarecer dúvidas quanto ao seu conteúdo;

- Analisar e deliberar sobre desvios de conduta e conflitos de natureza ética em relação às diretrizes estabelecidas pela Companhia;

- Estimular a adequação das práticas, políticas e procedimentos à Política de Integridade e ao Código de Conduta;

- Garantir a privacidade e a proteção dos temas e pessoas envolvidas em questões éticas;

- Aprovar e garantir a pertinência das Políticas, propondo o aprimoramento do documento;

- Monitorar e reportar os indicadores das denúncias de conduta, com a finalidade de manter diagnóstico atualizado sobre os temas, as áreas e as funções mais vulneráveis na Companhia; e

- Apreciar e decidir sobre eventuais recursos e/ou pedidos de reconsideração interpostos sobre aplicação e definição de sanções a colaboradores.

5.4 - Programa de Integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 24 de abril de 2018, o Código de Ética, o qual foi aditado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018 e 12 de dezembro de 2019. O Código de Ética é aplicável a todos os membros da administração da Companhia, empregados diretos e indiretos da Companhia, bem como seus fornecedores, administradores, prestadores de serviço e demais parceiros comerciais da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os gestores e empregados da Companhia serão submetidos a treinamentos anuais em relação ao Código de Ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta prevê medidas disciplinares aplicáveis das em caso de descumprimentos de normas e regras da Companhia, sejam eles cometidos por seus funcionários diretos ou indiretos, administradores, fornecedores ou prestadores de serviço. Reincidências, incluindo o descumprimento de planos de ação, também são sujeitas a medidas disciplinares. São punições possíveis:

- Advertência verbal;
- Advertência por escrito;
- Suspensão;
- Demissão sem justa causa;
- Demissão com justa causa; ou
- Notificação até rescisão contratual para pessoas jurídicas.

A aplicação de medidas disciplinares deve ser feita, tanto quanto possível, logo em seguida à falta cometida. Admite-se um período maior de tempo para a aplicação de penalidade quando a falta requerer apuração de fatos e das devidas responsabilidades.

As sanções devem ser justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida. Faltas semelhantes devem receber sanções semelhantes.

As sanções poderão ser definidas e aplicadas (i) pelo superior hierárquico do infrator e/ou (ii) por qualquer dos Diretores, sendo facultada a interposição de recurso/pedido de reconsideração ao Comitê de Ética.

5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de abril de 2018 o Código de Ética, o qual foi aditado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018 e 12 de dezembro de 2019. O Código de Ética encontra-se disponível no site da Companhia.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.**

A Companhia possui um canal de denúncia interno, para o recebimento de relatos anônimos ou identificados, prestados pelo público interno ou público externo, cujas denúncias são averiguadas pelo Comitê de Ética.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal pode receber denúncias dos empregados, administradores e qualquer terceiro mediante o envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: ouvidoria@priner.com.br ou pelo canal ouvidoria, disponível a todos no site da Companhia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Comitê de Ética, mediante os canais acima mencionados, recebe relatos anônimos ou identificados. Toda denúncia recebida será tratada com imparcialidade, transparência e confidencialidade. Nenhuma retaliação ao relator será aceita por se reportar em boa-fé. Retaliações de qualquer natureza devem ser informadas de imediato aos canais acima mencionados.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas e apuradas pelo Comitê de Ética.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia adota os seguintes procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias:

- Busca parceiros ou companhias alvo que tenham o mesmo comprometimento com os valores éticos adotados pela Companhia em sua Política de Integridade e Código de Conduta;

- Realiza processo de "*due diligence*" criterioso que englobe uma análise fiscal, contábil, financeira e jurídica, bem como incluir no correspondente contrato cláusulas anticorrupção adequadas, além de cláusulas de indenização por eventual passivo que venha a ser atribuído à Companhia;

- Solicita a adesão das parceiras ou companhias alvo à Política de Integridade e Código de Conduta da Companhia;

- Após o fechamento da parceria ou aquisição, a Companhia aplicará nas parceiras ou companhias alvo as mesmas regras de compliance por ela adotada, como exemplo, canal de denúncia, política de brindes e contratação de terceiros, dentre outros.

5.4 - Programa de Integridade

Caso sejam identificadas quaisquer violações à legislação aplicável ou à Política de Integridade ou Código de Conduta, o Comitê de Ética deve ser comunicado formal e imediatamente.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois a Companhia possui Política de Integridade e Código de Ética.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

COVID-19

Em 20 de março de 2020, o Senado Federal decretou estado de calamidade pública, fruto de pandemia mundial sem precedentes - CORONAVÍRUS (COVID-19).

A fim de analisar e se preparar para enfrentar esta nova crise, a Companhia estabeleceu a criação de um grupo de trabalho, denominado Comitê para Gestão da Crise, com três pilares de atuação: proteção da saúde de nossos colaboradores, minimização dos efeitos negativos da crise em nossos resultados e proteção da sólida posição financeira do grupo.

Como resposta aos primeiros sinais de redução temporária do volume de nossas operações, decidimos pela decretação de férias para parcela representativa de nossos colaboradores e instituição do regime de trabalho remoto para os colaboradores dos setores de apoio. Neste primeiro momento, não havia clareza sobre a duração e tamanho da pandemia. Em poucas semanas, formou-se consenso que a crise não seria curta, o que nos levou a tomar outras ações de forma imediata, dentre as quais destacamos redução do quadro de colaboradores em praticamente todos os setores, redução de jornada de trabalho e salários (MP 936), redução das contribuições ao sistema “S” (MP 932) e postergação dos recolhimentos de PIS/COFINS/INSS/FGTS (Portaria 139).

Adicionalmente, foi realizada reestruturação do organograma da Companhia, visando readequá-lo ao novo cenário que se apresentava, além de revisão de nosso orçamento para 2020, renegociação de preços com diversos fornecedores, início de projetos visando simplificação e automação de atividades de back-office e estudos para redução da área útil de alguns imóveis locados.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	12/07/2013
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/10/2017

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

Até 2013, as atividades da Companhia eram desenvolvidas pela Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills"). A Mills foi constituída em 1952, como uma empresa de andaimes e escoramento que prestava serviços ao setor de construção civil. Nas décadas de 1970 e 1980, a Mills teve um crescimento considerável em decorrência da expansão significativa dos setores de construção civil e industrial no Brasil. Dentre as atividades desse período pode-se destacar a construção da primeira plataforma brasileira de exploração de petróleo (1983), entre outros projetos. Em 1986, as atividades da Mills foram segregadas em divisões, sendo criada a divisão de serviços industriais. Em pouco tempo, a unidade de serviços industriais se tornou uma relevante provedora de serviços para a construção e manutenção de plantas industriais do Brasil.

Na década de 1990, ainda como uma área de negócios da Mills, a unidade de serviços industriais foi ampliada, passando também a oferecer serviços de pintura industrial e isolamento térmico.

Nos anos de 2000, a liderança da área de serviços industriais foi consolidada com projetos como a montagem de estruturas do heliporto da plataforma P16 da Petrobrás e a renovação de contratos de andaimes com a Aracruz Celulose.

Em 2013, a divisão de serviços industriais da Mills foi segregada e constituída a Mills SI Serviços Industriais S.A., cujas ações foram vendidas para o Leblon Equities Partners V Fundo de Investimentos em Participações (FIP) gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.

A Companhia, denominada Mills SI Serviços Industriais S.A., tinha como objeto social a prestação de serviços de acesso, pintura industrial, tratamento de superfície, isolamento térmico e montagem de câmaras pressurizadas para clientes industriais, oferecendo praticidade e alta produtividade, através de soluções inovadoras.

Em 30 de junho de 2016, em sede de assembleia geral extraordinária, os acionistas aprovaram a alteração da razão social da Companhia de Mills SI Serviços Industriais S.A. para Priner Serviços Industriais S.A.

Ainda no ano de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram uma reestruturação societária, por meio da cisão parcial da Companhia, na qual os ativos da divisão de locação de equipamentos foram conferidos ao capital social de uma nova sociedade em 9 de janeiro de 2017, denominada Priner Locação de Equipamentos S.A., sociedade totalmente controlada pela Companhia.

Em outubro de 2016, a Companhia lançou a nova marca (PRINER), na Rio Oil & Gas 2016, oportunidade na qual a Companhia aproveitou para apresentar novos produtos de isolamento térmico. A Companhia manteve banner no aeroporto de Macaé durante todo o ano de 2016 e realizou inserções em veículos da mídia impressa.

Em janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., sociedade foi criada em dezembro de 2010 tendo como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo.

Em julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das ações representativas do capital social da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A., sociedade concorrente da Companhia, cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Com a aquisição da Smartcoat, a Companhia ampliou sua atuação para o segmento *offshore*, com foco em plataformas marítimas e navios de

6.3 - Breve Histórico

petróleo.

Em 3 de maio de 2019, foi aprovada pela Companhia a primeira emissão de um total de 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, com garantia real e com garantia fidejussória, em 2 (duas) séries de valor nominal unitário de R$ 1,00 (Um real). As debêntures foram integralizadas à vista em 10 de maio de 2019, por meio de MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM, em moeda corrente nacional. O objetivo das debêntures foi alongamento do perfil da dívida.

Em 13 de dezembro 2019, a Companhia e o Leblon Equities Partners V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia protocolaram perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia ("Oferta"). Adicionalmente, em 13 de dezembro 2019, a Companhia protocolou perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") o pedido de migração da Companhia entre segmentos especiais de governança corporativa da B3, do segmento denominado Bovespa Mais para o segmento denominado Novo Mercado ("Migração ao Novo Mercado").

Em fevereiro de 2020, a Companhia realizou seu IPO (Initial Public Offering), através da distribuição primária de 17.391.304 (dezessete milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias e da distribuição secundária de 2.608.695 (dois milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias. O valor total foi de R$ 200 milhões, sendo R$ 174 milhões referentes a distribuição primária e R$ 26 milhões referentes a secundária. O início de negociações das ações no segmento Novo Mercado da B3 ocorreu em 17 de fevereiro de 2020.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não foi protocolado nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

De acordo com a revista “O Empreiteiro”, edição bimestral de julho/agosto de 2019, a Companhia é uma das principais empresas de engenharia de manutenção industrial no Brasil, possuindo foco no acrônimo APIIL – acesso, pintura, isolamento, inspeção e limpeza industrial, onde cobre os serviços de Acesso, Pintura (tratamento anticorrosivo) e isolamento térmico, possuindo, portanto amplo escopo de serviços. De acordo com a revista acima mencionada, a Companhia, considerada em conjunto com a Smartcoat, é uma das líderes nos serviços de estrutura metálica e manutenção industrial (acesso industrial, andaimes de encaixe e de alumínio, acessos suspensos – Priner Deck, alpinismo industrial, tratamento anticorrosivo no segmento offshore e em habitáculos pressurizados. (Vide ilustração a seguir).

A Companhia se destaca por ser capaz de oferecer serviços integrados e customizados aos clientes, o que também inclui a locação de equipamentos especializados para a prestação de serviços.

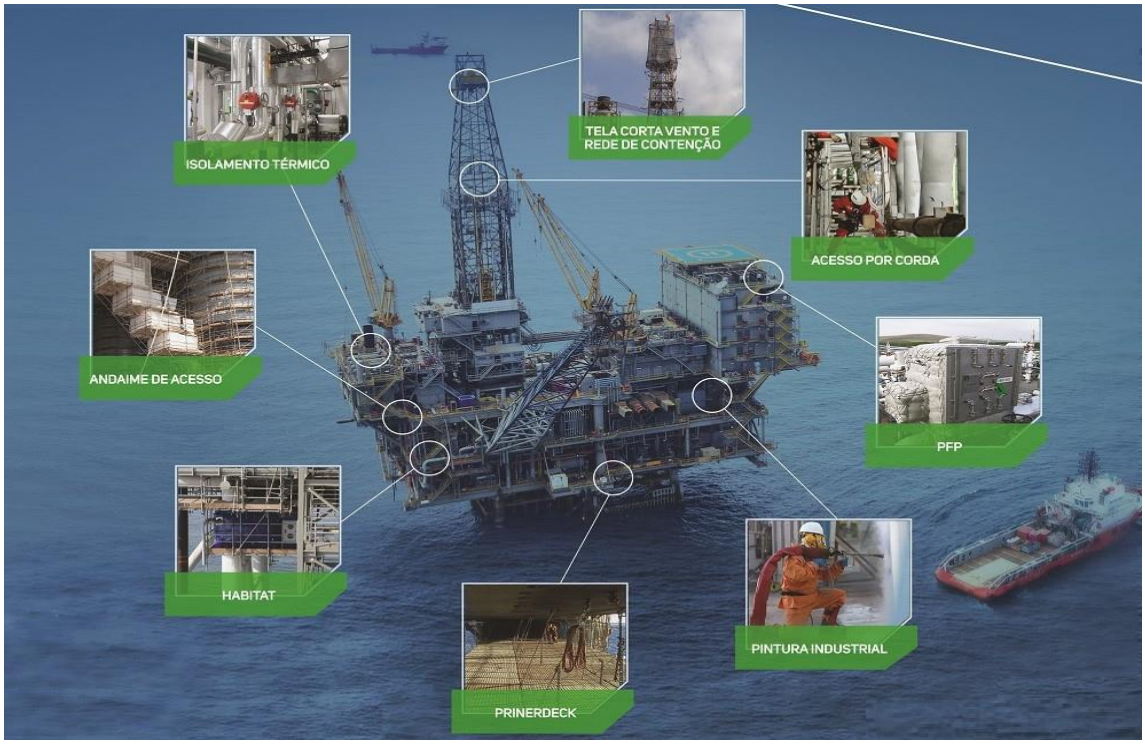
Nos segmentos de pintura, a Companhia possui certificação SSPC QP-1, ISO e está em auditoria para a obtenção da certificação NACE. A SSPC é uma associação americana com foco na preservação de estruturas industriais e marítimas por meio de revestimentos de proteção de alto desempenho. A certificação QP-1, internacionalmente reconhecida, avalia empresas que realizam serviços de revestimentos em estruturas complexas. (Fonte: https://www.sspc.org/abt-mission/). A NACE é líder global no desenvolvimento de normas, treinamento e padrão de qualidade em tratamento anticorrosivo. Todavia, no Brasil, não há empresas certificadas pela NACE até o momento. (Fonte: https://www.nace.org/about/nace-history; http://www.niicap.net/accredited- organizations). Haja vista a relevância dessas certificadoras, todas as referências e cobertura mundial no segmento de tratamento corrosivo, a Companhia acredita se destacar em seus segmentos de atuação.

A Companhia possui aproximadamente 2.500 Km em sistemas de acesso, 66 unidades de Ultra Alta Pressão (máquinas de hidrojateamento e unidades robóticas) para trabalhos em cascos de navios, esferas e tanques, além de amplo portfólio de equipamento para suporte aos seus projetos. Ao longo dos últimos anos, a Companhia tem trazido aos seus clientes várias soluções de engenharia que resultam em menor uso de mão de obra, maior produtividade e mínimo impacto ambiental.

Nos segmentos *Onshore* e *Offshore*, a Companhia presta serviços e realiza locação de equipamentos especializados nas seguintes áreas: acesso industrial, pintura industrial e tratamento de superfícies, isolamento térmico e outras especialidades, como ilustrado no gráfico abaixo.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Visão geral sobre os serviços prestados pela Companhia



Exemplos de serviços prestados offshore

A Companhia presta serviços de engenharia de manutenção em diversos setores, tais como Óleo & Gás, Petroquímica, Química, Papel e Celulose, Siderurgia, Naval, Mineração, Infraestrutura e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Distribuição de GLP e acredita que será beneficiada por um crescimento expressivo nos setores para os quais presta serviços industriais, sendo eles: (i) Óleo & Gás, que deve ser impulsionado pela retomada nos investimentos pela Petrobras e entrada de novas companhias no setor através de novas rodadas de licitações, assim como desinvestimentos de ativos produtivos pela Petrobras; (ii) Petroquímico, que deve passar por uma alteração de controle do principal player brasileiro (Braskem); (iiii) Mineração, que vem investindo muito mais em manutenção desde os acidentes de Mariana e Brumadinho; (iv) Papel e Celulose, no qual são estimados investimentos acima de USD 19 bilhões em CAPEX e USD 292 milhões em OPEX para os próximos 5 anos. (Fonte: Industrial info 2019).

A Companhia possui histórico de relacionamento com grandes e renomadas empresas que atuam no Brasil, tais como: Dow Chemical, Braskem, Klabin, MODEC, BW Offshore, Saipem, SBM, BASF, UltraCargo, International Paper, Petrobras, Actemium, Teekay, Aker Solution, Suzano e Halliburton, o que garante a oportunidade de participar do planejamento e desenvolvimento de importantes projetos, potencializando as chances da Companhia de captar futuros contratos e fornecer serviços e equipamentos ao longo de todas as fases dos projetos.

A Companhia acredita que confiabilidade, eficiência, agilidade e experiência são fatores críticos para o bom desempenho de seus serviços, os quais são consequências de uma equipe experiente, uso de tecnologia de ponta, utilização de programa de SMS eficiente e manutenção de certificações de primeira linha. A Companhia argumenta que além de possuir essas vantagens competitivas, há um alto custo de troca de prestador de serviços para os clientes (high *Switching Cost),* o que resulta em um dinâmica de receitas recorrentes.

No que tange à gestão de pessoas, a Companhia demonstra bons indicadores de retenção de pessoal evidenciado pelo baixo *turnover* das equipes indiretas e do pessoal estratégico, os quais foram, respectivamente, de 7.54% e 1.3% ao longo dos últimos 3 anos. O índice de ajuizamento de processos trabalhistas/autuações foi 2,74% (2019), 3.04% (2018) e 4.38% (2017), o que corrobora com a posição defendida pela Companhia de excelência na gestão de pessoas. A Companhia adota um rígido programa de recrutamento e seleção para as equipes de mão-de-obra direta, incluindo testes de proficiência para a atividade, avaliações psicológicas e pesquisa social. Adicionalmente, a Companhia fornece programas de desenvolvimento de pessoas baseada em desempenho, na cultura organizacional de *client care*, no zelo pelo trabalho sem acidentes e na geração de valor.

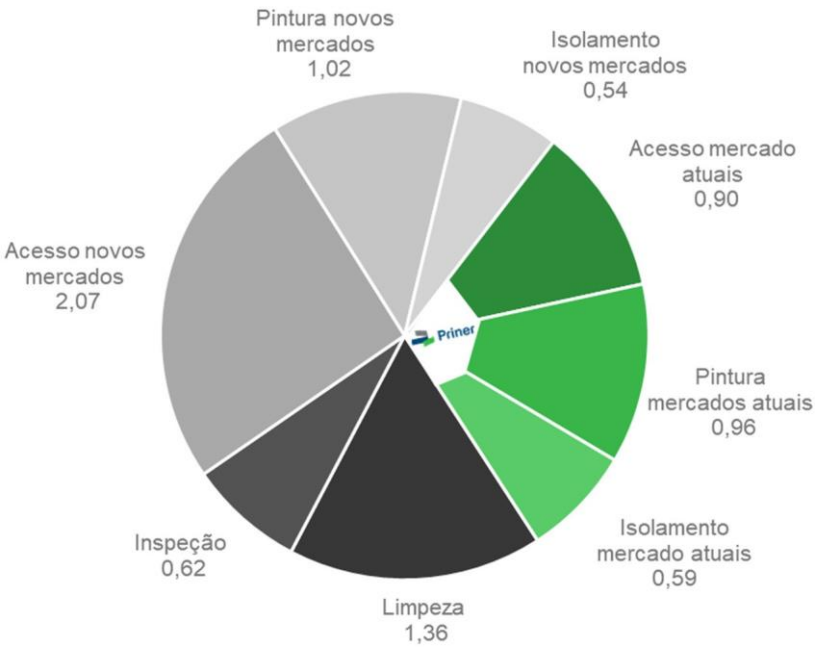
Ao longo dos últimos sete anos, a Companhia investiu em soluções que reduzem a intensidade da mão de obra direta, aumentando a produtividade e reduzindo o custo variável das obras. Como exemplo a Companhia cita: 1) máquinas de jato autopropelida da Blastrac, 2) mesa de corte automatizada Autometrix Cutter; 3) SafeCool, equipamento para refrigeração dos Habitats pressurizados, 4) diversos equipamentos de acesso feitos em alumínio, 5) máquinas de hidrojato com abrasivos; 6) sistemas de acesso suspensos, entre outros.

A Companhia possui um histórico recente de aquisições estratégicas e consolidação de ativos, tendo adquirido, em 2017, 51% do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R") e 75% do capital social da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A. ("Smartcoat"), possuindo ainda opções de compra das participações societárias residuais da R&R e da Smartcoat. Essas aquisições tiveram como objetivo o incremento do portfólio de serviços e posicionam a Companhia como líder no segmento *offshore* de tratamento de superfícies e locação de equipamentos para pintura industrial, bem como reforçam a presença da Companhia no negócio de isolamento.

Os serviços prestados pela Companhia estão inseridos no segmento conhecido pelo acrônimo APIIL, acesso, pintura, isolamento, inspeção e limpeza. De acordo com dados das consultorias *Industrialinfo* (https://www.industrialinfo.com/about/) e *Mirrow&Co* (https://www.mirow.com.br/) trata-se de um segmento com tamanho aproximado de R$8,05 bilhões/ano no Brasil. A presença da Companhia em relação a esse mercado é ilustrado na figura abaixo.

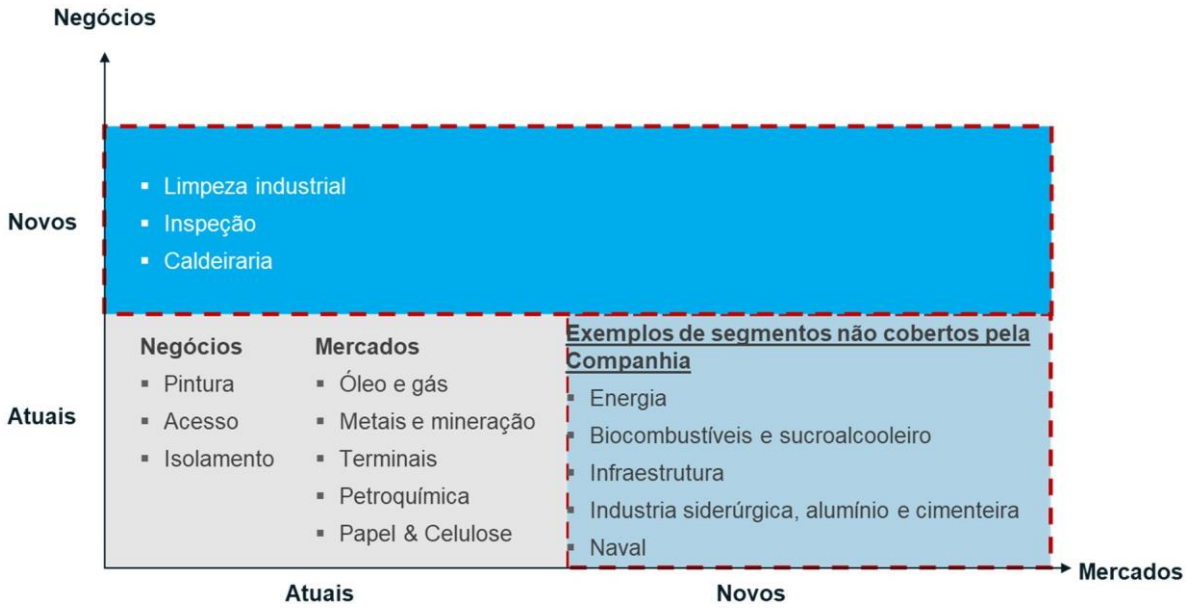
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Mercado APIIL, Brasil Anual *(Fonte Industrial Info e Mirrow & Co).*



Esse mercado (APILL) é marcado pela presença de uma série de empresas menores e focadas em uma ou poucas atividades (Mirrow & Co). A proposta da Companhia é seguir sua estratégia de expansão orgânica, crescimento para clientes ainda não atendidos, mas na cadeia industrial, assim como através de aquisição de know-how via M&A para a oferta do portfólio completo dos serviços complementares aos seus, como a limpeza industrial (ilustração abaixo).

Sumário Plano de Crescimento da Companhia



Atividades das Controladas

No ano de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram sua reestruturação societária, por meio da cisão parcial da Companhia, na qual os ativos da divisão de locação de equipamentos foram conferidos ao capital social de uma nova sociedade em 9 de janeiro de 2017, denominada Priner Locação de Equipamentos S.A. ("Priner Locação"), que é uma sociedade controlada pela Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A participação das receitas com locação na receita consolidada da Companhia (Serviços + Locação – Eliminação entre Companhias), desconsiderando-se a controlada Smartcoat, tem oscilado aproximadamente entre 15% e 19% no período compreendido entre os dois últimos exercícios sociais já encerrados e o exercício atual A Priner Locação tem basicamente dois tipos de equipamentos locáveis: andaimes (feitos em aço ou alumínio) e habitáculos pressurizados e os respectivos acessórios. A Companhia paga *royalties* para duas empresas de origem escocesa, a WEB Rigging Services pelo uso dos sistemas suspensos, e a SafeHouse do Grupo Starn, pelo uso dos habitáculos pressurizados.

Em janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R, a qual foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal o projeto e a fabricação de isolamentos térmicos, acústico e proteção passiva contrafogo, todos removíveis e reutilizáveis. A R&R, a qual utiliza o nome fantasia de Isolafácil, paga *royalties* para a empresa inglesa Darchem Engineering e é certificada DNV, ABS e Lloyds Register. Após a aquisição da R&R, a Companhia conquistou novos contratos no segmento *offshore* de fornecimento de sistemas removíveis, consolidando sua estratégia de verticalização do âmbito dos serviços de isolamento flexível.

Em julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das ações representativas do capital social da Smartcoat, cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Anteriormente à transação, a Smartcoat era concorrente da Companhia, embora atuasse no segmento *Offshore*, com foco em plataformas marítimas e navios de petróleo, enquanto a Companhia focava seus serviços no segmento *Onshore*. Dado a forte complementaridade das atividades de pintura e acesso, muitos clientes favorecem contratos com empresas que possam executar ambas as atividades. Fruto dessa união, em 2019 a Companhia venceu as licitações de manutenção da MODEC e Equinor.

Pontos Fortes da Companhia

A Companhia acredita que os seus principais pontos fortes incluem:

Liderança em serviços de engenharia industrial no Brasil, com ampla abrangência geográfica e qualidade comprovada por prêmios e certificações

A escala e abrangência nacional da Companhia a capacita a fornecer serviços, em qualquer localização do país, de forma eficiente. A Companhia é um dos maiores prestadores de serviços especializados de engenharia de manutenção industrial no Brasil. A Companhia acredita que a sua liderança de mercado a posiciona de maneira única para se beneficiar das oportunidades em setores globalmente competitivos e com alta perspectiva de crescimento no país, tais como Óleo & Gás, Petroquímica, Química, Papel e Celulose, Siderurgia, Naval, Mineração, Infraestrutura, Distribuição de GLP, Sucroenergético e Automobilístico.

A Companhia possui um sistema de gestão integrado em Qualidade, Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho. Este Sistema de Gestão, certificado nas normas internacionais OHSAS 18001, ISO 9001, ISO 14001, SSPC QP1, DNV, ABS e Lloyd's Register, busca o
aprimoramento contínuo e tem possibilitado a criação de um ambiente seguro e salutar ao longo dos anos. Além disso, a Companhia é reconhecida pelos clientes nos quesitos de saúde, segurança e meio ambiente, tendo recebido as seguintes premiações (os prêmios concedidos antes de 2013 foram concedidos em nome da Mills, uma vez que as atividades da Companhia eram desenvolvidas através da divisão de serviços industriais da Mills, que foi segregada em 2013 e resultou na constituição da Companhia):

- Prêmio 03 anos sem acidente reportável - Dow Planta de PO- PG – 2002
- Categoria Ouro pelo desempenho em SSMA na Braskem Ouro – 2005;
- Prêmio Destaque em SSMA nas unidades da Braskem CS e PVC BA – 2008;

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Prêmio de Índice de Prevenção em SEGURANÇA, SAÚDE e MEIO AMBIENTE – Braskem CS e PVC AL – 2007;
- Prêmio Performance de SSMA na Millennium _Cristal - 2008;
- Prêmio Zero Acidente Reportável – Dow – 2008;
- Prêmio Zero Acidente Reportável - DOW 2008
- Prêmio Destaque Reconhecimento_Braskem_2010
- Prêmio Capacete de Ouro /Dow – SP 2017;
- Colaborador Destaque em SSMA Petrobras -2018;
- Prêmio Performance em SSMA DOW ARATU – 2018
- Reconhecimento da Chevron em SSMA– 2017;
- Reconhecimento em SSMA - Ultracargo RJ – 2018;
- Reconhecimento em excelência de SSMA na Rhodia – 2019;
- Reconhecimento em SSMA - Villares – 2019.

Capacidade de oferecer, em tempo hábil, soluções inovadoras em engenharia e equipamentos de qualidade

O histórico de entrega de soluções únicas e em tempo hábil aos clientes da Companhia é uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes, muitos dos quais não compartilham de escala, escopo e diferencial técnico da Companhia. A Companhia acredita que seus principais diferenciais são a capacitação técnica de seus profissionais, a capacidade desses de prestar serviços confiáveis e a flexibilidade de se ajustar rapidamente às necessidades mutáveis dos clientes da Companhia.

A Companhia é uma das poucas empresas de engenharia de manutenção especializada no Brasil com escala necessária para atender as crescentes demandas de seus clientes de grande porte. Além do mais, as parcerias da Companhia com grandes grupos internacionais propiciaram, e a Companhia acredita que continuarão a propiciar, acesso a novas técnicas e tecnologias que potencializarão a capacidade da Companhia de introduzir soluções inovadoras no mercado brasileiro. Por exemplo, a Companhia foi pioneira na introdução dos habitáculos pressurizados no Brasil e na fabricação de isolamentos removíveis com certificação ABS, DNV e Lloyds. A Companhia também foi a primeira empresa certificada pela SSPC (*Society for protective coating*), associação americana com foco na preservação de estruturas industriais e marítimas por meio de revestimentos de proteção de alto desempenho. A Companhia iniciou a utilização de telas corta-vento no segmento *offshore* e passou a utilizar o sistema de acesso alumínio suspensos por cabos tensionados e vigas (Priner Deck). Através da SmartCoat, a Companhia foi uma das pioneiras no uso de sistema de UHP (Ultra Alta Pressão) no Brasil, possuindo hoje uma das maiores frotas de equipamentos FLOW, de acordo com a Flow Corp, empresa americana com 50 anos de atividades, líder mundial em desenvolvimento e fabricação de tecnologia em jato de água a pressão ultra elevada para corte e hidrojateamento com foco total nesse segmento.

Fidedignidade e relacionamentos de longo prazo com clientes

O portfólio de clientes da Companhia inclui as maiores empresas e grupos industriais nos setores de Óleo & Gás, Petroquímica, Papel e Celulose, Mineração entre outros. O relacionamento de longa data da Companhia com esses clientes dá a oportunidade da Companhia de participar do planejamento e desenvolvimento de importantes projetos, potencializando suas chances de captar futuros contratos e fornecer serviços e equipamentos ao longo de todas as fases dos projetos. Confiabilidade, eficiência, agilidade e experiência são fatores críticos, e é por isso que os clientes escolhem a Companhia como parceiro preferencial para executar seus projetos. A credibilidade da Companhia e relacionamento de longo prazo com clientes também é evidenciado pelo seu currículo, que inclui uma extensa lista de projetos realizados com empresas brasileiras líderes em seus setores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Capacidade comprovada de realizar sinergias de empresas adquiridas e alta resiliência, mesmo em tempos de crise

Entre 2015 e 2016, a receita líquida da Companhia cresceu 19,2%. A Companhia acredita que este número demonstra sua capacidade de gerar crescimento sólido, mesmo em condições de mercado desfavoráveis, como ocorreu durante a crise brasileira entre 2015 e 2016, onde o PIB do país retraiu 3,55% (2015) e o país sofria com instabilidade política. Nesse mesmo período, setores de clientes da Companhia sofreram um grande abalo com o escândalo "Petrolão" e a operação "Lava Jato". Entre 2012 e 2015, a presença da Companhia no segmento de CAPEX oscilou entre 35% e 45%. Desde o colapso das obras de investimento no Brasil, a receita da Companhia se tornou praticamente 100% em OPEX, demonstrando que a Companhia é capaz de gerar receita mesmo com condições adversas de mercado.

Parcerias estratégicas com grandes companhias internacionais de serviços industriais

A Companhia possui parcerias com algumas das maiores companhias no mundo, trazendo expertise e qualidade adicional para os serviços que presta:

- SafeHouse: empresa escocesa fundada em 2001, atuando em mais de 35 países. O principal serviço prestado em conjunto é o *Habitat*, desde 2013 quando essa parceria foi iniciada.
- Web Rigging Services: empresa escocesa fundada em 2006, especializada em soluções inovadoras de acesso, como alternativas para andaimes suspensos, em áreas *underdeck*. A parceria com a Companhia foi iniciada em 2016.
- Darchem Engineering: empresa inglesa fundada em 1954, especializada em tecnologia de isolamentos e sistemas corta-fogo, líder em tecnologia para altas temperaturas em diversas áreas. A parceria existe desde 2011 com a Companhia.

Equipe de gestão experiente e compromisso com práticas de governança corporativa

A equipe da Companhia tem significativa experiência nos segmentos em que atua, tendo comprovado histórico de desempenho operacional e financeiro, com sólidos resultados e reconhecimento dos clientes pelos serviços de qualidades prestados. Os diretores da Companhia trabalham juntos desde 2013 e possui uma média de 26 anos de experiência nos setores em que atua. Adicionalmente, há uma participação ativa do Conselho de Administração da Companhia, o qual conta com dois conselheiros independentes, um dos quais com mais de 40 anos de atuação nesse segmento e investidores liderados pela *Leblon Equities*, gestora fundada em 2008 e especializada em investimentos em empresas no Brasil. Desde 2017, a Companhia é uma companhia aberta e listada, demonstrando seu comprometimento com governança corporativa e transparência, o que capacita a Companhia a construir uma sólida credibilidade perante seus clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Prestadora de serviços para setores competitivos e com alta perspectiva de crescimento

A Companhia presta serviços para grandes empresas nos segmentos de Óleo & Gás, Petroquímica, Química, Papel e Celulose, Siderurgia, Naval, Mineração, Infraestrutura e Distribuição de GLP, que possuem alta perspectiva de crescimento.

Estratégia de Crescimento da Companhia

Nos últimos quatro anos, a Companhia aumentou, em média, sua receita líquida em 20% ao ano. Esses resultados refletem o forte crescimento orgânico da Companhia, bem como o desenvolvimento de novos serviços e aquisições. A Companhia fez e continua fazendo investimentos em pessoas, soluções, tecnologia e novos negócios, que resultem na oferta de produtos e serviços diferenciados para seus clientes. Os principais vetores de crescimento da Companhia são:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Aumento do portfólio de clientes e obras em segmentos de mercado que a Companhia já atua e que possuem significativo potencial de crescimento

A Companhia pretende aumentar sua participação em setores que já atua e que possuem grande potencial de crescimento nos próximos anos. Esses setores incluem: (i) Óleo & Gás, que deve ser impulsionado pela retomada nos investimentos pela Petrobras e entrada de novos players no setor;
(ii) Petroquímico, que deve passar por uma restruturação do principal player Brasileiro, resultando em mais investimentos em manutenção; (iii) GLP, cuja manutenção de terminais e esferas de armazenamento tem sido incrementada recentemente e (iv) Mineração, que vem investindo muito mais em manutenção desde os acidentes de Mariana e Brumadinho. Desde 2015, a receita da Companhia se tornou praticamente 100% OPEX; com a retomada do CAPEX da indústria brasileira esperamos potencializar a geração de valor para nossa Companhia.

Entrada em novos setores de forma orgânica

A Companhia pretende expandir sua presença para tradicionais setores da economia que ainda não atende, tais como: (i) sucroenergético, que deve ser impulsionado pelo programa RenovaBio, que criará um mercado de crédito de descarbonização com regras claras permitindo uma maior atração de investimentos no setor de biocombustíveis; (ii) automobilístico, setor que demanda serviços de tratamento de superfície e pintura industrial das linhas de produção, (iii) geração de energia, tanto em usinas termoelétricas como em unidades eólicas, ambos em franca expansão no Brasil.

Aumento no portfólio de serviços organicamente e via* M&A*, buscando oportunidades de investimento e aquisições estratégicas

A Companhia pretende usar sua *expertise* para desenvolver novos serviços, tais como inspeções técnicas e serviços diversos com uso de ultra alta pressão no segmento *onshore*. Adicionalmente, a Companhia pretende realizar aquisições estratégicas e buscar oportunidades de investimentos em mercados atraentes, observadas as condições econômicas, para incrementar seu portfólio de serviços e cobertura geográfica. Para tanto a Companhia já mapeou os mercados e os serviços complementares que irá atuar, identificando as melhores práticas na esfera de processo e de equipamentos para que a Companhia possa ter uma empresa de engenharia de manutenção com ainda mais produtiva e com forte componente de tecnologia.

Investimentos em tecnologia, recursos humanos, gerenciamento de projetos e políticas de segurança

A Companhia acredita que investimentos em equipamentos e tecnologias inovadoras, processos, pessoas e sistemas são fundamentais para a sua capacidade de oferecer serviços únicos e de alto valor agregado, soluções mais seguras, mais produtivas e com menor intensidade de mão de obra, comparativamente as práticas atualmente empregadas no Brasil, aumentando sua eficiência e competitividade. A Companhia pretende manter sua política de treinamento de novos colabores, investindo na continuada formação destes profissionais, visto que a Companhia acredita que sua qualidade técnica seja um importante diferencial competitivo.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Segmentos de negócios da Companhia

A Companhia oferece seus serviços por meio de dois segmentos de negócios:
(i) Prestação de Serviços; e (ii) Locação de Equipamentos.

Segmento de negócio: prestação de serviços

Os serviços prestados pela Companhia compreendem serviços altamente especializados como o de projeto e montagem de acesso em ambiente industrial (*Onshore* e *Offshore*), tratamento de superfície e pintura industrial; projeto, fabricação e instalação de isolamento térmico, acústico, proteção passiva contrafogo e montagem e locação de habitáculos pressurizados. Os serviços da Companhia compreendem cerca de 70% (Schlumberger Consulting, 2011) da maior parte das despesas de manutenção industrial nos segmentos que a Companhia atua.

A tabela abaixo ilustra a quebra da receita da Companhia por tipo de serviço e segmentado pela presença em projetos *Onshore* ou *Offshore*.

***Break-down* da Receita – Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Distribuição do Faturamento por Disciplina e Setor, 2019

Segmento	Acesso	Pintura	Isolamento	Habitat	Outros*	PESO
Onshore	37%	15%	6%	0%	7%	66%
Offshore	8%	23%	2%	2%	0%	34%
	45%	38%	8%	2%	7%	

*Outros: caldeiraria, venda de usados, reparos em construção civil,

Os serviços da Companhia demandam a mobilização de equipamentos modernos, produtivos e leves. A Companhia tem investido preferencialmente em acesso feitos em alumínio, equipamentos de transporte vertical, máquinas de tratamento de superfície capazes de entregar alta qualidade com o mínimo de uso de mão-de-obra e sofisticados equipamentos de corte para o segmento de isolamento. A seleção de pessoal da Companhia é rigorosa e todos os novos funcionários passam por treinamentos adequados a cultura de segurança, qualidade e entrega da Companhia.

A Companhia desenvolve seu próprio sistema de medição automatizada de serviço, o que proporciona a Companhia controle, em tempo real, de todas as atividades de acesso e de pintura em andamento no Brasil. O BI (*business intelligence*) da Companhia é capaz de extrair dados de todas os projetos separadamente na granularidade que for necessária a boa tomada de decisão, por fim todo o controle de SMS (saúde, meio-ambiente e segurança) da Companhia é aprovado por 100% dos seus clientes e proporciona forte controle das melhores práticas de SMS em todos os projetos da Companhia. As características de bom planejamento, excelência em engenharia, treinamento adequado, mobilização de maquinaria moderna e muita eficiência faz a Companhia acreditar que há fortes barreiras de entrada no seu segmento.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Acesso

Temos um portfolio completo de soluções para os ambientes mais complexos aos mais simples.

Andaimes de Encaixe
Andaimes com sistema de engates rápidos em todos os componentes: poste, travessa, diagonal, piso de alumínio, rodapé extensível e escada. O sistema atende às normas NR-18 e NR-34.

PrinerUp
Sistema pantográfico e modular de alumínio, indicado para áreas internas como fornos e silos. Leve, rápido e prático de montar. Aplicável na montagem de projetos de caldeiras, tanques internos e ambientes confinados.

LinkDeck
Piso especial em alumínio para grandes comprimentos. Seu uso é compatível com todos os tipos de andaime.

Acesso por cordas
Equipe treinada em alpinismo industrial para projetos especiais nas áreas de pintura, inspeção e isolamento térmico.
Certificação IRATA e/ou ABENDI.
Em conformidade com a NBR15475 e operando com a NBR15595.

PrinerDeck™
O sistema de acesso suspenso PrinerDeck é uma plataforma de trabalho, com pisos rígidos, e redes, apoiados em perfis com cabos de aço tensionados. Diminui em até 80% de tempo Homem-Dia. Aplicável em underdeck, pontes e viadutos.

Pintura Industrial

A proteção anticorrosiva é uma atividade de importância vital para a preservação patrimonial de linhas, equipamentos e estruturas metálicas.
A Priner e a Smartcoat possuem uma equipe qualificada e equipamentos de tecnologia avançada para soluções em todos os segmentos do mercado industrial.

Preservação Patrimonial
Atividade que impacta diretamente na manutenção e no ciclo de vida útil da unidade fabril, reduzindo também os riscos ambientais.

Projeto sob medida
Painéis unidos uns aos outros e vedados internamente permitem a passagem de tubulações e placas estruturais dentro da câmara.

Continua

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Pintura Industrial

Canteiro
. Cabine de Jato
. Jateamento automático
. Cabine de pintura

Offshore e Indústria
. Cabines Temporárias
. Hidrojateamento UAP (UHP) - Maior frota privada do Brasil
. Hidrojato com Abrasivo
. Pintura

Offshore e Indústria
. Cabines Temporárias
. Hidrojateamento UAP (UHP) - Maior frota privada do Brasil
. Hidrojato com Abrasivo
. Pintura

Segurança e confiabilidade
Inspetores qualificados pela ABRACO, SEQUI, ISOs 9001, 14001 e OHSAS 18001.

Controle de qualidade
O laboratório de análise de tintas da Smartcoat contribui para avaliar as possibilidade de falhas nos esquemas de pintura, e a durabilidade da proteção anticorrosiva, proporcionada pelos revestimentos. Atua em parceria com fornecedores e clientes.

Isolamento Térmico

A Priner tem soluções eficientes de isolamento térmico visando a conservação energéticae a redução de riscos operacionais. Contamos com um corpo técnico altamente qualificado e com larga experiência no mercado industrial: plantas novas, ampliações, manutenção preventiva e corretiva.

Convencional
- A frio
- A quente rígido
- A quente flexível
- Revestimento em chapas metálicas
- Concreto refratário
- Soldagem de stud welding
- Evita queimaduras de contato

Continua

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Isolamento Térmico e PFP

Removível e Reutilizável

- Fácil instalação, dispensando uso de ferramentas e mão de obra especializada.
- Removível, permite acesso fácil e rápido para inspeção e manutenção dos equipamentos.
- Reutilizável, podendo ser recolocado a qualquer momento, funcionando como uma capa.
- Possui revestimento, o que dispensa a necessidade de proteção com chapa metálica.
- Reduz o tempo de parada para execução do isolamento.

PFP – Proteção Passiva contra fogo

- 180 minutos de proteção, com certificação Lloyd's, contra condições de incêndio em poça de hidrocarboneto (UL 1709) e jato de fogo (ISO 22899-1 e OTI 95-634).
- Proteção customizada para válvulas, atuadores, tubulações, vasos, bandejas e instrumentos.
- Resistência a explosão com pressão de 1.62 bar.
- Painéis de acesso para manutenção e inspeção.
- Permite inclusão de ventilação de gases e sistema de resfriamento.

Habitat

O habitáculo pressurizado permite a execução de trabalhos a quente como solda, corte e esmerilhamento, em Áreas Classificadas. Ideal para uso em plataformas offshore de produção de petróleo, refinarias, plantas industriais e terminais petroquímicos.

Flexibilidade
Painéis unidos uns aos outros e vedados internamente permitem a passagem de tubulações e placas estruturais dentro da câmara.

Segurança e Economia
Câmara pressurizada utilizada em locais com rígidos requisitos de segurança para execução de trabalhos a quente como solda, corte e esmerilhamento. Ideal para uso em plataformas offshore de produção de petróleo, refinarias, plantas e terminais petroquímicos.

Certificações
Ex/ATEX (Appareils destinés à être utilisé en ATmosphères Explosives)
UL-BR (INMETRO) SBAC – Atmosferas explosiva zona 1 e 2.

A maior parte da receita da Companhia provém do fornecimento de serviços de montagem e locação de estruturas de acesso para plantas industriais. A maioria desses contratos atende à demanda de manutenção constante (OPEX, atividades recorrentes) de unidades industriais, e de maneira geral possuem uma duração que varia de um a três anos, mas que são frequentemente renovados. A Companhia possui alta taxa de renovação de contratos da Companhia no segmento privado, demonstrando que os clientes aprovam e confiam nos serviços da Companhia.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A segunda fonte de receita mais relevante da Companhia advém da prestação de serviços de tratamento de superfícies, onde a Companhia utiliza equipamentos de baixa, alta e ultra alta pressão de água, para o tratamento de superfícies de aço seguida de pintura industrial. Na filial de Macaé da Companhia há duas cabines de jatos abrasivos e uma cabine de pintura, as quais atendem à demanda de pintura para peças e equipamentos semiacabados para montagem offshore. A Companhia também montou uma estrutura de jato e pintura no porto do Açu, dentro das dependências da DOME, para o atendimento das demandas futuras dessa região com exclusividade de 5 anos.

Uma outra parcela importante da receita da Companhia provém de serviços idênticos aos citados acima, entretanto realizados durantes os períodos de "paradas operacionais" das plantas industriais. Nesses casos, há uma mobilização de um alto contingente de recursos, sejam humanos ou materiais, em um curto espaço de tempo, e as atividades duram entre uma e quatro semanas, em turnos de até 24 horas. Esta interrupção da unidade industrial significa perda de receita para os clientes, sendo a confiança na capacidade em conduzir os trabalhos de forma segura e pontual um fator decisivo para escolha do prestador de serviço, motivo pelo qual a Companhia tem se destacado frente à concorrência. As paradas programadas ocorrem ao longo de todo o ano em diferentes indústrias, sendo, portanto, eventos recorrentes.

Segmento de negócio: Locação de Equipamentos

A Companhia atende a diversos segmentos industriais através da locação de equipamentos de acesso, bombas de ultra alta pressão (UHP) e fornecimento de habitáculos pressurizados.

Os habitáculos permitem que os clientes da Companhia evitem interrupções em atividades onde há presença de gases explosivos para a realização de serviços a quente de manutenção (solda, corte, esmerilhamento, etc.), pois eliminam o risco de explosão ao evitar contato de fagulhas com gases explosivos através da pressurização do ambiente e detecção de gás.

Para oferecer as melhores soluções de acesso, a Companhia conta com uma gama de equipamentos que proporcionam o projeto ideal para cada situação, o que leva a Companhia a desempenhos diferenciados. As atividades de logística de mobilização, manutenção e montagem desses acessos exigem conhecimentos técnicos e das especificidades de cada indústria, de domínio das equipes de Logística e Engenharia da Companhia, colocando a Companhia em posição privilegiada para os atendimentos. Um exemplo disso é a presença dominante nas plataformas *offshore*, onde sempre é demandado soluções rápidas e mais leves.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

A tabela a seguir ilustra a evolução dos resultados operacionais e financeiros da Companhia ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

Indicadores Operacionais e Financeiros	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2019	**2018**	**2017**
Número de Clientes	**244**	**281**	**229**
Priner	106	127	101
Smartcoat	21	34	38
R&R	117	120	90
Receita Líquida	**348,6**	**327,2**	**236,5**
Prestação de Serviços	289,2	283,0	201,6
Locação	59,4	44,2	34,9
Lucro Bruto	**49,0**	**45,0**	**33,4**
Margem Bruta	**14,1%**	**13,8%**	**14,1%**
EBITDA	**27,5**	**29,8**	**4,7**
Margem EBITDA	**7,9%**	**9,1%**	**2,0%**
Lucro Líquido	**-10,8**	**5,1**	**-7,4**
Margem Líquida	**-3,1%**	**1,6%**	**-3,1%**

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

ENDIVIDAMENTO

A tabela a seguir ilustra a evolução do endividamento da Companhia, que está detalhada no item 3.2, "ii", ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

Endividamento	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2019	**2018**	**2017**
	(em milhares de R$, exceto quando indicado de maneira diversa)		
Dívida Bruta			
Curto Prazo	37.712	60.773	50.014
Longo Prazo	57.444	20.398	26.314
Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e mútuos a receber	44.528	3.719	2.508
Dívida Líquida	50.628	77.452	73.820
Índice de endividamento (Divida líquida/EBITDA últimos doze meses)	1,8	2,6	15,8
Patrimônio Líquido	74.069	66.129	54.774

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

b. receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

Valores expressos em milhares de reais	Receita Exercício social (31/12/2019)	% na Receita Líquida	Receita Exercício social (31/12/2018)	% na Receita Líquida	Receita Exercício social (31/12/2017)	% na Receita Líquida
Prestação de Serviços	289.185	83,0%	283.011	86,5%	201.620	85,3%
Locação	59.427	17,0%	44.226	13,5%	34.882	14,7%
Total	348.612	100,0%	327.237	100,0%	236.502	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Valores expressos em milhares de reais	Lucro Líquido/(Prejuízo) Exercício social (31/12/2019)	% no Lucro Líquido	Lucro Líquido/(Prejuízo) Exercício social (31/12/2018)	% no Lucro Líquido	Lucro Líquido/(Prejuízo) Exercício social (31/12/2017)	% no Lucro Líquido
Prestação de Serviços	(32.236)	298,5%	(14.626)	(284,5%)	(19.846)	268,6%
Locação	21.438	(198,5%)	19.766	384,5%	12.458	(168,6%)
Total	100,0%	100,0%	5.140	100,0%	(7.388)	100,0%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

A Companhia terceiriza todo o processo de fabricação dos equipamentos utilizados em suas operações, tanto para o segmento de prestação de serviços quanto da locação. Vide item 7.3(e) abaixo.

b. Características do processo de distribuição

I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,

Nos segmentos *Onshore* e *Offshore*, a Companhia presta serviços e realiza locação de equipamentos especializados nas seguintes áreas: acesso industrial, pintura industrial e isolamento térmico.

Os clientes da Companhia possuem unidades expostas a intempéries, tais como maresia em alto mar, cloro, salmoura e outros gases corrosivos. Dado que a totalidade das unidades industriais são feitas em aço, a corrosão é um fenômeno frequente que é intensificado por tais intempéries. Adicionalmente, em geral plantas industriais são muitos altas, o que demanda a montagem de acessos frequentes, seja para atividades de manutenção de rotina como mecânica, elétrica ou caldeiraria. Também as plantas industriais trabalham com transporte por tubovias de água, produtos ou vapor em altas temperaturas, portanto a perda de temperatura tem impacto significativo nas despesas de energia. O foco da Companhia é contribuir com a integridade operacional dos ativos dos seus clientes através dos serviços de acesso, pintura, isolamento e *habitat*.

O ciclo de serviços compreende: 1) visita a planta e delineamento dos serviços; 2) elaboração de projeto com estimativa da quantidade de pessoas, máquinas e equipamentos, 3) aprovação do cliente das soluções propostas, em geral há uma defesa técnica, 4) entrega de proposta comercial e 5) mobilização das equipes. Em geral, os contratos de manutenção, nos segmentos em que a Companhia atua, tem duração de 1 a 3 anos e são renovados várias vezes ou relicitados no sentido de sempre manter preços compatíveis com o mercado.

Nos segmentos de pintura Offshore, a companhia detém extensa frota de equipamentos de tratamento anticorrosivo e completo laboratório de controle de qualidade, com presença em diversas unidades operacionais em produção e construção, tais como P-55, P-53, P-76, P-62, FPSO Cidade de Niterói, Santos, Mangaratiba, Angra dos Reis, dentre outras. No segmento de acesso, é crucial a excelência do projeto e o tipo de material (mais leves e versáteis melhor), sendo que a Companhia mantém em seus quadros projetistas experientes e acredita possuir um dos maiores volumes de andaimes de aço e alumínio do país. Tendo iniciado sua presença nesse setor ainda na construção das primeiras unidades de produção de petróleo em alto mar na década de 80, a Companhia vem desde então aprimorando seu conhecimento em projetos, gestão e tecnologia de acesso.

A totalidade dos projetos são vencidos em licitações abertas. No caso dos clientes do setor privado há um convite para um número máximo de quatro empresas, ao passo que no caso da Petrobras é publicada uma um edital no site Petronect, por onde também se envia as propostas por meio eletrônico.

O processo de mobilização de equipes é composto de uma matriz de treinamento que varia em função do cliente e do projeto. A Companhia possui rotina de planejamento de mobilização e desmobilização para a totalidade dos seus projetos. Na visão da Companhia, um dos fatores que contribuem para sua vantagem frente à concorrência é o forte emprego de acesso feitos em alumínio, grande número de equipamentos de transporte vertical, máquinas de tratamento de superfície capazes de entregar alta qualidade com o mínimo de uso de mão-de-obra e sofisticados equipamentos de corte para o segmento de isolamento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia tem um setor de orçamento centralizado o qual visualiza e registra as melhores práticas em todo o país. É também centralizada o controle das equipes de execução de obra, treinamento, compras e logística. Dessa forma minimiza-se perdas e reduz-se possíveis ociosidades de pessoal ou equipamento.

Os equipamentos do tipo andaimes de encaixe podem ser fabricados no Brasil, com projetos próprios, ou serem importados, sendo a decisão de fabricar localmente ou importar é tomada em função da quantidade, prazo e preço. Os acessórios de montagem do sistema PrinerDeck tem origem em vários países, com maior presença da Inglaterra. As máquinas para serviços de fabricação de isolamento são importadas da Alemanha. Os habitats são todos importados da Escócia e sem similares nacionais. Por fim, os equipamentos de hidrojateamento e tratamento de superfícies são majoritariamente importados dos EUA, entretanto a Companhia mapeou, para fins de novas aquisições de equipamentos, fabricantes com excelente know-how no segmento de ultra alta pressão na Alemanha.

II. LOCAÇÃO

A locação de equipamentos é um segmento crescente na Priner. A Companhia aluga máquinas de hidrojateamento, andaimes de aço e alumínio, pisos em alumínio, pistolas de pinturas e máquinas de jato úmido.

A locação ocorre em dois cenários distintos: 1) no segmento *Onshore*, quando o cliente possui a mão-de-obra ou paga a equipe da Companhia em contratos separados; 2) no *Offshore*, onde geralmente o pagamento de pessoal e equipamentos é realizado por diárias (*man and material*). Exceto andaimes e equipamentos de pintura no *Offshore*, a Companhia ainda não faz outras locações.

A gestão de andaimes possui uma gestão centralizada e três depósitos, localizados em Camaçari, Rio de Janeiro e Barueri (SP). Os equipamentos locáveis de pintura e tratamento de superfície estão lotados na filial de Macaé. Todos os equipamentos e materiais são geridos por ferramentas de software desenvolvidas e customizadas para o setor da Companhia. A logística de distribuição de equipamentos é de responsabilidade do Diretor de Operações.

c. Características do mercado de atuação, em especial:

I. participação em cada um dos mercados

A Companhia acredita ser um dos maiores prestadores de serviços especializados de engenharia de acesso e locação de equipamentos de acesso para o mercado brasileiro. Com a aquisição de 75% da Smartcoat, a Companhia passou a ter participação relevante no mercado brasileiro de prestação de serviços para tratamento de superfícies e pintura industrial. A Companhia também possui participação no mercado brasileiro de prestação de serviços de isolamento. Além disso, a Companhia é líder no mercado brasileiro de locação de habitáculos pressurizados.

II. condições de competição nos mercados

A Companhia enfrenta significativa concorrência em todos os mercados em que atua, com exceção do mercado de locação de habitáculos pressurizados, andaimes suspensos e sistemas de isolamento removível.

No mercado de engenharia de acesso e locação de equipamentos de acesso, no qual ocupa posição de liderança, a Companhia acredita deter vantagens competitivas relevantes, por oferecer soluções com alto grau de excelência, segurança e inovação, a custos competitivos, sendo capaz de cumprir ou superar os prazos esperados pelos clientes em potencial. Principais concorrentes: RIP (Kaefer), Rohr, Reframax e Manserv.

A Companhia enfrenta significativa concorrência nos mercados de fornecimento de serviços de tratamento de superfície, pintura industrial e isolamento. A Companhia é uma das líderes no

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

segmento de manutenção industrial, conforme pode ser observado na revista O Empreiteiro, Ranking Geral 2019. Principais concorrentes da Companhia: Pinturas Ypiranga, Macseal, PSV, Solina, COMAU, RIP (Kaefer), Reframax, Manserv, Isar e AVSK *Solutions*.

A concorrência no mercado de locação de habitáculos pressurizados é composta por apenas uma empresa, com participação de mercado bastante reduzida até o momento: Step Oil & Gas, de origem portuguesa.

III. atualização sobre os principais setores de atuação

A Companhia atua prestando serviços industriais a diversos setores, e acredita que seus principais motores de crescimento são as tendências de crescimento nestes setores.

Óleo e Gás

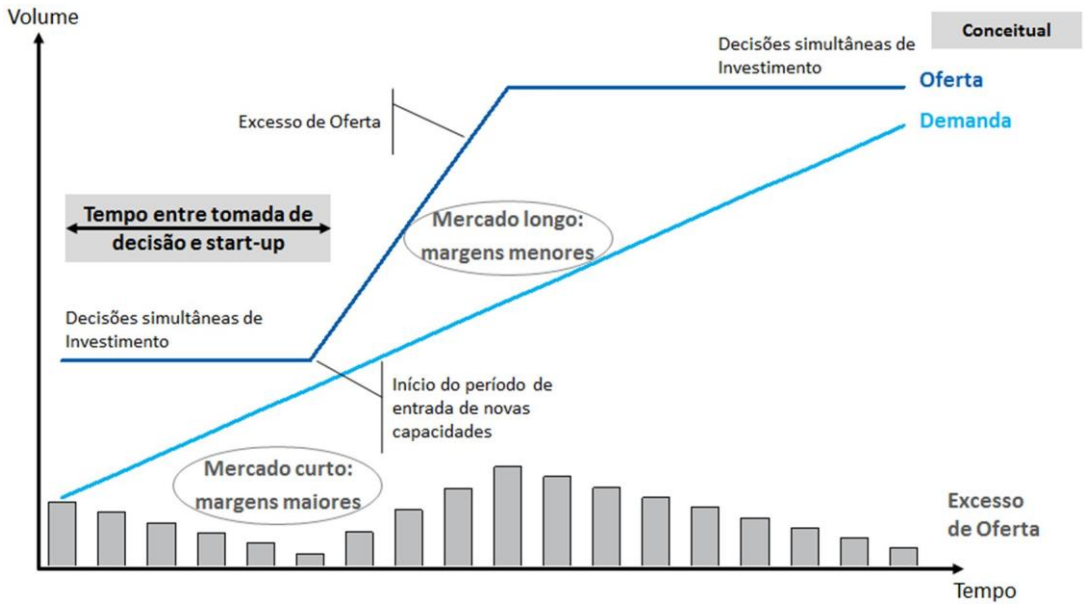
Novos players estão entrando no setor de Óleo & Gás através das rodadas de licitações que já ocorreram e que estão a ocorrer:

A 16º rodada de licitações foi a primeira do calendário de grandes leilões e arrecadou R$8,9 bilhões em bônus de assinatura, valor recorde entre as rodadas de concessão já realizadas no Brasil. As empresas que participaram do processo foram: BP, Chevron, CNOOC, Ecopetrol, Enauta, Equinor, ExxonMobil, Karoon, Murphy, Petrobras, Petrogal, Petronas, QPI, Repsol, Shell, Total e Wintershall. As que arremataram pelo menos um bloco foram: BP, Chevron, Equinor, ExxonMobil, Petrobras, Petronas, QPI, Repsol, Shell, Total e Wintershall. Estima-se de três a quatro novas plataformas no litoral dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e uma produção adicional de 400 a 500 mil barris por dia.

Petroquímico

O setor petroquímico é marcado por ciclos: quando a economia mundial está crescendo, os investimentos na indústria petroquímica aumentam e consequentemente sua capacidade produtiva. Quando a oferta for elevada pela alta capacidade produtiva da indústria, os preços caem. Em outras palavras, Investimentos em novas capacidades na Indústria Petroquímica não ocorrem linearmente com a demanda, o que causa um excesso de oferta significante em certos momentos do ciclo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Braskem
(disponível em: https://www.braskem.com.br/RI/o-setor-petroquimico)

No Brasil, com a queda de juros e projeções de aquecimento da economia, o setor de construção civil será beneficiado e, portanto, o consumo de PVC e outros materiais terá forte crescimento. Considerando que a construção civil é responsável por aproximadamente 70% das aplicações de PVC, acreditamos que isso pode beneficiar o setor Petroquímico nos anos seguintes.

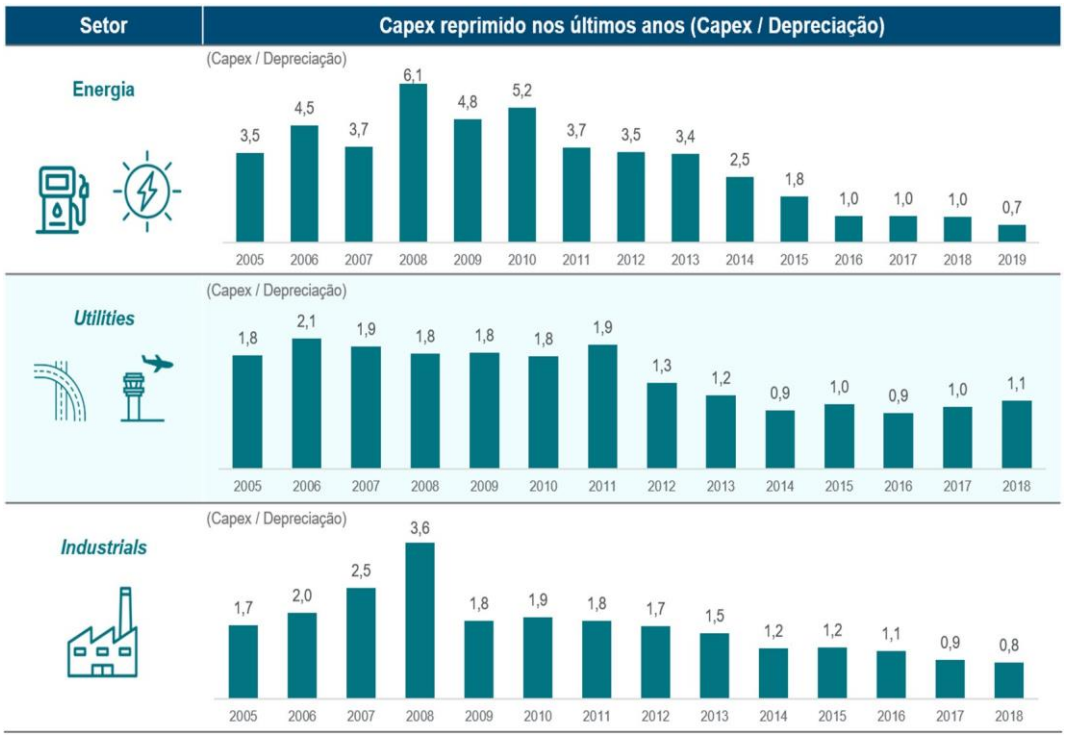
Papel e Celulose

São estimados investimentos acima de USD 19 bilhões em CAPEX e USD 292 milhões em OPEX (Industrial Info, 2019) para os próximos 5 anos. A Klabin, por exemplo, iniciou o Projeto Puma II em 2019 e é o maior investimento da história da empresa. A primeira etapa do projeto está relacionada a construção de uma linha de fibras para produzir celulose não branqueada integrada a uma máquina de papel Kraftliner e Kraftliner Branco, com capacidade anual de 450 mil toneladas. Na segunda etapa, será construído uma linha de fibras complementar integrada a uma máquina de papel Kraftliner com capacidade de 470 mil toneladas anuais e será realizada a expansão das estruturas de apoio. É esperado um investimento de R$9,1 bilhões nesse projeto até 2023.

CAPEX reprimido nos últimos anos

Nos últimos anos, o Brasil passou por anos desafiadores, incluindo o impeachment de uma Presidente e retração do PIB. Essa conjuntura fatores causou uma queda de confiança do empresário industrial e uma redução nos investimentos. Para os próximos anos, com a atual recuperação da confiança e projeção de crescimento do PIB, a Companhia acredita que os investimentos em CAPEX poderão ser retomados. Os gráficos abaixo evidenciam a queda de investimentos em setores selecionados:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Companhia, com base em dados da Bloomberg.

d. eventual sazonalidade

Excluindo-se períodos atípicos na economia nacional, historicamente observa-se redução do nível de atividades da Companhia no primeiro trimestre, em face de férias coletivas e lentidão na retomada das atividades de manutenção de alguns clientes.

e. principais insumos e matérias primas (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável (ii) eventual dependência de poucos fornecedores (iii) eventual volatilidade em seus preços

As matérias primas necessárias para a fabricação dos equipamentos utilizados pela Companhia são, normalmente, chapas e tubos de aço, assim como perfis de alumínio, cujos preços tendem a acompanhar a oscilação de tais *commodities*. A Companhia possui diversas opções de fornecedores de matérias primas. A escolha dos fornecedores é influenciada, principalmente, pelo preço cobrado e qualidade oferecida.

O processo de produção dos equipamentos utilizados pela Companhia é terceirizado. Devido ao padrão de qualidade que os mesmos devem apresentar, a Companhia possui rol restrito de empresas homologadas para realizar a transformação e montagem dos referidos equipamentos. Até meados de 2016, a Companhia adquiria as matérias primas necessárias para produção de seus equipamentos e as entregavam a terceiros, responsáveis pela sua industrialização e transformação. Esse processo demandava necessidade de controles adicionais, os quais não agregavam valor ao produto final. A partir do segundo semestre de 2016, a Companhia negociou condições comerciais com fornecedores de aço e alumínio. Deste então, após concorrência e seleção de empresas fabricantes dos produtos que utiliza em seu processo produtivo, as mesmas passaram a adquirir a matéria prima diretamente dos fornecedores de aço e alumínio, com base nas condições comerciais negociadas pela Companhia.

Habitualmente, os compromissos da Companhia com fornecedores são de curto prazo e os preços cobrados podem sofrer volatilidade em função dos preços da mão de obra e das *commodities* que são usadas na fabricação de seus equipamentos, principalmente aço e alumínio.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4- Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Em 2019, 10 clientes representaram, aproximadamente, 85% (setenta e oito por cento) das receitas líquidas totais da Companhia. No mesmo período, 115 clientes representaram, aproximadamente, 15% (vinte e dois por cento) das receitas líquidas totais da Companhia.

Em 2018, 10 clientes representaram, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) das receitas líquidas totais da Companhia, três dos quais representaram, aproximadamente, 26%, 13% e 10%. No mesmo período, 136 clientes representaram, aproximadamente, 20% (vinte por cento) das receitas líquidas totais da Companhia.

Em 2017, 20 clientes representaram, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) das receitas líquidas totais da Companhia, dois dos quais representaram, aproximadamente, 27% e 12%. No mesmo período, 109 clientes representaram, aproximadamente, 20% (vinte por cento) das receitas líquidas totais da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os únicos clientes que representaram, individualmente, valor superior a 10% das receitas líquidas nos anos de 2017, 2018 e 2019.

	2019	2018	2017
Maior cliente	28,08%	26,32%	26,98%
2º maior cliente	16,22%	12,53%	1,84%
3º maior cliente	10,90%	10,20%	11,81%

O quadro a seguir demonstra a receita líquida dos clientes com participação superior a 10% nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Valores expressos em milhares de reais, para clientes com participação superior a 10%	2019	2018	2017
Maior cliente	97.905	86.125	63.809
2º maior cliente	56.552	41.017	4.344
3º maior cliente	37.992	33.370	27.925

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não há regulação específica sobre as atividades exercidas pela Companhia. A Companhia não precisa de autorizações ou licenças adicionalmente àquelas exigidas de toda sociedade comercial.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Considerando a natureza de suas atividades, a Companhia não adota política ambiental e não está sujeita a regulamentos ambientais específicos. Os principais impactos ambientais da Companhia são o processo de manutenção dos seus equipamentos, que envolvem, entre outros, compensados, tintas e óleos lubrificantes. A Companhia busca mitigar os possíveis impactos ambientais oriundos de suas atividades através do levantamento dos aspectos e busca pelo seu descarte adequado. Como exemplo, citamos o descarte adequado dos óleos lubrificantes através da separação e descarte em empresas licenciadas. São realizados investimentos também nos sistemas de separação de água/óleo oriundos da lubrificação/lavagens das máquinas e posterior descarte adequado junto a empresas licenciadas. Com o objetivo de reduzir a utilização de óleos na lubrificação de seus equipamentos, a Companhia tem investido expressivos recursos em andaimes de encaixe para o ambiente industrial, que dispensam a utilização de braçadeiras e luvas de união com parafusos e utilizam sistema de cunhas de encaixe, que além de dispensar manutenção com óleos lubrificantes, também proporcionam ganhos de produtividade e competitividade. A Companhia tem investido expressivos recursos para gradualmente substituir em andaimes os pisos de madeira por pisos de alumínio, mais duráveis e ecologicamente corretos, contribuindo, desta forma, para a redução da extração de árvores e para a manutenção de um planeta mais verde. Além disso, a Companhia tem produtos que reduzem o impacto ambiental, principalmente o uso de novas formas, escoramentos e estruturas metálicas, que reduzem o uso de madeira no processo construtivo. A Companhia atua com responsabilidade ambiental na aquisição de madeiras utilizadas para execução dos serviços. Todas as madeiras utilizadas em seus equipamentos são de fontes legais e licenciadas pelo Ministério do Meio Ambiente – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, e a Companhia mantém arquivadas cópias de todas as documentações legais pertinentes relativas à origem, transporte e cadastro de seus fornecedores, com destaque para o DOF – Documento de Origem Florestal. Os equipamentos danificados nas obras, quando classificados como impróprios para reutilização, são transformados em peças de tamanhos menores ou descartados com seu posterior envio para reciclagem. No descarte, as peças em aço carbono são enviadas para siderúrgicas e se transformam em outros produtos metálicos; os pisos e vigas em alumínio são enviados para reprocessamento em usinas, retornando para a Companhia em novos produtos com as mesmas características; e os pisos em madeira são enviados para parceiros credenciados que transformam este resíduo em fonte de energia.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Desde a sua constituição, a Companhia utilizava a marca “Mills SI”, nos termos de contrato de licença de uso de marca firmado com a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. A partir de outubro de 2016, a Companhia passou a utilizar a marca “Priner”, de sua titularidade. A Companhia não espera que haja um impacto substancial nas suas operações em decorrência de mudanças de marca.

O desenvolvimento de suas atividades não depende de marcas secundárias, patentes, concessões, franquias e contratos de royalties. Não obstante, a Companhia possui parcerias

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

com algumas das maiores companhias no mundo, trazendo expertise e qualidade adicional para os serviços que presta.

Possuímos contrato de licença com a empresa escocesa Safehouse Habitats (Scotland) Ltd, através do qual fomos autorizados a comercializar com exclusividade os produtos da licenciante, incluindo habitáculos pressurizados, bem como a prestar serviços relacionados a tais produtos, no Brasil e pagamos um percentual sobre a receita líquida da comercialização dos produtos.

Este contrato foi iniciado em 2009 e renovado até 31 de dezembro de 2021. Não podemos distribuir, vender, revender, locar ou manufaturar bens que concorram diretamente ou indiretamente com os produtos objeto do contrato, durante o prazo de vigência deste contrato."

A Companhia possui contrato de licença com a empresa escocesa WEB Riggind Ltd, através do qual a Companhia foi autorizada a fabricar e comercializar com exclusividade pisos do andaime de acesso suspenso PrinerDeck (WEB Deck™) no Brasil utilizando a tecnologia da licenciante, e pagando um percentual sobre a receita líquida baseado no total de pisos fabricados e comercializados no Brasil. Este contrato foi iniciado em junho de 2016 e é válido até junho de 2021.

Por fim, a Companhia possui contrato de licença com a empresa inglesa Darchem Engineering Limited, através do qual foi autorizada a fabricar e comercializar com exclusividade isolamentos térmicos no Brasil utilizando a tecnologia da licenciante, e pagando um percentual sobre a receita líquida baseado no total de produtos comercializados no Brasil. Este contrato foi iniciado em dezembro de 2011 e é válido por 10 anos. A Companhia não pode desenvolver, usar ou distribuir bens que concorram com os produtos objeto do contrato, durante o prazo de vigência deste contrato.

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações que identificam ou são passíveis de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações, obrigações dos controladores de dados e direitos dos titulares de dados.

Os direitos à intimidade e à privacidade são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002). O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) estabeleceu regras para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) dispôs sobre o uso e tratamento de dados pessoais coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entrará em vigor em 16 de agosto de 2020, traz um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como é o caso da Companhia, que coleta uma série de dados pessoais tais como dados referentes aos seus empregados e dados dos representantes legais e comerciais de seus clientes/fornecedores para poder exercer suas atividades.

A LGPD tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia. Sobre o tema, a Lei nº 13.853/19 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que será a entidade responsável por educar, fiscalizar a aplicação da LGPD e pela aplicação de penalidades disposta na LGPD.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia terá que adaptar suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos na LGPD e, assim, será necessário que a Companhia revise suas políticas, processos internos e práticas comerciais para adaptação à LGPD.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, 100% da receita foi proveniente de clientes situados no Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve receita proveniente de clientes situados fora do Brasil.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve receita proveniente de clientes situados fora do Brasil.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7- Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 – Políticas socioambientais

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais. Não obstante, a Companhia está em fase de estruturação dos processos, visando atuar de forma sustentável. A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar. Por considerar importante a ampliação da transparência sobre o assunto sustentabilidade, a Companhia está analisando a formalização de um processo de análise (diagnóstico) e plano de ação para melhorar suas práticas de sustentabilidade.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais. Não obstante, a Companhia está em fase de estruturação dos processos, visando atuar de forma sustentável. A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar. Por considerar importante a ampliação da transparência sobre o assunto sustentabilidade, a Companhia está analisando a formalização de um processo de análise (diagnóstico) e plano de ação para melhorar suas práticas de sustentabilidade.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Em 24 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno e Código de Ética e Conduta da Companhia ("Código"), disponível para todos os funcionários em rede interna, a qual foi alterada em 21 de dezembro de 2018.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2019, aprovou-se nova versão do Código. A eficácia de referida nova versão do Código, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está relacionada à migração da Companhia entre segmentos especiais de governança corporativa da B3, do segmento denominado Bovespa Mais para o segmento denominado Novo Mercado ("Migração ao Novo Mercado").

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 Negócios extraordinários

Em janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., sociedade foi criada em dezembro de 2010 tendo como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo.

Em julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das ações representativas do capital social da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A., sociedade concorrente da Companhia, cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Com a aquisição da Smartcoat, a Companhia ampliou sua atuação para o segmento *offshore*, com foco em plataformas marítimas e navios de petróleo.

Para mais informações com relação às aquisições acima, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não houve outras alterações significativa na forma de condução dos negócios da Companhia, nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Não aplicável, uma vez que a Companhia e suas controladas não celebraram, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, qualquer contrato relevante que não estivesse relacionado com as atividades operacionais da Companhia.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 – Bens do ativo não-circulante relevantes

Uma parte relevante das receitas da Companhia e de suas controladas provém da locação e uso operacional de equipamentos e da prestação de serviços de soluções de engenharia de acesso, isolamento térmico, pintura industrial e habitáculos pressurizados, combinados com montagem e desmontagem de equipamentos.

A Companhia possui bens do seu ativo imobilizado para uso próprio, consistentes principalmente em instalações para armazenamento dos equipamentos acima mencionados, além de escritórios, benfeitorias, mobiliários e equipamentos necessários ao funcionamento de nossas atividades de ponta e *backoffice*.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Filial Camaçari - Terreno com benfeitorias	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Filial Duque de Caxias	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
Filial Barueri	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Filial Macaé	Brasil	RJ	Macaé	Alugada
Matriz - escritório	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Filial Serra	Brasil	ES	Serra	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BR 10 2018 072611 0	-	O pedido de registro de patente pode ser indeferido pelo INPI, seja de ofício a partir do exame técnico, seja em razão de oposição de terceiros. Ainda, quando deferido, o registro pode ser arquivado em razão do não pagamento da anuidade pelo titular.	Caso a patente seja indeferida pelo INPI, a Companhia ficaria impossibilitada de fabricar e utilizar com exclusividade decks de acesso suspenso sobre vigas de suporte com articulações e olhais para sustentação, o que impactaria diretamente a atividade da Companhia.
Marcas	Marca mista ISOLAFÁCIL – INPI 906926378	23/08/2026	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, seja de ofício ou em razão de oposição de terceiros. Ainda, quando deferidos, os pedidos de registro podem ser arquivados em razão do não pagamento da taxa final pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI; iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas resulta na impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda o risco de sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível por uso indevido de marca em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	Marca mista ISOLAFÁCIL – INPI 906951135	-	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, seja de ofício ou em razão de oposição de terceiros. Ainda, quando deferidos, os pedidos de registro podem ser arquivados em razão do não pagamento da taxa final pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI; iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas resulta na impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda o risco de sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível por uso indevido de marca em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PRINER - INPI 910362831	26/12/2027	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Nome de domínio na internet	Priner.com.br	26/11/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante a nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto pela perda do nome de domínio, sendo certo que em tais casos, ficaríamos impossibilitados de utilizar o nome de domínio, que voltaria a ficar disponível para terceiros.
Nome de domínio na internet	Prinerrental.com.br	26/11/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante a nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto pela perda do nome de domínio, sendo certo que em tais casos, ficaríamos impossibilitados de utilizar o nome de domínio, que voltaria a ficar disponível para terceiros.
Marcas	PRINER - INPI 910814112	27/02/2028	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PRINER - INPI 910814449	27/02/2028	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	Smartcoat - INPI 840083939	16/05/2027	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Nome de domínio na internet	Smartcoat.com.br	29/10/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante a nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto pela perda do nome de domínio, sendo certo que em tais casos, ficaríamos impossibilitados de utilizar o nome de domínio, que voltaria a ficar disponível para terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PRINER - INPI 910362653	26/12/2027	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	ISOLAFACIL	02/05/2028	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, de ofício ou em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da LPI, iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas, ou, ainda, a não consolidação da expectativa de registro em razão do depósito das marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, o risco de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Priner Locação de Equipamentos S.A.	24.566.534/0001-48	-	Controlada	Brasil	RJ	Duque de Caxias	(i) A locação e venda de andaimes de acesso ou estruturais, plataformas de trabalho suspensa e habitáculos pressurizados, compreendendo suas peças, pisos e demais componentes e acessórios, em aço, alumínio e madeira; (ii) importação e exportação de andaimes e equipamentos de acesso e habitáculos pressurizados compreendendo suas peças, pisos e demais componentes e acessórios; e (iii) participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia ou acionista, ou em consórcios.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	14.278.746,91		
31/01/2018	0,000000	0,000000	109.047,11					
31/01/2017	0,000000	0,000000	4.000.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Trata-se de segregação de atividades, com duas linhas de negócios distintas sob a forma de sociedades independentes.

R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda	13.058.044/0001-14	-	Controlada	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	(a) fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, isolamento acústico e proteção passiva contrafogo, para equipamentos industriais; (b) comércio, importação e exportação de produtos isolantes (térmicos, acústicos e de proteção contra fogo); (c) instalação de produtos de fabricação própria.	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	765.000,00		
31/01/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/01/2017	0,000000	0,000000	765.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa com capital intelectual, produto inovador para o mercado brasileiro, capacidade produtiva e potencial para rápido crescimento no segmento de isolamento térmico, um dos segmentos de atuação da Priner, no qual temos como objetivo estratégico aumentar nossa participação de mercado.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	09.122.486/0001-05	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	(a) prestação de serviços em preparação de superfícies, pintura industrial e engenharia em revestimentos; (b) locação de equipamentos de hidrojato.	75,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00
31/01/2018	0,000000	0,000000	0,00
31/01/2017	0,000000	0,000000	0,00

Valor mercado	Data	Valor (Reais)
Valor contábil	31/12/2019	0,00

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa com destaque na atuação no mercado de tratamento de superfícies e pintura industrial offshore, foi adquirida pela Priner com o fim de estratégico de incrementar o market share em uma das atividades em que atua.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2- Outras informações relevantes

A tabela abaixo apresenta os principais ativos imobilizados da Companhia:

Descrição	Exercício social encerrado em 31/12/2019 (R$ mil)	Exercício social encerrado em 31/12/2018 (R$ mil)
Equipamentos de Locação e Uso Operacional	66981	65.733
Benfeitorias	180	218
Computadores	550	445
Terrenos	121	121
Veículos	282	404
Maquinas, Equipamentos e Ferramentas	34	133
Moveis, Utensílios e Instalações	651	460
Prédios	425	450
Direito de uso – arrendamentos	7800	-
Total	**77.024**	**67.964**

Instalações da Companhia

A Companhia e suas controladas necessitam, sobretudo, de depósitos capazes de armazenar com segurança e eficiência os equipamentos utilizados em suas operações. A Companhia acredita que a localização dos seus depósitos, que abrange boa parte do território brasileiro, consiste em uma vantagem competitiva relevante, pois aumenta a agilidade no atendimento às demandas dos seus clientes, além de gerar otimização dos custos de transporte.

9.2 - Outras Informações Relevantes

A tabela a seguir apresenta as principais instalações utilizadas, atualmente, pela Companhia:

Imóvel	Área do Terreno	Área Edificada	Situação	Término do Contrato de Locação	Cidade	Estado	Localização
Sede/ Escritório	773 m²	773 m²	Alugado	01/10/2023	Rio de Janeiro	RJ	Avenida Geremário Dantas, 1400, Lojas 249 a 267, Freguesia-Jacarepaguá
Escritório/ Depósito	7.012 m²	557,80 m²	Próprio	N/A	Camaçari	BA	Avenida Concêntrica S/N, Camaçari de Dentro, Camaçari, Bahia
Escritório/ Depósito (galpão)	711.549,90 m² (área total do condomínio)	5.442 m²	Alugado	01/09/2028	Barueri	SP	Av. Prefeito João Vilallobo Quero, 1505, Jardim Belval
Escritório/ Depósito	4.000 m²	1.382,39 m²	Alugado	26/11/2023	Duque de Caxias	RJ	Av. Feliciano de Castilho, s/n, Quadra 24-B, Lote 36, Chácaras Rio Petrópolis e Av. Carmem Miranda s/n, Quadra 24-B, Lotes 31, 33 e 35, Chácaras Rio Petrópolis
Escritório/ Depósito	8.567,40 m²	2.949,94m²/ 540 m² de área alugada	Alugado	06/03/2023	Macaé	RJ	Est. José Recorder, 600, galpão 01, Parque Aeroporto, Macaé
Escritório/ Depósito	11.319,01 m²	4.206,68 m² de área construída	Alugado	30/07/2024	Macaé	RJ	Av. Amaral Peixoto, 4885 - KM 183,5 São José do Barreto - Macaé - RJ
Sede unidade industrial	1.340,42 m²	1.214,64 m²	Alugado	Indeterminado	Mogi das Cruzes	SP	Rua Professor Dalmo Faria de Almeida, 180 - Cezar de Souza
Escritório/ Depósito	390m²	390m²	Alugado	19/12/2021	Serra	ES	Rua Castelo nº 1.107, Bairro Jardim Limoeiro,.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às informações contábeis consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a continuidade e desenvolvimento de suas operações.

Em 2017, as operações da Companhia foram deficitárias, tendo como principais motivos o aumento da concorrência por novos serviços e oportunidades para locação de equipamentos e as dificuldades enfrentadas pela Smartcoat - Serviços em Revestimentos S.A. ("Smartcoat") no segundo semestre.

Em 2018, as ações implementadas em 2017 visando melhoria de produtividade, assim como a recuperação das atividades de locação propiciaram melhoria no desempenho da Companhia.

Em 2019, o lucro bruto, relativo à Companhia (no contexto deste item 10 também referida como "Priner Serviços") e sua controlada Priner Locações de Equipamentos S.A. ("Priner Locação") cresceu impulsionado pelo aumento das receitas com locação. A controlada Smartcoat apresentou significativa melhora no lucro bruto em relaçao ao ano anterior, apesar do resultado bruto ainda ter sido negativo, tendo como causa deste resultado um contrato que gerou prejuízo em 2018 e 2019, o qual foi encerrado em junho de 2019. Além deste contrato específico, os seus resultados foram impactados pela reestruturação finalizada em 2019, a qual gerou custos com demissões. A Smartcoat deu continuidade ao movimento de alteração no perfil dos seus contratos, passando a priorizar contratos com forte participação de locação de equipamentos e prestação de serviços com cobrança de diária, em detrimento a contratos de prestação de serviços por produtividade.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

O longo período de retração do PIB industrial brasileiro levou a aumento da concorrência por novos serviços e oportunidades para locação de equipamentos. Neste cenário danoso para as margens e rentabilidade das empresas prestadoras de serviços industriais e locadoras de equipamentos, a Companhia priorizou o aumento em seu volume de atividades, via crescimento orgânico e aquisições. A Companhia encerrou o ano com *backlog* consolidado da Companhia e sua controlada, Priner Locação, desconsiderando a recém adquirida Smartcoat, de R$ 157 milhões, dos quais R$ 115 milhões para o exercício social de 2018.

As margens da Smartcoat no segundo semestre, período pós-aquisição, foram negativamente impactadas pela renovação de serviços em andamento (início de alguns contratos e encerramento de outros) e por dificuldades operacionais em quatro clientes, as quais foram solucionadas ao final do exercício social de 2017, seja pela reestruturação das equipes ou pelo encerramento dos contratos.

Conforme expectativa mencionada no relatório da administração do terceiro trimestre de 2017, as margens da Priner Serviços e Priner Locação apresentaram recuperação no último trimestre de 2017, após terem atingido o ponto mais baixo no terceiro trimestre. Em função das margens previstas nos contratos inclusos no *backlog* da Companhia, existe expectativa para nova recuperação de margens no exercício social de 2018, comparativamente ao exercício social de 2017.

No exercício social de 2017, a Companhia quitou a última parcela referente à aquisição da Priner Locação (R$ 23,9 milhões), pagou sinal referente à aquisição de 75% da Smartcoat (R$ 15 milhões)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e à aquisição de 51% da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R") (R$ 2,2 milhões), e realizou investimentos para modernização dos equipamentos da Priner Rental, Smartcoat e R&R, além de implantação de novo *software* de gestão (ERP) (Totvs RM), totalizando R$ 10,1 milhões. Em função desses pagamentos e da redução na geração de caixa da Companhia, fruto da redução de margens e incremento do capital de giro, a Companhia encerrou o ano com baixo nível de disponibilidades (R$ 2,5 milhões no consolidado e R$ 0,4 milhão na Priner SI, na controladora).

Em 2º de outubro de 2017, o pedido de registro da Companhia para negociação na categoria "A" foi deferido pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Em 10 de novembro de 2017, a B3 deferiu o pedido da Companhia para listagem e admissão à negociação de ações no Bovespa Mais, sob código PRNR3.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Os resultados de 2018 apresentaram franca recuperação em relação a 2017, tendo como principal causa a recuperação das margens brutas na Priner Serviços Industriais, entidade controladora, cujo lucro bruto aumentou 52% (para R$ 30,1 milhões no exercício social de 2018, comparado a R$ 19,8 milhões no exercício social de 2017). As receitas com locação, atividade com margens bastante atrativas, cresceram 8% no exercício de 2018, quando comparadas ao exercício de 2017, com destacado incremento no último trimestre (crescimento de 26% em comparação ao terceiro trimestre de 2017). Embora ainda tenha apresentado resultados negativos, a controlada Smartcoat apresentou recuperação em seus resultados operacionais.

Excluindo-se itens atípicos (ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat), ao comparar os meses de dezembro de 2018 e dezembro de 2017, as despesas gerais e administrativas apresentaram redução de 0,4% e 7,1% nos resultados da controladora e consolidados, respectivamente. Considerando-se itens atípicos, houve redução de 27% e 26% nos resultados da controladora e consolidados, respectivamente.

Ao longo do exercício social de 2018, foram realizados ajustes nas operações da Smartcoat, dentre os quais destacamos mudanças na gestão de contratos e centralização de diversas atividades (controladoria, tesouraria, departamento de pessoal e segurança e meio ambiente), fechamento da sede em Taubaté com transferência para Rio de Janeiro (sede da Priner Serviços Industriais, controladora) e troca do sistema operacional (ERP). No primeiro trimestre de 2019, a equipe da filial Macaé da Priner Serviços Industriais mudou de endereço para o prédio da controlada Smartcoat, na mesma cidade.

No exercício social de 2018, o endividamento líquido (passivos onerosos menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) consolidado apresentou incremento de 5%, equivalente a R$ 3,9 milhões. O principal motivo a impactar negativamente o fluxo de caixa foi o prejuízo operacional apresentado pela controlada Smartcoat.

A fim de atender a demanda por novos serviços e locações, o grupo praticamente dobrou os investimentos em novos ativos (R$ 14,9 milhões no exercício social de 2018, comparados a R$ 7,7 milhões no exercício social de 2017), 96% dos quais em equipamentos produtivos. A Companhia recebeu, ainda, aporte de capital de R$ 11,5 milhões no exercício de 2018. No início do quarto trimestre de 2018, após confirmação do terceiro trimestre seguido com EBITDA consolidado positivo e ligeira redução no endividamento líquido, a Companhia iniciou estudos e negociações para alongamento da dívida bancária do grupo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

A Receita Líquida e o Lucro Bruto Consolidados do exercício de 2019 apresentaram crescimento de 6,5% e 8,9%, respectivamente, com expansão de margem de 0,3 p.p. em relação ao exercício de 2018. O lucro bruto da Priner (Serviços + Locação) apresentou crescimento de 2,0% em relação ao exercício anterior, impulsionado pelo forte crescimento das receitas com locação (+49% 2019 vs 2018). Para atendimento ao aumento de demanda, a Companhia incrementou investimentos de capital e aumentou o volume de equipamentos locados de terceiros. A controlada Smartcoat apresentou significativa melhoria no lucro bruto em relação ao ano anterior, apesar do resultado bruto ainda ter sido negativo, tendo como causa deste resultado um contrato que gerou prejuízo em 2018

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e 2019, o qual foi encerrado em junho de 2019. Além deste contrato específico, os resultados desta controlada foram impactados pela reestruturação finalizada em 2019, a qual gerou custos com demissões: seu quadro de colaboradores reduziu 48% ao longo do exercício de 2019 (363 em 2019 x 700 em 2018). Em 2019, a Smartcoat deu continuidade ao movimento de alteração no perfil de seus contratos, passando a priorizar contratos com forte participação de locação de equipamentos e prestação de serviços com cobrança de diária, em substituição a contratos de prestação de serviços por produtividade.

Excluindo itens não recorrentes (ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat, contingências trabalhistas e reavaliação de imobilizado), as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 6,9%, em função de reajustes pontuais (dissídio coletivo e alguns fornecedores de serviços) e despesas não recorrentes com a transferência da filial de Macaé da Priner Serviços para o prédio da controlada Smartcoat, na mesma cidade.

A fim de atender a demanda por novos serviços e locações, o grupo incrementou os investimentos em novos ativos (R$ 17,9 milhões em 2019 vs R$ 14,9 milhões em 2018), 98% dos quais em equipamentos produtivos. Apesar dos investimentos realizados, a fim de atender ao crescimento da demanda por serviços e locação, a Companhia aumentou o volume de equipamentos locados de terceiros, gerando custos de aluguel de R$ 7,7 milhões.

O endividamento líquido consolidado apresentou redução de R$ 26,9 milhões, equivalente a 34,7%. Como parte de nosso plano para reestruturação das dívidas bancárias do grupo, em 10 de maio de 2019 concluímos o processo de emissão de debêntures pela Priner Serviços. A operação foi de R$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo. Adicionalmente, a controladora recebeu aporte de capital no montante de R$ 20,0 milhões no exercício de 2019.

No início de 2019, como parte de nossa estratégia visando a contínua melhoria de controles internos, a controlada Smartcoat passou a utilizar um sistema integrado de gestão - ERP do grupo Priner, o qual havia sido implementado na Priner Serviços e Priner Locação em janeiro de 2018.

Evolução da dívida líquida

A tabela a seguir apresenta sumário da dívida líquida da Companhia, expressa detalhadamente no item 3.2, "ii", em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Valores expressos em R$ mil		
	Em 31 de dezembro		
Indicadores Financeiros	**2019**	**2018**	**2017**
Dívida bruta circulante	37.712	60.773	50.014
Dívida bruta não circulante	57.444	20.398	26.314
Dívida Bruta.....	**95.156**	**81.171**	**76.328**
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e mutuo a receber)	(44.528)	(3.719)	(2.508)
Dívida Líquida.....	**50.628**	**77.452**	**73.820**

A redução de 31,42% da dívida líquida da Companhia entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2019 ocorreu principalmente em 2019, devido ao plano para reestruturação de dívidas bancárias do grupo. Em 10 de maio de 2019 concluímos o processo de emissao de debêntures pela

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Priner Serviços, cuja operação foi de R$ 67,5 milhões e teve como objetivo quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propriciando alongamento das dívidas financeiras do grupo. Adicionalmente, a Controladora recebeu aporte de capital no montante de R$ 20,0 milhões no exercício de 2019.

Índice de liquidez corrente

O índice de liquidez corrente da Companhia é calculado pela divisão de seu ativo circulante por seu passivo circulante. A variação negativa de 9,31% do referido índice no período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018 foi causado, principalmente, pela redução das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), dado que parcela representativa dos recursos disponíveis foram utilizados para quitação de parcelas anuais e mensais do saldo das contas a pagar por aquisição societária (aquisição da Priner e Smartcoat). Em 31 de dezembro de 2019, o referido índice teve um aumento de 46,53% em relação ao ano anterior em função da emissão das debêntures, fato que propiciou o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

	Valores expressos em R$ mil		
	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Indicadores financeiros			
Ativo Circulante	127.862	105.316	90.691
Passivo Circulante	95.180	114.810	89.663
Índice de liquidez corrente	**1,34**	**0,92**	**1,01**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 31,1% de capital próprio (patrimônio líquido) e 68,9% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 31,8% de capital próprio (patrimônio líquido) e 68,2% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 30,0% de capital próprio (patrimônio líquido) e 70,0% de capital de terceiros (passivo total), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Valores expressos em R$ mil					
	Em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	R$ mil	(%)	R$ mil	(%)	R$ mil	(%)
Patrimônio Líquido	74.609	31,1%	66.129	31,8%	54.774	30,0%
Passivo total	164.932	68,9%	141.857	68,2%	127.632	70,0%
Total	**239.541**	**100,0%**	**207.986**	**100,0%**	**182.406**	**100,0%**

A administração da Companhia acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido para os acionistas da Companhia, sem prejuízo de sua liquidez, buscando garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$ 74,6 milhões, comparado a R$ 66,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$ 54,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento do patrimônio líquido da Companhia entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019 decorreu, principalmente, do aporte de capital em 2018 e 2019 e da participação dos não controladores oriundos da aquisição da Smartcoat.

Para mais informações sobre a evolução das contas de resultado da Companhia, vide item 10.1.h e **10.2** deste documento.

c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

A Companhia tem honrado todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data de arquivamento deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. O passivo da Companhia é composto basicamente por fornecedores, obrigações sociais e tributárias, debêntures, financiamentos bancários, contas a pagar por aquisição de participação societária, empréstimos de mútuo concedidos por pessoas físicas (partes relacionadas) e provisões.

O capital circulante líquido consolidado da Companhia (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de R$ 32,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, e de um valor negativo de R$ 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 e de um valor positivo consolidado de R$ 1,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução ocorrida de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018, ainda sob o efeito dos financiamentos captados para aquisição, foi agravado pelo mau desempenho operacional da Smartcoat. O incremento observado de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019 foi consequência da geração de caixa operacional em 2019 e da redução do passivo circulante, fruto da emissão de debêntures pela Companhia.

d. Fontes de Financiamento Utilizadas para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes

A Companhia tem adotado como estratégia a utilização de capital de terceiros, onerosos ou não onerosos, para financiar as suas atividades e os seus investimentos. A Companhia tem optado nos últimos anos em reter a maior parte dos lucros obtidos, bem como recorrer a financiamentos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

bancários para suportar a necessidade de capital de giro, bem como o financiamento do ativo fixo, seja para expansão ou para melhorias.

A alavancagem financeira da Companhia pode ser medida pela divisão entre sua dívida líquida e seu patrimônio líquido, tendo sido correspondente a 0,68 em 31 de dezembro de 2019, 1,17 em 31 de dezembro de 2018, 1,35 em 31 de dezembro de 2017. O desempenho positivo no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi fruto, principalmente, da geração de caixa positiva, parcialmente compensada pelo prejuízo líquido do período. O desempenho positivo no exercício social de 2018 foi consequência, principalmente, da melhoria nos resultados operacionais e líquidos; o desempenho negativo no exercício social de 2017 teve como principais fatores a queda nas margens brutas, ocorrência de despesas não recorrentes (aquisições, processo de registro na CVM e listagem na B3), aumento do prazo médio de recebimento (fruto, principalmente, do aumento no saldo de BMs a faturar) e da aquisição da Smartcoat, a qual enfrentou dificuldades operacionais no segundo semestre do exercício de 2017.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes Potenciais para Cobertura de Deficiências de Liquidez

As principais fontes de recursos para a necessidade de capital da Companhia que se pretende utilizar no curso regular de seus negócios são a geração de caixa da operação, empréstimos bancários, mútuos de acionistas e conselheiros, aporte de capital e recursos advindos do mercado de capitais. Os diretores entendem que essas disponibilidades são suficientes para atender as necessidades regulares de capital da Companhia.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta da Companhia era de R$ 95,2 milhões (R$ 81,2 milhões e R$ 76,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente).

A dívida líquida da Companhia, calculada pela soma de seus empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, incluindo o contas a pagar por aquisição societária (dívida de aquisição, fruto de *spin-off*), saldo de instrumentos derivativos financeiros, e mútuo com pessoas físicas, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários, totalizou R$ 50,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$ 77,5 milhões e R$ 73,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente).

Nos termos do Instrumento Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição celebrado em 3 de maio de 2019, foram emitidas 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) cada Debênture, no valor total de R$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais) ("Escritura de Emissão"), conforme detalhado na seção 18 do Formulário de Referência. As debêntures foram integralizadas à vista em 10 de maio de 2019, por meio de MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM, em moeda corrente nacional. O objetivo das debêntures foi alongamento do perfil da dívida.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na tabela a seguir:

Tipo	Taxa de juros (%)[1]	Consolidado – em R$ mil		
		31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Financiamento com Instituições Financeiras	CDI + 0,90% a.a. a CDI + 6,42% a.a.	9.987	52.069	65.117
Financiamento com Instituições Financeiras	15,44% a.a. pré-fixada	-	13.751	-
FINAME	5,5% a.a. a 13,04% a.a. pré-fixada	2.093	1.817	359
Contas a pagar em Aquisição de Participação Acionária	95% do CDI	7.864	8.718	10.516
Instrumento Derivativo Financeiro		(132)	(2.163)	336
Mútuo Pessoa Física	CDI + 5% a.a. a CDI + 6% a.a.	9.613	6.979	-

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Debêntures	CDI + 4,5% a.a.	65.731	-	-
Dívida Bruta.....		**95.156**	**81.171**	**76.328**
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e mútuos a receber		(44.528)	(3.719)	(2.508)
Dívida Líquida.....		**50.628**	**77.452**	**73.820**

[1] As informações relativas a taxa de juros (%) referem-se aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2019.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia e contas a pagar em aquisição de participação acionária por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial consolidado até o vencimento contratual, quando a Companhia realizará os respectivos pagamentos:

					Consolidado
Em milhares de reais	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos bancários	(726)	(1.565)	(6.498)	(2.617)	(1.345)
Instrumentos financeiros (swap)	114	232	(224)	-	-
Debêntures	(8)	(17)	(12.680)	(28.263)	(40.123)
Contas a pagar por aquisição societária	(4.343)	(400)	(4.064)	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas	(3.001)	(4.925)	(1.785)	-	-
Total por período	**(7.964)**	**(6.675)**	**(25.251)**	**(30.880)**	**(41.468)**

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos bancários da Companhia totalizaram R$ 12,1 milhões, dos quais R$ 10,0 milhões referiam-se a empréstimos para financiamento de capital de giro. Os empréstimos em questão serão quitados com a utilização de recursos provenientes das debêntures, os quais encontram-se retidos em contas vinculadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia também possuía saldo de R$ 9,6 milhões referentes a mútuos concedidos por acionistas minoritários, executivos e membros do Conselho de Administração.

Contas a pagar relativa à aquisição de participação societária

Em julho de 2017, a Companhia quitou a dívida referente à sua aquisição, ocorrida em 2013 (conforme descrito no item 6.3 do Formulário de Referência), no valor de R$ 23,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de R$ 7,9 milhões relativo à aquisição de participação acionária da Smartcoat, operação realizada em julho de 2017.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha saldo em aberto de R$ 2,1 milhões, relativo a financiamento para a aquisição de equipamentos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível ocorrerá observado o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto em referida lei; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto em referida lei; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

As dívidas financeiras da Companhia, existentes nos últimos três exercícios sociais, não possuem cláusula específica contratual de subordinação e, assim, não há relação de preferência entre as mesmas. Logo, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o disposto na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME. Os empréstimos para capital de giro existentes em 31 de dezembro de 2019 tinham como garantia trava de domicílio bancário simples de contratos firmados entre a Companhia e alguns de seus clientes. Para maiores informações, vide item 3.8 do Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação das dívidas da companhia, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Escritura de Emissão prevê a manutenção de índices de endividamento, os quais serão acionados a partir do 1º trimestre de 2020, como segue:

- Trimestral: Dívida Bruta + Sellers Finance – Escrow ≤ R$ 80 milhões;

Nota: "Dívida Bruta", para fins da Escritura de Emissão, significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa; "Sellers Finance" significa contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas concedidos pelos vendedores.

- Anual: Dívida Liquida/EBITDA ≤ 2,5 em 2019 e ≤ 2,0 de 2020 em diante.

Nota: "Dívida Líquida", para fins da Escritura de Emissão, significa valor da Dívida Bruta, menos a conta reserva ou escrow account. Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa), menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía financiamentos totais junto a instituições financeiras de R$ 12,1 milhões e limites disponíveis de R$ 19,4 milhões. Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia utilizado 62,1% dos limites de tais financiamentos.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017.

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia

Receita operacional de vendas

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos líquidos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Apresentam-se, a seguir, as explicações sobre as principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019		2018		Variação 2019/2018
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(%)	(%)
Receita líquida de vendas e serviços	**348.612**	**100,00%**	**327.237**	**100,00%**	**6,53%**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-299.585	-85,94%	-282.214	-86,24%	6,16%
Lucro Bruto	**49.027**	**14,06%**	**45.023**	**13,76%**	**8,89%**
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-42.064	-12,07%	-30.375	-9,28%	38,48%
Resultado de Equivalência Patrimonial	797	0,23%	448	0,14%	77,90%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**7.760**	**2,23%**	**15.096**	**4,61%**	**-48,60%**
Receitas financeiras	4.465	1,28%	6.331	1,93%	-29,47%
Despesas financeiras	-18.050	-5,18%	-15.462	-4,73%	16,74%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**-5.825**	**-1,67%**	**5.965**	**1,82%**	**-197,65%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-6.207	-1,78%	-4.613	-1,41%	34,55%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.234	0,35%	3.788	1,16%	-67,42%
Lucro líquido do exercício	**-10.798**	**-3,10%**	**5.140**	**1,57%**	**-310,08%**

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R$ 348,6 milhões, equivalente a um incremento de R$ 21,4 milhões (6,5%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O crescimento das receitas foi causado, principalmente, por forte aumento nas receitas de locação (34%), fruto de aumento da demanda.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 299,6 milhões, equivalente a um incremento de R$ 17,4 milhões (6,2%) em relação ao mesmo período de 2018. O crescimento dos custos foi causado, principalmente, por dissídio salarial e reajustes inflacionários em insumos.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 atingiu R$ 49 milhões, o que equivale a um incremento de R$ 4 milhões (8,9%) em relação ao exercício social encerrado em 31

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de dezembro de 2018. O crescimento do lucro bruto foi causado pelo aumento da representatividade das receitas com locação em nosso mix de receitas.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R$ 42,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que equivale a um incremento de R$ 11,7 milhões (38,5%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Excluindo-se itens atípicos em 2018, que totalizam R$ 12,2 milhões e se referem a avaliação a valor justo das opções de compra e venda das empresas investidas, ajuste em valor de preço de aquisição da Smartcoat, créditos previdenciários e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o incremento observado, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi causado, basicamente, por inflação (dissídio salarial e reajustes em insumos).

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado positivo de equivalência patrimonial de R$ 0,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um resultado positivo de R$ 0,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, teve como causa o resultado da controlada (R&R), registrado pelo método de equivalência patrimonial e os ajustes de lucros não realizados intercompanhia.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R$ 13,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparativamente a despesa líquida de R$ 9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, por três fatores: aumento da dívida líquida da controlada Smartcoat, aumento nas operações de desconto de duplicatas (antecipação de recebíveis) e risco sacado, além da adoção do CPC 06 (arrendamento mercantil).

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 34,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em função do resultado positivo da controlada Priner Locação, fruto do incremento das receitas de locação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos diminuiu 67,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, basicamente, em função da apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro do exercício de 2019 e parte de 2018 que deixou de ter seu ativo diferido reconhecido na controlada Smartcoat por não ser provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a controlada possa utilizar seus benefícios no período de 10 anos. O montante estornado em 2019 referente a 2018 equivale a R$ 2,3 milhões.

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 atingiram prejuízo líquido de R$ 10,8 milhões, comparativamente ao lucro de R$ 5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os principais motivos para o incremento do prejuízo líquido em 2019 comparável com o mesmo período de 2018 foram o incremento no lucro bruto (R$ 4 milhões) compensado, negativamente, pela variação de itens atípicos que tiveram forte influência nos resultados de 2018, a saber: avaliação a valor justo das opções de compra e venda das empresas investidas, créditos previdenciários, reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa e reversão do ativo diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido mencionada no item acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018		2017		Variação 2018/2017
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(%)	(%)
Receita líquida de vendas e serviços	**327.237**	**100,00**	**236.502**	**100,00**	**38,37**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-282.214	-86,24	-203.099	-85,88	38,95
Lucro Bruto	**45.023**	**13,76**	**33.403**	**14,12**	**34,79**
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-30.375	-9,28	-41.116	-17,39	-26,12
Resultado de Equivalência Patrimonial	448	0,14	186	0,08	140,86
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**15.096**	**4,61**	**-7.527**	**-3,18**	**-300,56**
Receitas financeiras	6.331	1,93	2.383	1,01	165,67
Despesas financeiras	-15.462	-4,73	-8.518	-3,60	81,52
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**5.965**	**1,82**	**-13.662**	**-5,78**	**-143,66**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-4.613	-1,41	-947	-0,40	387,12
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.788	1,16	7.221	3,05	-47,54
Lucro líquido do exercício	**5.140**	**1,57**	**-7.388**	**-3,12**	**-169,57**

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R$ 327,2 milhões, equivalente a um incremento de R$ 90,7 milhões (38,4%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Deste aumento, R$ 59,5 milhões referem-se a controlada Smartcoat, pelo fato dos seus resultados terem sido consolidados nos resultados da Companhia somente a partir de agosto de 2017, visto a aquisição ter sido concretizada em julho de 2017. O crescimento das receitas comparáveis com 2017 foi causado pela combinação de aumento no volume dos serviços prestados e das locações.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 282,2 milhões, equivalente a um incremento de R$ 79,1 milhões (39%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Deste aumento, R$ 61 milhões referem-se à controlada Smartcoat, pelo fato dos seus resultados terem sido consolidados nos resultados da Companhia somente a partir de agosto de 2017, visto a aquisição ter sido concretizada em julho de 2017. O crescimento dos custos comparáveis com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi causado por aumento no volume das operações (+12,7) e redução nos custos *per capita* (-1,6%). A redução nos custos *per capita* foram consequência de melhoria de produtividade nas operações, consequência de investimento em novos ativos (por exemplo, andaimes de alumínio), fato parcialmente compensado pelo dissídio coletivo e inflação.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 atingiu R$ 45,0 milhões, o que equivale a um incremento de R$ 11,6 milhões (34,8%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Smartcoat, gerou lucro bruto negativo de R$ 5,5 milhões, enquanto na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação o lucro bruto positivo foi de R$ 50,5 milhões. Esse incremento foi resultado do aumento do volume dos serviços prestados e das receitas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

com locação.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R$ 30,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que equivale a uma redução de R$ 10,7 milhões (26,1%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução foi causada pela diminuição das despesas com pessoal e por dois itens atípicos que totalizaram R$ 10,1 milhões, a saber: reconhecimento (receita) do ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat, e resultado positivo (receita) da provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa quando da adoção do CPC 48.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R$ 9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparativamente a despesa de R$ 6,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, tendo como principal causa o aumento da dívida líquida da controlada Smartcoat.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado positivo de equivalência patrimonial (de R$ 448 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao resultado positivo de R$ 186 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017) teve como principal causa o resultado da nova controlada (R&R), adquirida em 24 de janeiro de 2017, registrada pelo método de equivalência patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 387,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função do resultado positivo do exercício da controladora e da controlada Priner Locação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 47,54% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, basicamente, em função da apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro do exercício de 2018, do ajuste valor justo das opções de compra e venda da aquisição da Smartcoat.

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 atingiram lucro líquido de R$ 5,1 milhões, comparativamente ao prejuízo de R$ 7,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Smartcoat, adquirida em julho de 2017, gerou prejuízo líquido de R$ 6,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento dos resultados na controladora Priner Serviços e na controlada Priner Locação foi consequência da combinação dos seguintes fatores: aumento da receita líquida, aumento da margem bruta e redução das despesas gerais e administrativas, parcialmente compensado pela deterioração das despesas financeiras (líquidas das receitas financeiras).

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanços patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019x2018
	(R$ mil)	(%)[1]	(R$ mil)	(%)[1]	(%)[2]
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	34.157	26,71%	3.400	3,23%	904,62%
Títulos e valores mobiliários	3.616	2,83%	28	0,03%	12814,29%
Depósitos bancários vinculados	6.755	5,28%	-	0,00%	100,00%
Contas a receber	52.607	41,14%	69.815	66,29%	-24,65%
Estoques	692	0,54%	1.052	1,00%	-34,22%
Créditos com funcionários	1.090	0,85%	1.189	1,13%	-8,33%
Tributos a recuperar	25.022	19,57%	23.011	21,85%	8,74%
Despesas Antecipadas	3.043	2,38%	3.682	3,50%	-17,35%
Instrumento Derivativo Financeiro - swap	132	0,10%	2.163	2,05%	-93,90%
Outros Ativos	748	0,59%	976	0,93%	-23,26%
Total do ativo circulante	127.862	100,00%	105.316	100,00%	21,41%
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	-	0,00%	46	0,04%	-100,00%
Notas promissórias a receber	997	0,89%	-	0,00%	100,00%
Mútuo a receber – membros da administração	-	0,00%	245	0,24%	-100,00%
Outros Créditos a receber	2.656	2,38%	2.656	2,59%	0,00%
Despesas Antecipadas	-	0,00%	24	0,02%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos	4.455	3,99%	5.820	5,67%	-23,45%
Tributos a recuperar	1.149	1,03%	315	0,31%	264,76%
Tributos diferidos	18.047	16,16%	16.813	16,38%	7,34%
Depósitos judiciais	1.067	0,96%	711	0,69%	50,07%
Investimentos	1.728	1,55%	1.696	1,65%	1,89%
Imobilizado	77.024	68,97%	67.964	66,20%	13,33%
Intangível	4.556	4,08%	6.380	6,21%	-28,59%
Total do Ativo Não Circulante	111.679	100,00%	102.670	100,00%	8,77%
Total do ativo	239.541		207.986		15,17%

Passivo

Balanços patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019x2018
	(R$ mil)	(%)[1]	(R$ mil)	(%)[1]	(%)[2]
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9.419	9,90%	12.846	11,19%	-26,68%
Fornecedores - partes relacionadas	342	0,36%	400	0,35%	-14,50%
Operação de risco sacado	5.347	5,62%	-	0,00%	100,00%
Empréstimos e Financiamentos	8.854	9,30%	53.735	46,80%	-83,52%
Debentures não conversiveis em ações	11.513	12,10%	-	0,00%	100,00%
Arrendamento a pagar - direito de uso (CPC 06 - R2)	1.601	1,68%	-	0,00%	100,00%
Salários e encargos sociais	24.967	26,23%	28.385	24,72%	-12,04%
Imposto de renda e contribuição social	1.667	1,75%	1.685	1,47%	-1,07%
Tributos a pagar	2.948	3,10%	2.596	2,26%	13,56%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.808	1,90%	1.996	1,74%	-9,42%
Contas a pagar por aquisição societária	7.864	8,26%	6.525	5,68%	20,52%
Mútuo a pagar – membros da administração	9.613	10,10%	2.676	2,33%	259,23%
Provisões	7.229	7,60%	3.173	2,76%	127,83%
Outros passivos	2.008	2,11%	793	0,69%	153,22%
Total do passivo circulante	95.180	100,00%	114.810	100,00%	-17,10%
Não Circulante					
Fornecedores	144	0,21%	-	0,00%	100,00%
Empréstimos e Financiamentos	3.226	4,62%	13.902	51,40%	-76,79%
Debentures não conversiveis em ações	54.218	77,73%	-	0,00%	100,00%
Arrendamento a pagar - direito de uso (CPC 06 - R2)	6.618	9,49%	-	0,00%	100,00%
Mútuo a pagar – membros da administração	-	0,00%	4.303	15,91%	-100,00%
Contas a pagar por aquisição societária	-	0,00%	2.193	8,11%	-100,00%
Instrumento derivativo financeiro	69	0,10%	1.855	6,86%	-96,28%
Provisão para riscos	5.258	7,54%	4.794	17,72%	9,68%
Outros passivos não circulantes	219	0,31%	-	0,00%	100,00%
Total do passivo não circulante	69.752	100,00%	27.047	100,00%	157,89%
	.				
Patrimônio líquido					
Capital social	73.367	98,71%	53.367	87,26%	37,48%
Reservas de capital	2.298	3,09%	2.298	3,76%	0,00%
Reserva de lucros	-	0,00%	4.772	7,80%	-100,00%
Dividendos adicionais propostos	-	0,00%	722	1,18%	-100,00%
Prejuízos acumulados	-1.337	-1,80%	-	0,00%	100,00%
Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora	74.328	100,00%	61.159	100,00%	21,53%
Participações não controladores	281	100,00%	4.970	100,00%	-94,35%
Total do passivo e do patrimônio líquido	239.541		207.986		15,17%

(1) Participação percentual em ativo/passivo circulante/não circulante.
(2)Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo combinado de nosso caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R$ 37,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 1.001,9% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando foi de R$ 3,4 milhões. Esse aumento foi causado pela geração de caixa operacional no período. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

Depósitos bancários vinculados

O saldo de depósitos bancários vinculados atingiu R$ 6,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo é fruto de valores recebido das debêntures que não foram utilizados imediatamente para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos para capital de giro, visto alguns desses empréstimos possuírem multa para quitação antecipada. Os valores depositados em conta vinculada são liberados para a Companhia na medida em que os empréstimos para capital de giro remanescentes são amortizados.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou uma redução de 24,7%, passando de R$ 69,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 52,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causado pelo incremento nas operações de antecipação de recebíveis, que tem como objetivo compensar o aumento do prazo médio de recebimento praticado pelo mercado.

Estoque

O saldo de estoque apresentou redução de 34,2%, passando de R$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada, principalmente, pelo incremento na venda de materiais de isolamento térmico removível. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou redução de 8,3%, passando de R$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pela redução de adiantamentos concedidos a funcionários. saldo

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 8,7%, passando de R$ 23,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado, principalmente, por acréscimos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, bem como de IRRF e CSLL retidos na fonte durante o exercício.

Despesas Antecipadas

O saldo de despesas antecipadas apresentou redução de 17,3%, passando de R$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 3,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Elas se referem, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipada até o início das atividades em obra.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (*swap*) representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, tendo sido constatada variação ativa, em 31 de dezembro de 2019. A redução de 93,9% do saldo entre 31 de dezembro de 2019 e 2018 refere-se a liquidação de empréstimos contratados nesta modalidade no exercício de 2019. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou redução de 23,4%, passando de R$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R$ 0,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução foi causada, principalmente, pela diminuição de adiantamentos a fornecedores.

Ativo não circulante

Titulos e Valores Mobiliários

O saldo existente em 31 de dezembro de 2018 referiam-se à títulos de crédito comercializado pelo banco, com o objetivo de constituição de determinado capital, de acordo com o plano aprovado pela Susep. Equivale a uma aplicação financeira programada, com retorno e período pré-fixado (prazo de vigência), podendo ocorrer antes em função de sorteios*. Este saldo foi totalmente resgatado durante o exercício de 2019.*

Notas promissória a receber

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia

Mútuo a receber-membros da administração

O saldo de R$ 0,2 milhão de 31 de dezembro de 2018 foi quitado durante o exercício de 2019.

Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos não sofreu variação, comparativamente a 31 de dezembro de 2018, mantendo o saldo de R$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esses créditos referem-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura desse instrumento e poderá ser antecipado, caso a investida distribua dividendos ou juros sobre capital próprio.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros de R$ 4,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (*call*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de compra estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019, de modo que 100% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 264,8% passando de R$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo valor transferido do ativo circulante referente ao INSS retido a maior por alguns clientes que realizaram retenção de contribuição previdenciária com base em alíquota de 11%, ao invés de 3,5%.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 7,3%, passando de R$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 18,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação foi o aumento do reconhecimento de provisões sobre adições e exclusões temporárias no período e pela reversão do ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal da controlada Smartcoat por não ser provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a controlada possa utilizar seus benefícios no período de 10 anos.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 50,1%, passando de R$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo é composto de depósitos judiciais em função de processos trabalhistas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Investimento

O saldo de investimento apresentou aumento 1,9%, passando de R$ 1,70 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R$ 1,73 milhão em 31 de dezembro de 2019. A variação refere-se ao resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, R&R.

Imobilizado e Intangível

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou aumento de 9,73%, passando de R$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 81,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado pelos investimentos em equipamentos para atender a demanda.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar de fornecedores apresentou redução de 26,7%, passando de R$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 9,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução refere-se, principalmente, às operações de risco sacado que permitem o alongamento do prazo de pagamento. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI´s, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas de R$ 0,3 milhão, em 31 de dezembro de 2019, refere-se a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referentes à compra de material de isolamento térmico para consumo e aplicação nos serviços prestados a determinados clientes.

Operações de risco sacado

O saldo em operações de risco sacado no valor de R$ 5,3 milhões refere-se à contratos firmados com fundos de investimentos, onde os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para esses fundos, que por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização desta operação permite alongar prazos de pagamentos, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou redução de 83,5%, passando de R$ 53,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada pela captação de recursos através de emissão de debêntures pela Companhia, os quais foram utilizados para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos que não possuíam multas para quitação antecipada ou que possuíam multas de pequena monta.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações em curto prazo atingiu R$ 11,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. A operação foi de R$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

Arrendamento a pagar

O saldo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$ 1,6 milhão, refere-se a adoção em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a".

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou redução de 12,0%, passando de R$ 28,4 milhões

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

em 31 de dezembro de 2018, para R$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada, principalmente, pela reestruturação finalizada em 2019 da controlada Smartcoat, que teve seu quadro de colaboradores reduzido em 48% ao longo do exercício de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de Imposto de renda e contribuição social de R$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 refere-se a valores a pagar da Controlada Priner Locação, tributados pelo lucro presumido, apurado no 4º trimestre de 2019.

Tributos a pagar

Do saldo de tributos a pagar de R$ 2,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, 66,1% refere-se a impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de dezembro, 26,9% refere-se a impostos a recolher, principalmente PIS/COFINS s/receita financeira-exigibilidade suspensa e IOF e 7,0% refere-se a impostos retidos a recolher de INSS, IRRF, ISS, CSLL/PIS/COFINS s/serviços de terceiros.

Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar

O saldo de juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar de R$ 1,8 milhões, em 31 de dezembro de 2019, corresponde ao saldo a pagar (aproximadamente 50%) dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2017 e dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R$ 7,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, representa a obrigação pela aquisição da controlada Smartcoat, que será liquidada no próximo exercício social.

Mútuo a pagar – membros da administração

O saldo de mútuo consolidado a pagar apresentou aumento de 259,2%, passando de R$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 9,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado por dois fatores: transferência do saldo do longo prazo para curto prazo devido ao seu vencimento e pela concessão de novos mútuos realizados pelos acionistas minoritários da controlada Smartcoat.

Provisões

O saldo de provisões apresentou aumento de 127,8%, passando de R$ 3,2 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado pela provisão de desmobilização de contratos. Esta provisão refere-se ao processo de redução do efetivo em virtude da diminuição e/ou término da demanda. A provisão dos custos com verbas rescisórias leva em consideração o prazo do fim do contrato.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 153,2%, passando de R$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R$ 2,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado por antecipações de clientes a identificar.

Passivo não circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores de longo prazo no montante de R$ 0,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 refere-se a um fornecedor da controlada Smartcoat.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou redução de 76,8%, passando de R$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada pela captação de recursos através de emissão de debêntures, os quais foram utilizados para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos que não possuíam

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

multas para quitação antecipada ou que possuíam multas de pequena monta.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações atingiu R$ 54,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. A operação foi de R$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

Arrendamento a pagar

O saldo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$ 6,6 milhão, refere-se a adoção em 01 de janeiro de 2019 do CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a".

Mútuo a pagar – membros da administração

O saldo de mútuo consolidado a pagar em 31 de dezembro de 2019 está zerado, em função dos valores terem sido transferidos para o curto prazo.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 31 de dezembro de 2019 está zerado, em função dos valores terem sido transferidos para o curto prazo.

Instrumento derivativo financeiro

O saldo de instrumentos financeiros de R$ 0,1 milhão, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (*put*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019, de modo que 100% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R, visto o saldo da Smartcoat estar zerado.

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos apresentou aumento de 9,7%, passando de R$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Do saldo de R$ 5,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019, R$ 3,4 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos, e R$ 1,9 milhões são passivos contingentes identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

Outros passivos não circulante

O saldo de outros passivos no valor de R$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 refere-se a parcelamento de notificação trabalhista.

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia apresentou incremento de 37,5%, passando de R$ 53,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 73,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2019.

Reserva de Capital

Não houve variação na reserva de capital da Companhia, a qual se manteve em R$ 2,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019. Essa reserva é referente ao planos de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 deste documento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Reserva de lucros

A saldo de reserva de lucros da Companhia foi totalmente utilizada em 31 de dezembro de 2019 para absorção de parte do prejuízo do exercício.

Dividendos Adicionais Propostos

No exercício social de 2018, a Companhia destinou o saldo de R$ 0,7 milhões de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, que foram objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019. Durante o exercício de 2019, o saldo foi transferido para dividendos a pagar.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Balanços patrimoniais	**2018**	**Análise Vertical**	**2017**	**Análise Vertical**	**Variação 2018x2017**
		Ativo	(R$ mil)	(%)[1]	(R$ mil) (%)[1] (%)[2]
			(Reclassificado)		
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.400	3,23	644	0,71	427,95
Títulos e valores mobiliários	28	0,03	1.864	2,06	-98,50
Contas a receber	69.815	66,29	67.184	74,08	3,92
Contas a receber – partes relacionadas	-	-	1	-	-100,00
Estoques	1.052	1,00	1.662	1,83	-36,70
Créditos com funcionários	1.189	1,13	888	0,98	33,90
Tributos a recuperar	23.011	21,85	11.873	13,09	93,81
Dividendos a receber	-	-	765	0,84	-100,00
Despesas Antecipadas	3.682	3,50	2.964	3,27	24,22
Instrumento Derivativo Finnaceiro swap	2.163	2,05	-	-	100,00
Outros créditos a receber	-	-	2.656	2,93	-100,00
Outros Ativos	976	0,93	190	0,21	413,68
Total do ativo circulante	**105.316**	**100,00**	**90.691**	**100,00**	**16,13**
Não circulante					
Contas a receber	-	-	805	0,88	-100,00
Títulos e valores mobiliários	46	0,04	-	-	100,00
Mútuo a receber – partes relacionadas	245	0,24	-	-	100,00
Créditos com funcionários	-	-	38	0,04	-100,00
Instrumentos financeiros derivativos	5.820	5,67	1.923	2,10	202,65
Tributos a recuperar	315	0,31	315	0,34	-
Tributos diferidos	16.813	16,38	12.622	13,76	33,20
Depósitos judiciais	711	0,69	507	0,55	40,24
Outros Créditos	2.656	2,59	-	-	100,00

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas Antecipadas	24	0,02	82	0,09	-70,73
Investimentos	1.696	1,65	1.247	1,36	36,01
Imobilizado	67.964	66,20	66.169	72,15	2,71

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Intangível	6.380	6,21	8.007	8,73	-20,32
Total do Ativo Não Circulante	**102.670**	**100,00**	**91.715**	**100,00**	**11,94**
Total do ativo	**207.986**		**182.406**		**14,02**

(1) Participação percentual em no ativo circulante/não circulante.

(2)Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanços patrimoniais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (R$ mil)	Análise Vertical (%)[1]	2017 (R$ mil) (Reclassificado)	Análise Vertical (%)[1]	Variação 2018x2017 (%)[2]
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12.846	11,19	8.092	9,02	58,75
Fornecedores – partes relacionadas	400	0,35	1.540	1,72	-74,03
Empréstimos e Financiamentos	53.735	46,80	43.774	48,82	22,76
Salários e encargos sociais	28.385	24,72	21.510	23,99	31,96
Imposto de renda e contribuição social	1.685	1,47	847	0,94	98,94
Tributos a pagar	2.596	2,26	3.203	3,57	-18,95
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.996	1,74	3.992	4,45	-50,00
Contas a pagar por aquisição societária	6.525	5,68	5.904	6,58	10,52
Instrumento derivativo financeiro (*Swap*)	-	-	336	0,37	-100,00
Mútuo a pagar	2.676	2,33	-	-	100,00
Provisões	3.173	2,76	-	-	100,00
Outros passivos	793	0,69	465	0,52	70,54
Total do passivo circulante	**114.810**	**100,00**	**89.663**	**100,00**	**28,05**
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	13.902	51,40	21.702	57,16	-35,94
Mútuo a pagar	4.303	15,91	-	-	100,00
Contas a pagar por aquisição societária	2.193	8,11	4.612	12,15	-52,45
Instrumento derivativo financeiro	1.855	6,86	4.068	10,71	-54,40
Tributos diferidos	-	-	2.098	5,53	-100,00
Provisão para riscos	4.794	17,72	5.489	14,46	-12,66
Total do passivo não circulante	**27.047**	**100,00**	**37.969**	**100,00**	**-28,77**
Patrimônio líquido					
Capital social	53.367	87,26	41.867	89,81	27,47
Reservas de capital	2.298	3,76	2.298	4,93	-
Reserva de lucros	4.772	7,80	2.453	5,26	94,54
Dividendos adicionais propostos	722	1,18	-	-	100,00
Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora	**61.159**	**100,00**	**46.618**	**100,00**	**31,19**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Participações não controladores	**4.970**	**100,00**	**8.156**	**100,00**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**207.986**		**182.406**		**14,02**

(1) Participação percentual em no passivo circulante/não circulante.

(2)Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 36,7% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando foi de R$ 2,5 milhões. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou um aumento de 3,92%, passando de R$ 67,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 69,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Comparativamente ao exercício social de 2017, houve uma redução relevante no prazo médio de recebimento de 18,8% (15 dias), em função do incremento das operações de antecipação de recebíveis.

Estoque

O saldo de estoque apresentou uma redução de 36,7%, passando de R$ 1,7 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2018. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo. Parte dos estoques em 31 de dezembro de 2018 referiam-se a materiais adquiridos da controlada R&R que serão vendidos a clientes da controladora no exercício social de 2019.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou um aumento de 33,9%, passando de R$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo aumento de adiantamento de férias ocorrido no final do exercício social de 2018 e pelo aumento da quantidade de funcionários.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou um aumento de 93,9%, passando de R$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 23,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu, principalmente, de: (i) acréscimos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, bem como de IRRF e CSSL retidos na fonte durante o exercício correspondente (R$ 6,5 milhões); e (ii) reconhecimento no exercício social de 2018 de créditos referente à não incidência de contribuição previdenciária sobre algumas rubricas constantes na folha de pagamento no período de 5 anos.

Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos a receber existente em 31 de dezembro de 2017 foi transferido para o ativo não circulante, sendo, portanto, nulo no ativo circulante em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas Antecipadas

Do saldo de R$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, 91,4% são os custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipada até o início das atividades emobra.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou aumento de 413,7%, passando de R$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2018.

Ativo não circulante

Contas a receber

O saldo de parcelas de confissão de dívida de clientes da controladora, com vencimento em 2019, foi transferido para o ativo circulante, sendo, portanto, nulo no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros de R$ 5,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (*call*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49 % e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de compra estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2018, de modo que 78% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R e 22% do saldo se refere à controlada Smartcoat.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou um aumento de 33,2%, passando de R$ 12,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação mais relevante foi o aumento do reconhecimento do tributo diferido sobre o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou um aumento de 40,24%, passando de R$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018. Esse saldo é composto de recursos judiciais em função de processos trabalhistas.

Outros créditos

Saldo de R$ 2,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, transferido do ativo circulante. O saldo refere-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura desse instrumento e poderá ser antecipado, caso a investida distribua dividendos ou juros sobre capital próprio.

Investimento

O saldo de investimento apresentou um aumento de 36,0%, passando de R$ 1,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação refere-se ao resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto R&R.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imobilizado e Intangível

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou um aumento de 0,23%, passando de R$ 74,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar de fornecedores apresentou um aumento de 58,8%, passando de R$ 8,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, em função do aumento no volume de atividades da Companhia e aumento nos investimentos de capital. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI´s, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas de R$ 0,4 milhão, em 31 de dezembro de 2018, refere-se a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referentes à compra de estoques para revenda (mantas removíveis) e à compra de material de consumo de isolamento térmico.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um aumento de 22,8%, passando de R$ 43,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 53,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse incremento foi consequência da necessidade de capital de giro, em função, principalmente, de empréstimos contraídos pela controlada Smartcoat.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou um aumento de 32,0%, passando de R$ 21,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 28,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento teve como principal causa a alteração na data de pagamento dos salários da controladora e da controlada Priner Locação, passando do último dia do mês para o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência, fato ocorrido em meados do exercício de 2018.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social de R$ 1,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se a valores a pagar da controlada Priner Locação, tributados pelo lucro presumido, conforme apurado no 4º trimestre de do exercício de 2018, cujo recolhimento ocorreu em 2019.

Tributos a pagar

O saldo de tributos a pagar não apresentou variação significativa (redução de 18,9%), passando de R$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Juros sobre o capital próprio

O saldo de juros sobre o capital próprio de R$ 2,0 em 31 de dezembro de 2018 corresponde ao saldo a pagar (50%) dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2017.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R$ 6,5 milhões, em 31 de dezembro de 2018, representa a obrigação pela aquisição da controlada Smartcoat, a ser liquidada no exercício de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (*swap*) representa a diferença (valor a receber) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional. Tendo sido constatada variação ativa, em 31 de dezembro de 2018, o respectivo saldo encontra-se registrado no ativo circulante. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Mútuo a pagar

O saldo de mútuo consolidado a pagar de R$ 2,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, decorre de mútuos firmados durante o exercício social de 2018, entre a Companhia, controladas e seus administradores, representando dívida a vencer de curto prazo.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 71,0%, passando de R$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2017, para R$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento foi causado basicamente em função do aumento dos valores recebidos a títulos de adiantamento a clientes (28%) e dos valores a reembolsar aos funcionários (46%) por conta de despesas realizadas em viagens a serviço, dentre outras.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou uma redução 35,9%, passando de R$ 21,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa redução foi causada pela transferência para o curto prazo de acordo com o vencimento dos empréstimos.

Mútuo a pagar

O saldo de mútuo consolidado a pagar de R$ 4,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018, decorre de mútuos firmados durante o exercício social de 2018, entre a Companhia, controladas e seus administradores, com vencimentos entre o meses de janeiro e setembro do ano de 2020.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R$ 2,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, representa a dívida de longo prazo com a aquisição, em 28 de julho de 2017, de participação societária na controlada Smartcoat.

Instrumento derivativo financeiro

O saldo de instrumentos financeiros de R$ 1,9 milhões, em 31 de dezembro de 2018, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (*put*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49 % e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2018, de modo que 17% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R e 83% do saldo se refere à controlada Smartcoat.

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos não apresentou variação relevante (redução de 12,7%), passando de R$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Do saldo de R$ 4,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, R$ 2,1 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer dos consultores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

jurídicos externos da Companhia, e R$ 2,7 milhões são passivos contingentes identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia apresentou incremento de 27,47%, passando de R$ 41,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R$ 53,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018.

Reserva de Capital

Não houve variação na reserva de capital da Companhia, a qual se manteve em R$ 2,3 milhões, em 30 de setembro de 2019. Essa reserva é referente ao planos de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 deste documento.

Reserva de lucros

A reserva lucros da Companhia apresentou aumento de 94,6%, passando de R$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorreu do resultado positivo no período.

Dividendos Adicionais Propostos

No exercício social de 2018, a Companhia destinou o saldo de R$ 0,7 milhões de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, que foram objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Exercício social encerrado em		
Demonstrações de fluxo de caixa	**2019**	**2018**	**Variação 2019x2018**
	(R$ mil)	(R$ mil)	(%)
1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos impostos	-5.825	5.965	-197,65%
Ajustes:			
Depreciação e amortização	19.704	14.682	34,21%
Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis	-205	101	-302,97%
Equivalência patrimonial	-797	-448	77,90%
Juros, variação monetária sobre os empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária	8.864	1.511	486,63%
Ajuste em valor de preço de aquisição - Smartcoat	-	-700	-100,00%
Provisão para riscos	465	-695	-166,91%
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-1.798	-4.007	-55,13%
Custos da transação a apropriar – debêntures	-2.096	-	100,00%
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	18.009	2.181	725,72%
Contas a receber - partes relacionadas	-	1	-100,00%
Estoques	360	610	-40,98%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Tributos a recuperar	-2.845	-11.138	-74,46%
Outros ativos e despesas antecipadas	634	-1.912	-133,16%
Fornecedores	-4.552	4.330	-205,13%
Fornecedores - partes relacionadas	-58	-1.140	-94,91%
Operações de risco sacado	5.347	-	100,00%
Salários e encargos sociais	-3.418	6.875	-149,72%
IR e CS passivo	-129	-2.519	-94,88%
Tributos a pagar	352	-607	-157,99%
Outros passivos	5.490	3.501	56,81%
Impostos pagos	-6.096	-3.757	62,26%
Caixa líquido - atividades operacionais	**31.406**	**12.834**	**144,71%**
2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento			
Resgate/(Aplicação) em títulos e valores mobiliários	-3.542	1.790	-297,88%
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-16.481	-14.909	10,54%
Caixa recebido na venda de imobilizado	450	380	18,42%
Caixa líquido - atividades de investimento	**-19.573**	**-12.739**	**53,65%**
3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento			
Aporte de Capital	20.000	11.500	73,91%
Emissao de debêntures	67.500	-	100,00%
Depósitos bancários vinculados	-6.755	-	100,00%
Ajuste adoção inicial CPC 47/48	-	-5.285	-100,00%
Dividendos recebidos	765	765	0,00%
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-910	-1.996	-54,41%
Mútuo a receber - partes relacionadas	245	-245	100,00%
Mútuo a pagar - partes relacionadas	2.634	6.979	-62,26%
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- principal	-742	-1.278	-41,94%
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- juros	-179	-98	82,65%
Captação de empréstimos	20.023	50.940	-60,69%
Operação de duplicatas descontadas	-3.920	3.924	100,00%
Pagamento arrendamento mercantil - CPC 06 R2	-1.928	-	100,00%
Amortização de empréstimos – principal	-71.487	-56.582	26,34%
Juros pagos	-3.552	-5.821	-38,98%
Juros pagos s/ debêntures	-4.056	-	100,00%
Amortizaçao de Swap	1.286	-142	-1005,63%
Caixa líquido - atividades de financiamento	**18.924**	**2.661**	**611,16%**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**30.757**	**2.756**	**1016,00%**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.400**	**644**	**427,95%**
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	**34.157**	**3.400**	**904,62%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia totalizou R$ 31,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O crescimento da geração de caixa em 2019 em relação a 2018 foi ocasionado pelo incremento das receitas de locação e aumento das operações de antecipações de recebíveis e risco sacado.

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R$ 19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e negativo em R$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incrementamos as aplicações financeiras em função da geração de caixa e aumentamos os investimentos em equipamentos para atender a crescente demanda por locações.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia totalizou R$ 18,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O evento relevante ocorrido em 2019 foi a emissão de debêntures (R$ 67,5 milhões), que teve como objetivo o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Demonstrações de fluxo de caixa	**2018**	**2017**	**Variação 2018x2017**
	(R$ mil)	(R$ mil)	(%)
1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos impostos	5.965	(13.662)	-143,66
Ajustes:			
Depreciação e amortização	14.682	12.204	20,30
Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis	101	(561)	-118,00
Equivalência patrimonial	(448)	(186)	140,86
Juros, variação monetária sobre os empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária	1.511	8.224	-81,63
Ganho por compra vantajosa	(700)	(2.391)	-70,72
Provisão para riscos	(695)	688	-201,02
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(4.007)	1.356	-395,50
Despesas de stock options reconhecida no exercício.	-	743	-100,00
Baixa de investimentos em controlada em conjunto - SCP	-	36	-100,00
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	2.181	6.606	-66,98
Contas a receber - partes relacionadas	1	(1)	-200,00
Estoques	610	(1.647)	-137,04
Tributos a recuperar	(11.138)	(6.118)	82,05

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros ativos e despesas antecipadas	(1.912)	(1.277)	49,73
Fornecedores	4.330	(1.988)	-317,81
Fornecedores - partes relacionadas	(1.140)	1.840	-161,96
Salários e encargos sociais	6.875	(868)	-892,05
IR e CS passivo	(2.519)	2.623	-196,04
Tributos a pagar	(607)	(2.329)	-73,94
Outros passivos	3.501	(354)	-1.088,98
Impostos pagos	(3.757)	(2.723)	37,97
Caixa líquido - atividades operacionais	**12.834**	**215**	**5.869,30**
2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento			
Resgate/(Aplicação) em títulos e valores mobiliários	1.790	(1.864)	-196,03
Aquisição de controlada em conjunto (R&R)	-	(2.200)	-100,00
Aquisição de controlada (Smartcoat) - principal (consolidado líquido do caixa adquirido	-	(13.318)	-100,00
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(14.909)	(7.715)	93,25
Caixa recebido na venda de imobilizado	380	962	-60,50
Caixa líquido - atividades de investimento	**(12.739)**	**(24.135)**	**-47,22**
3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento			
Aporte de Capital	11.500	6	191.566,67
Ajuste adoção inicial CPC 47/48	(5.285)	-	-
Dividendos recebidos	765	-	100,00
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(1.996)	(3.996)	-50,05
Mútuo a receber - partes relacionadas	(245)	-	-
Mútuo a pagar - partes relacionadas	6.979	-	100,00
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Priner Serviços - principal	-	(15.647)	-100,00
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Priner Serviços - juros	-	(8.230)	-100,00
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- principal	(1.278)	(750)	70,40
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat- juros	(98)	(14)	600,00
Amortização de empréstimos - principal	(56.582)	(22.011)	157,06
Captação de empréstimos	50.940	67.788	-24,85
Operação de duplicatas descontadas	3.924	-	100,00
Juros pagos	(5.821)	(3.698)	57,41
Amortização de Swap	(142)	(947)	-85,01
Caixa líquido - atividades de financiamento	2.661	12.501	-78,71
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.756**	**(11.419)**	**-124,14**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**644**	**12.063**	**-94,66**
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	**3.400**	**644**	**427,95**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia totalizou R$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O aumento é devido, basicamente, ao crescimento do lucro liquido da Companhia.

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e negativo em R$ 24,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incrementou investimentos em equipamentos produtivos, em função do aumento de demanda para locações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos investimentos em equipamentos produtivos, houve impacto referente à aquisição de participações na Smartcoat e na R&R.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia totalizou R$ 2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 12,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu o volume de captação de empréstimos, compensando esse movimento com aporte de capital concedido pelos seus acionistas, empréstimos de mútuo recebido de partes relacionadas e operações de antecipações de recebíveis. O aumento no volume de captações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi fruto, principalmente, da necessidade de financiamentos para quitação da última parcela anual referente à aquisição da Priner, de pagamento do sinal referente à aquisição de participação acionária na Smartcoat, além de financiamento das necessidades de capital de giro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado Operacional e Financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das Operações da Companhia, em especial:

i. descrição de componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém da prestação de serviços de engenharia de acesso, tratamento de superfície, pintura industrial, isolamento térmico, habitáculos pressurizados e locação, venda e indenização de equipamentos não devolvidos ou danificados pelos clientes da Companhia.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma dessas categorias no total de sua receita líquida de bens e serviços nos períodos indicados:

Descrição	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Prestação de serviços e cessão	277.609	289.101	211.966
Locação de equipamentos	56.227	33.613	21.031
Vendas	14.362	4.462	2.826
Indenização e recuperação	414	61	679
Total	**348.612**	**327.237**	**236.502**

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para prestação dos serviços, montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre filiais e eventualmente para os clientes.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017, os custos de execução de obras representaram, respectivamente, 87%, 95% e 94% do total dos principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Essa representatividade dos custos de execução de obras é típica no negócio da Companhia, visto sua atividade ser intensiva no uso de mão de obra.

As principais despesas operacionais são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela prospecção de novos negócios, gestão e acompanhamento de cada um dos contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, viagens, representações e comunicação. Dada a natureza dos negócios da Companhia, não existe uma equipe exclusivamente voltada para vendas. Além das despesas já descritas, as despesas operacionais incluem aquelas relativas a QSMS, serviços gerais, marketing, suprimentos e provisões para devedores duvidosos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as despesas da Companhia com coordenação de contratos corresponderam a 26%, 44% e 37% do total das despesas operacionais.

Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros e variação monetária ativa sobre empréstimos e contas a pagar relativo a aquisição de participação societária.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As principais receitas financeiras correspondem a variação monetária ativa sobre créditos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,0% para o imposto de renda e de 9,0% para a contribuição social.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações dos preços e dos volumes dos serviços prestados e dos equipamentos locados aos seus clientes. Introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Atualmente, a receita da Companhia não tem correlação com a flutuação de taxas de câmbio.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes, dos insumos que utiliza na prestação dos serviços, tais como tintas e materiais para isolamento térmico, e das despesas financeiras relativas ao endividamento bancário. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumíni

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional, nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 18 de março de 2016, a Companhia constituiu a sociedade denominada Priner Locação de Equipamentos S.A., registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de abril de 2016.

Em 09 de janeiro de 2017, ocorreu a transferência das atividades de locação à Priner Locação de Equipamentos S.A., formalizada através de ata da assembleia extraordinária a título de adiantamento para futuro aumento de capital, mediante a transferência do acervo líquido dos bens de equipamentos de locação de titularidade da Companhia, tendo sido integralizado em 21 de fevereiro de 2017. A Companhia não espera que esse ato tenha efeito relevante nas suas demonstrações financeiras.

Em 24 de janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., a qual foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo. A R&R apresentou resultados econômicos e financeiros positivos no exercício social de 2017 e realizou distribuição de dividendos em 23 de janeiro de 2018, cabendo à Priner o recebimento de R$ 765 mil. Seus resultados são reconhecidos via equivalência patrimonial.

Em 28 de julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das quotas representativas do capital social da Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda. (atualmente denominada Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.), cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Conforme mencionado nos itens 10.1.a (com relação aos exercícios sociais de 2017 e 2018) e 10.1.h (alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras), a Smartcoat gerou impactos negativos na liquidez e na rentabilidade da Companhia em 2017 e 2018. Os diretores acreditam na reversão destes impactos negativos no futuro.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual por parte da Companhia, nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Os diretores devem comentar

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Em 2018, em função da adoção da NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, os seguintes alterações foram realizadas: (i) constituição de provisão do custo estimado para desmobilização de contratos com respectiva amortização na data da efetiva desmobilização;
(ii) constituição de despesa antecipada (conta ativa) referente aos custos para mobilização de contratos até o início das atividades, amortizando-a em período de seis meses após início das medições dos serviços prestados (iii) reflexo tributário sobre os ajustes (i) e (ii).

Adicionalmente, em 2018, em função da adoção da NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, a metodologia para apuração da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa foi alterada. Em função da adoção inicial, foi constituída provisão em conta redutora do contas a receber de R$ 7,4 milhões, tendo como contrapartida R$ 5,0 milhões na conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido e R$ 2,4 milhões na conta de IR e CS diferidos no ativo circulante.

Com relação ao exercício social corrente, a Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 06/R2 (IFRS
16) em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a NBC TG 06/R2 (IFRS 16). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou a NBC TG 06/R2 (IFRS
16) apenas para os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. A Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil.

Os impactos significativos identificados pela adoção da NBC TG 06/R2 (IFRS 16) nos ativos e passivos da Companhia são decorrentes dos contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e por suas controladas para suas unidades operacionais (sede e filiais).

Adicionalmente, a NBC TG 06/R2 (IFRS 16) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Com relação ao exercício social de 2018 e 2019, vide comentário no item anterior.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não constam parágrafos de ênfase.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a diretoria da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido ao custo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

(iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência da administração e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como os títulos e valores mobiliários apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(v) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, considerando em suas premissas o conceito de perda de crédito esperadas.

(vi) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(vii) Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2019.

(viii) Reconhecimento de Receita

As receitas de prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços, são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

A diretoria da Companhia apresenta, a seguir, uma discussão sobre o que considera como práticas contábeis relevantes para apresentação das informações financeiras da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

(ii) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa,

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

• Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

• Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

• Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda quando da prestação dos serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços e as vendas de mercadorias para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

prestados ou vendas de mercadoria.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável.

A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apuradas em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perda de crédito esperadas.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

(vi) Investimentos em controlada e sociedade em conta de participação

Os direitos e obrigações detidos pela Companhia na sociedade controlada em conjunto, conforme detalhado na Nota Explicativa 7 foram avaliados pela Administração da Companhia à luz dos requerimentos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, resultando na classificação do mesmo como um empreendimento controlado em conjunto.

Um empreendimento controlado em conjunto é um acordo através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle.

Os resultados e os ativos e passivos da sociedade controlada em conjunto são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da sociedade controlada em conjunto.

As exigências do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia na sociedade controlada em conjunto. Quando necessário, o valor contábil total da sociedade controlada em conjunto é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) como um único ativo comparandoseu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável, fará parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

(vii) Imobilizado de locação e uso operacional

O imobilizado de locação e uso operacional, composto por andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de pintura, jateamento e isolamento e habitáculos pressurizados, é utilizado para prestação de serviços a terceiros.

O imobilizado de uso próprio consiste em máquinas e equipamentos, em instalações para guarda dos equipamentos, edificações, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útil- econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2019 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(viii) Intangível – Software

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.A Companhia revisou a vida útil do ativo intangível no exercício de 2019 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(ix) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa- UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(x) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xi) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

(xii) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados é fixado com base no Valor Econômico Agregado - EVA.

O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia.

Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula: (Lucro operacional após o imposto de renda) – (capital empregado x custo médio ponderado de capital).

(xiii) Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xiv) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

(xv) Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

(xvi) Distribuição de dividendos e juros de capital próprio

A distribuição de dividendos e juros de capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos.

(xvii) Reconhecimento de receitas e despesas

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita de locação é reconhecida pró-rata *temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, serviços e indenizações.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(xviii) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

iv. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A distribuição dos investimentos em 2017 foi: 88% direcionados a investimentos produtivos, 10% referentes a informática (ERP e outros) e 2% relativos a benfeitorias. Os investimentos produtivos referem-se, principalmente, a Web Deck, habitáculos pressurizados, material tubular, pisos e empilhadeiras.

A distribuição dos investimentos em 2018 foi: equipamento de acesso (69%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (25%), habitáculos pressurizados (1%), informática (2%) e diversos (3%).

A distribuição dos investimentos em 2019 foi: equipamentos de acesso (66%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (23%), habitáculos pressurizados (7%), informática (2%) e diversos (2%).

A Companhia persegue o objetivo de investir em equipamentos que gerem melhoria de produtividade, visto o negócio da Companhia ser intensivo no uso de mão de obra.

Atualmente, os planos da Companhia preveem investimentos limitados a equipamentos produtivos que gerem redução imediata de custos ou necessários para o atendimento a novos contratos de prestação de serviços e/ou locação.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia avalia as fontes de investimento disponíveis no mercado financeiro no momento da realização de investimentos. A escolha da fonte de financiamento é feita com base nos custos dos financiamentos disponíveis, na liquidez da Companhia no momento da captação, no retorno financeiro previsto para os projetos de investimento, na previsão de fluxo de caixa e, consequentemente, na liquidez da Companhia prevista para o horizonte do projeto.

Para eventuais fusões e aquisições, a Companhia considera diversas alternativas para fontes de financiamento, dentre as quais destacamos: financiamentos bancários, aporte de capital dos sócios e uso de recursos disponíveis em caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste documento, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o montante gasto com participação em feiras e com publicidade foi de 0,2 milhões comparado com R$ 0,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$ 0,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. A decisão para alocação de recursos é tomada de acordo com a relevância das feiras realizadas.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração não tenha divulgado projeções e estimativas. A Companhia, não tendo divulgado projeções e estimativas até o momento, optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 – Descrição da estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Companhia é composta (i) pelo Conselho de Administração; (ii) pela Diretoria; (iii) pelo Comitê de Auditoria, conforme se descreve adiante; e (iv) podendo, ainda, instalar Conselho Fiscal, conforme se descreve adiante.

i. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável por fixar a orientação geral dos negócios da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o Estatuto Social determina cumprir-lhe, ainda:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar suas atribuições, observando o disposto no estatuto social;

(iii) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia;

(iv) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;

(v) aprovar orçamento de comitês de assessoramento, se e quando instaurados;

(vi) manifestar–se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da assembleia geral;

(vii) deliberar sobre a convocação da assembleia geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(ix) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos necessários;

(x) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

(xi) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine;

(xii) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto social assim o exigir;

(xiii) deliberar, quando autorizado pelo estatuto social, sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xiv) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(xv) autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

(xvi) aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas no Brasil ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no Brasil ou no exterior;

(xvii) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;

(xviii) aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, nos termos do estatuto social;

(xix) a deliberação, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de ações da Companhia, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nos casos previstos no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(xx) aprovar as políticas da Companhia, incluindo, desde que obrigatórias pela regulamentação aplicável: (a) política de remuneração; (b) política de indicação de membros do Conselho de Administração, de comitês de assessoramento e da Diretoria; (c) política de gerenciamento de riscos; (d) política de transações com partes relacionadas; e (e) política de negociação de valores mobiliários;

(xxi) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia ("OPA"), divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da respectiva OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xxii) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa de outros órgãos; e

(xxiii) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria.

Parágrafo 1º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações e disposições regulamentares aplicáveis.

Diretoria

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, todos residentes no País, acionistas ou não, e eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo designados: (i) 1 (um) diretor presidente; (ii) 1 (um) diretor financeiro; (iii) 1 (um) diretor de relações com investidores; (iv) 1 (um) diretor de operações; e (v) os demais, se houver, diretores sem designação específica. Os membros da Diretoria são eleitos para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Nos termos do Estatuto Social, compete aos diretores:

(i) representar a Companhia, em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

(ii) administrar, gerir e orientar os negócios sociais, bem como praticar todos os atos necessários à execução os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia, nos termos do estatuto social;

(iii) praticar os atos necessários à representação da Companhia e consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração e as disposições e restrições de alçadas a eles determinadas pelo Conselho de Administração;

(iv) assinar quaisquer documentos que gerem responsabilidades ou obrigações para a Companhia, incluindo escrituras, dívidas, letra de câmbio, cheques, ordens de pagamento; e

(v) abrir, operar ou fechar qualquer conta bancária da Companhia.

As atribuições específicas dos diretores podem ser consultadas no item "b" abaixo. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. O Conselho Fiscal não possui regimento interno e, uma vez instalado, terá a competência disposta na legislação aplicável.

Comitê de Auditoria

As informações sobre o Comitê de Auditoria podem ser consultadas no item "aii" abaixo.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria possuem regimentos internos próprios, o quais foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019.

Os regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria poderão ser consultados no site da Companhia: www.priner.com.br.

A Diretoria e o Conselho Fiscal, por sua vez, não possuem regimentos internos.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019. Os objetivos do Comitê de Auditoria são

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

O Comitê de Auditoria é órgão de assessoramento do Conselho de Administração, sendo composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo que o término desse prazo sempre coincidirá com o término de gestão dos membros do Conselho de Administração.

Na composição do Comitê de Auditoria: (i) ao menos, 1 (um) membro deve ser membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definido na Política de Indicação da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (ii) ao menos, 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e (iii) o mesmo membro poderá acumular as duas características previstas nas alíneas (i) e (ii) acima. O Conselho de Administração elegerá, dentre os membros do Comitê de Auditoria, um coordenador, a quem caberá a representação, organização e coordenação de suas atividades.

As principais atribuições do Comitê de Auditoria são:

(i) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política formalizada de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente. Não obstante, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável.

No mais, o Comitê de Auditoria é responsável por: (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; e (ii) acompanhar as atividades de auditoria interna e de controles internos da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, todos residentes no País, acionistas ou não, e eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo designados: (i) 1 (um) diretor presidente; (ii) 1 (um) diretor financeiro; (iii) 1 (um) diretor de relações com investidores; (iv) 1 (um) diretor de operações; e (v) os demais, se houver, diretores sem designação específica. Os membros da Diretoria são eleitos para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria não possui regimento interno próprio, de modo que suas atribuições são designadas pelo Estatuto Social da Companhia. Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete aos diretores:

(i) representar a Companhia, em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

(ii) administrar, gerir e orientar os negócios sociais, bem como praticar todos os atos necessários à execução os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia, nos termos do Estatuto Social;

(iii) praticar os atos necessários à representação da Companhia e consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração e as disposições e restrições de alçadas a eles determinadas pelo Conselho de Administração;

(iv) assinar quaisquer documentos que gerem responsabilidades ou obrigações para a Companhia, incluindo escrituras, dívidas, letra de câmbio, cheques, ordens de pagamento; e

(v) abrir, operar ou fechar qualquer conta bancária da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social, os diretores da Companhia terão as seguintes atribuições específicas:

(i) cabe ao Diretor Presidente, especialmente: (a) fazer com que sejam observados o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, juntamente com o relatório dos auditores independentes, bem como a proposta para alocação dos lucros auferidos no exercício fiscal precedente; e (c) conduzir e coordenar as atividades dos diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos diretores pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social da Companhia;

(ii) cabe ao Diretor Financeiro coordenar as atividades das áreas econômico-financeiras e contábeis da Companhia, bem como a tesouraria e a controladoria;

(iii) cabe ao Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto na regulamentação aplicável: (a) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (b) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulamentação aplicáveis, no Brasil e no exterior; e
(c) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) cabe ao Diretor de Operações coordenar a execução das atividades de prestação de serviços, engenharia, logística e manutenção de equipamentos; e

(v) os diretores sem designação específica desempenharão as funções atribuídas a cada um de seus cargos, as quais serão fixadas pelo Conselho de Administração.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não havia sido instalado. Não há, ainda, regimento interno do Conselho Fiscal.

d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretoria

O presidente do Conselho de Administração conduzirá anualmente, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada, visando a aprimorar sistematicamente a eficiência do órgão, referente ao Conselho de Administração, enquanto órgão colegiado, a cada um de seus membros, individualmente, ao presidente do Conselho de Administração, aos diretores da Companhia e aos membros do Comitê de Auditoria.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Conselho de Administração e da Diretoria que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos membros do Conselho de Administração, dos diretores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos membros do Conselho de Administração serão disponibilizados à pessoa em questão e ao presidente do Conselho de Administração; (ii) do presidente do Conselho de Administração, dos diretores e dos membros do Comitê de Auditoria serão disponibilizados a todos os membros do Conselho de Administração; e (iii) de cada membro do Conselho de Administração e do presidente do Conselho de Administração serão discutidos em sessões de feedback individuais.

A avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato do respectivo membro do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria

O Conselho de Administração conduzirá anualmente, se necessário com o suporte de assessoria externa especializada, um processo de avaliação formal e estruturada, visando a aprimorar sistematicamente a eficiência do órgão, referente ao Comitê de Auditoria, enquanto órgão colegiado, e aos membros do Comitê de Auditoria.

Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao coordenador do Comitê de Auditoria e ao presidente do Conselho de Administração da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

O desempenho dos diretores da Companhia é avaliado de acordo com metas globais da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo as referidas metas balizadas pelo Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) e pelo EBITDA, conforme mencionado no item 3.2(i) deste Formulário de Referência. O acompanhamento das metas anuais é realizado mensalmente, e a apuração final dos resultados é feita no ano subsequente ao exercício, após a validação das demonstrações financeiras da Companhia pela auditoria externa.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos membros do Conselho de Administração, dos diretores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração.

No mais, os resultados das avaliações: (i) individuais dos membros do Conselho de Administração serão disponibilizados à pessoa em questão e ao presidente do Conselho de Administração; e (ii) do presidente do Conselho de Administração, dos diretores e dos membros do Comitê de Auditoria serão disponibilizados a todos os membros do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações de cada membro do Conselho de Administração e do presidente do Conselho de Administração serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

A partir da análise integrada dos resultados das avaliações de desempenho, são identificados os pontos fortes e oportunidades de melhoria de cada órgão, a serem objeto de análise do Conselho de Administração. O resultado das avaliações de desempenho visa a identificação e implementação de ações de melhoria, objetivando o aprimoramento da atuação e do funcionamento do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria. Adicionalmente, conforme detalhado no item 13.1 deste Formulário de Referência, há a previsão de remuneração variável aos diretores da Companhia, atrelada a desempenho.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A avaliação de desempenho do (i) Conselho de Administração, bem como de seus membros e dos diretores é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração; e (ii) Comitê de Auditoria, bem como de seus membros, é do Conselho de Administração, sendo que poderá ser contratada empresa de assessoria ou consultoria externa para suporte no processo. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de consultoria ou assessoria externos hão haviam sido contratados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. Conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações.

b. competências

Sem prejuízo das matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações, compete à Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia:

(i) reformar o estatuto social;

(ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

(iii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

(iv) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(v) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(vi) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(vii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;

(viii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(ix) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições do Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social;

(x) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, observadas as competências do Conselho de Administração, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º e no artigo 14, item (xix), do Estatuto Social;

(xi) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, quando a respectiva oferta pública de aquisição de ações for formulada pela própria Companhia;

(xii) aprovar a dispensa da realização da oferta pública de aquisição de ações no caso de saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(xiii) anuir para que, em caso de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes não pleiteiem o ingresso no Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à Assembleia Geral estarão disponíveis aos acionistas nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Av. Geremário Dantas, n°1.400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, CEP 22.760-401, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; (ii) site da Companhia: www.priner.com.br; e (iii) no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM: www.cvm.gov.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota a Política de Transação com Partes Relacionadas, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política"). A eficácia de referida política, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

A Política tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e sempre em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A Política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

A Política define um potencial conflito de interesses como as situações nas quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos e interesses da Companhia em matérias específicas. Neste sentido, o potencial conflito de interesses que surge quando uma pessoa se encontra envolvida num processo decisório no qual a sua capacidade de julgamento isento possa estar comprometida pelo fato de que: (a) de um lado, essa pessoa tem o poder de influenciar o resultado da decisão, e ao mesmo tempo (b) possa existir um ganho para ela diretamente, para algum membro próximo da família, ou ainda para terceiro com o qual a pessoa esteja envolvida.

Toda transação com partes relacionadas ou que envolva potencial conflito de interesse deverá ser formalizada contratualmente de acordo com os seguintes critérios: (i) observância das condições de mercado e dos mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes; e (ii) o contrato que formalizará a transação deverá descrever, além dos termos da transação, os eventuais impactos e riscos ocasionados (ou que poderão ser ocasionados) para a Companhia e para a parte relacionada, caso aplicável.

Nos termos da Política, os administradores da Companhia e demais pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente ("Pessoas Chave"), ao identificarem a possibilidade de participar de um processo decisório relativo a matéria em que possa ser caracterizada como parte relacionada ou esteja em situação de potencial conflito de interesses, devem manifestar seu potencial conflito de interesses. Adicionalmente, a Pessoa Chave deve ausentar-se das discussões sobre o tema, bem como abster- se de votar no respectivo processo decisório.

Caso solicitado pelo presidente do Conselho de Administração, tais Pessoas Chave poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Caso alguma Pessoa Chave que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu potencial conflito de interesses, qualquer outra Pessoa Chave que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária da Pessoa Chave é considerada uma violação da Política e deverá ser submetida às sanções cabíveis. A manifestação sobre eventual caracterização como parte relacionada ou da situação de potencial conflito de interesses e a consequente abstenção da Pessoa Chave deverão constar da respectiva ata da reunião do Conselho de Administração, da reunião da Diretoria ou de qualquer outro órgão da Companhia em que a matéria for deliberada.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por: (i) avaliar a adequação das transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; (ii) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento da Política; (iii) prestar esclarecimentos adicionais ao Conselho de Administração da Companhia a respeito da realização de transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; e (iv) fiscalizar o cumprimento da Política, submetendo à apreciação do Conselho de Administração os casos nos quais haja suspeita da sua violação.

O Comitê de Auditoria da Companhia deverá reportar diretamente ao Conselho de Administração todas as transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses efetuadas no período.

Caberá ao Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Auditoria, tomar as medidas disciplinares que foram cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocá-la para deliberar sobre o tema.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A solicitação de procurações segue os requisitos legais e regulatórios. Não é prática da administração da Companhia solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Geral; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notarizados e consularizados.

Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos de tal acionista e com as regras do Código Civil, não sendo necessário que esse mandatário seja acionista ou administrador da Companhia ou, ainda, advogado.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Atualmente, não são admitidas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da respectiva Assembleia Geral, observado o disposto no artigo 21-B da Instrução CVM 481. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização, de modo que a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, observado o disposto no artigo 21-U da Instrução CVM 481.

Caso o acionista, após a transmissão da instrução do voto ou envio do Boletim, opte por comparecer à Assembleia (pessoalmente ou por procurador), a instrução de voto à distância poderá ser desconsiderada, caso solicite exercer o voto presencialmente.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza, diretamente, sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto à distância, porém, essa opção é disponibilizada por seu escriturador. Ainda, a Companhia não disponibiliza qualquer meio de participação à distância em Assembleias, além do Boletim de Voto à Distância, já mencionado no item “g” acima.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não adotará prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária. Conforme disposto no artigo 21-L da Instrução CVM 481, acionistas que representem os percentuais mínimos previstos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481, respectivamente, poderão solicitar a inclusão no boletim de voto a distância de: (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, sempre que convocada Assembleia Geral; ou (ii) propostas de deliberação para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima serão recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia: (i) na hipótese do item (i) do parágrafo anterior, no período entre: (a) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral e até 25 dias antes da data prevista para sua realização, no caso de Assembleia Geral Ordinária, ou (b) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de Assembleia Geral para eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e até 25 dias antes da data prevista para a realização da Assembleia, no caso de Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim; e (ii) na hipótese do item (ii) do parágrafo anterior: no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 dias antes da data prevista para sua realização.

As solicitações de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão ser enviadas, por escrito e observado o disposto nos artigos 21-L e 21-M da Instrução CVM 481, aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Av. Geremário Dantas, n°1.400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, CEP 22.760-401, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e para o endereço eletrônico a ser indicado na página de relações com investidores da Companhia: www.priner.com.br.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber ou compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No exercício social de 2019, foram realizadas 3 (três) reuniões, todas as quais foram reuniões extraordinárias. Não houve a realização de reuniões ordinárias no exercício social de 2019.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração

Não há acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota a Política de Transação com Partes Relacionadas, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política").

A Política tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e sempre em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A Política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

A Política define um potencial conflito de interesses como as situações nas quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos e interesses da Companhia em matérias específicas. Neste sentido, o potencial conflito de interesses que surge quando uma pessoa se encontra envolvida num processo decisório no qual a sua capacidade de julgamento isento possa estar comprometida pelo fato de que: (a) de um lado, essa pessoa tem o poder de influenciar o resultado da decisão, e ao mesmo tempo (b) possa existir um ganho para ela diretamente, para algum membro próximo da família, ou ainda para terceiro com o qual a pessoa esteja envolvida.

Toda transação com partes relacionadas ou que envolva potencial conflito de interesse deverá ser formalizada contratualmente de acordo com os seguintes critérios: (i) observância das condições de mercado e dos mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes; e (ii) o contrato que formalizará a transação deverá descrever, além dos termos da transação, os eventuais impactos e riscos ocasionados (ou que poderão ser ocasionados) para a Companhia e para a parte relacionada, caso aplicável.

Nos termos da Política, os administradores da Companhia e demais pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente ("Pessoas Chave"), ao identificarem a possibilidade de participar de um processo decisório relativo a matéria em que possa ser caracterizada como parte relacionada ou esteja em situação de potencial conflito de interesses, devem manifestar seu potencial conflito de interesses. Adicionalmente, a Pessoa Chave deve ausentar-se das discussões sobre o tema, bem como abster- se de votar no respectivo processo decisório.

Caso solicitado pelo presidente do Conselho de Administração, tais Pessoas Chave poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Caso alguma Pessoa Chave que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu potencial conflito de interesses, qualquer outra Pessoa Chave que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária da Pessoa Chave é considerada uma violação da Política e deverá ser submetida às sanções cabíveis. A manifestação sobre eventual caracterização como parte relacionada ou da situação de potencial conflito de interesses e a consequente abstenção da Pessoa Chave deverão constar da respectiva ata da reunião do Conselho de Administração, da reunião da Diretoria ou de qualquer outro órgão da Companhia em que a matéria for deliberada.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por: (i) avaliar a adequação das transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; (ii) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento da Política; (iii) prestar esclarecimentos adicionais ao Conselho de Administração da Companhia a respeito da realização de transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; e (iv) fiscalizar o cumprimento da Política, submetendo à apreciação do Conselho de Administração os casos nos quais haja suspeita da sua violação.

O Comitê de Auditoria da Companhia deverá reportar diretamente ao Conselho de Administração todas as transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses efetuadas no período.

Caberá ao Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Auditoria, tomar as medidas disciplinares que foram cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocá-la para deliberar sobre o tema.

A Companhia sujeita-se, ainda, ao Código de Ética e Conduta, cuja nova versão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Código"). A eficácia de referida nova versão do Código, nos termos da aprovação do Conselho de Administração, está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, bem como à conclusão da Migração ao Novo Mercado. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 deste Formulário de Referência.

O Código prevê, dentre outros: (i) que colaboradores da Companhia não poderão realizar atividades externas (incluindo a prestação de consultoria ou a ocupação de cargo) em organizações com interesses conflitantes ou que façam negócios com a Companhia; (ii) vedação a vínculos societários, próprios ou por intermédio de cônjuge ou familiares, com fornecedores ou concorrentes da Companhia, se o cargo que o funcionário ou administrador ocupa lhe conferir o poder de influenciar transações ou permitir acesso a informações privilegiadas; e (iii) que o funcionário que ocupar posições (remuneradas ou não) em entidades externas e também o funcionário que tiver cônjuge ou familiares que trabalhem na Companhia ou que trabalhem em concorrentes, fornecedores, clientes, em órgãos governamentais ou em instituições sem fins lucrativos que se relacionem com a Companhia, deve, obrigatoriamente, comunicar o fato por escrito, o mais rápido possível, à sua liderança imediata, que avaliará eventuais conflitos de interesses.

Frente a uma situação de conflito de interesses, (i) o superior imediato deverá também reportar o fato diretamente ao Comitê de Ética para análise e deliberações cabíveis; (ii) fornecedores e prestadores de serviço também deverão fazê-lo formalmente (por escrito), neste caso, diretamente ao gestor do contrato; e (iii) ainda que esta seja deflagrada ocasionalmente, o funcionário (direto ou indireto), administrador, fornecedor ou, prestador de serviço deve prontamente declarar-se conflitado e impedido de participar da discussão em curso ou mesmo votar na matéria na qual tiver conflito de interesses, devendo, inclusive, retirar-se de uma eventual reunião em que a discussão esteja ocorrendo, garantindo, assim, a adequada independência e transparência do processo. Situações que possam acarretar conflitos de interesses não explicitadas no Código devem ser informadas às lideranças imediatas para orientação.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

d. Se o emissor possui política de indicação e preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Indicação").

A Política pode ser consultada no site: www.priner.com.br.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação tem por objetivo determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa e considerando a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. A indicação de membros do Conselho de Administração obedecerá aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

(i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Conduta e suas políticas internas;

(ii) reputação ilibada;

(iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, trajetória profissional reconhecida e sólida experiência;

(iv) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e

(v) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho de administração e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 dias antes da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 367"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

(i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e

(ii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos critérios de indicação estabelecidos na Política de Indicação.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá ser baseada nas suas avaliações individuais anuais.

O Conselho de Administração da Companhia deve ser composto por, no mínimo, 2 (dois) membros independentes, ou 20% (vinte por cento), o que for maior. Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que:

(i) é acionista controlador direto ou indireto da Companhia;

(ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;

(iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; e

(iv) foi, nos últimos três anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.

Adicionalmente, para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento:

(i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;

(ii) foi, nos últimos três anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sociedade sob controle comum;

(iii) tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou coligadas, controladas ou sociedades sob controle comum;

(iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da Companhia; e

(v) recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, coligadas, controladas ou sociedade sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas coligadas, controladas ou sociedade sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A caracterização do indicado ao conselho de administração como conselheiro independente será deliberada pela Assembleia Geral, que poderá basear sua decisão:

(i) na declaração, encaminhada pelo indicado a conselheiro independente ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos na Política de Indicação, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações (i) a (v) descritas anteriormente; e

(ii) na manifestação do Conselho de Administração da Companhia, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

Compete à Diretoria da Companhia verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Política de Indicação e, caso cumpridos, o nome do candidato será posto em votação em Assembleia Geral de acionistas ou reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legisla

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 – Descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre esses e o emissor por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Marcelo Gonçalves Costa	19/08/1965	Pertence apenas à Diretoria	04/03/2020	1 ano	5
961.422.437-15	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	04/03/2020	Sim	0.00%
Diretor Financeiro da Companhia					
Yoshiro Marcelo Sakaki Leal	13/07/1977	Pertence apenas à Diretoria	04/03/2020	1 ano	5
909.654.005-06	Engenheiro	19 - Outros Diretores	04/03/2020	Sim	0.00%
Não aplicável		Diretor de Operações			
Túlio Cintra	07/03/1969	Pertence apenas à Diretoria	04/03/2020	1 ano	5
120.423.248-25	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	04/03/2020	Sim	0.00%
Não aplicável					
Bruno de Mello Pereira	23/12/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/12/2019	AGO que deliberar sobre exercício de 2020	5
054.224.087-48	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	12/12/2019	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Roberto Carmelo de Oliveira	29/11/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/12/2019	AGO que deliberar sobre exercício de 2020	5
399.935.827-00	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/12/2019	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Pedro Henrique Chermont de Miranda	24/08/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/12/2019	AGO que deliberar sobre exercício de 2020	5
023.120.657-70	Engenheiro Mecânico	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/12/2019	Sim	100.00%
Não aplicável					
Eduardo Khair Chalita	18/05/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/12/2019	AGO que deliberar sobre exercício de 2020	0
600.137.107-53	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/12/2019	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Pedro Hermes da Fonseca Rudge	22/05/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/12/2019	AGO que deliberar sobre exercício de 2020	0
016.802.887-50	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/12/2019	Sim	100.00%
Não aplicável					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcelo Gonçalves Costa - 961.422.437-15

O Sr. Marcelo Gonçalves Costa cursou Administração de Empresas na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), possui pós graduação em Engenharia Econômica e Organização Industrial na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Mestrado em Administração (ênfase em Marketing & Estratégia) no IBMEC. O Sr. Marcelo possui 34 anos de experiência em serviços industriais (Priner), distribuição de GLP (SHV Energy), fabricante de produtos plásticos (Vulcan), varejo (Lojas Americanas) e tecnologia (Xerox), adquiridos em organizações globais e locais, tendo também atuado como professor de finanças, contabilidade e gestão de operações/varejo por 3 anos, em cursos de extensão e MBAs no IBMEC e INFNET. Ex-membro do Comitê Fiscal do Sindigás e Grupo de Planejamento para o setor de Gás LP da ANP (Agência Nacional do Petróleo). Ingressou na Companhia em agosto de 2013 e ocupou cargos relevantes: Gerente Financeiro, de agosto de 2013 a março de 2014, Diretor Financeiro desde abril de 2014 e Diretor de Relações com Investidores desde março de 2017.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Marcelo Gonçalves Costa não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Marcelo Gonçalves Costa declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Yoshiro Marcelo Sakaki Leal - 909.654.005-06

As principais experiências profissionais do Sr. Yoshiro Marcelo Sakaki Leal nos últimos 5 anos incluem (i) de 2006 a 2013, exerceu os cargos de Engenheiro II, Engenheiro III, Coordenador de Produção, Gerente de Operações e Gerente Nacional de Operações na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, companhia aberta atuante nas áreas de bens industriais, construção e engenharia e serviços diversos; e (ii) Superintendente de Operações em julho/2013, e Diretor de Operações em outubro/2015 e desde junho/20, COO da Companhia.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Yoshiro Marcelo Sakaki Leal não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr Yoshiro Marcelo Sakaki Leal declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Túlio Cintra - 120.423.248-25

O Sr. Túlio Cintra é engenheiro Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP e Mestre (MSc) pela University of Sheffield UK (with distinction) e possui MBA em Finanças pela Universidade de São Paulo.
O Sr. Tulio Cintra tem 27 anos de experiência no segmento de óleo e gás e serviços de engenharia industrial e é Diretor Presidente da Companhia desde 2012. Antes de integrar a Companhia, o Sr. Tulio foi Chief Investment Officer da Odebrecht Óleo e Gás S.A. de 2006 a 2012, sociedade anônima fechada voltada para atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural, Diretor Executivo da Mills por 2 anos e tem passagem como executivo na Ocyan, Braskem, CBPO e Construtora Odebrecht, tendo trabalhado na Malásia, Coréia do Sul, Angola, Portugal, Argentina e Inglaterra.

Nos últimos 5 anos, o Sr. Túlio Cintra não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.
O Sr. Túlio Cintra declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Bruno de Mello Pereira - 054.224.087-48

As principais experiências profissionais do Sr. Bruno de Mello Pereira incluem: (i) sócio da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. (desde 2008) gestora de investimentos em ações no Brasil (em Bolsa e Private Equity); (ii) Membro do Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (desde 2015), companhia atuante no setor serviços e manutenção industrial; (iii) diretor financeiro da Casa Show S.A. em 2009, empresa do setor de varejo de material de construção; (iv) analista de empresas (sell side) no UBS Pactual, acompanhando o setor financeiro no Brasil e na America Latina (2000 a 2008); (v) analista de empresas (sell-side) no Banco Icatu (1997 a 1999) acompanhando o setor bancário no Brasil; (vi) auditor na Ernst & Young (1994 a 1996) O Sr. Bruno de Mello Pereira é graduado em administração de empresas pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e possui certificação CFA (Chartered Financial Analyst).
Nos últimos 5 anos, o Sr. Bruno de Mello Pereira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.
O Sr. Bruno de Mello Pereira declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Roberto Carmelo de Oliveira - 399.935.827-00

O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira cursou Engenheira Civil na Universidade Souza Marques (1977) no Rio de Janeiro, possui Especialização em Gestão de negócios pelo Instituto Trevisan (1999) em São Paulo, MBA pelo PDG/IBMEC (2003) e formação de Conselheiro de Administração pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira ingressou na Companhia em 2013, e exerceu diversos cargos relevantes. Foi Diretor Comercial de novos negócios de novembro de 2013 a fevereiro de 2015. Desde abril de 2015, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, de 1981 a 2013, exerceu os cargos de Diretor Comercial de Novos Negócios, Diretor da Divisão de Serviços Industriais, Gerente da Filial de São Paulo, Gerente da Filial de Camaçari-BA, Gerente Geral de coligada MNKF – Imperator, Gerente da Divisão Industrial, Gerente da Filial do Rio de Janeiro, Engenheiro de Vendas e Engenheiro Supervisor de Obras na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, companhia aberta atuante nas áreas de bens industriais, construção e engenharia e serviços diversos.
Nos últimos 5 anos, o Sr. Roberto Carmelo de Oliveira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.
O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira declarou não ser pessoa politicamente exposta, n nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Pedro Henrique Chermont de Miranda - 023.120.657-70

O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda é engenheiro formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. As principais experiências profissionais do Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda incluem (i) Sócio Fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. (desde 2008) gestora de investimentos em ações no Brasil (em Bolsa e Private Equity); (ii) Membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S/A (desde 2012), companhia aberta do setor têxtil; (iii) Membro do Conselho de Administração da Saraiva Livreiros e Editores S.A. (em 2015), companhia aberta que atua nos ramos editorias, varejista e de educação; (iv) Membro do Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (atual denominação da Mills SI Serviços Industriais S.A.) (desde 2014), companhia fechada que atua no segmento de serviços industriais; (v) Membro do Conselho de Administração da BR Home Center (2018); (vi) Membro do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar (2009 a 2014), companhia aberta do setor varejista; (vii) Membro do Conselho de administração da Mills Andaimes Tubulares do Brasil S.A. (2009 a 2012), companhia aberta que atua no setor de serviços de engenharia e aluguel de equipamentos; (viii) Membro do Conselho de administração da Globex Utilidades S.A. (detentora das marcas Ponto Frio e Pontofrio.com) (2006 a 2008), que atua no ramo varejista e de comércio eletrônico; (ix) Membro do Conselho de administração da Rossi Residencial S.A .2000 a 2002), companhia aberta do ramo de construção; e (x) Sócio Diretor da Investidor Profissional (IP) Gestão de Recursos (1995 a 2008), gestora de investimentos.
Nos últimos 5 anos, o Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.
O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999 ("Instrução CVM 301").

Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53

As principais experiências profissionais do Sr. Eduardo Khair Chalita incluem: (i) Membro do Conselho de Administração da Novapontocom Comércio Eletrônico S.A. (2010 a 2014), que atua no ramo de comércio eletrônico; (ii) Diretor Presidente da Americanas.com – Grand Cayman (2000 a 2004), que atua no ramo de comércio eletrônico; (iii) Diretor da Lojas Americanas S.A. (1996 – 2004), companhia aberta do ramo varejista; (iv) Membro do Conselho de administração da Pontofrio.com Comércio Eletrônico S.A. (2008 a 2010), que atua no ramo de comércio eletrônico; e (v) socio da omni55, empresa de consultoria e participaçoes (desde 2018).
Nos últimos 5 anos, o Sr. Eduardo Khair Chalita não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.
O Sr. Eduardo Khair Chalita declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Pedro Hermes da Fonseca Rudge - 016.802.887-50

Pedro Rudge é sócio fundador e diretor da Leblon Equities. Pedro tem 24 anos de experiência no mercado acionário brasileiro. De 2004 a 2008, trabalhou na IP como membro da equipe de investimentos e em 2006 tornou-se sócio. Foi responsável pela estruturação de veículos de investimentos e análise de governança corporativa. De 2002 a 2004, Pedro trabalhou no Bradesco-Templeton, onde foi analista sênior focado nos setores de Telecom e Bens de Capital e esteve pessoalmente envolvido em analisar, conduzir e desinvestir diversos investimentos do fundo fechado F.V.L. De 1996 a 2002, Pedro trabalhou na Latinvest Asset Management, uma empresa especializada em mercados emergentes, onde ele teve a oportunidade de iniciar sua carreira como trader e se tornar um dos gestores do fundo de ações.
Pedro atuou como membro de conselhos fiscais de empresas como Empresa Brasileira de Compressores S.A. – Embraco, Tele Nordeste Celular Participações S.A., Trafo Equipamentos Elétricos S.A., Renner Participações S.A., Globex S.A. e Springs Global. Pedro tem 44 anos de idade e é graduado em economia pela Faculdade Candido Mendes.
Nos últimos 5 anos, o Sr. Pedro Hermes da Fonseca Rudge não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. O Sr. Pedro Hermes da Fonseca Rudge declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcelo Gonçalves Costa - 961.422.437-15	
N/A	
Yoshiro Marcelo Sakaki Leal - 909.654.005-06	
N/A	
Túlio Cintra - 120.423.248-25	
N/A	
Bruno de Mello Pereira - 054.224.087-48	
N/A	
Roberto Carmelo de Oliveira - 399.935.827-00	
N/A	
Pedro Henrique Chermont de Miranda - 023.120.657-70	
N/A	
Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53	
N/A	
Pedro Hermes da Fonseca Rudge - 016.802.887-50	
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Eduardo Khair Chalita	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	18/05/1960	12/12/2019	12/12/2021
600.137.107-53		Engenheiro Civil		12/12/2019	0	100.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Luciana Doria Wilson	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	06/09/1979	21/01/2020	21/01/2022
268.475.448-99		Economista	Coordenadora do Comitê (Efetivo)	21/01/2020	0	100.00%
Roberto Carmelo de Oliveira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	29/11/1954	12/12/2019	12/12/2021
399.935.827-00		Engenheiro Civil		12/12/2019	0	100.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53

As principais experiências profissionais do Sr. Eduardo Khair Chalita incluem: (i) Membro do Conselho de Administração da Novapontocom Comércio Eletrônico S.A. (2010 a 2014), que atua no ramo de comércio eletrônico; (ii) Diretor Presidente da Americanas.com – Grand Cayman (2000 a 2004), que atua no ramo de comércio eletrônico; (iii) Diretor da Lojas Americanas S.A. (1996 – 2004), companhia aberta do ramo varejista; (iv) Membro do Conselho de administração da Pontofrio.com Comércio Eletrônico S.A. (2008 a 2010), que atua no ramo de comércio eletrônico; e (v) socio da omni55, empresa de consultoria e participações (desde 2018).

Nos últimos 5 anos, o Sr. Eduardo Khair Chalita não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

O Sr. Eduardo Khair Chalita declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99

A Sra. Luciana possui bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica (FEA-PUC) ano de 2002, com mestrado em finanças pela Escola de Negócios (BSP) e educação executiva na escola de negócios Stanford Graduate School of Business. Doria tem ampla experiência em liderar transações de Private Equity, M&A, processos de due diligence, pré-IPO, IPOs (NYSE e BOVESPA), integração pré e pós -fusão, emissão de dívida, projetos de reestruturação, governança corporativa e avaliação de risco. Atualmente, atua como sócia da Managrow, sociedade gestora de patrimônios familiares (Family Offices); (ii) coordenadora e membro do Conselho Fiscal da Fleury S.A., companhia aberta do setor de diagnósticos, análises e serviços médicos; (iii) membro do conselho fiscal da Eztec S.A., companhia aberta do segmento de incorporação e comercialização de empreendimentos imobiliários; (iv) membro suplente do conselho fiscal da Anima Educação S.A., companhia aberta do setor de educação; (v) membro suplente do conselho fiscal da Enel S.A., empresa atuante no setor de distribuição de energia elétrica; (vi) coordenadora e membro do comitê de auditoria da Priner Serviços Industriais S.A., companhia aberta do segmento de serviços industriais; (vii) membro do conselho fiscal da Smartcoat Engenharia, empresa do segmento industrial; Nos últimos 5 anos, também atuou como: (i) membro suplente do Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A., companhia aberta atuante no setor de alimentos; e (ii) Diretora Executiva da Saraiva S.A.. A Sra. Luciana Doria não exerce outros cargos de administração em sociedades e/ou organizações do terceiro setor. Antes de ingressar no comitê executivo da Saraiva, Doria foi Head de Mercado de Capitais da Gafisa (investida GP Investments), e estrategista da corretora e da tesouraria do Banco Santander, analista de Real Estate pela Bear Stearns, JP Morgan, HSBC e Itaú Unibanco. Membro do Women Corporate Directors (WCD), DELL Women Entrepreneurs Network (DWEN), Stanford Brazilian University Students (SUBA), Conselho Regional de Economia (CORECON) e Stanford Women of Impact Network (WIN).

Dentre outras premiações, a Sra. Luciana Doria Wilson foi premiada pela (i) Stanford LEAD Program Corporate Innovation – Intellectual Contribution Award in Finance and Business Model; (ii) Certificado Women on Board, pelo selo WOB (Women on Board).

Nos últimos 5 anos, a Sra. Luciana Doria Wilson não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. A Sra. Luciana Doria Wilson declarou não ser pessoa politicamente exposta, nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Roberto Carmelo de Oliveira - 399.935.827-00

O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira cursou Engenheira Civil na Universidade Souza Marques (1977) no Rio de Janeiro, possui Especialização em Gestão de negócios pelo Instituto Trevisan (1999) em São Paulo, MBA pelo PDG/IBMEC (2003) e formação de Conselheiro de Administração pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira ingressou na Companhia em 2013, e exerceu diversos cargos relevantes. Foi Diretor Comercial de novos negócios de novembro de 2013 a fevereiro de 2015. Desde abril de 2015, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, de 1981 a 2013, exerceu os cargos de Diretor Comercial de Novos Negócios, Diretor da Divisão de Serviços Industriais, Gerente da Filial de São Paulo, Gerente da Filial de Camaçari-BA, Gerente Geral de coligada MNKF – Imperator, Gerente da Divisão Industrial, Gerente da Filial do Rio de Janeiro, Engenheiro de Vendas e Engenheiro Supervisor de Obras na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, companhia aberta atuante nas áreas de bens industriais, construção e engenharia e serviços diversos.
Nos últimos 5 anos, o Sr. Roberto Carmelo de Oliveira não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.
O Sr. Roberto Carmelo de Oliveira declarou não ser pessoa politicamente exposta, n nos termos do artigo 3º-B da Instrução CVM 301.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Eduardo Khair Chalita - 600.137.107-53	
N/A	
Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99	
N/A	
Roberto Carmelo de Oliveira - 399.935.827-00	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2° grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas ou controladores.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/01/2018

Administrador do Emissor

Pedro Henrique Chermont de Miranda	023.120.657-70	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações	15.189.579/0001-50
Prestador de serviço	

Observação

O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Administrador do Emissor

Bruno de Mello Pereira	054.224.087-48	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do conselho de administração			

Pessoa Relacionada

Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações	15.189.579/0001-50
Prestador de serviço	

Observação

O Sr. Bruno de Mello Pereira é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Exercício Social 31/01/2017

Administrador do Emissor

Pedro Henrique Chermont de Miranda	023.120.657-70	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações	15.189.579/0001-50
Prestação de Serviço	

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
O Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia			
Administrador do Emissor			
Bruno de Mello Pereira	054.224.087-48	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações	15.189.579/0001-50		
Prestação de Serviço			
Observação			
O Sr. Bruno de Mello Pereira é sócio de sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém apólice de Seguros de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O) com cobertura, contratada com a Tokio Marine Seguradora S.A. (CNPJ n° 33.164.021.0001-00), mediante o pagamento de prêmio líquido no valor de R$13.200,00 (treze mil e duzentos reais), pagos em 4 (quatro) parcelas sem juros acrescidos de IOF, e tendo o limite total de indenização correspondente a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais). A vigência do referido seguro é das 24 horas do dia 30/11/2019 até às 24h do dia 30/11/2020, sendo renovável anualmente, sem franquia e com âmbito de cobertura no território mundial, jurisdição brasileira.

Este seguro se estende aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal ("Segurados"). O objetivo deste contrato de seguro é o pagamento das perdas devidas pelo Segurados, pelos fatos e/ou reclamações decorrentes de atos de gestão. A extensão de cobertura da referida apólice abrange, dentre outras hipóteses, custos emergenciais, danos morais, práticas trabalhistas indevidas, indisponibilidade de bens e direitos, confisco de bens, restrição de liberdade, extradição e deportação e bloqueio de conta corrente (Penhora On-Line), questões tributárias ou fiscais, descumprimento de normas definidas por órgãos reguladores; demandas movidas por acionistas, principalmente minoritários, que se sentem prejudicados em decisões dos gestores em relação a políticas comerciais, distribuição de dividendos, operações de financiamentos, perdas no mercado de derivativos, entre outras inúmeras causas; demandas causadas por clientes, fornecedores, terceirizadas, por disputas comerciais e cobrança de dívidas da Companhia que tenha envolvimento do gestor.

As coberturas e franquias seguem abaixo:

- Coberturas:
- Cobertura I – Atos danosos do segurado
- Cobertura II – Reembolso ao Tomador
- Cobertura III – Reclamações no Âmbito do Mercado de Capitais

- Franquias:
- Coberturas I e II: Zero.
- Cobertura III: R$ 30.000,00.

A Companhia mantém apólice de Seguros de Responsabilidade Civil para Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários (Seguro POSI) com cobertura, contratada com a Chubb Seguros Brasil S.A. (CNPJ n° 03.502.099/0001-18), mediante o pagamento de prêmio líquido no valor de R$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), pagos em 4 (quatro) parcelas sem juros acrescidos de IOF, e tendo o limite total de indenização correspondente a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). A vigência do referido seguro é das 24 horas do dia 06/03/2020 até às 24h do dia 06/03/2021, com prazo complementar de 48 meses com âmbito de cobertura no território mundial, jurisdição brasileira.

O objeto deste seguro é o pagamento e/ou reembolso, a título de Indenização securitária, das Perdas Indenizáveis devidas diretamente pelo Segurado, ou pelo Tomador, sua Controlada e/ou Subsidiária quando este antecipar o valor da Indenização a que o Segurado seja obrigado a pagar, desde que decorrentes de um Fato Gerador que origine uma Reclamação coberta pelas garantias contratadas e especificadas nas Condições Especiais desta Apólice, observadas as exclusões e limitações aqui expressamente previstas e eventuais extensões de Cobertura Adicional ou Endossos.

As coberturas e franquias seguem abaixo:

- Coberturas:
- Cobertura A – Atos danosos do segurado
- Cobertura B – Reembolso ao Tomador ou a uma subsidiária
- Cobertura C – Reclamações de Mercado de Capitais –exceto EUA e Canadá
- Cobertura D - Reclamações contra o Acionista Vendedor
- Cobertura E - Reclamações contra o Acionista Controlador

- Franquias:

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

- Coberturas A e B: Zero.
- Cobertura C/D e E: R$ 100.000,00.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Abaixo, apresentam-se, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 3 (três) anos: (i) data de realização; (ii) casos de instalação em segundo convocação; e (iii) o quórum exato de instalação de cada Assembleia Geral.

Evento	Data de Realização	Quórum de Instalação	stalação em Segunda Convocação
Assembleia Geral Extraordinária	12/12/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	29/11/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	03/05/2019	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	17/04/2019	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	06/10/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	20/09/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	11/08/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18/07/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18/07/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	11/05/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	24/04/2017	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	31/03/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	14/03/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	21/02/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	09/01/2017	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	01/12/2016	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30/06/2016	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	100%	Não

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 – Descrições da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não Estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração das Pessoas-Chave da Companhia, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Remuneração"). Incluem-se dentre as "Pessoas-Chave" da Companhia os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Comitê de Auditoria e dos demais comitês da Companhia (sejam eles estatutários ou não estatutários), bem como cargos estratégicos ocupados por pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle de atividades da Companhia, direta ou indiretamente. Para maiores informações com relação à Oferta e à Migração ao Novo Mercado, vide item 6.3 do Formulário de Referência.

A Política de Remuneração tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração a ser auferida pelas Pessoas-Chave (conforme definição acima mencionada), de forma a (i) alinhar os interesses das Pessoas-Chave e os objetivos da Companhia; (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar as Pessoas-Chave na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iv) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos às Pessoas-Chave.

A Política de Remuneração poderá ser consultada no site na Companhia: www.priner.com.br.

Nos termos do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a sua alocação entre os seus próprios membros e os membros da Diretoria.

a. composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Abaixo, encontram-se descritos os elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração, de acordo com a Política de Remuneração.

Conselho de Administração

Elemento da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração fixa anual	A remuneração dos conselheiros da Companhia é composta apenas de remuneração fixa, cabendo ao Conselho de Administração sua alocação entre os seus próprios membros, que é balizada nas práticas de mercado e visa reconhecer o valor dos conselheiros interna e externamente. Nos últimos 3 exercícios sociais todos os membros do Conselho de Administração renunciaram às suas remunerações por se tratarem de membros do controlador da Companhia, ou de partes relacionadas a membros do controlador da Companhia.
Remuneração variável	Não aplicável ao Conselho de Administração, na data desta proposta.
Benefícios pós-emprego	Não aplicável ao Conselho de Administração, na data desta proposta.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios motivados pela cessação do exercício do Cargo	Não aplicável ao Conselho de Administração, na data desta proposta.
Remuneração baseada em ações	Não aplicável ao Conselho de Administração, na data desta proposta. Excepciona-se o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira, a quem houve a concessão de remuneração baseada em ações, na forma de opções de compra de ações de emissão da Companhia, à época em que ocupava o cargo de diretor da Companhia*. Os planos de opção da Companhia visam à atração e retenção de profissionais que agreguem valor para os resultados da Companhia. Para mais informações sobre referidos planos, vide item 13.4 desta proposta.

*Conforme o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2014.

Diretoria Estatutária

Elemento da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração fixa anual	Os diretores estatutários receberão um pró-labore mensal fixo. Os diretores estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: plano de saúde e seguro de vida. A remuneração fixa dos diretores estatutários tem o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral, conforme definido pelo Conselho de Administração. O pró-labore leva em consideração o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do executivo, bem como o seu valor no mercado de trabalho, considerando dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais realizadas pela Companhia.
Remuneração variável	Os diretores estatutários receberão valores a título de participação nos lucros e resultados da Companhia ("PLR"), Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR. A participação nos resultados tem como principal objetivo reconhecer a participação da Diretora no desempenho da Companhia em um determinado exercício social. O valor dessa participação em resultados da Diretoria é igual a todos os diretores, de modo a refletir a crença de que o gerador de resultados é o esforço coordenado entre todos para a consecução da geração de valor da Companhia. Os diretores estatutários farão jus ainda a bônus, concedido com base no alcance de metas, como gratificação pela boa gestão da Companhia. Não necessariamente está atrelado ao resultado da Companhia. Os diretores estatutários não fazem jus a remuneração por participação em reuniões e comissões.
Benefícios pós-Emprego	Não aplicável à Diretoria Estatutária, na data desta proposta.
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Com exceção do Diretor Presidente, os diretores estatutários celebraram contratos de trabalho junto à Companhia, cuja vigência compreende o período de mandato do respectivo diretor estatutário. Nos termos de referidos contratos de trabalho, em caso de destituição do cargo de diretor estatutário, os respectivos diretores farão jus aos salários vincendos até a data originalmente prevista de término do respectivo mandato.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração baseada em ações	Os diretores estatutários fazem jus a remuneração baseada em ações, na forma de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia. Os planos de opção da Companhia visam à atração e retenção de profissionais que agreguem valor para os resultados da Companhia. Para mais informações sobre referidos planos, vide item 13.4 deste documento.

Diretoria Não Estatutária

O diretor comercial não estatutário da Companhia (Sr. Adyval Sodré Filho) goza da mesma remuneração e dos mesmos benefícios descritos para os diretores estatutários, acima.

Conselho Fiscal

Na data desta proposta, a Companhia não dispõe de Conselho Fiscal instalado.

Comitês

O Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia foi instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019. Na data desta proposta, a Companhia não dispunha de outros comitês, estatutários ou não-estatutários, instalados.

Elemento da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração fixa anual	Os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a remuneração fixa a ser estabelecida pelo Conselho de Administração. A remuneração fixa dos membros do Comitê de Auditoria tem o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral, conforme definido pelo Conselho de Administração.
Remuneração variável	Não aplicável ao Comitê de Auditoria.
Benefícios pós-Emprego	Não aplicável ao Comitê de Auditoria.
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não aplicável ao Comitê de Auditoria.
Remuneração baseada em ações	Não aplicável ao Comitê de Auditoria.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As proporções de cada elemento na remuneração total, em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017foram, podem ser verificadas nas tabelas abaixo. Estas fazem referência apenas à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, estatutária e não estautária, visto que o Comitê de Auditoria ainda não se encontrava instalado nos últimos três exercícios sociais, tampouco a Companhia dispunha de outros comitês ou de um Conselho Fiscal instalados.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
Elemento da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**[2]	**Diretoria Não Estatutária**
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou pró-labore	-	69%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	4%	-
Participação em Comitês	-		-
Outros (FGTS)	-	4%	-
Remuneração Variável			
Bônus	-	22%	-
Participação nos Resultados			-

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Participações em Reuniões			-
Comissões			-
Outros			-
Benefícios Pós-Emprego			-
Benefícios motivados pela Cessação do Exercício do Cargo			-
Remuneração Baseada em Ações (Outorga de Opções)			-
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
Elemento da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou pró-labore	-	75%	73%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	5%	1%
Participação em Comitês	-	-	-
Outros (FGTS)	-	4%	7%
Remuneração Variável			
Bônus	-	16%[1]	19%
Participação nos Resultados	-	-	-
Participações em Reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações (Outorga de Opções)	-	-	-
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

[1] Os diretores fizeram jus ao pagamento de bônus, em razão da qualidade da gestão da Companhia no exercício de 2018. Vide item 10.1.h deste documento, com apresentação de análise sobre as principais contas das demonstrações de resultados da Companhia.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017			
Elemento da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária[2]**	**Diretoria Não Estatutária**
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou pró-labore	-	62%	-
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	3%	-
Participação em Comitês	-	-	-
Outros (FGTS)	-	4%	-
Remuneração Variável			
Bônus	-	12%[3]	-
Participação nos Resultados	-	-	-
Participações em Reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Baseada em Ações (Outorga de Opções)	100%[1]	19%	-
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

[1] Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração baseada em ações, exceto pelo conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira. Este benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opção de Ações da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia.
[2] O Sr. Adyval Sodré assumiu o cargo de diretor não estatutário em 15 de dezembro de 2017. Até tal data, ocupava o cargo de diretor estatutário e, portanto, foi considerado no quadro acima.
[3] Os diretores fizeram jus ao pagamento de bônus, em razão da qualidade da gestão da Companhia no exercício de 2017. Vide item 10.1.h deste documento, com apresentação de análise sobre as principais contas das demonstrações de resultados da Companhia.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

A remuneração dos conselheiros da Companhia é composta apenas de remuneração fixa, cabendo ao Conselho de Administração sua alocação entre os seus próprios membros, que é balizada nas práticas de mercado e visa reconhecer o valor dos conselheiros interna e externamente. A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgada à época em que era diretor da Companhia. Para maiores informações verificar os itens 13.2 e 13.5 do documento.

Diretoria Estatutária

A parcela fixa da remuneração dos diretores estatutários é determinada de acordo com os padrões de mercado para o segmento de manutenção industrial (considerando dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais realizadas pela Companhia), sendo reajustada anualmente em função do dissídio mandatório e/ou a título de mérito. São considerados, ainda, o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do executivo.

O programa de remuneração variável é baseado em três indicadores financeiros: EBITDA, EVA e geração de caixa operacional. Caso sejam atingidas as metas planejadas para esses indicadores, um percentual de até 30% do EVA será distribuído a todos os funcionários a título de participação nos resultados (PLR). Além disso, para uma equipe de executivos chave ao crescimento da companhia, poderá ser distribuído até 20% do EBITDA que exceder as metas anuais, e desde que todos os indicadores tenham sido superados. O valor será definido de forma individual segundo planilhas que monitoram o atingimento das metas definidas para sua respectiva unidade de negócio/área e acordadas no final do ano fiscal anterior ao exercício. Temos também como remuneração variável, a distribuição de PLR estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho, o qual são regidas através da representatividade dos sindicatos das categorias e sindicato patronal.

Com relação aos planos de outorgas de opções de compra, conforme descritos no item 13.4 deste documento, assegurados aos diretores estatutários, a quantidade de opções outorgadas é definida com base no valor justo das opções concedidas que é calculado mediante as seguintes metodologias:

(I) Primeiro Plano de Opções: Black, Scholes & Merton – BSM e Binomial. Estas duas metodologias consideram as seguintes premissas: (i) taxa livre de risco, (ii) preço de exercício (Opção de Compra no montante de R$ 0,516 por ação e a Opção de Venda correspondente a 5,2 vezes o EBITDA do ano anterior, reduzido da dívida líquida e dividido pelo número total de ações da Companhia); (iii) vida da opção de venda; (iv) volatilidade; (v) preço da ação da data base; (vi) taxa de dividendos; (vii) preço por ação; (viii) quantidade de opções; e (ix) restrição à venda das ações.

O montante apurado para o ano de 2016 foi de R$ 181.259,00. Para os anos de 2017, 2018 e 2019 não houve apuração.

O valor justo de opções é determinado pela metodologia BSM e posteriormente os resultados são confrontados com os resultados obtidos com a aplicação do método binominal.

(iv) Segundo Plano de Opções: Black, Scholes & Merton – BSM. Essa metodologia considera

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

as seguintes premissas: (i) taxa livre de risco, (ii) preço de exercício (Opção de Compra no montante de R$ 0,01 por ação e a Opção de Venda correspondente a 5,2 vezes o EBITDA do ano anterior, reduzido da dívida líquida e dividido pelo número total de ações da Companhia); (iii) vida da opção; (iv) volatilidade; (v) preço da ação da data base; (vi) taxa de dividendos; (vii) preço por ação; (viii) quantidade de opções; e (ix) restrição à venda das ações.

O montante apurado para o ano de 2016 foi de R$ 783.832,90. Para o ano de 2017, o montante apurado foi de R$ 661.852,11. Para o ano de 2018 e 2019 não houve apuração.

(II) Terceiro Plano de Opções: Black, Scholes & Merton – BSM. Essa metodologia considera as seguintes premissas: (i) taxa livre de risco, (ii) preço de exercício (Opção de Compra no montante de R$ 1,028 (corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE a partir de 1º de janeiro de 2017) por ação e a Opção de Venda correspondente a 5,2 vezes o EBITDA do ano anterior, reduzido da dívida líquida e dividido pelo número total de ações da Companhia); (iii) vida da opção; (iv) volatilidade; (v) preço da ação da data base; (vi) taxa de dividendos; (vii) preço por ação; (viii) quantidade de opções; e (ix) restrição a venda das ações.

O montante apurado para o ano de 2017 foi de R$ 81.221,98. Para o ano de 2018 e 2019 não houve apuração.

As opções outorgadas no Primeiro e Terceiro Planos de Opções não foram exercidas até 31.12.2019. Em seu melhor entendimento, a Administração está avaliando a substituição dos referidos planos por novos, com características substanciais similares aos atuais.

Diretoria Não Estatutária

A mesma metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração aplicados à Diretoria Estatutária aplica-se à remuneração do diretor não estatutário da Companhia.

Conselho Fiscal

Na data desta proposta, a Companhia não dispõe de Conselho Fiscal instalado. A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal, caso este seja instalado, consistirá no pagamento de parcela fixa mensal (honorários), tendo como referência o valor de 10% da remuneração que, em média, seja atribuída aos diretores estatutários, conforme artigo 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitês

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por determinar a remuneração fixa mensal a que fazem jus os membros do Comitê de Auditoria da Companhia.

Na data deste proposta, a Companhia não dispunha de outros comitês, estatutários ou não-estatutários, instalados.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria da gestão e à permanência dos executivos da Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo da Companhia.

A Companhia baseia-se no princípio da meritocracia, de modo que cada colaborador é recompensado na medida dos seus resultados, em conformidade ainda com as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional. Os desempenhos diferenciados serão recompensados observado os critérios de remuneração variável.

A existência da prática de remuneração variável e de remuneração baseada em ações permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com os seus principais executivos, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros, que viabilizem a perpetuidade da Companhia, bem como a criação de valor a seus acionistas.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Determinados membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria podem vir a não ser remunerados para exercerem os referidos cargos, conforme definido pelo Conselho de Administração, na medida em que referidos membros participem da sociedade que atua como gestora de carteira do Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista controlador da Companhia.

A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgada à época em que era diretor da Companhia.

b. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia emprega indicadores de desempenho na determinação da remuneração variável da Companhia. Os principais indicadores financeiros de desempenho utilizados para a determinação da parcela variável da remuneração dos administradores são o EBITDA e o Fluxo de Caixa. A parcela variável da remuneração dos administradores é determinada a partir do atingimento dos indicadores financeiros na Companhia e/ou das metas na unidade de negócio/área sob sua responsabilidade.

Com relação às parcelas fixas de remuneração, são levados em consideração dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais realizadas pela Companhia. No mais, considera-se o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do profissional.

c. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é composta de uma parcela variável relevante, representada pela participação nos resultados da Companhia, e os valores a serem distribuídos são diretamente proporcionais aos indicadores financeiros e metas de área, apurados anualmente, conforme metodologia descrita no item (c) acima.

d. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A política de remuneração da Companhia se baseia no desempenho e sustentabilidade financeira da Companhia, bem como na promoção da retenção e motivação dos administradores da Companhia, tanto no curto quanto no médio e longo prazo. Dessa forma, a política de remuneração da Companhia é estruturada de forma a alinhar os interesses de seus colaboradores aos dos seus acionistas. Além da remuneração fixa concedida aos administradores, a Companhia concede a seus administradores remuneração variável de forma a criar mecanismos de retenção e motivação de tais administradores em consonância com o seu desempenho.

Nesse sentido, a prática de remuneração aplicada alinha os interesses dos administradores aos da Companhia e de seus acionistas, na medida em que uma parcela de remuneração dos diretores estatutários, dentre outros, depende do alcance de metas e/ou obtenção de resultados pela Companhia.

e. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade dos membros da administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

f. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Nos termos dos contratos de outorgas de opções, celebrados com os administradores e certos empregados da Companhia, no âmbito do Primeiro e do Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações, referidos no item 13.4 deste documento, o exercício das opções pelos beneficiários

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

será antecipado caso se verifique a ocorrência de algum dos seguintes eventos de liquidez: (i) caso a Companhia realize uma oferta inicial de ações correspondente a, pelo menos, 25% de seu capital social; ou (ii) caso haja a transferência do controle, direto ou indireto, da Companhia a um terceiro. Para maiores informações, vide item 13.4 deste documento.

As opções outorgadas no Primeiro e Terceiro Planos de Opções não foram exercidas até 31.12.2019. Em seu melhor entendimento, a Administração está avaliando a substituição dos referidos planos por novos, com características substanciais similares aos atuais.

g. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos termos do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a sua alocação entre os seus próprios membros e os membros da Diretoria, sendo que a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração ou da Diretoria será definido de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos na Política de Remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual leva em consideração o nível de responsabilidade do cargo, a experiência e qualificação individual requeridas para o cargo ou função; e os valores médios adotados por sociedades que atuem no mesmo setor que a Companhia.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Nos termos do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração a alocação da remuneração global e anual dos membros da administração fixada pela Assembleia Geral, entre os membros do Conselho de Administração e os diretores da Companhia. Deste modo, durante a deliberação anual sobre a remuneração global e anual, a política de remuneração é revista e reavaliada para adequação aos interesses da Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	78.000,00	2.172.617,50		2.250.617,50
Benefícios direto e indireto	0,00	136.005,55		136.005,55
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	100.689,40		100.689,40
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	300.000,00		300.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício- Circular CVM/SEP/Nº02/2020.		
Total da remuneração	78.000,00	2.709.312,45		2.787.312,45

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,16	3,00		6,16
Nº de membros remunerados	0,00	3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.722.617,50		1.722.617,50
Benefícios direto e indireto	0,00	109.922,33		109.922,33
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	101.689,40		101.689,40

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	550.000,00		550.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício- Circular CVM/SEP/Nº02/2020.		
Total da remuneração	0,00	2.484.229,23		2.484.229,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/01/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.735.192,14	0,00	1.735.192,14
Benefícios direto e indireto	0,00	106.055,58	0,00	106.055,58
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	101.398,32	0,00	101.398,32
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	366.286,86	0,00	366.286,86
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência.	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência.	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência.	
Total da remuneração	0,00	2.308.932,90	0,00	2.308.932,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/01/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,90	0,00	6,90
Nº de membros remunerados	0,00	3,90	0,00	3,90
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.259.269,63	0,00	2.259.269,63
Benefícios direto e indireto	0,00	117.958,53	0,00	117.958,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	157.028,44	0,00	157.028,44
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	447.585,86	0,00	447.585,86
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	703.816,84	0,00	703.816,84

Observação	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência.	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência.	O número de membros total e de membros remunerados foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, vide seção 13.16 deste Formulário de Referência.	
Total da remuneração	0,00	3.685.659,30	0,00	3.685.659,30

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	200.000,00	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	300.000,00	-	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	300.000,00	-	
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019[1]				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	3,16	3	-	6,16
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R$ 550.000,00	-	R$ 550.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R$1.086.382,00	-	R$1.086.382,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R$1.086.382,00	-	R$1.086.382,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

[1] O pagamento de bônus pela Companhia a seus Diretores é determinado com base em seu orçamento anual, portanto é sujeita a confirmação dos indicadores de EVA e de disponibilidade de caixa. Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não cumpriu as metas de EVA de forma a possibilitar a distribuição da bonificação máxima aos seus Diretores.

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018[2]				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	3	3	-	6
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R$1.150.118,00	-	R$1.150.118,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	R$1.150.118,00	-	R$1.150.118,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social	-	R$366.286,86	-	R$366.286,86
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

[2] O pagamento de bônus pela Companhia a seus Diretores é determinado com base em seu orçamento anual, portanto é sujeita a confirmação dos indicadores de EVA e de disponibilidade de caixa. Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não cumpriu as metas de EVA de forma a possibilitar a distribuição da bonificação máxima aos seus Diretores.

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017[3]				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	3	3,9	-	6,9
Nº de membros remunerados	0	3,9	-	3,9
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R$558.730,00	-	R$558.730,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	R$558.730,00	-	R$558.730,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado no exercício social	-	R$447.585,86	-	R$447.585,86
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

[3] O pagamento de bônus pela Companhia a seus Diretores é determinado com base em seu orçamento anual, portanto é sujeita a confirmação dos indicadores de EVA e de disponibilidade de caixa. Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017 a Companhia não cumpriu as metas de EVA de forma a possibilitar a distribuição da bonificação máxima aos seus Diretores.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

I. Primeiro, Segundo e Terceiro Plano de Opções

a. termos e condições gerais

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2014, foi aprovado o primeiro plano de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, com prazo de exercício até 31 de dezembro de 2015, outorgado aos administradores e determinados empregados da Companhia, conforme aditado em 2 de dezembro de 2014 e 15 de dezembro de 2017 ("Primeiro Plano de Opções"), tendo sido outorgadas 4.622.278 opções, das quais 2.560.743 foram outorgadas para os administradores.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovado o segundo plano de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia outorgado aos administradores da Companhia, com prazo de exercício até 31 de dezembro de 2017 ("Segundo Plano de Opções"), em que foram outorgadas 1.262.607 opções, tendo sido todas exercidas integralmente até 30 de setembro de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado o terceiro plano de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia outorgado aos administradores e determinados empregados da Companhia ("Terceiro Plano de Opções" e, em conjunto com o Segundo Plano de Opções e o Primeiro Plano de Opções, referidos como "Planos de Opção""), em que foram outorgadas 176.847 opções a determinados diretores estatutários da Companhia, com prazo de exercício até 31 de dezembro de 2019.

As outorgas de opções aos beneficiários dos Planos de Opções foram realizadas por meio da celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os respectivos beneficiários ("Contrato de Outorga"), os quais fixam os termos e as condições das respectivas opções outorgadas, observadas as quantidades limite de opções a serem outorgadas, conforme determinadas em Assembleia Geral.

As opções outorgadas no Primeiro e Terceiro Planos de Opções não foram exercidas até 31.12.2019. Por essa razão, a Administração optou pela substituição dos referidos planos, mediante a aprovação de um novo plano, com características substanciais similares aos antigos. Contudo, como permaneceram em vigor durante o exercício encerrado em 31.12.2019, a Companhia presta as informações abaixo sobre os Planos de Opção.

b. principais objetivos dos planos

Os Planos de Opções têm por objetivo estabelecer regras para administradores e certos empregados da Companhia possam adquirir ações de emissão da Companhia, visando, com isso, (i) reforçar os níveis de atração, motivação e retenção de talentos, (ii) alinhar interesses dos executivos e empregados aos dos acionistas da Companhia, na geração de resultados e criação sustentável de valor, e (iii) reforçar a orientação de longo prazo das decisões tomadas pelos executivos. A meta dos referidos Planos consiste em criar incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opção de compra de ações, que consiste na concessão de um direito e não em uma obrigação, de comprar ações da companhia a preços e prazos pré-estabelecido.

c. forma como os planos contribuem para esses objetivos

Os Planos de Opções alinham os interesses dos acionistas e dos administradores da Companhia, na medida em que garantem que apenas haja ganhos para os executivos quando também houver ganhos para a Companhia, promovendo, nesse sentido, o compartilhamento dos riscos e resultados da Companhia, e desta forma estimulando o beneficiário a buscar o crescimento daCompanhia.

Adicionalmente, os Planos de Opções, possibilitam que os administradores e certos empregados

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

da companhia se tornem acionistas da Companhia, e, dessa forma, criam fortes incentivos para que se comprometam efetivamente com a criação de valor da Companhia e para tal, exerçam suas funções de maneira a (i) integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais da Companhia e planos de crescimento, (ii) maximizar os lucros da Companhia, bem como (iii) gerar uma relação de longo prazo destes profissionais conosco.

d. como os planos se inserem na política de remuneração da Companhia

Os Planos de Opções em vigor no exercício social de 2019, se inserem na política de remuneração da Companhia ao focar a remuneração dos administradores e outros colaboradores em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. Dessa forma, parte da remuneração total atribuída aos executivos da Companhia, se concentra nos incentivos que visam compartilhar com os mesmos os riscos e resultados da Companhia.

e. como os planos alinham os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos de Opções alinham os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os administradores e certos empregados da companhia se tornem acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos beneficiários ao longo do tempo incluem o prazo de carência durante os quais as opções não podem ser exercidas.

f. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas corresponde ao número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano de Opções, considerando o limite abaixo descrito no item "g" abaixo.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções que foram outorgadas aos diretores estatutários da Companhia corresponde a 3.464.012 opções, sendo 2.024.558 opções no âmbito do Primeiro Plano de Opções, 1.262.607 opções no âmbito do Segundo Plano de Opções e 176.847 opções no âmbito do Terceiro Plano de Opções. Nesse número não estão incluídas as opções do diretor não estatutário Adyval Sodré Filho, que em 15 de dezembro de 2017 renunciou ao cargo de diretor estatutário da Companhia.

Até a presente data foram exercidas 1.262.607 opções, referentes ao Segundo Plano. As opções outorgadas no Primeiro e Terceiro Planos de Opções não foram exercidas até 31.12.2019.

h. condições de aquisição de ações

As opções outorgadas no Primeiro e Terceiro Planos de Opções não foram exercidas até 31.12.2019.

Contudo, como permaneceram em vigor durante o exercício encerrado em 31.12.2019, a Companhia presta as informações abaixo sobre os Planos de Opção.

I. Primeiro Plano de Opções

Para exercício de opção por parte do beneficiário, este deveria manifestar formalmente o exercício total ou parcial das opções à Companhia através de uma notificação de exercício.

Os beneficiários adquiririam o direito de exercer as opções, total ou parcialmente, nos seguintes eventos:

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(i) durante os Períodos de Referência, conforme indicados abaixo, se forem empregados e/ou administradores da Companhia:

Período de Referencia	Ações Ordinárias que poderão ser adquiridas
De 01 a 31 de maio de 2018	Até 100%
De 01 a 31 de dezembro de 2019	Até 100%

Exercício Parcial Mínimo: a cada Período de Referência, o beneficiário deveria realizar o exercício de opções que lhe custem, no mínimo, o valor correspondente a 1/3 (um terço) do valor líquido do último bônus recebido pelo beneficiário. O não exercício parcial mínimo implicaria a extinção da opção relativamente àquela quantidade de ações ordinárias equivalentes a 1/3 (um terço), a que o beneficiário faria jus. Excepcionalmente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, o não exercício parcial mínimo, poderia não implicar a extinção da referida opção. Esta exceção só poderia ser concedida uma única vez ao beneficiário durante a vigência do Contrato de Outorga.

O Conselho de Administração deliberou que o não exercício parcial mínimo pelos outorgados até o dia 31 de maio de 2016 não implicaria a extinção da referida opção, que poderia ser exercida nos períodos de referência seguintes.

Em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a alteração do Período de Referência do Primeiro Plano de Opções.

(ii) em caso de aposentadoria do beneficiário, independente da época em que ele tenha se aposentado;

(iii) a qualquer momento a partir da data de assinatura do Contrato de Outorga, até 31 de dezembro de 2019, na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, caso em que o exercício será realizado por seus herdeiros;

(iv) na hipótese de desligamento sem justa causa, sendo que caso ocorrido antes de 1º de maio de 2016, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, a qual somente poderá ser exercida após 1º de maio de 2016 e relativamente a uma quantidade menor de ações do que aquela prevista no Contrato de Outorga. O cálculo dessa nova quantidade será o resultado da fórmula prevista em cada Contrato de Outorga;

(v) na hipótese de desligamento sem justa causa após 1º de maio de 2016, os beneficiários farão jus ao exercício da opção, em até 90 dias contados do seu desligamento sem justa causa, relativamente à totalidade das opções outorgadas;

(vi) na hipótese de desligamento voluntário ter ocorrido após 1º de maio de 2016, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, em até 30 dias contados do seu desligamento voluntário, relativamente à totalidade das opções outorgadas; e

(vii) na ocorrência de um evento de liquidez: (a) caso a Companhia realize uma oferta inicial de ações
correspondente a, pelo menos, 25% de seu capital social; ou (b) caso haja a transferência do controle, direto ou indireto, da Companhia a um terceiro.

As opções somente poderiam ser exercidas caso o beneficiário esteja vinculado à Companhia, na data de exercício, como empregado ou administrador da Companhia. No caso de desligamento voluntário antes de 1º de maio de 2016 ou desligamento por justa causa, os beneficiários não fariam jus ao exercício das opções outorgadas.

Em caso de exercício das opções de compra dos beneficiários, nos termos dos Contratos de Outorga vigentes, a Companhia teria a opção de adquirir de cada beneficiário do Primeiro Plano de Opções as ações de sua titularidade que forem resultantes do exercício da opção, mediante: (i) oferta de recompra voluntária por parte da Companhia, sujeita a disponibilidade de caixa; ou (ii) oferta de recompra obrigatória por parte da Companhia, no período de 1º a 30 de junho de 2020, em caso de não ocorrência de uma oferta pública de ações ou evento de liquidez.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

II. *Segundo Plano de Opções*

Para exercício de opção por parte do beneficiário, este deverá manifestar formalmente o exercício total ou parcial das opções à Companhia através de uma notificação de exercício.

O beneficiário adquirirá o direito de exercer as opções, total ou parcialmente, nos seguintes eventos:

(i) até 50% das opções entre o período de 1º de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. E o saldo remanescente entre o período de 1º de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

(ii) a qualquer momento a partir da data de assinatura do Contrato de Outorga, na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, caso em que o exercício será realizado por seus herdeiros;

(iii) na hipótese de desligamento sem justa causa, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, em até 90 dias contados do seu desligamento sem justa causa, relativamente à totalidade das opções outorgadas; e

(iv) na ocorrência de um evento de liquidez: (a) caso a Companhia realize uma oferta inicial de ações correspondente a, pelo menos, 25% de seu capital social; ou (b) caso haja a transferência do controle, direto ou indireto, da Companhia a um terceiro.

As opções somente poderão ser exercidas caso o beneficiário esteja vinculado à Companhia, na data de exercício. No caso de desligamento voluntário ou desligamento por justa causa, os beneficiários não farão jus ao exercício das opções outorgadas.

Em caso de exercício das opções de compra dos beneficiários, nos termos dos Contratos de Outorga vigentes, a Companhia terá a opção de adquirir de cada beneficiário do Segundo Plano de Opções as ações de sua titularidade que forem resultantes do exercício da opção, mediante: (i) oferta de recompra voluntária por parte da Companhia, sujeita a disponibilidade de caixa; ou (ii) oferta de recompra obrigatória por parte da Companhia, no período de 1º a 30 de junho de 2020, em caso de não ocorrência de um IPO ou evento de liquidez.

A opções do Segundo Plano de Opções foram integralmente exercidas no exercício social de 2019.

III. *Terceiro Plano de Opções*

Para exercício de opção por parte do beneficiário, este deverá manifestar formalmente o exercício total ou parcial das opções à Companhia através de uma notificação de exercício.

O beneficiário adquirirá o direito de exercer as opções, total ou parcialmente, nos seguintes eventos:

(i) até 100% das opções entre o período de 1º de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019;

(ii) a qualquer momento a partir da data de assinatura do Contrato de Outorga, na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, caso em que o exercício será realizado por seus herdeiros;

(iii) na hipótese de desligamento sem justa causa, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, em
até 90 dias contados do seu desligamento sem justa causa, relativamente à totalidade das opções outorgadas;

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(iv) na hipótese de desligamento voluntário, o beneficiário fará jus ao exercício da opção, em até 30 dias contados do seu desligamento voluntário, relativamente à totalidade das opções outorgadas; e

(v) na ocorrência de um evento de liquidez: (a) caso a Companhia realize uma oferta inicial de ações correspondente a, pelo menos, 25% de seu capital social; ou (b) caso haja a transferência do controle, direto ou indireto, da Companhia a um terceiro.

As opções somente poderão ser exercidas caso o beneficiário esteja vinculado à Companhia, na data de exercício. No caso de desligamento por justa causa, os beneficiários não farão jus ao exercício das opções outorgadas.

Em caso de exercício das opções de compra dos beneficiários, nos termos dos Contratos de Outorga vigentes, a Companhia terá a opção de adquirir de cada beneficiário do Terceiro Plano de Opções as ações de sua titularidade que forem resultantes do exercício da opção, mediante (i) oferta de recompra voluntária por parte da Companhia, sujeita a disponibilidade de caixa; ou (ii) oferta de recompra obrigatória por parte da Companhia, no período de 1º a 30 de junho de 2020, em caso de não ocorrência de uma oferta pública de ações ou evento de liquidez.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

I. Primeiro Plano de Opções

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2014 e alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2017, o preço de compra unitário das ações sujeitas a cada opção corresponde a:

(i) caso exercidas até 31 de maio de 2018, será mantido o preço de opção de R$ 0,5160 por ação, sem correção por qualquer índice; e

(ii) caso exercidas após 31 de maio de 2018, o preço de opção corresponderá a R$ 0,5160 por ação, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31 de maio de 2018 e a data do exercício.

II. Segundo Plano de Opções

O preço de compra unitário das ações sujeitas a cada opção corresponde a R$ 0,01, sem correção por qualquer índice, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2016.

III. Terceiro Plano de Opções

O preço de compra unitário das ações sujeitas a cada opção corresponde a R$ 1,028, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2017.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Para informações sobre a fixação do prazo de exercício ver o item "h" acima.

k. forma de liquidação

As opções outorgadas no Primeiro e Terceiro Planos de Opções não foram exercidas até 31.12.2019.

Contudo, como permaneceram em vigor durante o exercício encerrado em 31.12.2019, a Companhia presta as informações abaixo sobre os Planos de Opção.

As opções outorgadas no âmbito dos Planos de Opções da Companhia conferiam aos respectivos titulares o direito de subscrever e/ou adquirir ações representativas do capital da Companhia, contra o pagamento do respectivo preço de emissão ou de aquisição, conforme o caso, em montante correspondente ao preço de exercício de cada opção. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos dos Planos da Companhia, a Companhia poderia, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) alienar e/ou utilizar ações mantidas em tesouraria. As ações resultantes do exercício das opções de compra serão integralizadas e/ou adquiridas por seus respectivos beneficiários à vista, em moeda corrente nacional.

O pagamento do preço de aquisição nos casos de (i) transferência de controle, (ii) direito de Co-Venda, (iii) exercício da recompra voluntária, ou (iv) exercício da opção de compra das ações ordinárias, conforme definidos em cada contrato de outorga poderia ser realizado na forma de liquidação por diferença, observado o seguinte procedimento:

(a) Liquidação por Diferença – Transferência de Controle. Caso: (i) a Companhia envie uma Notificação de Evento de Liquidez por Transferência de Controle, e (ii) no prazo de 30 (trinta) dias, o outorgado exerça a sua opção, e, ainda, (iii) o outorgado aliene as suas ações ordinárias ao potencial adquirente, inclusive por força do exercício do direito de obrigar a venda conjunta, então, o outorgado poderá transferir ao potencial adquirente as suas ações sem que as tenha integralizado ou pago (conforme o caso), devendo receber o saldo entre o preço por ação relativo ao evento de liquidez e o preço de aquisição não integralizado ou pago das suas ações. Caso o Evento de Liquidez, por qualquer motivo, não ocorra em até 120 (cento e vinte) dias da notificação de evento de liquidez: (a) e as novas ações não tenham sido emitidas, o exercício da opção ficará sem efeito, voltando a situação anterior; ou (b) e as novas ações tenham sido emitidas, o outorgado as integralizará/pagará, em até 1 (um) ano da notificação de exercício.

(b) Liquidação por Diferença – Demais Hipóteses. Caso ocorram, antes do pagamento do preço de aquisição e em até 30 (trinta) dias a contar do exercício da opção, as hipóteses de (i) exercício de direito de Co-Venda, (ii) exercício da recompra voluntária ou (iii) exercício da opção de compra das ações ordinárias, o outorgado receberá a diferença entre o preço de aquisição não integralizado/pago e o preço por ação na respectiva operação de compra e venda, conforme aplicável.

l. restrições à transferência das ações

Para o Primeiro, Segundo e Terceiro Plano de Opções:

(i) na ocorrência de um IPO, pelo menos 50% das ações detidas pelo beneficiário (desde que adquiridas no âmbito do Contrato de Outorga) não poderão ser vendidas ou alienadas de qualquer outra forma pelo outorgado, por um prazo de 1 ano (*lock up* period);

(ii) no caso de alienação do controle da Companhia, se o adquirente do controle comprar ações detidas pelo atual controlador da Companhia, que representem o controle, o beneficiário ficará obrigado a vender a totalidade de suas ações para o adquirente do controle, nas mesmas condições de preço e prazo, por ação, previstas nos documentos da transação;

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(iii) em caso de venda parcial, sem transferência de controle, o beneficiário poderá exercer o direito de venda de suas ações na mesma proporção e valor da operação efetuada pelo acionista controlador. Outorgas ainda não convertidas em ações ordinárias serão mantidas pelo outorgado nos prazos, valores e condições previstas no Contrato de Outorga e no respectivo Plano de Opções; e

(iv) uma vez convertida as opções em ações ordinárias, a Companhia terá o direito de preferência para a aquisição dessas ações a qualquer tempo.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção dos planos

A Assembleia Geral da Companhia, conforme aplicável, poderá, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir os Planos de Opções; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; e (iii) prorrogar o prazo final para o exercício das opções vigentes.

Os Planos de Opções também poderão, ainda, ser extintos: (i) após o decurso do prazo de vigência da opção; (ii) quando da oferta pública inicial de ações (IPO); ou (iii) no caso de transferência do controle direto ou indireto da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos nos planos de remuneração baseada em ações

No caso de saída do administrador da Companhia, aplicar-se-ão as disposições mencionadas no item "h" acima.

II. Novo Plano de Opções

a. termos e condições gerais

Atualmente, a Companhia possui em vigor um novo plano de opção de compra de ações destinado à determinados funcionários e membros da administração da Companhia, aprovado na assembleia geral extraordinária ocorrida em 8 de julho de 2020 ("Novo Plano de Opções").

O Novo Plano de Opções definiu que o número de ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, a serem emitidas não poderá superar 863.458 ações, sendo outorgadas para os administradores 456.265 opções, que poderão ser exercidas a partir de 17 de agosto de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

As outorgas de opções aos beneficiários do Novo Plano de Opções serão realizadas por meio da celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os respectivos beneficiários ("Contrato de Outorga"), os quais fixam os termos e as condições das respectivas opções outorgadas, observadas as quantidades limite de opções a serem outorgadas, conforme determinadas em Assembleia Geral.

b. **principais objetivos do plano**

O objetivo do Novo Plano de Ações é o de integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade dos empregados, administradores e prestadores de serviço da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas se tornarem acionistas da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o desenvolvimento de novas estratégias e diretrizes gerais

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

e/ou específicas, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos resultados da Companhia; (b) possibilitar à Companhia reter os serviços de seus empregados, administradores, prestadores de serviços; (c) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos empregados, administradores e prestadores de serviço da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas; e (d) incentivar a contratação, admissão ou eleição de profissionais de mercado e altamente capacitados no setor de atuação da Companhia.

c. a forma como o plano contribui para esses objetivos

O Novo Plano de Ações possibilita que os administradores e empregados em posição de comando se tornem acionistas da Companhia, respeitadas regras pré-estabelecidas de preço e prazo. Este Plano faz parte da estratégia de incentivos de longo prazo da Companhia, visando à geração de resultados consistentes ao longo dos anos. Existe o estímulo aos elegíveis permanecerem na Companhia objetivando ganhos futuros, em função da valorização da ação no mercado, decorrentes dos resultados alcançados no futuro.

d. como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O Novo Plano de Ações integra o mecanismo de remuneração variável de longo prazo da Companhia, fortemente baseado em incentivar o comprometimento dos empregados, administradores, prestadores de serviço e demais colaboradores da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas com o desempenho da Companhia no longo prazo. O Novo Plano de Ações insere-se na política de concentração de incentivos dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia.

e. como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Novo Plano de Ações cria o comprometimento do executivo com a valorização das ações da Companhia e equilíbrio do curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número máximo de ações que estarão sujeitas ao Novo Plano de Ações não poderá exceder 863.458 (oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal da Companhia durante todo o prazo de vigência do Plano.

g. número máximo de opções a serem abrangidas pelo plano

Idem item “f” acima.

h. condições de aquisição

Para exercício de opção por parte do beneficiário, este deverá manifestar formalmente o exercício total ou parcial das opções à Companhia através de uma notificação de exercício, que poderá ser exercido entre o período de 17 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2021.

A aquisição, ainda, ocorrerá nas seguintes situações:

(i) desligamento voluntário. Na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do beneficiário por iniciativa do beneficiário ou, ainda, de aposentadoria do beneficiário, quando serão observadas as seguintes disposições:

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido caducarão, automaticamente, sem indenização;
b) as opções poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias a contar do evento que originar o término do contrato de trabalho ou mandato ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 30 (trinta) dias;
c) o período de carência permanecerá em vigor.

(ii) *desligamento involuntário sem justa causa*. Na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do beneficiário por iniciativa da Companhia sem justa causa, quando serão observadas as seguintes disposições:

a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido terão tais prazos antecipados para que possam ser exercidas nos prazos estabelecidos no item (b) abaixo, desde que o Outorgado observe as restrições regulamentares de alienação das Ações;
b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de 90 (noventa) dias a contar do evento que originar o término do contrato de trabalho ou mandato, ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 90 (noventa) dias;
c) o período de restrição para a alienação de ações permanecerá em vigor.

(iii) *desligamento involuntário com justa causa*. No caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do Outorgado por justa causa, caducarão, automaticamente, sem indenização, todas opções não exercidas, tendo ou não decorrido os prazos de carência, ou seja, mesmo as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido não poderão ser exercidas.

(iv) *falecimento ou invalidez permanente*. Se o beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia como empregado ou administrador, os direitos decorrentes da opção estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores e as opções poderão ser exercidas observada a seguintes disposições:

a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido terão tais prazos antecipados para que possam ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do Outorgado nos prazos estabelecidos no item (b) abaixo, desde que os herdeiros ou sucessores do Outorgado observem as restrições regulamentares de alienação das Ações;
b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de 90 (noventa) dias a contar do evento que originar o término do contrato de trabalho ou mandato, ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 90 (noventa) dias;
c) o período de restrição para a alienação de ações permanecerá em vigor.

i. critérios de fixação de preço

O preço de compra unitário das ações sujeitas a cada opção corresponde a R$ 3,096, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31 de maio de 2018 e a data do exercício, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 9 de julho de 2020.

j. critérios de fixação de prazo

Tendo em vista a restrição à transferência de ações estipulada por ocasião da oferta pública inicial realizada pela Companhia em 2020 (IPO), a Companhia optou por estabelecer um período de carência de 180 (cento e oitenta) dias para o exercício das Opções, de forma que as Opções poderão ser exercidas de 17 de agosto de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

k. forma de liquidação

As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia. Uma vez exercida as opções pelos beneficiários, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento de capital da Companhia. Também poderão ser oferecidas ações existentes em tesouraria, observado o disposto na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

l. restrições à transferência das ações

Não aplicável.

m. **critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção dos planos**

Suspensão: O conselho de administração ou o comitê (conforme o caso), poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.
Alteração: O conselho de administração ou comitê, conforme o caso, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano, desde que não altere os seus respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo pelo conselho de administração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos nos planos de remuneração baseada em ações

No caso de saída do administrador da Companhia, aplicar-se-ão as disposições mencionadas no item "h" acima.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 – Remuneração baseada em ações reconhecidas no resultado nos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

I- Novo Plano de Opções

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2020 o Novo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, com especificações e características similares ao Primeiro e Terceiro Planos de Opções de Compra atualmente expirados.

O Novo Plano de Opções foi outorgado no exercício social de 2020 e, portanto, não se aplica para os exercícios encerrados em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)

	Conselho de Administração(4)	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	3
Nº de membros remunerados (1)	1	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social(2)	3,096	3,096
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,2%	1,0%
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	09/12/2020	09/12/2020
Quantidade de opções outorgadas	89.364	366.901
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	17/08/2020	17/08/2020
Prazo máximo para o exercício das opções	31/12/2021	31/12/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga(2)	3,096	3,096

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº02/2020.

(2) R$ 3,096 (três reais e noventa e seis milésimos de real), corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31 de maio de 2018 e a data do exercício.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

II- Primeiro Plano de Opções

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)

As opções outorgadas no Primeiro e Terceiro Planos de Opções não foram exercidas até 31/12/2019, portanto os planos encontram-se expirados.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração(4)	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	3,16	3
Nº de membros remunerados (1)	1	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	0,5160	0,5160
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social (3)	0,5160	0,5160
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,51%	1,93%
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	01/12/2014	01/12/2014
Quantidade de opções outorgadas	536.185	2.024.558
Prazo para que as opções se tornem exercíveis (2)	01/12/2019 até 31/12/2019	01/12/2019 até 31/12/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	01/12/2019 até 31/12/2019	01/12/2019 até 31/12/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	0,17	0,17

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº02/2020.
(2) As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.
(3) Em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a alteração do período para exercício das opções pelo Conselho de Administração da Companhia.
(4) O conselheiro Roberto Carmelo é o único conselheiro que faz jus a remuneração por ações. Esse benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração[4]	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3
Nº de membros remunerados [1]	1	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	0,5160	0,5160
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social [3]	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,51%	1,93%
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	01/12/2014	01/12/2014
Quantidade de opções outorgadas	536.185	2.024.558
Prazo para que as opções se tornem exercíveis [2]	01/05/2018 até 31/05/2018; 01/12/2019 até 31/12/2019	01/05/2018 até 31/05/2018; 01/12/2019 até 31/12/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	01/05/2018 até 31/05/2018; 01/12/2019 até 31/12/2019	01/05/2018 até 31/05/2018; 01/12/2019 até 31/12/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	0,17	0,17

[1] Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº02/2020.

[2] As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

[3] Em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a alteração do período para exercício das opções pelo Conselho de Administração da Companhia.

[4] O conselheiro Roberto Carmelo é o único conselheiro que faz jus a remuneração por ações. Esse benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações – para o exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração[4]	Diretoria Estatutária[6]
Nº total de membros	3	3,9
Nº de membros remunerados [1]	1	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	0,5160	0,5160
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social [3] [5]	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,57%	2,16%
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	01/12/2014	01/12/2014
Quantidade de opções outorgadas	536.185	2.024.558
Prazo para que as opções se tornem exercíveis [2]	01/05/2018 até 31/05/2018; 01/12/2019 até 31/12/2019	01/05/2018 até 31/05/2018; 01/12/2019 até 31/12/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	01/05/2018 até 31/05/2018; 01/12/2019 até 31/12/2019	01/05/2018 até 31/05/2018; 01/12/2019 até 31/12/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	0,17	0,17

[1] Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 03/2019.

[2] As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

[3] O Conselho de Administração deliberou que o não exercício parcial mínimo pelos outorgados até o dia 31 de maio de 2016 não implica na extinção da referida opção, que poderá ser exercida nos períodos de referência seguintes

[4] O conselheiro Roberto Carmelo é o único conselheiro que faz jus a remuneração por ações. Esse benefício é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época que era diretor da Companhia.

[5] Em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a alteração do período para exercício das opções pelo Conselho de Administração da Companhia.

[6] Na remuneração baseada em ações não foi considerado o diretor Adyval Sodré Filho que renunciou ao cargo de Diretor Estatutário em 15 de dezembro de 2017.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

III- Segundo Plano de Opções

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020) e para o exercício social encerrado em 31/12/2019 e 31/12/2018

O Segundo Plano de Opções foi integralmente exercido no final do exercício social de 2017 e, portanto, não se aplica para o exercício social corrente (2020) e para o exercício social encerrado em 31/12/2018 e 31/12/2019.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3,9
Nº de membros remunerados (1)	0	1
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	0,01
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	0,01
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	1,35%
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	28/04/2016
Quantidade de opções outorgadas	-	1.262.607
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	(i) até 50% entre 01/12/2016 a 31/12/2016; (ii) saldo remanescente entre 01/12/2017 a 31/12/2017
Prazo máximo para o exercício das opções	-	31/12/2017
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	1,16

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº03/2019.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

IV- Terceiro Plano de Opções

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)

As opções outorgadas no Primeiro e Terceiro Planos de Opções não foram exercidas até 31/12/2019, portanto os planos encontram-se expirados.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3,16	3
Nº de membros remunerados (1)	0	2
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	1,028
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,17%
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	15/12/2017
Quantidade de opções outorgadas	-	176.847
Prazo para que as opções se tornem exercíveis (2)	-	01/12/2019 a 31/12/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	-	31/12/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	0,14

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 02/2020.
(2) As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3
Nº de membros remunerados (1)	0	2
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	1,028
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,17%
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	15/12/2017
Quantidade de opções outorgadas	-	176.847
Prazo para que as opções se tornem exercíveis (2)	-	01/12/2019 a 31/12/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	-	31/12/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	0,14

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 02/2020.
(2) As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3,9
Nº de membros remunerados (1)	0	2
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	1,028
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,19%
Outorga de opções de compra de ações		
Data da outorga	-	15/12/2017
Quantidade de opções outorgadas	-	176.847
Prazo para que as opções se tornem exercíveis (2)	-	01/12/2019 a 31/12/2019
Prazo máximo para o exercício das opções	-	31/12/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	0,14

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 02/2020.

(2) As opções poderão ser exercidas antecipadamente ao prazo acima mencionado, nas hipóteses previstas na alínea "h" do item 13.4 supra

13.6 - Opções em Aberto

13.6- Opções em Aberto

As informações sobre os Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia, em aberto até o final do exercício social de 2019 são apresentadas nas tabelas a seguir.

Opções em aberto em 31/12/2019

(i) **Primeiro Plano de Opções**:

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	3,16	3
Nº de membros remunerados	1	3
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis		
Quantidade	536.185	2.024.558
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2019	31/12/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	0,5160	0,5160
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-

13.6 - Opções em Aberto

(ii) **Terceiro Plano de Opções**:

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	3,16	3
Nº de membros remunerados	0	2
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis		
Quantidade	-	176.847
Prazo máximo para exercício das opções	-	31/12/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	1,028
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	0,14

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não houve exercício de opções no âmbito do Primeiro Plano de Opções ou do Terceiro Plano de Opções nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019.

Nos exercícios sociais de 2016 e 2017, houve o exercício de 100% das opções outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opções, conforme tabelas abaixo:

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária(3)
Nº total de membros	3	3,9
Nº de membros remunerados	-	1
Opções exercidas		
Número de ações	-	631.304
Preço médio ponderado de exercício	-	0,01
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	631.304
Preço médio ponderado de aquisição	-	0,01
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (1)	-	-

(1) Não existe valor de mercado atribuído às ações.

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária(3)
Nº total de membros	4,08	4
Nº de membros remunerados	-	1
Opções exercidas		
Número de ações	-	631.303
Preço médio ponderado de exercício	-	0,01
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	631.303
Preço médio ponderado de aquisição	-	0,01
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (1)	-	-

(1) Não existe valor de mercado atribuído

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Nos quadros abaixo está descrita a metodologia de precificação do valor das ações e opções de compra de ações outorgadas aos funcionários e membros da administração da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais, bem como no exercício corrente.

As informações aqui prestadas são suficientes para permitir a compreensão das informações prestadas nos itens 13.5 a 13.7 deste formulário de referência.

a. Modelo de precificação

O valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, utilizando como premissas: (i) taxa livre de riscos; (ii) preço de exercício; (iii) vida esperada da opção; (iv) volatilidade das ações da empresa comparável; (v) preço da ação na data-base; e (vi) taxa de dividendos.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

I Novo Plano de Opções (vigente)

1. Premissas básicas	
Lote	
Data de outorga do plano	09/07/2020
Percentual de opções	100%
Total de opções	863.458
Preço de exercício na outorga	3,096
Cotação na outorga (09/07/2020)	3,096
Correção índice	sim
Dias corridos por ano	365
Dias úteis por ano	252

2. Premissas por lote	
Beneficiário	
Quantidade de opções	863.456
Outorga	09/07/2020
Período de vesting (anos)	-
Período de vesting (meses)	-
Data do vesting	09/07/2020
Duração do vesting em anos	-
Data de exercício	-
Vida opção em anos (até exercício)	-
Vencimento em anos	-
Vencimento do plano	31/12/2021
Preço de exercício no vencimento - R$	3,096
Cotação na outorga (09/07/2020)	11,07
Volatilidade – σ	-%
Taxa de dividendo – q	-%
Taxa livre de risco – Rf	-%

13.8 - Precificação Das Ações/opções

II Primeiro Plano de Opções (expirado)

1. Premissas básicas				Total
Lote	1º	2º	3º	-
Data de outorga do plano	02/12/2014	02/12/2014	02/12/2014	-
Percentual de opções	33%	33%	34%	-
Total de opções	1.525.351	1.525.351	1.571.576	4.622.278
Preço de exercício na outorga	0,52	0,52	0,52	2.385.095
Cotação na outorga	0,56	0,56	0,56	2.599.514
Correção índice	não	não	não	-
Dias corridos por ano	365	365	365	-
Dias úteis por ano	252	252	252	-

2. Premissas por lote			
Beneficiário	1º	2º	3º
Quantidade de opções	1.525.351	1.525.351	1.571.576
Outorga	02/12/2014	02/12/2014	02/12/2014
Período de vesting (anos)	1,4	1,4	1,4
Período de vesting (meses)	17	17	17
Data do vesting	30/04/2016	30/04/2016	30/04/2016
Duração do vesting em anos	1,39	1,39	1,39
Data de exercício	31/05/2016	31/05/2017	31/05/2018
Vida opção em anos (até exercício)	1,50	2,50	3,50
Vencimento em anos	1,50	2,50	3,50
Vencimento do plano	31/05/2018	31/05/2018	31/05/2018
Preço de exercício no vencimento - R$	0,52	0,52	0,52
Cotação na outorga	0,56	0,56	0,56
Volatilidade – σ	34,20%	34,20%	34,20%
Taxa de dividendo – q	3,98%	3,98%	3,98%
Taxa livre de risco – Rf	13,03%	12,86%	12,71%
Multiplicador de Hull & White – M	1,00	1,00	1,00

3. Resultados por opção			
Lote	1º	2º	3º
BSM - R$/opção	0,14	0,17	0,19
Valor intrínseco	0,05	0,05	0,05

Cálculo de BSM - opção de compra			
Lote	1º	2º	3º
S	0,56	0,56	0,56
X	0,516	0,516	0,516
Rf	13,03%	12,86%	12,71%
Vol	34,20%	34,20%	34,20%
T	1,50	2,50	3,50
Q	3,98%	3,98%	3,98%
d1	0,739	0,840	0,932
d2	0,320	0,299	0,292
N(d1)	0,770	0,799	0,824

13.8 - Precificação Das Ações/opções

N(d2)	0,626	0,618	0,615
C - R$ por opção	**0,14**	**0,17**	**0,19**
Quantidade de opções	1.525.351	1.525.351	1.571.576
Montante - R$	213.549	259.310	298.599

Montante total - R$	**771.458**
Valor justo médio R$/opção	**0,17**

III Segundo Plano de Opções (exercido)

1. Premissas básicas		
Lote	1º	2º
Data de outorga do plano	05/12/2016	05/12/2016
Percentual de opções	50%	50%
Total de opções	631.303	631.304
Preço de exercício na outorga	0,01	0,01
Cotação na outorga	1,18	1,18
Correção índice	não	não
Dias corridos por ano	365	365
Dias úteis por ano	252	252

2. Premissas por lote		
Beneficiário	1º	2º
Quantidade de opções	631.303	631.304
Outorga	05/12/2016	05/12/2016
Período de vesting (anos)	-	1,0
Período de vesting (meses)	-	12
Data do vesting	05/12/2016	30/11/2017
Duração do vesting em anos	-	0,98
Data de exercício	27/12/2016	27/12/2017
Vida opção em anos (até exercício)	0,06	1,06
Vencimento em anos	0,06	0,06
Vencimento do plano	31/12/2017	31/12/2017
Preço de exercício no vencimento - R$	0,01	0,01
Cotação na outorga	1,18	1,18
Volatilidade – σ	26,74%	26,74%
Taxa de dividendo – q	2,72%	2,72%
Taxa livre de risco – Rf	13,63%	12,04%
Multiplicador de Hull & White - M	1,00	1,00

Cálculo de BSM - opção de compra		
Lote	1º	2º
S	1,180	1,180
X	0,010	0,010
Rf	13,63%	12,04%
Vol	26,74%	26,74%
T	0,06	1,06
Q	2,72%	2,72%
d1	72,800	17,823
d2	72,735	17,547
N(d1)	1,000	1,000
N(d2)	1,000	1,000

13.8 - Precificação Das Ações/opções

C - R$ por opção	**1,16000**	**1,13000**
Quantidade de opções	631.303	631.304
Montante total - R$	**732.311**	**713.374**

IV Terceiro Plano de Opções (expirado)

1. Premissas básicas	
Lote	
Data de outorga do plano	15/12/2017
Percentual de opções	100%
Total de opções	558.462
Preço de exercício na outorga	1,03
Cotação na outorga	1,06
Correção índice	não
Dias corridos por ano	365
Dias úteis por ano	252

2. Premissas por lote	
Beneficiário	Antes
Quantidade de opções	558.462
Outorga	15/12/2017
Período de vesting (anos)	-
Período de vesting (meses)	-
Data do vesting	15/12/2017
Duração do vesting em anos	-
Data de exercíci	31/12/2019
Vida opção em anos (até exercício)	2,04
Vencimento em anos	2,04
Vencimento do plano	31/12/2019
Preço de exercício no vencimento - R$	1,14
Cotação na outorga	1,06
Volatilidade – σ	24,04%
Taxa de dividendo – q	4,04%
Taxa livre de risco – Rf	9,33%

Cálculo de BSM - opção de compra	
S	1,056
X	1,143
Rf	9,33%
Vol	24,04%
T	2,04
Q	4,04%
C - R$ por opção	**0,145**
Quantidade de opções	558.462
Montante total - R$	**81.222**

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia esclarece que não ocorreu exercício antecipado.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Até 31.12.2019, as ações da Companhia não eram admitidas à negociação em bolsas de valores. Em casos como este, as normas contábeis sugerem utilizar a volatilidade histórica ou implícita de sociedades similares cujas ações tenham histórico de negociação em bolsa de valores.

Atualmente, a sociedade mais comparável à Companhia que tem ações admitidas a negociação em bolsas de valores é a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., que recentemente enfrentou uma grave crise econômico-financeira e, portanto, teve uma volatilidade atípica ao longo dos últimos anos.

Tendo em vista que a Companhia não enfrenta uma situação similar, a administração entendeu que a volatilidade da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. não possa ser utilizada como referência para o cálculo do valor justo das opções.

Desta forma, foi utilizada a volatilidade média do índice IBOVESPA.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia esclarece que não há outras características da opção que teriam sido incorporadas na mensuração de seu valor justo.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 – Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

➢ **Valores mobiliários emitidos pela Companhia**

	Ações Ordinárias (Em Unidades)
Diretoria	291.341
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-

➢ **Valores mobiliários emitidos por sociedade controlada da Companhia: Priner Locação de Equipamentos S.A.**

	Ações Ordinárias (Em Unidades)
Diretoria	1
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-

➢ **Valores mobiliários emitidos pelo acionista controlador da Companhia: Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações**

	Cotas (Em Unidades)
Diretoria	-
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2019	31/01/2018	31/01/2017	31/12/2019	31/01/2018	31/01/2017	31/01/2018	31/01/2017
Nº de membros	3,00	3,00	3,90	3,16	3,00	3,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	822.366,24	834.000,00	1.411.266,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	686.251,26	572.699,20	472.503,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	757.539,17	769.644,30	945.040,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	No exercício de 2017, 2018 e 2019, todos os diretores exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social.
31/01/2018	No exercício de 2017 e 2018, todos os diretores exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social.
31/01/2017	No exercício de 2017 e 2018, todos os diretores exerceram suas funções nos 12 meses que compõem esse exercício social.

Conselho de Administração	
31/01/2018	Até a data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados. A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia. Para maiores informações verificar o item 13.2 e 13.5 do Formulário de Referência.
31/01/2017	Até a data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados. A remuneração por ações a que faz jus o conselheiro Roberto Carmelo de Oliveira é decorrente do Primeiro Plano de Opções da Companhia e lhe foi outorgado à época em que era diretor da Companhia. Para maiores informações verificar o item 13.2 e 13.5 do Formulário de Referência.

Conselho Fiscal	
31/01/2018	Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de um Conselho Fiscal instalado.
31/01/2017	Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de um Conselho Fiscal instalado.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Exceto pelo Diretor Presidente, os membros da Diretoria Estatutária celebraram contratos de trabalho junto à Companhia, cuja vigência se refere ao período de mandato do Diretor, e que dispõe que, em caso de destituição do cargo de diretor estatutário, os referidos diretores farão jus aos salários vincendos até o encerramento do referido contrato de trabalho. Salvo por referido mecanismo, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13- Percentual na remuneração total detido por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais.

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, da Companhia conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Exercício social encerrado em 31/12/2019
Conselho de Administração	R$ 154.437,00
Diretoria	-
Conselho Fiscal	-

Órgão	Exercício social encerrado em 31/12/2018
Conselho de Administração	R$ 257.041,00
Diretoria	-
Conselho Fiscal	-

Órgão	Exercício social encerrado em 31/12/2017
Conselho de Administração	R$ 340.630,00
Diretoria	-
Conselho Fiscal	-

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

Não aplicável, nos 3 últimos exercícios sociais não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

No item 13.2, informamos o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/nº02/2020, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do número de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

	Nº de membros			
	2019	2018	2017	
Janeiro	3	3	4	
Fevereiro	3	3	4	
Março	3	3	4	
Abril	3	3	4	
Maio	3	3	4	
Junho	3	3	4	
Julho	3	3	4	
Agosto	3	3	4	
Setembro	3	3	4	
Outubro	3	3	4	
Novembro	3	3	4	
Dezembro	3	3	3	
Total	**36**	**36**	**47**	
Média (Total / Nº de meses)	**3**	**3**	**3,9**	

Conselho de Administração

	Nº de membros			
	2019	2018	2017	
Janeiro	3	3	3	
Fevereiro	3	3	3	
Março	3	3	3	
Abril	3	3	3	
Maio	3	3	3	
Junho	3	3	3	
Julho	3	3	3	
Agosto	3	3	3	
Setembro	3	3	3	
Outubro	3	3	3	
Novembro	3	3	3	
Dezembro	5	3	3	
Total	**38**	**36**	**36**	
Média (Total / Nº de meses)	**3,16**	**3**	**3**	

Em 24 de abril de 2017, foi realizada assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, na qual foi aprovada a retificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia dos exercícios de 2016 e 2017, de forma que (i) a remuneração dos administradores referente ao exercício de 2016 foi retificada para R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais); e (ii) a remuneração dos administradores referente ao exercício de 2017 foi retificada para R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), conforme informado no item 13.2.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados:

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia (excluindo as subsidiárias da Companhia) nas datas indicadas:

	31/122019	31/12/2018	31/12/2017
Por grupos			
Administrativo	226	186	117
Operacional	2699	2.979	1.915
Total	2925	3.165	2.032
Por localização geográfica			
RJ	81	94	179
BA	1591	1.573	1.174
RJ (Macaé)	761	963	262
RJ (Caxias)	74	79	0
SP	418	456	417
Total	**2925**	**3.165**	**2.032**

b) número de terceirizados:

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia (incluindo as subsidiárias da Companhia) nas datas indicadas:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Por grupos			
Administrativo	13	8	10
Operacional		0	0
Total	13	8	10
Por localização geográfica			
BA	5	5	5
RJ (Caxias)	3	1	1
RJ (Macaé)	4	1	1
SP	1	1	1
Total	**13**	**8**	8

c) índice de rotatividade

O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade para cada um dos exercícios abaixo:

Exercício Social	Índice de Rotatividade (%)
31/12/2019	56%
31/12/2018	44%
31/12/2017	48%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 – Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia esclarece que não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência relativamente aos três últimos exercícios sociais.

A Companhia gere um portfólio de obras em todo o país. Esse é composto de projetos de longo prazo, de curto prazo como as ‘’paradas programadas’’ de unidades fabris e aumentos/redução de efetivo quando solicitado pelos clientes. O alto índice de rotatividade reflete dezenas de eventos de mobilização e de desmobilização de mão-de-obra que ocorre a cada início ou final de uma fase do projeto respectivamente, decorrendo do curso regular das atividades da Companhia e em seu segmento de atuação.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia acredita que um de seus principais diferenciais competitivos é a qualidade de sua mão- de-obra especializada. A Companhia desenvolve, ao longo dos anos, uma cultura de desenvolvimento de recursos humanos baseada em realização, participação de colaboradores e transparência, além de ter uma longa tradição de oferecimento de participação nos lucros e oportunidades para desenvolvimento profissional. A Companhia acredita que esta cultura promove a lealdade, comprometimento e entusiasmo de seus colaboradores. A Companhia tem como política de remuneração o pagamento de salários compatíveis com os praticados no mercado. Adicionalmente, é oferecido para todos os seus empregados programa de participação nos resultados.

b. Política de benefícios

Como política padrão, a Companhia oferece aos seus colaboradores os seguintes benefícios e facilidades, que podem sofrer alterações em função de contratos celebrados com seus clientes e cumprimento de acordo coletivo e ou convenção coletiva.
(i) convênios com planos de saúde com cobertura hospitalar, através de contribuição participativa na mensalidade variando de 15% a 35%, de acordo com o salário recebido para os titulares e dependentes, quando da atuação em áreas administrativas e 15% a 35%, de acordo com o salário recebido para os titulares quando atuação em áreas operacionais; (ii) seguro de vida em grupo integralmente custeado pela Companhia; (iii) convênios com empresas de assistência odontológica integralmente custeado pelos colaboradores optantes pelo benefício; (iv) cestas básicas de acordo com as convenções coletivas de trabalho; (v) parceria em universidades para concessão de descontos aos colaboradores, auxilio educação para cursos de especialização, idiomas e extensão, através de reembolso em 50% aos participantes; (vi) vale refeição mediante o desconto em folha de pagamento na proporção do custo do benefício, variando de 10% a 20%, de acordo com o estrato organizacional; e (vii) convênio farmácia.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

As características dos planos de remuneração baseados em ações de empregados não administradores são idênticas às características dos planos de remuneração baseado em ações dos administradores da Companhia, conforme descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 – Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Os colaboradores da Companhia são representados pelos sindicatos das localidades em que possui estabelecimentos, havendo negociações coletivas anuais entre a Companhia e os referidos sindicatos. A Companhia celebra os acordos coletivos e convenções coletivas com os sindicatos e participa ativamente de ações correlatas aos fechamentos de acordos entre o sindicato patronal e os sindicatos dos funcionários, mantendo uma relação respeitosa e transparente. A Companhia zela pelo cumprimento das cláusulas definidas pelos acordos firmados entre as partes. Nos últimos três exercícios sociais, não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 – Fornecer outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 14 que já não tenham sido divulgadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Sul America Investimentos DTVM					
32.206.435/0001-83	Brasileira-SP	Não	Não	20/02/2020	
Não					
2.251.600	5,810%	0	0,000%	2.251.600	5,810%
Tobias Cepelowicz					
006.527.337-00	Brasileira	Não	Não	12/12/2019	
Não					
3.174.603	8,200%	0	0,000%	3.174.603	8,200%
Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações					
15.189.579/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	17/02/2020	
Não					
14.578.858	37,640%	0	0,000%	14.578.858	37,640%
OUTROS					
18.724.289	48,350%	0	0,000%	18.724.289	48,350%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
38.729.350	100,000%	0	0,000%	38.729.350	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações				15.189.579/0001-50	
OUTROS					
582.132	100,000	0	0,000	582.132	100,000
TOTAL					
582.132	100,000	0	0,000	582.132	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	17.957
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	247
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	52

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	38.091.055	98,350%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	38.091.055	98,350%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia entende não ser necessário inserir organograma uma vez que os principais acionistas já estão identificados nos itens 15.1 e 15.2.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, visto que, na data deste Formulário de Referência, não há qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o acionista controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente não houve alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

Evento	Transferência do acervo líquido de bens e equipamentos de locação da Companhia.
Principais condições do negócio	Em 21 de fevereiro de 2017, determinados ativos da Companhia (acervo líquido de bens e equipamentos de locação de titularidade da Companhia) foram contribuídos no capital social da Priner Locação de Equipamentos S.A., controlada pela Companhia.
Sociedades envolvidas	A Companhia e a Priner Locação de Equipamentos S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

Evento	Aquisição do controle societário da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda.
Principais condições do negócio	Em 24 de janeiro de 2017 foi concretizada aquisição de 51% de participação societária na empresa R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., por meio da aquisição de 25.500 quotas do total de 50.000 quotas representativas de seu capital social. A sociedade adquirida foi constituída em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo.
Sociedades envolvidas	A Companhia e a R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas, bem como não ocasionou conflitos entre seus acionistas.

15.7 - Principais Operações Societárias

Evento	Aquisição do controle societário da Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda. (atualmente denominada Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.)
Principais condições do negócio	Em 28 de julho de 2017 foi concretizada aquisição de 75% de participação societária na empresa Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda., através da aquisição de 20.025.000 quotas do total de 26.700.000 quotas representativas de seu capital social. A sociedade tem como atividade principal a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato.
Sociedades envolvidas	A Companhia e a Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração do quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas, bem como não ocasionou conflitos entre seus acionistas.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Nós temos do Acordo de Quotistas celebrado em 24 de janeiro de 2017, entre a Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia") e determinado acionista vendedor, por meio do qual foi outorgado à Companhia opção de compra da participação societária equivalente à 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R"), de forma a consolidar a participação da Companhia na R&R. Referida opção de compra poderá ser exercida a qualquer momento. A aquisição pela Companhia da participação societária na R&R poderá ser exercida (i) entre janeiro de 2019 e janeiro de 2021, pelo valor equivalente ao percentual de quotas a ser adquirido multiplicado pela avaliação da R&R, sendo que referida avaliação não poderá ser superior ao valor de R$12 milhões; e (ii) a partir de janeiro de 2021, pelo valor equivalente ao percentual de quotas a ser adquirido multiplicado pela avaliação da R&R, sendo que referida avaliação não poderá ser superior ao valor de R$12 milhões. A avaliação da R&R será calculada por um múltiplo de 4 (quatro) vezes a média anual do EBITDA (sendo considerado como "EBITDA" o os lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da R&R apurado nos últimos 2 (dois) anos, deduzido endividamento líquido.

Nos temos do Acordo de Acionistas celebrado em 28 de julho de 2017, entre a Companhia e os demais acionistas da Companhia, foi outorgado à Companhia a opção de compra de participação societária equivalente à 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da SmartCoat – Engenharia em Revestimentos S.A. ("Smartcoat"), de forma a consolidar a participação da Companhia na Smartcoat. Referida opção de compra poderá ser exercida até julho de 2020, na ocorrência de um evento de liquidez, conforme termos e condições estabelecidos no instrumento de compra e venda, ou caso a Companhia realize captação de recursos no mercado mediante a emissão de novas ações em valor de, no mínimo R$30 milhões. A aquisição da participação na Smartcoat poderá ser exercida pelo valor equivalente à 4 (quatro) vezes o valor do EBITDA (sendo considerado como "EBITDA" o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas e das depreciações, amortizações e exaustões) da Smartcoat apurado nos 12 (doze) meses calendário anteriores à data de exercício da opção de compra, subtraído o endividamento líquido, multiplicado pelo percentual do capital social detido pelos quotistas vendedores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 15 que não tenham sido divulgadas acima ou nos demais itens deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2019 ("Política"), nos termos do artigo 14, inciso "xx" do Estatuto Social da Companhia.

A Política tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e sempre em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A Política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

A Política abarca definições objetivas com relação aos conceitos de partes relacionadas e transações com partes relacionadas. Neste sentido, para fins da Política, considera-se uma transação com partes relacionadas quaisquer transferências de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre a Companhia e uma parte relacionada, independentemente de haver a cobrança de um preço em contrapartida.

Toda transação com partes relacionadas ou que envolva potencial conflito de interesse deverá ser formalizada contratualmente de acordo com os seguintes critérios: (i) observância das condições de mercado e dos mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes; e (ii) o contrato que formalizará a transação deverá descrever, além dos termos da transação, os eventuais impactos e riscos ocasionados (ou que poderão ser ocasionados) para a Companhia e para a parte relacionada, caso aplicável.

Nos termos da Política, os administradores da Companhia e demais pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente ("Pessoas Chave"), ao identificarem a possibilidade de participar de um processo decisório relativo a matéria em que possa ser caracterizada como parte relacionada ou esteja em situação de potencial conflito de interesses, devem manifestar seu potencial conflito de interesses. Adicionalmente, a Pessoa Chave deve ausentar-se das discussões sobre o tema, bem como abster-se de votar no respectivo processo decisório.

Caso solicitado pelo presidente do Conselho de Administração, tais Pessoas Chave poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Caso alguma Pessoa Chave que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu potencial conflito de interesses, qualquer outra Pessoa Chave que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária da Pessoa Chave é considerada uma violação da Política e deverá ser submetida às sanções cabíveis. A manifestação sobre eventual caracterização como parte relacionada ou da situação de potencial conflito de interesses e a consequente abstenção da Pessoa Chave deverão constar da respectiva ata da reunião do Conselho de Administração, da reunião da Diretoria ou de qualquer outro órgão da Companhia em que a matéria for deliberada.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por: (i) avaliar a adequação das transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; (ii) avaliar, monitorar, e recomendar ao conselho de administração da Companhia a correção ou aprimoramento da Política; (iii) prestar esclarecimentos adicionais ao Conselho de Administração da Companhia a respeito da realização de transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses; e (iv) fiscalizar o cumprimento da Política, submetendo à apreciação do Conselho de Administração os casos nos quais haja suspeita da sua violação.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

O Comitê de Auditoria da Companhia deverá reportar diretamente ao Conselho de Administração todas as transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses efetuadas no período.

Caberá ao Conselho de Administração, com auxílio do Comitê de Auditoria, tomar as medidas disciplinares que foram cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocá-la para deliberar sobre o tema.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Luiz Antônio Angélica	06/03/2018	1.000.000,00	R$1.195.171,00	R$1.000.000,00	30/04/2020	SIM	0,060000
Relação com o emissor	Luiz Antonio Angélica é administrador da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Túlio Cintra	27/03/2018	100.000,00	R$123.258,31	R$100.000,00	27/03/2020	SIM	0,060000
Relação com o emissor	Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Túlio Cintra	16/03/2018	650.000,00	R$352.718,43	R$650.000,00	16/03/2020	SIM	0,060000
Relação com o emissor	Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Roberto Carmelo de Oliveira	05/03/2018	500.000,00	R$621.061,60	R$500.000,00	05/03/2020	SIM	0,060000
Relação com o emissor	Roberto Carmelo de Oliveira é administrador da Companhia, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência. Ele foi reeleito como membro do conselho de administração na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/04/2019 para um mandato de mais 1 (um) ano.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Túlio Cintra	15/02/2018	750.000,00	R$135.593,94	R$750.000,00	15/02/2020	SIM	0,060000
Relação com o emissor	Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Luiz Antônio Angélica	09/05/2018	140.000,00	R$170.199,38	R$140.000,00	09/05/2020	SIM	0,060000

Relação com o emissor	Luiz Antonio Angélica é administrador da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.
Garantia e seguros	Não aplicável.
Rescisão ou extinção	Não aplicável.
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Túlio Cintra	24/09/2018	110.000,00	R$127.699,70	R$110.000,00	24/09/2020	SIM	0,060000

Relação com o emissor	Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia.
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.
Garantia e seguros	Não aplicável.
Rescisão ou extinção	Não aplicável.
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Luiz Antônio Angélica	28/09/2018	1.560.000,00	R$1.802.669,64	R$1.560.000,00	28/01/2020	SIM	0,060000

Relação com o emissor	Luiz Antonio Angélica é administrador da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.
Garantia e seguros	Não aplicável.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante Igor Freitas Barbiero)	15/05/2018	1.000.000,00	R$1.198.708,25	R$1.000.000,00	15/11/2019	SIM	0,060000
Relação com o emissor	Isidoro Barbiero foi administrador da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/03/2018 foi deliberado o termino do mandato do Conselheiro de Administração do qual foi eleito em 28/07/2017 devido ao seu falecimento. Sendo representado pelo seu inventariante, Sr. Igor Freitas Barbiero.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Roberto Carmelo de Oliveira (Rcarmelo Assessoria e Treinamento EIRELI - ME)	01/10/2017	257.041,00	0,00	R$257.041,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Roberto Carmelo de Oliveira é administrador da Companhia, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência. Ele foi reeleito como membro do conselho de administração na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/04/2019 para um mandato de mais 1 (um) ano.						
Objeto contrato	Consultoria. Prestação de serviço de consultoria com objetivo de Desenvolvimento de Novos Negócios no Segmento de Serviços Industriais.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de consultoria. Desenvolvimento de Novos Negócios no Segmento Industrial.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Contratante						
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	04/05/2018	2.000.000,00	0,00	R$2.000.000,00	2 meses da data de cada desembolso.	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Trata-se de reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	11/05/2018	400.000,00	0,00	R$400.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Trata-se de reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Roberto Carmelo de Oliveira (Rcarmelo Assessoria e Treinamento EIRELI - ME)	31/12/2016	334.595,00	-	R$334.595,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Roberto Carmelo de Oliveira é administrador da Companhia, vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência. Ele foi reeleito como membro do conselho de administração na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/04/2019 para um mandato de mais 1 (um) ano.						
Objeto contrato	Consultoria. Prestação de serviço de consultoria com objetivo de Desenvolvimento de Novos Negócios no Segmento de Serviços Industriais.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de consultoria. Desenvolvimento de Novos Negócios no Segmento Industrial.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Osvaldo Burgos Schirmer (Schirmer e Associados Consultores de Negócios Ltda.)	31/12/2016	320.000,00	-	R$320.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Osvaldo Burgos Schirmer foi conselheiro de administração eleito em 01/12/2014, reeleito e teve renuncia deliberada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28/04/2016.						
Objeto contrato	Consultoria. Serviço de consultoria em potencial aquisição de novos negócios.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de consultoria. Potencial para aquisição de novos negócios.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Túlio Cintra	25/05/2018	800.000,00	R$967.596,17	R$800.000,00	25/05/2020	SIM	0,060000
Relação com o emissor	Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda	31/12/2017	846.558,29	-	R$846.558,29	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Pintura/Isolamento/Jateamento. Contratação de Serviços de Pintura, Isolamento e Jateamento durante o exercício de 2017.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Pintura/Isolamento/Jateamento. Aquisição de manta protetora para revenda futura a clientes.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Tulio Cintra	18/06/2018	400.000,00	R$480.696,95	R$400.000,00	18/06/2020	SIM	0,060000
Relação com o emissor	Tulio Cintra é Diretor Presidente da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 6% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Luiz Antonio Angélica	22/03/2019	700.000,00	R$760.520,92	R$700.000,00	22/03/2020	SIM	0,050000
Relação com o emissor	Luiz Antonio Angélica é administrador da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 5% ao ano.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante Igor Freitas Barbiero)	20/03/2019	1.500.000,00	R$1.630.653,42	R$1.500.000,00	20/03/2020	SIM	0,050000
Relação com o emissor	Isidoro Barbiero foi administrador da Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/03/2018 foi deliberado o termino do mandato do Conselheiro de Administração do qual foi eleito em 28/07/2017 devido ao seu falecimento. Sendo representado pelo seu inventariante, Sr. Igor Freitas Barbiero.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 5% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	07/05/2019	2.600.000,00	R$2.450.753,64	R$2.600.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	10/05/2019	10.500.000,00	R$11.447.725,78	R$10.500.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	16/05/2019	4.200.000,00	R$4.569.523,04	R$4.200.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	30/08/2019	3.440.000,00	R$3.606.372,32	R$3.440.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	30/09/2019	950.000,00	R$985.148,33	R$950.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	30/10/2018	750.000,00	R$873.916,21	R$750.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	28/10/2019	303.000,00	R$ 311.125,44	R$ 303.000,00	60 dias	SIM	0,120000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	29/10/2019	160.000,00	R$ 164.232,72	R$ 160.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A.	01/11/2019	370.000,00	R$ 379.386,39	R$ 370.000,00	60 dias	SIM	0,120000
Relação com o emissor	A Smarcoat – Serviços em Revestimentos S.A. é controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Mútuo. O contrato é remunerado pela taxa correspondente a 12% ao ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo contratado para financiamento de capital de giro e melhoria de liquidez. Reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses. Ainda, em 12 de dezembro de 2019, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, pelo Conselho de Administração, a qual passou a reger a celebração de transações com partes relacionadas.

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação brasileira e regulamentação aplicável. Todas as decisões inerentes aos negócios da Companhia são submetidas à prévia análise e deliberação pela administração da Companhia.

Para mais informações sobre conflitos de interesses, consultar a seção 12 deste Formulário de Referência.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Eventuais operações e negócios celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas serão realizadas no intuito de maximizar a nossa eficiência operacional e proporcionar melhorias gerenciais e de resultado para nós. Em todas as operações da Companhia são avaliados o preço, o prazo, a capacidade técnica e os encargos financeiros em face de condições de mercado.

As transações contratadas com partes relacionadas descritas na seção 16.2 acima foram formalizadas por meio de instrumentos adequados, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, quando aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparência para cada transação contratada.

.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4– Outras Informações Relevantes

A Companhia informa, com relação ao item 16.2 deste Formulário de Referência, que os mútuos em nome do Espólio de Isidoro Barbiero (inventariante, Igor Freitas Barbiero), em 15 de maio de 2018 (de R$1,0 milhão) e em 15 de março de 2019 (de R$1,5 milhões), passaram a ser representados pelos herdeiros Inêz Maria de Freitas Barbiero, Igor Freitas Barbiero e Camila Barbiero de Siqueira.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
13/02/2020	173.913.040,00		17.391.304	0	17.391.304
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
13/02/2020	173.913.040,00		17.391.304	0	17.391.304
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
13/02/2020	247.280.259,62		38.044.801	0	38.044.801
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
13/02/2020	247.280.259,62		38.044.801	0	38.044.801
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
12/12/2019	73.367.219,62		20.653.497	0	20.653.497
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
12/12/2019	73.367.219,62		20.653.497	0	20.653.497
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
12/12/2019	73.367.219,62		20.653.497	0	20.653.497
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
12/12/2019	0,00		27.000.000	0	27.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/12/2017	Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2017	6.313,04	Subscrição particular	631.304	0	631.304	0,02000000	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado no Segundo Plano de Opções da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2016. Vide item "i.II" do item 13.4 deste Formulário de Referência.

Forma de integralização Moeda corrente nacional.

26/04/2018	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2018	11.499.999,44	Subscrição particular	11.165.048	0	11.165.048	27,47000000	1,03	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Preço por ação calculado de acordo com o disposto no inciso I, §1º, do artigo 170 da Lei 6.404/76.

Forma de integralização Moeda corrente nacional.

29/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	29/11/2019	19.999.999,95	Subscrição particular	19.047.619	0	19.047.619	37,48000000	1,05	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Preço por ação calculado de acordo com o disposto no inciso I, §1º, do artigo 170 da Lei 6.404/76.

Forma de integralização Moeda corrente nacional.

13/02/2020	RCA	13/02/2020	173.913.040,00	Subscrição pública	17.391.304	0	17.391.304	84,21000000	10,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (Procedimento de Bookbuilding) conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da instrução CVM nº400 de 29 de dezdembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escola do critério de determinação de preço por ação.

Forma de integralização Moeda corrente nacional.

26/08/2020	RCA	26/08/2020	2.274.071,77	Subscrição particular	684.549	0	684.549	1,80000000	3,32	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2020, o preço de emissão é de R$ 3,096 (três reais e noventa e seis milésimos de real), corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31 de maio de 2018 e a data do exercício.

Forma de integralização Moeda corrente nacional.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
12/12/2019	123.920.981	0	123.920.981	20.653.497	0	20.653.497

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 – Outras informações relevantes

O capital autorizado da Companhia foi constituído na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2014 e aumentado o seu limite na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2017, e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2019.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Mínimo de 25% do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital, no caso de nossa liquidação. Ainda, qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por ações, nem o Estatuto Social nem a assembleia-geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.
Outras características relevantes	A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

A OPA referida acima deve observar as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado.

Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Adicionalmente, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos da legislação e da regulamentação em vigor e do Regulamento do Novo Mercado.

A OPA deverá observar os seguintes requisitos:

(i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na legislação societária; e
(ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Vale informar que consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta para cancelamento de registro.

Atingido o quórum previsto acima, bem como no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, (i) os aceitantes da OPA não podem ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável a ofertas públicas de aquisição de ações; e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão da oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da OPA na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

A saída compulsória da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA, com as mesmas características da OPA prevista acima, bem como no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia.

Na hipótese de não atingimento do percentual para saída do Novo Mercado, após a realização de OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não prevê hipótese adicional de suspensão de direitos às estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a Assembleia Geral pode deliberar a suspensão dos direitos do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando a suspensão logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à suspensão. Não obstante, essa suspensão não abrangerá o direito de fiscalização e solicitação de informações dos acionistas, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Série
Data de emissão	10/05/2019
Data de vencimento	14/11/2022
Quantidade (Unidades)	22.500.000
Valor total (Reais)	22.500.000,00
Saldo Devedor em Aberto	22.500.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução da CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Não obstante o previsto acima, a vedação à negociação das Debêntures no mercado secundário no período de 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição inicial pelos Investidores Profissionais não será aplicável no caso do exercício de garantia firme por qualquer dos Coordenadores (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As Debentures não serão objeto de repactuação programada. As deliberações tomadas na Assembleia Geral dos Debenturistas dependerão, em regra, da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada série, em primeira ou em segunda instalação.
Outras características relevantes	Outras características relevantes: São hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, dentre outras: (a) não pagamento pela Companhia e/ou pelas Smartcoat e Priner Locação de quaisquer obrigações pecuniárias devidas no âmbito desta Escritura, nas datas previstas, desde que o inadimplemento não seja devidamente sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contados da data do inadimplemento; (b) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação, conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se com expressa prévia anuência do Agente Fiduciário, após deliberação dos Debenturistas de cada série em Assembleia Geral; (c) vencimento antecipado no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação e/ou de quaisquer sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, no mercado nacional e internacional, em valor individual ou agregado superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu equivalente em outras moedas.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 1ª Série
Data de emissão	10/05/2019

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Data de vencimento	10/05/2023
Quantidade (Unidades)	45.000.000
Valor total (Reais)	45.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	45.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução da CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Não obstante o previsto acima, a vedação à negociação das Debêntures no mercado secundário no período de 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição inicial pelos Investidores Profissionais não será aplicável no caso do exercício de garantia firme por qualquer dos Coordenadores (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As Debentures não serão objeto de repactuação programada. As deliberações tomadas na Assembleia Geral dos Debenturistas dependerão, em regra, da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada série, em primeira ou em segunda instalação.
Outras características relevantes	Outras características relevantes: São hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, dentre outras: (a) não pagamento pela Companhia e/ou pelas Smartcoat e Priner Locação de quaisquer obrigações pecuniárias devidas no âmbito desta Escritura, nas datas previstas, desde que o inadimplemento não seja devidamente sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contados da data do inadimplemento; (b) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação, conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se com expressa prévia anuência do Agente Fiduciário, após deliberação dos Debenturistas de cada série em Assembleia Geral; (c) vencimento antecipado no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação e/ou de quaisquer sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, no mercado nacional e internacional, em valor individual ou agregado superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou seu equivalente em outras moedas.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	3	4

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia estão admitidas a negociação na B3, sob o código "PRNR3".

As Debêntures foram depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não emitiu títulos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, em 3 de maio de 2019, aprovou a 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Foram emitidas 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória, em 2 (duas) séries, pela Companhia, sendo 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) debêntures da 1ª (primeira) série ("Debêntures da 1ª Série") e 22.500.000 (vinte e duas milhões e quinhentas mil) debêntures da 2ª (segunda) série ("Debêntures da 2ª Série" e, quando em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures"), com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) cada Debênture, no valor total de R$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais) na data de sua emissão, sendo R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) relativos às Debêntures da 1ª Série e R$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) relativos às Debêntures da 2ª Série, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Priner Serviços Industriais S.A.".

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será em 10 de maio de 2023 e das Debêntures da 2ª Série em 14 de novembro de 2022.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão integralmente destinados à (i) liquidação de dívidas da Companhia e/ou da Smartcoat, conforme descritas no Anexo IV-A à Escritura de Emissão; (ii) liquidação de dívidas da Companhia e/ou da Smartcoat, nas suas respectivas datas de vencimento ou de forma antecipada, conforme descritas no Anexo IV-B à Escritura de Emissão; (iii) aplicação dos recursos em títulos de emissão dos Coordenadores com liquidez diária, os quais serão cedidos fiduciariamente em benefício dos titulares das Debêntures e liberados à Companhia para a realização do item (ii) acima; e/ou (iv) após a liquidação antecipada de todas as dívidas descritas no Anexo IV-A à Escritura de Emissão, os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures poderão ser utilizados para o capital de giro da Companhia, desde que respeitados os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária (definido na Escritura de Emissão).

Em fevereiro de 2020, a Companhia realizou seu IPO (Initial Public Offering), através da distribuição primária de 17.391.304 (dezessete milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias e da distribuição secundária de 2.608.695 (dois milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias. O valor total foi de R$ 200 milhões, sendo R$ 174 milhões referentes a distribuição primária e R$ 26 milhões referentes a secundária. O início de negociações das ações no segmento Novo Mercado da B3 ocorreu em 17 de fevereiro de 2020.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Informamos que não houve desvios na aplicação efetiva dos recursos, senão aqueles informados nas escrituras de emissões e no prospecto do IPO.

Com a pandemia causada pelo COVID-19 a partir de março de 2020, a Companhia implementou diversas medidas visando a preservação de caixa e assim combater os impactos econômicofinanceiros. A Priner permanece monitorando ativamente os desdobramentos do CORONAVÍRUS (COVID-19) em seus negócios e implementando ações a fim de preservar seus seus resultados e sua robusta liquidez. Permanecemos com o objetivo de utilizar os recursos do IPO para realização de operações de M&As, modernização de equipamentos e reforço de capital de giro, cientes de nossa responsabilidade diante da atual crise.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 – Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, pois a Companhia não realizou qualquer oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros, nos últimos três exercícios sociais ou no exercício corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 – Outras informações relevantes

As Debêntures foram emitidas em 10 de maio de 2019 em 2 (duas) séries, com as características descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Priner Serviços Industriais S.A. ("Escritura de Emissão"). As principais características dos valores mobiliários da dívida, em complemento ao item 18.5 deste Formulário de Referência, seguem abaixo:

(1) Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado	As Debêntures da 1ª Série vencerão em 10 de maio de 2023; e as Debêntures da 2ª Série vencerão em 14 de novembro de 2022. As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura de Emissão.
(2) Juros	Remuneração das Debêntures da 1ª Série. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, a partir da primeira data de integralização ou da última respectiva data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) (inclusive), conforme o caso, até a data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (exclusive), correspondentes à variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI *over* extra grupo de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário, disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Remuneração das Debêntures da 2ª Série. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, a partir da primeira data de integralização ou da última respectiva data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) (inclusive), conforme o caso, até a data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série (exclusive), correspondentes à variação da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da 2ª Série" e, quando em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a "Remuneração das Debêntures").

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(3) Garantia e, se real, descrição do bem objeto	As Debêntures não contarão com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Não obstante, em garantia do pagamento integral e tempestivo da totalidade das obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia em razão das Debêntures, no âmbito da Escritura de Emissão, incluindo, mas sem se limitar, ao valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série, ao valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série, à Remuneração das Debêntures, bem como a todos e quaisquer valores devidos aos titulares das Debêntures, a qualquer título, e todos os custos e despesas para fins da cobrança dos créditos oriundos das Debêntures e da excussão das garantias, incluindo Encargos Moratórios (definidos na Escritura de Emissão), penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures, serão constituídas as seguintes garantias: fianças da Smartcoat e Priner Locação e a cessão fiduciária (a) pela Smartcoat, em benefício do Agente Fiduciário sobre os direitos creditórios oriundos de determinados contratos celebrados entre a Smartcoat e terceiros; e (b) pela Companhia, em benefício do Agente Fiduciário sobre os direitos creditórios oriundos da integralização das Debêntures.
(4) Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	N/A
(5) Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos (ii) à alienação de determinados ativos (iii) à contratação de novas dívidas (iv) à emissão de novos valores mobiliários (v) à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	Distribuição de Dividendos: É causa de vencimento antecipado, o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros prevista dos documentos societários da Companhia e/ou da Smartcoat, caso esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado ou a Companhia e/ou as Priner Locação e Smartcoat estejam inadimplentes com as obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, ressalvado, entretanto, (a) o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (b) o pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações caso (1) o Índice de Alavancagem esteja equivalente ou inferior a 1,00 (um inteiro); (2) não esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado; e/ou (3) a Companhia e/ou as Smartcoat e Priner Locação estejam adimplentes com as obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária; e (c) a distribuição de dividendos pela Smartcoat aos seus preferencialistas, que será compensada com créditos destes contra a Smartcoat. Alienação de determinados ativos: É causa de vencimento antecipado, a venda ou transferência de ativo relevante da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação e/ou de qualquer controlada ou coligada destas, de valor individual superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação, respectivamente, exceto se aprovado previamente pelos Debenturistas de cada série reunidos em Assembleia Geral. Contratação de novas dívidas: Não há impedimento à contratação de novas dívidas, entretanto a dívida bruta menos o valor em conta escrow não pode superar R$ 80.000.000,00 ao final de cada trimestre.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

	Dívida Bruta significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa. Emissão de novos valores mobiliários: Não há impedimento à emissão de novos valores mobiliários. Contudo deve-se observar a mesma regra prevista no item “Contratação de novas dívidas” disposta acima. Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: É causa de vencimento antecipado, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia e/ou das Smartcoat e Priner Locação, salvo se com expressa prévia anuência do Agente Fiduciário, após deliberação dos Debenturistas de cada série em Assembleia Geral.
(6) O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato	A Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), foi indicada como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleias Gerais, uma para cada série das Debêntures, para a escolha do novo agente fiduciário, as quais poderão ser convocadas pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação de cada série ou pela CVM. Além de outras previstos em lei, em ato normativo da CVM e Escritura de Emissão, constituem obrigações do Agente Fiduciário: (i) exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade perante os Debenturistas; e (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que, apesar de poder, voluntariamente, realizar o resgate de debêntures, poderá realizar uma Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures que será submetida à aprovação dos debenturistas.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais ou no exercício social corrente, qualquer plano para recompra de ações de nossa emissão.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos ações em tesouraria, tanto no exercício social corrente quanto nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 19 deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**12/12/2019**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretores e membros do Conselho de Administração, bem como os acionistas controladores da Companhia, diretos ou indiretos, seus diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária (ainda que não seja administrador), gerentes e funcionários, sociedades controladas e/ou sob controle comum e seus respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais da Companhia que tenham acesso a Informações Relevantes, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia (tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição administração) ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Em reunião do nosso Conselho de Administração da Companhia realizada em 12/12/2019, foi aprovado o Manual das Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política de Negociação"), nos termos da legislação aplicável, tem por objetivo definir os procedimentos e critérios a serem adotados por Pessoas Vinculadas, no que se refere à negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia a fim de evitar que estes sejam negociados com a utilização de Informações Relevantes ainda não divulgadas ao mercado e ao público investidor, bem como o uso inadequado da posse de Informações Relevantes que ainda não se tenham tornado públicas, em observância aos termos da Instrução CVM 358.

São consideradas "Informação Relevante" qualquer decisão do acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ("AG") ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação de ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos, direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda, índices e derivativos de qualquer espécie ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, que por determinação legal, sejam considerados valores mobiliários ("Valores Mobiliários"); (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (c) na decisão dos investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários, nos termos do art. 2º da Instrução CVM 358.

Além das Pessoas Vinculadas, as normas desta Política aplicam-se também aos casos em que as negociações de Valores Mobiliários, por parte das Pessoas Vinculadas, se deem de forma direta e/ou indireta para o benefício próprio delas, independentemente de serem conduzidas em seu nome, mediante a utilização, por ex.: (a) sociedades controladas direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações; (c) procuradores ou agentes; (c) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente; (d) companheiros(as); (e) descendentes ou seus cônjuges ou companheiro(a); e (f) quaisquer dependentes incluídos na respectiva declaração anual de imposto sobre a renda ("Pessoas Ligadas").

Não são consideradas negociações indiretas e não estarão sujeitas à vedação prevista na Política de Negociação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as Pessoas Ligadas, desde que: (a) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (b) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam de nenhuma forma ser influenciadas pelos seus respectivos cotistas.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas nos seguintes períodos (a) durante o período em que tiverem conhecimento de Informação Relevante ainda não divulgada ao mercado até o momento em que tal divulgação for efetivada; (b) durante o período em que houver intenção de promover fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia ou empresas a ela ligadas ou parte relevante de seus ativos; (c) sempre que estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para este fim; (d) no período de 15 dias anterior à divulgação das informações financeiras trimestrais e das demonstrações financeiras padronizadas; (e) durante os períodos especiais de vedação à negociação, a serem declarados pelo Diretor de Relações com Investidores. Não poderão negociar Valores Mobiliários os administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão (a) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; ou (b) até a divulgação do ato ou fato relevante ao mercado. As vedações continuarão prevalecendo se referidas negociações puderem interferir nas condições dos negócios dos quais decorrem as vedações, em prejuízo de seus acionistas ou dela própria. As vedações não se aplicam às (i) negociações de Valores Mobiliários realizadas pelas Pessoas Vinculadas que tenham celebrado Planos de Investimento, desde que tais programas observem os requisitos da Política de Negociação; (ii) aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em AG, ou quando se tratar de outorga de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em AG. Cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar e executar a Política de Negociação, informando à CVM, por meio de sistema eletrônico da pág. da CVM na rede mundial de computadores, à B3.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 20.1 deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM n° 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a nossa Companhia deve cumprir e cumpre com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à B3, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0% (cinco por cento), referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Ademais, a Companhia faz parte do segmento especial de listagem “Novo Mercado” de governança corporativa da B3. Nesse sentido, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, devemos observar o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto em razão da adoção das práticas de governança corporativa diferenciadas. O Regulamento do Novo Mercado, dentre as diversas obrigações que estabelece, impõe a obrigação, à companhia de capital aberto, de divulgar um cronograma de eventos corporativos anualmente, até o dia 10 de dezembro para o ano civil seguinte.

Em 12 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma nova versão da Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia ("Política de Divulgação").

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação, é considerada uma informação relevante qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação da Assembleia Geral da Companhia ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, nos termos do artigo 2º da Instrução CVM 358.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à Companhia, é vedada a negociação com ações de emissão da Companhia: (i) pela Companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; pelos Diretores da Companhia; (iv) pelos seus Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia, de sociedades controladas, de coligadas ou de outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos por nós adotados para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Cumpre ressaltar que, além das normas e regras delineadas acima, adotamos o Código (definido vide seção 21.2), aprovado pelo conselho de administração da Companhia, que fixa o regramento básico que todos os empregados e profissionais que trabalham junto de nós devem seguir.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes na Política de Divulgação da Companhia sejam cumpridas, exigimos que cada um de nossos Conselheiros de Administração, Diretores, acionistas controladores e quaisquer pessoas que em virtude do cargo, função ou posição que ocupe na Companhia tenha acesso a informação relevante assinem um termo de adesão à Política de Divulgação, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade. Nos termos da referida Política de Divulgação, quaisquer pessoas vinculadas à referida política que tenham conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante deverá comunicá-los imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores, cabendo ao referido Diretor zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, de forma simultânea na CVM e nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. – Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 24 de abril de 2018, o Código de Ética, o qual foi aditado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018 e 12 de dezembro de 2019. O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os membros da administração da Companhia, empregados diretos e indiretos da Companhia, bem como seus fornecedores, administradores, prestadores de serviço e demais parceiros comerciais da Companhia.

Adicionalmente ao que está descrito no item 20.1 deste Formulário de Referência, o Código de Ética e Conduta tem por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados pelas Pessoas Vinculadas, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes e na negociação de valores mobiliários da Companhia. Para fins do disposto no Código de Ética e Conduta, constitui ato ou fato relevante aquilo que está disposto no artigo 155, §1° da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 2° da Instrução CVM 358/02.

Nos termos do Código de Ética e Conduta, compete ao nosso Diretor de Relação com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação, à CVM, à B3 e, se for o caso, às bolsas de valores e mercados de balcão em que nossos valores mobiliários sejam admitidos à negociação, assim como ao mercado em geral, de qualquer ato ou fato relevante.

A Política de Divulgação e o Código de Ética e Conduta tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia, suas coligadas e controladas, contemplando, ainda, os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações não divulgadas, devendo ser observada tanto por nosso Diretor de Relações com Investidores quanto pelas demais pessoas vinculadas identificadas na Política de Divulgação.

Sujeitam-se às normas e procedimentos da Política de Divulgação e do Código de Ética e Conduta, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal (caso instalado) e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição em nossa Companhia, nossos controladores, controladas ou coligadas tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante ("Pessoa Vinculada"), as quais deverão aderir formalmente à Política de Divulgação por meio da assinatura do Termo de Adesão.

A Política de Divulgação prevê como regra geral a comunicação e divulgação simultânea à CVM, à B3 e às entidades de balcão organizado em que tenhamos valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, que deverá ocorrer imediatamente após a deliberação, ocorrência ou conhecimento a seu respeito, conforme o caso, de modo claro e preciso e contendo, no mínimo, as informações exigidas pela regulamentação, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público, no mínimo, por meio (a) da página na rede mundial de computadores de, pelo menos, um portal de notícias que disponibilizará ao mercado, com acesso gratuito, a integralidade da informação; (b) da página na rede mundial de computadores da Companhia (http://www.priner.com.br), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, à B3 e/ou quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha seus Valores Mobiliários admitidos à negociação; e (c) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE).

O Diretor de Relações com Investidores poderá determinar a divulgação adicional do ato e fato relevante por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela nossa Companhia, podendo tal publicação ser feita de forma resumida, desde que indique os endereços na rede mundial de computadores onde a informação completa deverá estar

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

Sigilo:

As Pessoas Vinculadas devem guardar absoluto sigilo da Informação Relevante até sua devida divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Quando a informação confidencial precisar ser divulgada a empregado ou agente da Companhia ou a outra pessoa que ocupe cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas, que não seja diretor, membro do conselho de administração ou do conselho fiscal, a pessoa responsável pela transmissão da informação deverá se certificar de que a pessoa que a está recebendo tem conhecimento desta Política, exigindo ainda que assine o Termo de Adesão cuja minuta consta do Anexo I a esta Política antes de lhe facultar acesso à informação.

Quaisquer violações desta Política verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser imediatamente comunicadas à Companhia na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, nos termos da Instrução CVM 358.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que (a) uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (a) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (b) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relação com Investidores.

Responsabilidade de Divulgação de Informação Relevante:

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar e executar a presente Política, devendo informar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e à B3 e/ou a quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha seus Valores Mobiliários admitidos à negociação, imediatamente após a sua ciência, qualquer Informação Relevante ocorrida ou relacionada aos negócios da Companhia, assim como zelar pela sua ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e na B3 (e/ou em quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha seus Valores Mobiliários admitidos à negociação), assim como ao público investidor em geral.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores, em caso de dúvida, decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como Informação Relevante. Também compete ao Diretor de Relações com Investidores providenciar, sempre que solicitado pela CVM, a correção, o aditamento ou republicação de Informação Relevante.

Excepcionalmente, as Informações Relevantes poderão deixar de ser divulgadas quando os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua divulgação poderá colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Na hipótese mencionada acima, caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e, em caso de constatação de oscilação atípica ou se a Informação Relevante não divulgada se tornar pública, deverá divulgar imediatamente a Informação Relevante que a Companhia decidiu não divulgar anterior.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 – Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o Sr. Marcelo Gonçalves Costa, Diretor de Relações com Investidores.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve verificar o cumprimento da Política de Divulgação diante da ocorrência de ato ou fato relevante, informando qualquer irregularidade ao Conselho de Administração. No caso de violação do sigilo de ato ou fato relevante previamente a sua divulgação ao mercado, cabe a ele apurar o motivo que provocou tal violação e encaminhar ao Conselho de Administração suas conclusões para que este tome as providências cabíveis. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve, ainda, monitorar a negociação de valores mobiliários de nossa emissão, especialmente em negociações que ocorrem em períodos que antecedem à divulgação ao mercado de ato ou fato relevante, com o propósito de identificar eventuais negociações vedadas pela legislação vigente por pessoas que tinham conhecimento de tal ato ou fato relevante, comunicando eventuais irregularidades ao Conselho de Administração e à CVM.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 21 deste Formulário de Referência.